



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE**

ADRIANO DE LAVOR MOREIRA

**VISIBILIDADE, COMUNICAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE:
ressonâncias e interrelações na saúde indígena**

**Rio de Janeiro
2014**

ADRIANO DE LAVOR MOREIRA

**VISIBILIDADE, COMUNICAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE:
ressonâncias e interrelações na saúde indígena**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Informação, Comunicação e Saúde (Icict),
para obtenção do grau de Doutor em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Inesita Soares de Araújo

Rio de Janeiro
2014

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ - RJ

M838 Moreira, Adriano de Lavor

Visibilidade, comunicação, políticas públicas e saúde: ressonâncias e interrelações na saúde indígena / Adriano de Lavor Moreira. – Rio de Janeiro, 2014.

xiv, 186 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde, 2014.

Bibliografia: f. 186-195.

1. Comunicação e Saúde. 2. Políticas Públicas. 3. Saúde. 4. Saúde indígena. 5. Desigualdade em Saúde I. Título.

CDD 362.10898

ADRIANO DE LAVOR MOREIRA

**VISIBILIDADE, COMUNICAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE:
ressonâncias e interrelações na saúde indígena**

Aprovado em: 20 / 10 / 2014

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Inesita Soares de Araújo – ICICT/Fiocruz
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Janine Miranda Cardoso – ICICT/Fiocruz
(Examinadora interna)

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Lerner – ICICT/Fiocruz
(Examinadora interna)

Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos – ENSP/Fiocruz
(Examinador externo)

Prof. Dr. Fernando Braga da Costa – USP
(Examinador externo)

Esta tese é dedicada a Edmilson Moreira e Terezinha Lavor, protagonistas do primeiro romance que acompanhei na vida e que me viciou na leitura (e mais tarde na escrita) de boas histórias; sem eles eu nunca teria descoberto que as histórias só são realmente boas quando estão repletas de amor.

AGRADECIMENTOS

“Alegria somada a alegria: amor somado a amor. A gratidão é nisso o segredo da amizade, não pelo sentimento de uma dívida, pois nada se deve aos amigos, mas por superabundância de alegria comum, de alegria recíproca, de alegria partilhada. Obrigado por existir, dizem um ao outro, e ao mundo, e ao universo. Essa gratidão é de fato uma virtude, pois é a felicidade de amar, e a única”.

(André Comte-Sponville)

A **Fiocruz**, instituição que me deu oportunidade aprender a enxergar o potencial transformador da Comunicação e a natureza humana da Saúde, na diária tarefa de construção do Sistema Único de Saúde; por permitir o meu desenvolvimento pessoal e profissional e garantir apoio logístico necessário para que pautas e projeto de pesquisa se concretizasse.

Ao **Programa Radis**, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), por me proporcionar a incrível experiência de me tornar um comunicador pleno, e compartilhar o ideal de uma Saúde universal, equânime e integral para a população brasileira; à **coordenação do programa**, sou grato pelo incentivo dado para minha qualificação, pela confiança creditada no meu trabalho e pela generosidade como acolheram meus projetos e também minhas dificuldades, necessidades e ausências nestes quatro anos; aos **colegas da Redação**, minha gratidão por embarcarem comigo nas pautas sugeridas, pelo compartilhamento de conquistas e desafios, e também pela compreensão e ajuda demonstradas diante do meu tempo exíguo e dos percalços enfrentados nesta dupla jornada.

Aos **pesquisadores da área de Saúde Indígena**, por acolherem minha curiosidade jornalística e compartilharem seus valiosos conhecimentos em congressos, seminários, encontros e entrevistas.

A **Luiza Garnelo** sou muitíssimo grato por ter despertado em mim, em plena aldeia Vila Nova, no Rio Negro, o desejo de desbravar uma área tão rica de ensinamentos; a **Sully Sampaio**, agradeço ter-me apresentado São Gabriel da Cachoeira, na Amazônia, e pela alegre convivência hoje transformada em amizade; a **Ana Lucia Pontes**, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, gratidão por dividir sua experiência e me considerar parceiro na luta pelo respeito à diversidade e pela garantia dos direitos indígenas. A **Paulo Peiter**, por ter sugerido a primeira pauta jornalística que me levaria a pesquisar a Saúde Indígena, também sou grato.

A **Carlos Coimbra, Ricardo Ventura, Andrey Cardoso e James Welch**, muito obrigado por me abrirem as portas do Departamento de Endemias Samuel Pessoa, da Ensp, pelas orientações teóricas oportunas e por me proporcionarem conhecer de perto o modo de vida Xavante, na aldeia Pimentel Barbosa, em Mato Grosso. Também grato por acompanhar o trabalho de campo de **Rodolfo Lucena, Aline Ferreira e Maurício Oliveira e Vinícius Gomes**, sempre solícitos para esclarecer dúvidas e procedimentos.

A **Verônica Almeida, Rita Vasconcelos, Edson Silva e André Monteiro**, agradeço por me apresentarem povo Xukuru de Ororubá e possibilitarem que eu conhecesse de perto sua luta, na aldeia Capim de Planta, em Pernambuco.

Às **lideranças e representantes do controle social indígena**, obrigado por sempre atenderem com presteza às minhas solicitações por informações, me incluírem na lista de jornalistas e pesquisadores parceiros e confiarem na honestidade do meu trabalho. Em especial, sou grato a **Sonia Guajajara, Marquinhos Xukuru, Gersem Luciano Baniwa, Denivaldo Cruz da Silva, André Fernando Baniwa, Tsuptó Wa'iri Xavante, Sereburã Xavante, Paulo Supretrapã, Caimi Waiassé, Kamikia Kisedje, Takumã Kuikuro, Marcos Terena, Ailton Krenak, Cesar Xakriabá, Jorge Marubo e Tonico Benites**, sem a contribuição dos quais esta tese não se concretizaria.

Aos **entrevistados desta pesquisa**, pelas valiosas informações que orientaram boa parte dos resultados desta tese, sou muitíssimo grato, pelo tempo destinado a me responder e por me cederem preciosas contribuições e contextos.

Às pessoas com as quais cruzei no decorrer destes quatro anos e que me auxiliaram em meu percurso, meu muito obrigado. O apoio de **Patrícia Bonilha e Renato Santana**, do Cimi, foi essencial para me situar no universo da Mobilização Nacional Indígena; **Aedê Cadaxa** foi importantíssima nas gestões que fiz na SESAI; **Rodrigo Siqueira** me forneceu valiosíssimo material de pesquisa, ao me apresentar o discurso de Ailton Krenak fez na Assembleia Nacional Constituinte; **os servidores da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados** não pouparam esforços para localizar arquivos sobre o Grupo de Trabalho Indígena.

À **equipe de Gestão Acadêmica do PPGICS**, muito obrigado pela disponibilidade gentil com que trataram minhas questões durante estes quatro anos.

Aos **colegas da turma de 2010 do PPGICS**, agradeço imensamente a convivência e a paciência com que me ouviram falar, inúmeras e repetidas vezes, de meu projeto, das minhas inquietações, das minhas inseguranças e das minhas expectativas, e também a solidariedade com a qual acolheram meus percalços e alegrias do caminho. Este trabalho também tem a voz de cada um deles.

Aos **professores do PPGICS**, sou grato pela orientação, sempre bem-vinda, de caminhos teóricos e metodológicos, pelas correções de rota e também pelos incentivos que me deram, ao longo destes quatro anos. Muito tenho a agradecer a **Janine Cardoso, Kátia Lerner, Valdir Oliveira, Cícera Henrique da Silva, Dalia Romero, José Laguardia e Adriana Kelly Santos**. Também suas vozes se encontram na polifônica lavra deste texto.

À **minha querida orientadora e amiga Inesita Araújo**, responsável pela reconversão do meu olhar para a Comunicação e Saúde, agradeço de coração a acolhida deste (des)orientando nada ortodoxo, a empolgação com que recebeu meus insights, o incentivo constante, os ajustes teóricos e metodológicos, os puxões de orelha necessários, o ombro amigo indispensável e, principalmente, a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos tão valiosos.

Aos queridos amigos que direta ou indiretamente me auxiliaram nesta jornada, agradeço imensamente com um abraço afetuoso. **Rogério Lannes**, meu parceiro de reportagens indígenas, pelas indicações precisas e ensinamentos sobre Fiocruz, SUS, Comunicação e Reforma Sanitária; **Justa Helena Franco**, pelo afetuoso cuidado com que me orientou em questões pessoais, profissionais e de saúde; **Mirna Juliana** e sua preciosa ajuda na formatação deste trabalho; **Liandro Lindner**, pela ajuda na definição do primeiro tema de pesquisa; **Anna Carolina Düppre**, que com agilidade e competência transcreveu todas as entrevistas; o mestre **Ricardo Oriá**, pelas ótimas dicas sobre a Constituinte e o Congresso Nacional; e **Carlos Ely Souto Abreu**, que em dois momentos abriu as portas de sua casa para me hospedar em Brasília, com todo apoio e amizade.

Aos profissionais de saúde e amigos que me ajudaram a enfrentar, no período do doutorado, o incômodo das dores da artrose, e também aqueles que me ajudaram a superá-la com a colocação de uma prótese na articulação do quadril esquerdo, meus mais sinceros agradecimentos. **Vinícius Lacerda**, **André Nagyidai**, **Rafael Simo**, **Bruno Rodrigues** e **Adriana Ferreira**, verdadeiros magos da fisioterapia; **Aluizio Gonçalves**, **Marcelo Gerck** e **Marcos Giordano**, hábeis cirurgiões que me colocaram de pé novamente em apenas três meses depois da cirurgia; **Jone Chebom**, **Roseana Matos** e **Leocádio José Correia**, que me ajudaram a manter o equilíbrio mental em todo este período; **Leila Melo** e o pessoal do **FioSaúde**, e também a equipe do **Nust/Fiocruz**, pela retaguarda informativa e logística.

Aos amigos de sempre **Ana** e **Sonia Peyroton**, **Letícia Damião**, **Léo Macedo**, **Augusto Antunes**, **Ivete Antunes**, **Tutti Fukuda**, **Leonardo Pinto**, **Delânia Azevedo**, **Edison Pinheiro Junior** e **Célia**, **Glorinha** e **Chiquinho Oliveira**, **Ciça Monteiro**, **Rafa** e **Luca Morais**, **Mirna** e **Jorge Ritchie**, valeu a paciência por tanto me ouvirem falar em teorias, um beijo pelo afeto recebido nos momentos de angústia e pelos brindes nas horas de alegria. Sem vocês, meu mundo estaria incompleto.

Aos meus queridos irmãos **Lavorzinho**, **Paulo**, **Goretti**, **Marcelo** e **Marcos**, tanto tenho a agradecer, pelas referências, pela paciência, pela proteção e pelo amor com os quais me cercam a vida toda. E também **aos seus amores**, porque os fazem felizes. E **aos 13 sobrinhos**, por serem suas extensões.

A minha querida mãe **Terezinha**, que desde cedo me estimulou a pensar alto, trabalhar duro e não ter medo de ser feliz. Obrigado, muito obrigado pelo seu amor que me acalenta, seu carinho que me apoia, e suas orações que me protegem.

Ao meu amor **Emerson Pedrosa**, por esta caminhada deliciosa que se iniciou há 10 anos e que só me torna mais forte, mais lúcido e mais apaixonado pela oportunidade que a vida nos dá, a cada dia, de sermos melhores e mudarmos o futuro que já está logo ali.

RESUMO

Esta tese estabelece relações entre visibilidade e políticas públicas, tomando como referência práticas e políticas públicas referentes à saúde das populações indígenas brasileiras. A tese se apoia, teoricamente, na visão ampliada de saúde, no caráter dinâmico da informação e na comunicação baseada nos conflitos e negociações resultantes de diferentes visões de mundo, tendo a contextualidade como fio condutor. Os resultados emergiram do cruzamento de informações obtidas em entrevistas realizadas com formuladores, gestores e fiscalizadores de políticas públicas, que indicaram práticas de comunicação com potencial de gerar visibilidade para indivíduos e grupos indígenas, repercutindo nas tomadas de decisão relacionadas à saúde, e do acompanhamento da Mobilização Nacional Indígena, que aconteceu em maio de 2014 em Brasília. Destacam-se as seguintes conclusões: que a visibilidade é um eficiente e eficaz elemento de negociação dos grupos sociais quando, articulado com outros fatores, fortalece seu lugar de interlocução e negociação diante de demandas e necessidades de saúde; que dentre as práticas reconhecidas de obtenção de visibilidade dos indígenas, mostram maior eficácia e eficiência as ocupações físicas de espaços públicos, realizadas em grupo; e que a visibilidade é ferramenta essencial para que se avance na direção da construção de cenários favoráveis para a saúde dos indígenas, visto que fortalecem noções de protagonismo, autonomia e defesa territorial, essenciais na consolidação de suas formas de controle social e na conquista plena da cidadania.

Palavras-chave: Comunicação e saúde. Políticas públicas. Saúde. Saúde indígena. Desigualdade em Saúde.

ABSTRACT

This thesis establishes relationships between visibility and public policies, referring to practices and public policies concerning health of the Brazilian indigenous peoples. Theoretically, the thesis is based on the expanded view of health, the dynamic nature of the information and the communication building on the conflicts and negotiations deriving from different worldviews, having as guideline the situatedness. The results emerged from crosschecking of information resulting from interviews conducted with policy-makers, managers and supervisory authorities of public policies, which referred communication practices that could potentially generate visibility for indigenous individuals and groups reflecting in the decision-making related to the health, and from the follow-up of the Indigenous National Movement, held in May 2014 in Brasilia. The following conclusions can be underscored: The visibility is an efficient and effective trading element for the social groups articulated with other factors when strengthens its own camp of dialogue and negotiation in face of health demands and needs. Among the recognized practices to obtaining of visibility for the indigenous peoples, the physical occupations of public spaces realized in group demonstrate greater efficiency and effectiveness. In addition, the visibility is an essential tool to progress toward the construction of favourable scenarios for the indigenous health, since they strengthen notions of empowerment, autonomy and territorial defence, essential to the consolidation of their forms of social control and to the full conquest of the citizenship.

Keywords: Communication and health. Public policies. Health. Indigenous health. Disparities in health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFP	Agência France Press
AGU	Advocacia Geral da União
AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAN	Agente Indígena de Saneamento
ANDES/SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Associação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARPINSUL	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CBN	Central Brasileira de Notícias
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CISI	Comissão Intersetorial de Saúde Indígena
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CNPI	Conselho Nacional de Política Indigenista
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONDISI	Conselho Distrital de Saúde Indígena
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CSP	Central Sindical e Popular
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DENASUS	Departamento Nacional de Auditoria do SUS
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
EMSI	Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
ESF	Estratégia Saúde da Família
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNS	Fundação Nacional de Saúde
FOCIMP	Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus
FPCONDISI	Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena
FSP	Folha de São Paulo
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GPS	<i>Global Positioning System</i> (Sistema de Posicionamento Global)

GT	Grupo de Trabalho
IIEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
INSI	Instituto Nacional de Saúde Indígena
ISA	Instituto Socioambiental
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PGR	Procuradoria Geral da República
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNASPI	Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RADIS	Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SasiSUS	Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECOMT	Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASI	Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Terras Indígenas
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – História em quadrinhos de Maurício de Souza.....	65
Figura 2 – Cartum de André Dahmer	85
Figura 3 – Caboclos ou índios civilizados (Debret)	129

Fotos

Foto 1 – Poema-objeto de Antunes e Laszlo	68
Foto 2 – O entorno do templo Taj Mahal, na Índia	87
Foto 3 – Índios ocupam o Plenário da Câmara, durante manifestação em 2013	113
Foto 4 – Sonia Guajajara lê o conteúdo da Queixa-crime, em frente ao STF	120
Foto 5 – Índios e seguranças na cúpula do Congresso	122
Foto 6 – Manifestantes ocupam a Cúpula do Congresso Nacional.....	123
Foto 7 – Reprodução da tela de televisão sintonizada na GloboNews	126
Foto 8 – Momento do suposto ataque de um índio a um policial militar a cavalo	127
Foto 9 – Índio atira flecha em direção a policiais militares	128
Foto 10 – O líder Raoni foge das bombas de gás, durante a manifestação	134
Foto 11 – Índio tem suas marcas registradas por fotógrafos e cinegrafistas	136
Foto 12 – Índio mostra suas marcas durante coletiva de imprensa	136
Foto 13 – Maria Paula e Toni Garrido apoiam a manifestação em frente ao Congresso	140
Foto 14 – Comissão de indígenas é recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados.....	141
Foto 15 – A então presidenta da FUNAI e o coordenador da SESAI, em uma aldeia indígena	145
Foto 16 – Índios se acorrentam em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília	148

Quadros

Quadro 1 – Tipos de visibilidade.....	155
Quadro 2 – Estratégias e/ou instrumentos utilizados pelos índios na gestão das visibilidades	156

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
2 POLÍTICAS PÚBLICAS, CONTEXTOS E VISIBILIDADES	25
2.1 IDENTIFICANDO POLÍTICA PÚBLICA.....	26
Política de saúde é política social	29
Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	32
2.2 POLÍTICA PÚBLICA, CONVERGÊNCIA DE VISIBILIDADES E SENTIDOS.....	39
Comunicação e equidade no SUS	41
Imagens e silêncios na saúde indígena	43
3 NEGOCIAÇÃO, AFETO E VISIBILIDADE	46
3.1 SENTIDOS NEGOCIADOS, COMUNICAÇÃO GARANTIDA?	50
3.2 CONFLITOS E AFETOS, MOTORES DA MOBILIZAÇÃO	54
3.3 POTENCIAL VINCULATIVO DA VISIBILIDADE.....	57
4 OS SENTIDOS DA VISIBILIDADE	63
4.1 VEJO, LOGO EXISTO?	64
Máquinas de ver, equipamentos do olhar	70
De onde ver, para onde olhar	72
4.2 GESTÃO DE IMAGEM E RECONHECIMENTO	75
Imagens em crise	80
A luz que descontextualiza	86
Visíveis são os registrados	88
4.3 INVISIBILIDADE VIGILANTE	91
O poder e a (in)visibilidade	95
Ver para crer	99
Fazer ver, fazer pensar, fazer sentir	100
4.4 (IN)VISIBILIDADE FAZ MAL À SAÚDE?	102
Cuidado visível	105
(In)visibilidade negligente	106
Comunicar, tornar visível o cuidado	107

5 VISIBILIDADE EM MOVIMENTO (OU DIÁRIO DA MOBILIZAÇÃO)	110
5.1 UM BOM PAR DE SAPATOS E UM CADERNO DE ANOTAÇÕES.....	110
5.2 PREÂMBULO: EM 2013	111
5.3 TERÇA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2014.....	114
5.4 QUARTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2014	134
5.5 QUINTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2014.....	146
5.6 REPERCUSSÃO	150
6 ANÁLISE DE RESULTADOS	154
Aproximação conceitual	154
Das práticas indígenas de visibilidade	155
Elementos promotores da visibilidade	157
Gestão das visibilidades	163
Gestão de invisibilidades	166
Efeitos nas políticas públicas	171
Eficácia e eficiência da visibilidade	173
CONCLUSÃO	178
REFERÊNCIAS	186
ANEXOS	196

INTRODUÇÃO

Esta tese que o leitor tem em mãos, tecida a partir de contextos diversos, resulta principalmente do encontro das inquietações acadêmicas com a vivência profissional de reportagem, que já ultrapassa duas décadas. A centelha inicial foi acesa em 2009, quando às margens do Xié, afluente do caudaloso rio Negro, chamou minha atenção a destreza com a qual os índios operavam um precário rádio amador para resolver demandas de saúde. Como repórter da Revista Radis, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), da Fiocruz, eu estava na Amazônia para acompanhar a formação técnica de um grupo de agentes comunitários indígenas de saúde, experiência que se transformou na minha primeira reportagem sobre Saúde Indígena e me estimulou a buscar conhecer realidades, práticas, problemas e desafios enfrentados por diferentes etnias no país.

Naquele mesmo ano, outra experiência reforçou o desejo de compreender e me aprofundar na relação existente entre comunicação, índios e saúde. Convidado para cobrir a assembleia anual promovida pelos índios Xukuru, no agreste pernambucano, entendi que, para além dos índices positivos, a saúde daquele povo estava intimamente ligada à afirmação de sua identidade, à garantia de seus direitos e à capacidade de protagonizar sua história. Na aldeia Capim de Planta, conheci a história do cacique Xicão, assassinado em 1998, uma década depois de ter liderado a reconstrução identitária e a reorganização política daquela etnia.

Impactado pela força de mobilização em torno da memória do líder xukuru, cheguei à seleção do doutorado, no fim de 2009, interessado em me aprofundar na sua história, cujas referências fortaleciam as ações do controle social da saúde e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Naquele momento, eram visíveis para mim relações que ligavam o culto à figura heroica do cacique à mobilização em prol da construção da saúde. A proposta, no entanto, se aproximava muito mais do campo da etnografia ou da antropologia, o que me fez parar para refletir qual seria a contribuição que eu poderia oferecer ao campo da comunicação e saúde a partir das experiências dos índios que havia conhecido.

Foi então que me dei conta, com o decorrer do curso e com as primeiras sessões de orientação, que eu havia me detido em algo que era particular de uma etnia, não percebendo aquilo que se apresentava ao mesmo tempo como vulnerabilidade e potencialidade nas lutas indígenas – a questão da visibilidade. “Queria tanto mostrar o que para mim ficou visível, que não percebi que o geral ali era exatamente o que era invisível”, cheguei a escrever na época. É

a situação de invisibilidade na esfera pública o que coloca os índios vulneráveis e, ao mesmo tempo, os mobiliza para explorar o potencial transformador da comunicação. Estava aí o tema, bem diante dos meus olhos.

A ideia pareceu estar em consonância com estudos recentes sobre a Saúde Indígena, que demonstram um danoso quadro de invisibilidade demográfica e epidemiológica das minorias, resultante da ausência de estudos e dados sobre as múltiplas interfaces dos efeitos da dimensão étnico-racial sobre a saúde capazes de evidenciar, propor e colocar em marcha mudanças visando dirimir situações de desigualdade em saúde. Em relação aos índios, a constatação se traduz em situações de exclusão, marginalidade, discriminação e vulnerabilidade diante de uma série de agravos, como coeficientes de morbi-mortalidade mais altos do que os registrados em nível nacional, fome e desnutrição, riscos ocupacionais e violência social.

A proposta também cumpre um requisito que eu considerei essencial ao escolher meu tema de pesquisa: oferecer uma contribuição para o crescente campo de Comunicação, Informação e Saúde, trazendo o foco para a compreensão dos novos cenários e processos comunicativos e as suas relações com as mecânicas de pertencimento, as operações de reconhecimento social e as instâncias de construção política, responsáveis pela concretização da saúde. Em sua organização política, os índios se mostram sujeitos capazes de oferecer importantes e singulares contribuições neste sentido, na medida em que, no rol das minorias, se destacam por utilizar estratégias de comunicação particulares que dão suporte a seu aguerrido espírito de combate diante das ameaças à garantia de seus direitos e da desqualificação de sua condição de cidadania.

Mesmo quando personagens de contundentes narrativas midiáticas, eles ainda estão longe de conquistar nos meios de comunicação e nos canais de interlocução política, um lugar de interlocução que os permita vocalizar suas reais necessidades e especificidades; continuam sendo retratados sob a lente do estereótipo e do exotismo, ora como bons selvagens que necessitam de tutela do Estado e caridade dos não-índios, ora como perigosos entraves a um projeto de desenvolvimento que ignora suas conquistas históricas e privilegia iniciativas que ameaçam seus modos de vida tradicionais e sua ancestral ligação com o território onde sempre viveram. Contudo, na contramão desta visão hegemônica, preconceituosa e estigmatizante que visa anular qualquer protagonismo e articulação política, os índios se mostram dispostos a enfrentar estas ameaças munidos de estratégias comunicacionais que os qualificam como interlocutores capazes de negociar sobre suas demandas e sobre as decisões políticas que afetam o seu futuro – como indivíduos e como grupo social.

Foi a partir da observação destas estratégias de comunicação, protagonizadas pelos próprios índios ou por instituições políticas e sociais que os representam, capazes de os tornarem visíveis e ativos politicamente, que me interessei em conhecer, compreender, analisar e relacionar a produção da visibilidade com a condução das políticas públicas. Não somente a visibilidade que é medida pela presença nos produtos e espaços dos meios de comunicação, mas também aquela que se dá dentro dos processos de negociação política, tão importantes na transformação da realidade.

Apoiado no princípio de que comunicação e política pública se caracterizam por disputas e negociações por hegemonia, localizei minha observação na busca por ações, práticas ou estratégias em que a visibilidade se mostrasse capaz de interferir na condução da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e, mais especificamente, na gestão política e administrativa do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, no sentido de compreender como ser e/ou estar visível qualificam ou não sujeitos e indivíduos como interlocutores qualificados para exercer o controle social e, ainda, com o desejo de perceber em que nível tais situações contribuem para a concretização da equidade em saúde.

Deste modo, desejo crer que este trabalho oferece uma contribuição aos estudos de comunicação que pensam o campo das desigualdades sociais, visto que os resultados propostos podem iluminar estratégias eficazes de participação social e protagonismo em saúde, assim como defende a inclusão da visibilidade como categoria de mediação a ser considerada em futuros levantamentos sobre a situação de saúde de pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade. É certo, porém afirmar que, como categoria, a visibilidade somente se sustenta quando pensada e articulada a outros determinantes e contextos, no sentido de que apenas fornece pistas capazes de permitir as potencialidades e fragilidades das ações comunicativas.

A partir de um levantamento inicial, optei por trabalhar, com maior ênfase, na observação e análise das ações de visibilidade articuladas com a ocupação de espaços públicos. A escolha é reflexo de duas constatações: a primeira diz respeito ao fato de que a presença física de sujeitos e grupos nestes espaços pareceu ser mais eficiente do ponto de vista da percepção concreta de resultados políticos; a segunda, por considerar que a ocupação territorial tem uma semântica particular para os índios, já que a grande ameaça que enfrentam neste momento da história do país é a luta pela manutenção de seus territórios.

Ambas as prerrogativas me estimularam a insistir na procura de elementos que me indicassem possíveis relações entre visibilidade, comunicação, políticas públicas e saúde, de maneira a compreender se a produção de visibilidade é capaz de reverter (ou pelo menos

minimizar) processos de exclusão e de negligência, que são reconhecidamente prejudiciais à saúde e limitadores da execução de políticas públicas.

Definida a proposta que seria levada adiante, algumas perguntas nortearam a estruturação do trabalho: Como caracterizar visibilidade e invisibilidade? Quais as consequências deste fenômeno para a saúde? Que instrumentos e/ou estratégias de comunicação produzem e mantêm a visibilidade? A visibilidade garante o direito e o acesso à saúde? E o direito à comunicação? Visibilidade viabiliza participação social? Quais as consequências da visibilidade excessiva?

As perguntas refletem a aproximação com as primeiras leituras sobre os temas que me acompanharam nestes quatro anos. Sobre invisibilidade, destacam-se a pesquisa feita por Fernando Braga da Costa sobre a invisibilidade pública dos garis em São Paulo e as narrativas sobre invisibilidade social coletadas por Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde com crianças e adolescentes envolvidos com o crime; sensíveis e reveladoras, as duas abordagens abriram um leque de possibilidades e desdobramentos em minha cabeça e me levaram a um sem número de outros olhares, a considerar a visibilidade a partir de contextos tão diversos quanto a física, a política, a mitologia, a comunicação e até a literatura de ficção científica.

Sobre políticas públicas e saúde foi absolutamente necessário e contextualizador resgatar, reviver e me emocionar com a construção do projeto democrático e solidário que deu origem ao Sistema Único de Saúde e sua intransigente defesa pelo direito à saúde universal, equânime e universal, bem como acompanhar os desdobramentos que levaram à configuração de um subsistema que atendesse as necessidades e singularidades dos índios brasileiros. Neste contexto, minhas questões não avançariam, contudo, sem o suporte oferecido pelos preciosos levantamentos epidemiológicos e por orientações e contextos propostas por pesquisadores da Saúde Indígena da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e de outras unidades da Fiocruz.

Foi essencial, ainda, me apoiar no modelo de comunicação proposto por Inesita Araújo, que entende a comunicação nos moldes de um mercado, noção que me capacitou a entender política pública como resultado de uma visão de mundo que conquistou hegemonia e que se legitima a partir de negociações, disputas e contextos. Do cruzamento, enfrentamento e negociação entre estas abordagens teóricas, inquietações e inspirações pessoais, parti da premissa inicial de que a invisibilidade produz negligência e que esta negligência se constitui e é produto da cultura de excessiva visibilidade dos tempos atuais, legitimada por um contexto que permite (e muitas vezes cultiva) a falta de cuidado com determinadas questões, situações e populações. Neste contexto, uma frase dita por minha orientadora guiou meus passos,

durante a execução da pesquisa: “Os índios são uma população negligenciada, que sofre de doenças negligenciadas, cuja comunicação é negligenciada”.

De posse do registro destas orientações em minha bússola de pesquisador, movi-me, nestes quatro anos com uma imensa curiosidade que me trouxe outras questões norteadoras: Em uma sociedade baseada na notoriedade e no reconhecimento, como garantir o cuidado com a saúde daqueles que não são visíveis no espaço público? A visibilidade oferece esta garantia? Como viabilizar a saúde para populações invisíveis nas estatísticas e nos bancos de dados? A visibilidade é garantia de reconhecimento no âmbito das políticas públicas? Em suma: visibilidade é garantia de saúde?

Em contraste com inúmeras perguntas, apoiei-me no entendimento de que o direito à saúde está diretamente associado ao direito à comunicação, assim como a garantia ao cuidado está fortemente associada à possibilidade de ser (estar) visível. Dito isso, defini como objetivo geral do meu trabalho:

- Estabelecer as relações entre visibilidade e políticas públicas, tomando como referência as práticas e as políticas públicas referentes à saúde das populações indígenas brasileiras.

São seus objetivos específicos:

- Circunscrever e aprofundar a discussão sobre visibilidade no âmbito interdisciplinar da comunicação, informação e saúde;
- Relacionar práticas de mobilização e comunicação articuladas por indivíduos e grupos sociais indígenas que promovam a aquisição, articulação e/ou a manutenção da visibilidade;
- Identificar os impactos das práticas de produção de visibilidade das populações indígenas na geração e condução da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

A tese está dividida em seis partes. Após a explicação das escolhas metodológicas, o segundo capítulo situa esta discussão no âmbito das políticas públicas de saúde e a relaciona com o contexto do Sistema Único de Saúde. O terceiro capítulo apresenta os conceitos de comunicação que nortearam a construção do objeto teórico da tese, e o quarto capítulo traz uma genealogia da visibilidade. Em seguida, trago o relato da Mobilização Nacional Indígena que aconteceu em maio de 2014, quando pude acompanhar ao vivo as estratégias de visibilidade utilizadas pelos índios para chamar atenção para suas demandas, momento fundamental para a compreensão de sua repercussão junto aos meios de comunicação e aos

poderes do Estado. Por fim, os dados foram analisados à luz das teorias mobilizadas e os resultados apresentados nas considerações finais.

Certo de que as conclusões apresentadas também trazem à tona novos questionamentos acerca dos objetos aqui tratados, convido o leitor a compartilhar comigo a leitura desta tese, esperando que este traga, da sua experiência e de seus contextos, outras contribuições e caminhos a seguir. Se escrever algo é comprometer-se e desnudar-se, sob o olhar do outro, afirmo aqui meu compromisso com um mundo mais justo e solidário e torço que o encontro de minhas palavras com outras interpretações ilumine novas saídas e novas conquistas. E que os sentidos se façam compartilhados, porque assim se tornarão mais reveladores e visíveis.

1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A tese que se apresenta aqui resulta de uma pesquisa qualitativa, dada a natureza de seu objeto, de suas questões e de suas prerrogativas teóricas. O entendimento que se tem é que os métodos qualitativos, por suas características, melhor respondem às especificidades dos fenômenos que se deseja analisar, já que são práticas e processos sociais e, portanto, não quantificáveis. A pesquisa demandou escolhas consideradas capazes de compreender indivíduos, grupos e práticas pesquisados em sua historicidade e contextualidade, em consonância com os referenciais teóricos apresentados: visão ampliada de saúde, caráter dinâmico da informação, comunicação baseada na negociação e no reconhecimento de conflitos por uma visão de mundo.

É, também, uma abordagem que tem a contextualidade como fio condutor, baseada na ideia de que a consciência dos contextos é imprescindível na construção do objeto empírico e na interpretação de dados, permitindo uma posição de interação dinâmica entre pesquisador e objeto de estudo. No que diz respeito aos métodos de coleta e análise de dados, fez-se a opção por procedimentos metodológicos complementares, articulados nas diferentes fases da investigação. Dada a complexidade já relatada dos fenômenos, o uso destes diferentes procedimentos pareceu ser a melhor opção na busca dos resultados; algumas etapas foram concluídas de forma concomitante ao longo do processo de investigação, numa retroalimentação desde a sua concepção prevista – e esperada.

A primeira etapa consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica acerca das questões teóricas que sustentaram o que se buscava compreender. Resultam desta fase os primeiros capítulos desta tese, que têm com objetivo localizar a discussão sobre saúde no campo das políticas públicas, apresentar a genealogia que dá suporte ao que se tratou sobre visibilidade e apresentar as referências de comunicação que determinaram de onde partiu o olhar investigativo e analítico orientador da construção deste trabalho. É mister que se esclareça, no entanto, que até os momentos finais de sua escritura, a tese manteve seu caráter de obra aberta, no sentido de atualizar e recolocar questões à medida em que as outras etapas iam sendo realizadas e que acontecimentos traziam novos elementos que conversavam com tópicos tratados. Neste aspecto, o acompanhamento de disputas e conflitos travados no âmbito da Saúde Indígena (através de trabalhos teóricos, participação em eventos, monitoramento do tema na imprensa e nas redes sociais) foi determinante para que se desenhasse um panorama teórico capaz de contextualizar o campo; também não se perdeu de vista a relevância de

decisões políticas que direta ou indiretamente se relacionavam com o setor, de modo que as análises e conclusões apresentadas fossem atualizadas e contextualizadas – historicamente e estruturalmente.

A segunda etapa, cumprida em dois momentos diversos da investigação, foi a realização de 15 entrevistas semi-estruturadas com formuladores, gestores e fiscalizadores de políticas públicas, em especial aqueles que estão ligados – por sua história, atuação ou militância – à condução da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. As entrevistas, realizadas entre agosto de 2013 e maio de 2014 em Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, seguiram um roteiro padrão que incluía perguntas sobre visibilidade e gestão da imagem dos índios brasileiros, assim como buscou estabelecer possíveis relações entre estes temas e o gerenciamento das políticas públicas.

Foram ouvidos, entre os parlamentares: senadora Ana Rita (PT/ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado; deputados Padre Ton (PT/RO) e Sarney Filho (PV/MA), respectivamente presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e presidente da Comissão de Luta Externa Indígena, ambas em atividade na Câmara dos Deputados. Entre os gestores e técnicos: Antonio Alves, gestor da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Presidente da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI); Bianca Moura, assessora para o controle social da SESAI e uma das organizadoras da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena; Carlos Lisboa Travassos, coordenador-geral do setor de Índios Isolados e Recém-Contatados e Patrícia Chagas Neves, coordenadora-geral de Promoção dos Direitos Sociais, ambos quadros técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Representando o controle social, foram entrevistados Jorge Oliveira Duarte Marubo, coordenador do Fórum de presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e integrante da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI) no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e William Cesar Lopes Domigues Xakriabá, presidente do CONDISI de Altamira (PA).

Também foram ouvidas lideranças do movimento indígena nacional (tradicionalistas e contemporâneas): o piloto Marcos Terena, ex-diretor do Memorial dos Povos Indígenas do governo do Distrito Federal e articulador dos Jogos Nacionais Indígenas; Ailton Krenak, coordenador da Rede Povos da Floresta e único indígena a participar da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987; e Sonia Guajajara, integrante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Coordenação da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Foram escutados ainda pesquisadores dedicados às questões indígenas: Carla Costa Teixeira, pesquisadora da área de saúde indígena e professora do

departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), consultora da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na CISI/CNS; e o guarani-kaiowá Tônico Benites, mestre e doutor em Antropologia pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Por fim, no rol de entrevistados também se incluiu a voz do Judiciário, com a entrevista de Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de assuntos relacionados aos povos indígenas e às populações tradicionais.

O encontro com este vasto elenco de entrevistados, além de permitir identificar, a partir de variados contextos e ângulos diversos, as possíveis relações estabelecidas entre produção de visibilidade e condução de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas, também possibilitou prever o passo seguinte, que foi acompanhar de perto uma ação, protagonizada pelos próprios indígenas, que notadamente fosse geradora de visibilidade pública e que implicasse em alguma interferência nos rumos das estas políticas. A princípio, planejava-se participar, como observador, da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que aconteceu em Brasília entre 2 e 6 de dezembro de 2013. Dada a impossibilidade de estar presente na Conferência por motivos de saúde, optou-se por realizar o trabalho de campo durante a Mobilização Nacional Indígena de 2014, que aconteceu entre 26 e 29 de maio, também em Brasília.

A opção pela mobilização se deu em função da maioria dos entrevistados indicarem que a presença física dos índios nos espaços públicos configurava uma das estratégias mais efetivas e eficazes de produção de visibilidade que geravam impactos nas políticas públicas. As opiniões manifestadas nas entrevistas se confirmavam com a repercussão midiática e os desdobramentos políticos da mobilização indígena de 2013, quando os índios ocuparam o principal plenário da Câmara dos Deputados, conseguindo não somente espaço de destaque nos meios de comunicação, mas também vitórias importantes nas negociações que vinham estabelecendo no Legislativo e, também, no Executivo. Como já estava marcada a Mobilização Nacional Indígena para maio de 2014, a possibilidade de acompanhar o movimento em Brasília pareceu uma ótima oportunidade de trabalho de campo: buscar compreender, na prática, como se daria a construção de estratégias, a mobilização da imprensa, a repercussão dos atos, a atuação das personagens, as disputas por dar um sentido à luta que empreenderiam na capital federal. Observar uma ação de alta visibilidade ao vivo, em tempo real.

Durante este momento do trabalho de campo foi possível concluir as entrevistas previstas. Alguns entrevistados foram substituídos durante o processo, em função de

impossibilidade de conciliação de agendas, mas também pelo caráter dinâmico de suas funções (Na Câmara dos Deputados, por exemplo, os mandatos dos parlamentares nas comissões, assim como na Mesa Diretora, duram apenas dois anos). As entrevistas foram importantes instrumentos para que se pudesse sistematizar e analisar as práticas de comunicação propostas por (e para) indígenas que promovem a aquisição, a articulação e/ou a manutenção da visibilidade, de modo a perceber seus contextos de construção e manutenção e, posteriormente, avaliar em que medida estas práticas repercutem nas tomadas de decisão relacionadas à saúde, como incremento nos níveis de informação ou capacidade de articulação política.

O acompanhamento da Mobilização Nacional Indígena de 2014 possibilitou uma maior aproximação das estratégias de visibilidade propostas pelo movimento político indígena em Brasília, permitindo a análise da performance e da repercussão que algumas destas estratégias/ações/práticas obtiveram nos meios de comunicação, e o cruzamento de informações com as impressões obtidas na observação destes mesmos atores (indivíduos, grupos, organizações indígenas) nos espaços da Internet (sites, blogs e redes sociais) e no campo de intervenções sociais. As observações foram registradas em forma de diário, utilizando linguagem jornalística, por se entender que as técnicas de reportagem atenderiam melhor à descrição dos processos em curso e das sensações advindas da observação do pesquisador.

O passo seguinte ao trabalho de campo foi procurar estabelecer as relações entre visibilidade e políticas públicas de saúde, a partir das questões teóricas envolvendo comunicação, políticas públicas de saúde e visibilidade, do que resultou um esquema teórico que reúne cenários, estratégias e instrumentos utilizados pelos índios na gestão das visibilidades. Este esquema orientou o cruzamento dos dados coletados nas entrevistas e na observação do campo com os temas teóricos propostos, donde se vislumbraram as conclusões.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, CONTEXTOS E VISIBILIDADES

O exercício da política está associado à capacidade de se fazer visível, tanto para aqueles que exercem o poder quanto para aqueles que estão sob sua égide. Por um lado, ser visto legitima a participação no processo político; por outro, também é condição para a conquista e a manutenção da liderança: respalda ações públicas e serve, também, como instrumento de monitoramento e controle. Para os indivíduos, sejam governantes ou governados, ver-se e se fazerem vistos capacita-os como sujeitos históricos e políticos, pertencentes ao espaço público e capazes de tomar e interferir em decisões.

Estas constatações filosóficas, reforçadas por diversos exemplos na história do Ocidente, ganham mais força no fim do século XX, com a maior aproximação da política com os meios de comunicação de massa. Pode-se dizer que, a partir da disseminação da sua presença na vida em sociedade, governar é administrar visibilidades – seja gerenciando-as (nos regimes democráticos), seja limitando-as (no caso dos regimes totalitários). O fato é que depois do advento dos jornais, das rádios e principalmente da televisão, e da sua legitimação como fontes de informação e como atores sociais, a política se liga intimamente à comunicação, de tal forma que fica difícil imaginá-la longe das notícias, dos flashes e da opinião pública.

Fazer ver, fazer crer e fazer-se imagem, eis a disputa política e comunicativa em curso. Escolher e garantir representação política, conquistar o poder, legitimar lideranças, administrar participação e autoridade, negociar e concretizar projetos políticos ou políticas públicas são atividades cada vez mais dependentes das máquinas de ver e de olhar, tão sofisticadas nestas primeiras décadas do século XXI. Poucas possibilidades de sucesso encontram aqueles indivíduos ou grupos que se encontram à margem das estratégias e práticas de comunicação, orientadas não somente para os meios convencionais que se firmaram no século passado, mas também para as novas formas e os novos veículos legitimados pelas crescentes e onipresentes tecnologias de informação dos dias de hoje. Para as teias eletrônicas interligadas por fibra ótica, convergem dispositivos, desejos, posicionamentos, articulações, compromissos e projetos, num processo de intercâmbio existencial e axiológico em que verdades e ideologias disputam atenção e financiamento para que possam vir a existir. É a sociedade midiática, onde as instituições estão cada vez mais articuladas com as mídias, interferindo também nas práticas e mobilizações de grupos sociais e na condução de políticas públicas.

Neste capítulo, observaremos de que modo a comunicação e a informação se relacionam com a constituição, legitimação, condução e valoração das políticas públicas, bem como avaliaremos se estas conferem maior poder de articulação aos indivíduos e movimentos sociais que são sujeitos e/ou destinatários desta política. Começaremos por analisar os contextos de conformação das políticas públicas, da política de saúde brasileira como política social, e da política de saúde indígena como resultante deste processo; em seguida, avaliaremos o efeito da comunicação e dos sistemas de informação nestes contextos, demonstrando que são arenas onde a disputa por visibilidade pode ser preponderante na legitimação de caminhos a seguir.

2.1 IDENTIFICANDO POLÍTICA PÚBLICA

A princípio, é necessário estabelecer uma diferença conceitual entre “política” e “política pública”. Em uma conceituação bastante técnica, o especialista Leonardo Secchi (2012, p. 6) orienta que, ao contrário de “política” – “atividade humana ligada à obtenção e à manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” – as políticas públicas tratam do conteúdo concreto e simbólico das decisões políticas, bem como do processo de construção e atuação dessas decisões. Ele define:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2012, p. 2).

E acrescenta:

As políticas públicas podem fazer uso de diversos instrumentos para que as orientações e diretrizes sejam transformadas em ação. Políticas públicas tomam forma de programas políticos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais,

coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*¹, dentre outros (SECCHI, 2012, p. 8).

No *Dicionário de Ciências Sociais*, Birou (1982) apresenta o termo “política” como viver em sociedade, mas também como a “a arte de governar um Estado”. Para ele, qualquer atividade, fato ou situação relacionados a um grupo humano tem um caráter político, já que traduz a existência de relações de autoridade e de obediência estabelecidas em um função de um objetivo comum. Neste sentido, a política seria “a estrutura que tais relações impõem à sociedade; a política traduziria de preferência o aspecto dinâmico de todos os fenômenos implicados pela actividade que visa quer a conquista do Poder quer o seu exercício” (BIROU, 1982, p. 307). O autor destaca a relação que há entre a atividade política e as ações de controle humano e social, entendendo que também se trata de uma “arte”, na medida em que no seu exercício concreto não se limita à simples aplicação de leis teóricas ou ao exercício da força, já que implica uma certa habilidade adquirida pela experiência e pelo conhecimento de certas regras concretas, bem como requer também vontade de agir de maneira justa e eficaz.

Na avaliação que fez sobre os desafios enfrentados pelo jornalismo na área das políticas públicas sociais, o jornalista Guilherme Canela (2008) também alerta para a possível confusão semântica que se pode fazer, na língua portuguesa, entre “política” e “política pública” – em outras línguas, como o inglês, há palavras que diferenciam os dois conceitos (*politics* para política e *policy* para política pública). Ele define política pública como “qualquer ação dos poderes públicos que seja executada a fim de garantir os mais diferentes direitos de cidadãos e cidadãs, segundo o estabelecido no ordenamento jurídico de um dado país” (CANELA, 2008, p. 19). Em sua análise, o autor exemplifica que não é possível fazer política pública sem fazer política, mas que é totalmente possível fazer política sem fazer política pública.

Nesta mesma obra, que reúne diversos artigos relacionando políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo, a socióloga Maria Helena Castro (2008) traduz política pública² como “o Estado em ação”, salientando que, a política só se torna pública com a participação fundamental do Estado, seja na mobilização e articulação dos diferentes interesses (setor privado e sociedade civil, entre outros) envolvidos, seja na sua formulação direta, seja ainda na definição de um marco regulatório da sua implementação. A definição

¹ O autor define como *stakeholders* “todos os portadores de interesses nas atividades de uma organização (uso nas ciências da administração), ou nos impactos de uma política pública (uso na área de políticas públicas). (SECCHI, 2012, p. 125).

² Maria Helena Castro (2008) também destaca a diferença conceitual existente na língua inglesa entre “politics”, que designa a política como atividade ou jogo político, “policy”, que se refere ao Estado em ação, produzindo bens ou políticas públicas, e, por fim, “polity”, que define o sistema político.

vai ao encontro do que orientam os pesquisadores Luís Roberto de Paula e Fernando de Luiz Brito Vianna (2011, p. 5), quando mapearam as políticas públicas para os povos indígenas. No trabalho, eles as descrevem como:

[...] um conjunto de ações articuladas, de responsabilidade do Estado, que têm por objetivo o atendimento a necessidades, interesses ou direitos coletivos. Estão respaldadas por leis e normas jurídicas. Ganham existência em sucessivas etapas, dentre as quais podemos destacar as de formulação, planificação orçamentária, execução e monitoramento/controlado social. Políticas públicas envolvem, ou podem envolver, órgãos que compõem o Poder Executivo nos seus três níveis ou instâncias: federal, estadual e municipal.

Mas há de se considerar também os aspectos ideológicos que cercam as políticas públicas. Acima dos seus objetivos e dos projetos que propõem, elas descendem de referenciais éticos que orientam a conduta do Estado, bem como do projeto que se vislumbra para a nação. Como orientam os sanitaristas Sonia Fleury e Assis Mafort Ouverney (2012, p. 55):

[...] as políticas públicas, vistas como ação coletiva movida pelo interesse público, devem ser portadoras de um ideal e um projeto civilizatório, no sentido de que elas não são motivadas apenas pela necessidade de resolver problemas sociais, mas fundamentalmente pela vontade de construir uma nação.

No caso da política de saúde brasileira, afirmam, este conjunto de diretrizes está orientado pelo ideal de construção de uma sociedade em que a igualdade e a solidariedade são valores fundamentais. É por isso que os autores defendem que, ao tratar da política de saúde, estamos lidando com uma política pública *social*. A especificação, longe de se traduzir em preciosismo, indica que se trata de um conjunto de diretrizes que foi pensada e que se orienta por ações que visam o bem estar e a proteção social dos indivíduos, além da defesa de sua cidadania³. Eles orientam que:

[...] ao considerar a política de saúde como uma política social, uma das consequências imediatas é assumir que a saúde é um dos direitos inerentes à condição de cidadania, pois a plena participação dos indivíduos na sociedade política se realiza a partir de sua inserção como cidadãos. (FLEURY; OUVERNEY, 2012, p. 25).

Esta orientação para o viés social, sustentada pela defesa do direito à cidadania universal, por sua vez, reflete a opção feita pelo país por um tipo específico de proteção social

³ Para uma definição mais completa de política social, ver Fleury e Ouverney (2012, p. 36).

– a saber, o modelo de *seguridade social*, implementado e ancorado legalmente nas determinações da Constituição de 1988, não por acaso chamada de “Constituição cidadã”⁴.

Política de saúde é política social

Como ação concreta da proteção social, a política de saúde incide em diversas formas de relação social, atuando como interface entre o Estado, a sociedade e o mercado. Fleury e Ouverney (2012) listam aspectos que consideram essenciais na sua construção e na sua condução, a saber: a definição dos seus objetivos e finalidades; a formulação e o emprego de estratégias, planos, instrumentos e técnicas capazes de analisar e monitorar as condições de vida da população e de interferir nelas; a avaliação de seus efeitos simultâneos em outros campos, como a política e a economia; a construção oficial de arenas, canais e rotinas para orientar os processos decisórios; a assimilação, contraposição e/ou compatibilização de diferentes projetos sociais provenientes dos mais diversos atores presentes na cena política; o desenvolvimento, a reprodução e a transformação dinâmica de marcos institucionais que a sustentem; e a formação de referenciais éticos e valorativos da vida social. Em todos estes aspectos é possível enxergar implícito o uso da informação e a presença de instrumentos ou estratégias de comunicação.

Na sua construção concreta, o conceito mais difundido de política de saúde no mundo, orientam os autores, é aquele orientado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que a define como estratégia oficial organizada em ações setoriais, desempenhada de acordo com normas legalmente constituídas, cujo objetivo é a qualidade de vida da população⁵. Esta definição mais geral, que enfatiza o estabelecimento dos objetivos e finalidades, tem como meta, também, conferir maior visibilidade às intenções dos governantes sobre os problemas de saúde da população e legitimar o conteúdo valorativo das políticas, considerando-as mais do que simples soluções técnicas, mas sim decorrentes de um conjunto de valores que as orienta. Mais uma vez, percebe-se o grau de interferência da comunicação em sua condução.

Mas também é possível enfatizar o caráter mais instrumental das políticas públicas de saúde, descrevendo-as como o conjunto de estratégias, decisões, instrumentos e ações que

⁴ Além da *seguridade social*, também são tipos de proteção social a *assistência social* e o *seguro social*. Fleury e Ouverney (2012) abordam as diferenças com maiores detalhes.

⁵ A definição detalhada de “política de saúde” proposta pela OMS pode ser encontrada no *Glossário de Promoção à Saúde*, publicado em 1988 e disponível em: <<http://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2014.

se orientam para o cumprimento de metas delimitadas para cada campo de atuação. Esta abordagem permite que se faça o diagnóstico de uma realidade, que sejam traçados objetivos específicos e uma estratégia seja planejada, de preferência factível diante das condições que se apresentam. É a representação mais prática e concreta da política, o discurso e a teoria transformados em ações – que podem interferir (e também sofrer influência de) em outras áreas “exteriores” ao campo da saúde, já que os problemas enfrentados e as soluções propostas também envolvem agentes de outros setores e interferem na condução de outras políticas ou programas. “Isso pode envolver a ampliação de ganhos econômicos de setores empresariais, a manutenção de status de grupos sociais, a sustentação política dos grupos que estão no poder, dentre outros fatores”, apontam os autores.

Avaliando os aspectos que caracterizam a constituição e a condução das políticas públicas entende-se que é um campo que, por sua natureza, é dinâmico e conflituoso, no sentido que é cenário de disputas por sentidos e visões de mundo. A começar pela própria opção por uma definição mais teórica ou mais prática (instrumental) da política, mas também pela heterogeneidade dos atores envolvidos, pela escolha por determinados modos de intervenção, pela interseção com outras áreas de conhecimento e também pela relação que desenvolve com informações e a orientação que segue como campo comunicativo. Como não há consensos em relação à definição de problemas e prioridades, é necessário que a política tenha definidos instrumentos, mecanismos, arenas e rotinas utilizados para organizar suas ações. É o caráter organizacional da política de saúde que prevê a instauração de ambientes institucionais onde estas disputas aconteçam:

Quando produzimos uma determinada política de saúde, precisamos, então, compreender que sua elaboração abrange um ciclo composto por etapas de elaboração, implantação e execução, do qual participam diversos atores, compondo um círculo de relações de poder que moldam o formato geral da política. Essas relações se expressam em espaços específicos, chamados ‘arenas’, por meio de regras determinadas e processos previamente estabelecidos (FLEURY; OUVÉNEY, 2012, p. 45).

No caso da política de saúde brasileira, estas instâncias estão representadas pelos mecanismos de participação e controle social – os conselhos de saúde existentes em cada uma das esferas governamentais, com participação partitória de 50% de representantes do Estado e 50% da sociedade civil – pelos mecanismos de formação de vontade política – as conferências de saúde, realizadas periodicamente, em todos os níveis do sistema – e pelos mecanismos de negociação e pactuação entre os entes governamentais envolvidos no sistema descentralizado de saúde – os consórcios de saúde e as comissões intergestoras. Em cada uma destas

instâncias colegiadas de decisão do SUS, há regras para a participação de cada um dos atores do sistema.

Entretanto, seria um erro considerar que as decisões que interferem nos rumos da saúde se dão somente nestas instâncias institucionais. O processo político é amplo, envolve toda a sociedade e ultrapassa os conteúdos técnicos. A discussão envolve toda a sociedade e seus representantes nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também outros setores direta ou indiretamente interessados nas questões, como grupos empresariais e de comunicação, setores religiosos e de classe, além de grupos variados de pressão. Conhecer o funcionamento do sistema – e compreender em que ponto se decide cada aspecto das políticas e conhecer os atores responsáveis pela tomada de decisão – é importante e necessário para se estabelecer estratégias de interferência nas questões de interesse.

O campo das políticas de saúde é atravessado por lutas e enfrentamentos de diferentes forças sociais, no processo de constituição, manutenção e contestação dos projetos de direção hegemônica de cada sociedade. Trata-se da busca de atribuição de significados, conteúdos, valores e orientações normativas que definem o âmbito do campo social, assim como as possibilidades e os limites das estratégias de diferentes atores (FLEURY; OUVENEY, 2012, p. 48).

É nesta arena de disputas onde também se travam as lutas simbólicas, como nos apresentam Inesita Araújo e Janine Cardoso (2007, p. 23), quando descrevem a composição do campo de estudos em Comunicação e Saúde:

Políticas públicas são decididas num processo de luta por hegemonia, no qual o poder simbólico é um dos elementos centrais. O poder simbólico, como nos ensinou Bourdieu (1989), é o “poder de fazer ver e fazer crer” e tem na comunicação um importante vetor. De modo simplificado, quando alguém ou algum grupo, por determinadas variáveis, consegue que seu ponto de vista sobre um aspecto da realidade seja mais aceito como verdade do que outros, terá ampliadas suas chances de orientar o investimento público no setor, ou seja, influenciar as políticas públicas. Os dispositivos de comunicação mobilizados nesse embate, em qualquer ordem de grandeza ou visibilidade, são um componente ativo do processo, podendo, inclusive, neutralizar componentes outros, como o capital econômico.

Estas disputas, no entanto, não acontecem no vazio, mas orientadas por marcos institucionais (também chamados reguladores da política de saúde) que tanto sustentam as ações e programas, como delimitam a atuação dos agentes em disputa. No caso do SUS, quem dispõe sobre a sua organização é a Lei Orgânica de Saúde. É a partir desta legislação que se

estruturam os sistemas e programas de saúde⁶. Apesar da disputa também se situar em outros setores do Estado, ela é central no próprio governo:

Certamente, a representação parlamentar é fundamental no processo de traduzir os interesses dos diferentes grupos da sociedade em leis e projetos que regulamentam a ação no campo social. Consequentemente, o poder judiciário passa a ser parte importante ao garantir o exercício dos direitos sociais. No entanto, o ponto de convergência dos interesses continua sendo o aparato governamental executivo por meio do qual se formulam e implementam as políticas, se executam e se avaliam os programas (FLEURY; OUVÉRY, 2012, p. 52).

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas

A Constituição de 1988 é considerada um marco na história das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. No capítulo dedicado ao assunto⁷, a Carta reconhece os direitos a organização social, costumes, línguas crenças e tradições destes povos, bem como assegura os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. O avanço, indicam pesquisadores, está na superação da perspectiva integracionista, proposta pelo Estatuto do Índio. Diz o Artigo 1º: “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”⁸.

No capítulo em que analisam as políticas públicas de saúde para os povos indígenas, Cardoso et al. (2012) ressaltam que há mais de duas décadas está em tramitação, no Congresso Nacional, o Estatuto das Sociedades Indígenas⁹, que teoricamente substituiria a antiga legislação, e estabelecem uma comparação entre os dois dispositivos legais. O Estatuto do Índio, que tem sua origem no período da ditadura militar, considera os índios como obstáculos ao desenvolvimento do país, o que se legitima com o uso de conceitos como tutela, perda cultural, assimilação dos povos à sociedade nacional, e relativa incapacidade jurídico-política dos indígenas. Já o Estatuto das Sociedades Indígenas, produzido após a CF de 1988,

⁶ Dentro da estrutura prevista para as políticas sociais brasileiras, há as políticas de proteção social (previdência social, saúde e assistência social) e as de promoção social (trabalho e renda, educação, desenvolvimento agrário e cultura). São consideradas políticas setoriais, porque direcionadas para áreas específicas. Além destas, há aquelas que são chamadas de transversais, por terem sido elaboradas a partir das necessidades e objetivos de populações específicas, como é o caso do Subsistema de Saúde Indígena.

⁷ Capítulo VIII, Artigo 231. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.

⁸ Lei nº 6.001, de 19 de setembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.

⁹ Projeto de Lei nº 2.057, de 1991. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09NOV1991.pdf#page=84>>. Acesso em: 18 set. 2014.

busca relações mais justas com estes povos, entendendo-os como “sujeitos políticos com direito à autodeterminação”, possibilitando a defesa de conceitos como direitos ancestrais à terra e à diferença cultural; autoidentificação e gestão comunitária de patrimônio cultural e ambiental.

As diferenças entre os dois estatutos se reflete, também, no que se propõe e se organiza como política de saúde. No Estatuto do Índio, a responsabilidade é do órgão “tutor” (a Funai) por meio de equipes volantes de saúde, sem a previsão de qualquer controle social; já a proposta do novo estatuto destina a responsabilidade ao Ministério da Saúde, no âmbito do SUS, que prevê a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e a participação comunitária através dos conselhos de saúde.

Mesmo que o novo dispositivo legal ainda permaneça tramitando no Legislativo, a atenção diferenciada à saúde indígena foi garantida com a aprovação, em 1999, da Lei Arouca¹⁰, que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), articulando e integrando aos demais setores do SUS as ações que antes eram executadas pela Funai. A conquista é resultado da interseção de vários contextos históricos e políticos, destacando-se os princípios e diretrizes defendidos pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, – e que viriam a se tornar nos marcos institucionais do próprio SUS – as determinações de duas conferências nacionais dedicadas à saúde indígena (em 1986 e 1993), mas também a emergência do movimento indígena e a promulgação dos direitos indígenas internacionais (FERREIRA, 2013). O período também é marcado por embates entre grupos políticos e instituições, como Funai e Fundação Nacional de Saúde (FNS, hoje FUNASA), que disputaram a gestão até a promulgação da Lei Arouca – A FUNASA permaneceu como administradora até 2010.

Ainda em 1999, também foi regulamentada a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI)¹¹, tentativa de compatibilizar as Leis Orgânicas da Saúde com a Constituição Federal (BRASIL, 2002) e de legitimar o princípio da atenção diferenciada, como salienta a pesquisadora Luciane Ouriques Ferreira:

Essa política reconhece as especificidades étnicas e culturais e os direitos territoriais dos povos indígenas, estabelecendo como seu propósito garantir-lhes o acesso à atenção integral à saúde. Além de buscar contribuir para a superação dos fatores que tornam os povos indígenas vulneráveis aos agravos de maior magnitude, ela também reafirma a eficácia da medicina

¹⁰ Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.

¹¹ A PNASPI foi regulamentada pelo Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999, e aprovada pela Portaria nº 254 do Ministério da Saúde, em 2002.

tradicional indígena e o direito desses povos à sua cultura. Portanto, se a política de saúde indígena é orientada pelos mesmos princípios doutrinários que regem o SUS – universalidade, equidade e integralidade –, o que lhe confere especificidade é o princípio da atenção diferenciada (FERREIRA, 2013, p. 55).

As diretrizes de gestão da PNASPI determinam que o modelo de atenção deve contemplar os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. Sua gestão é operacionalizada atualmente por meio de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), definidos como “espaços étnicos-culturais dinâmicos, geográficos, populacionais e administrativos”, que funcionam a partir do trabalho de Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), que atuam nos moldes das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF)¹². Além da atenção diferenciada, a administração de cada DSEI deve considerar os determinantes da saúde e da doença, ser construído coletivamente mediante um processo de planejamento participativo e possuir instâncias de controle social formalizadas em todos os níveis de gestão.

Seu funcionamento prevê uma rede de serviços em seu território – integrada hierarquizada e articulada ao restante do SUS – formada por unidades básicas de saúde nas aldeias ou nos polos-base e casas de saúde do índio para tratamentos que exijam serviços de referência. Um dos grandes desafios da sua administração é a força de trabalho, contratada por sistemas municipais de saúde, entidades não governamentais e universitárias em convênio com o poder público, que na realidade são instáveis e dificultam a instalação de um modelo que atenda realmente às necessidades indígenas.

O controle social do subsistema é viabilizado por representação indígena no Conselho Nacional de Saúde, que recebe assessoria da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI), que tem caráter consultivo. Em nível local, é exercido por conselhos distritais (de caráter deliberativo e composição paritária de usuários, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde) e locais (apenas consultivos, com representação exclusiva de indígenas). Desde 2006, instituiu-se o Fórum Permanente de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), que assessora o órgão gestor do subsistema, até 2010 a FUNASA, hoje a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

¹² Teoricamente, as equipes devem ser compostas por médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde (AIS). Outros profissionais podem se juntar às equipes a partir de necessidades locais.

A SESAI foi criada no âmbito do Ministério da Saúde em 2010, através de medida provisória nº 483 e do decreto nº 7.336. A mudança no comando da gestão política e administrativa “decorreu de um crescente desgaste de imagem pública da Funasa, que ao longo dos últimos anos foi alvo de críticas e denúncias de corrupção pela grande imprensa e pelos fóruns de defesa da causa indígena, particularmente as associações indígenas”, informam Cardoso et al. (2012). Em entrevista que me concedeu durante a 11ª reunião ordinária do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI), que aconteceu entre os dias 24 e 26 de março de 2014, em Brasília, Wiliam Uwira Xakriabá, presidente do CONDISI de Altamira, no Pará (naquele momento eleito coordenador do FPCONDISI), creditou a mudança da FUNASA para a SESAI à pressão exercida pelo movimento indígena junto à mídia. Disse ele:

Na época, eu era um dos coordenadores do Fórum de Presidentes, e nós tivemos uma situação de conflito com o então ministro da Saúde, que era o Temporão, onde o Temporão, numa reunião do Conselho Nacional de Saúde, disse que a FUNASA era um antro de corrupção e roubo e um ralo por onde escorria dinheiro da Saúde no país. Então, nós fomos pleitear a questão de que, então, nós não queríamos ficar na FUNASA. Nós queríamos a criação de uma secretaria especial; ele disse: “não, secretaria especial não. Vocês podem ir para o departamento de atenção básica, para o município”. Nessa briga, nesse conflito, nós chegamos a segurar o ministro dentro do Ministério, e aí, ele disse que não tinha falado aquilo do presidente da FUNASA, que era o Danilo Forte... E nós levamos à imprensa, à mídia... A própria assessoria de imprensa da FUNASA também ajudou a divulgar, porque atingiu o presidente da FUNASA e, numa reunião nós falamos: “o senhor disse que ele é ladrão, que lá é um antro de corrupção e que lá é um ralo por onde escorre dinheiro público. O chefe dele, quem o colocou lá, foi o senhor, então nós queremos que o senhor diga onde é que está o roubo, onde é que está o desvio e para onde está escoando esse dinheiro, porque o responsável, em última instância, é o senhor!”. Então, isso saiu na mídia televisiva, Rede Globo, SBT, Record, e acabou que isso ajudou com que nós saíssemos da FUNASA e que fosse criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena, então isso foi positivo. (César Xakriabá, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) de Altamira/PA, Brasília, 2014).

O relato de Xakriabá é ilustrativo do grau de complexidade que caracteriza a condução de uma política pública. Ele narra o episódio utilizando informações e elementos que fazem sentido nos contextos em que atua – ou seja, a partir do olhar que lhe foi possível imprimir sobre a situação. Como integrante do FPCONDISI, ocupa lugar privilegiado de interlocução com a SESAI, e valoriza a posição que ocupa como um espaço de poder. A narrativa do conselheiro, no entanto, contrasta com a pouca visibilidade conferida pelos meios de comunicação à troca de comando da gestão da política de saúde indígena e com a quase completa ausência dos índios como protagonistas desse processo – no ponto de vista das

matérias veiculadas naquele momento. Predominaram o teor de denúncias e as críticas ao governo, creditando a pressão referida por Xakriabá à atividade da própria imprensa (DE LAVOR, 2012).

A SESAI enfrenta grandes desafios ligados à melhoria das condições de saúde dos indígenas, visto que também dependem das transformações culturais, sociais, econômicas e ambientais motivadas pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Especialistas apontam que este é um momento de transição no perfil epidemiológico, ao mesmo tempo em que convive com a reestruturação de seu modelo de atenção à saúde (SANTOS et al., 2008). Também há de se considerar as sérias limitações que o setor convive devido à falta de informações e dados confiáveis que permitam enxergar a realidade como um todo (descritas no tópico a seguir).

A despeito da falta de dados, é possível sustentar que, se por um lado as doenças infecciosas e parasitárias continuam ocupando um importante papel na definição do perfil epidemiológico desta população, por outro já há fortes indícios da emergência e da rápida expansão das doenças crônicas não transmissíveis, dentre elas obesidade, hipertensão e diabetes, além das causas externas, como fatores de morbidade e mortalidade indígena no país. Além de doenças consideradas tradicionais como tuberculose, malária, infecções respiratórias e diarreias, e das doenças consideradas urbanas, os índios brasileiros também enfrentam problemas relacionados à deficiência em suas condições de alimentação e moradia – não são raras as comunidades que enfrentam a ausência de água potável e a falta de tratamento para dejetos; o saneamento é quase inexistente na maioria das aldeias, por exemplo.

É preciso levar em consideração, ainda, a questão fundiária como elemento de grande interferência na manutenção da saúde destes grupos. Saúde, para os índios, tem estreita relação com a possibilidade de estar em (e manter) suas terras. O episódio envolvendo a possibilidade de suicídio coletivo de representantes da etnia Guarani Kaiowá, no Mato Grosso, em 2012, e a polêmica em torno da remoção da aldeia Maracanã, situada ao lado do estádio de futebol homônimo, no Rio de Janeiro, em 2013, traduzem como as questões de determinação social, econômica e política interferem no bem estar destes grupos, não somente por dificultarem a possibilidade de estes proverem seu sustento, mas também por gerarem problemas de ordem emocional graves – como pode também exemplificar o grande número de casos de suicídio registrados no Mato Grosso do Sul (LEVCOVITZ, 1998).

Apenas quatro anos depois de sua criação, uma nova disputa de sentidos relacionada à gestão da saúde indígena no país está em curso. Desde que o Ministério da Saúde divulgou,

em agosto de 2014, a proposta de criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), segmentos interessados do setor reúnem e divulgam argumentos favoráveis e contrários, que têm pautado a mídia e as discussões nas redes sociais. O governo argumenta que o novo modelo de gestão dará mais agilidade aos processos administrativos e às contratações de profissionais que atuam junto aos povos indígenas, já que o INSI ficaria responsável pela prestação de serviços de atenção básica em saúde aos povos indígenas que vivem nas aldeias, além de executar ações de saneamento ambiental, edificações de saúde indígena e de fortalecimento do controle social da saúde indígena. À SESAI caberia gerir o plano de trabalho anual do Instituto através de um contrato de gestão assinado anualmente pela duas instituições.

O contrato de gestão do INSI seria realizado seguindo os princípios da administração pública; por ser criado como instituto público, regido pelas normas do direito privado, o processo de contratação de profissionais se daria pelas normas do direito privado, divulgaram MS e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), seus idealizadores, que garantem que todas as contas do instituto seriam analisadas pelo conselho administrativo do INSI, pela Sesai e pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus). Além disso, os recursos financeiros aplicados também passariam por controle da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os oponentes à proposta vêm fazendo circular notas de protesto e de repúdio contra a instalação do novo instituto. Por meio de nota¹³ divulgada em 9 de setembro de 2014, o Grupo de Trabalho Saúde Indígena, ligado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Povos indígenas e Comunidades Tradicionais) do Ministério Público Federal (MPF), entende que o modelo de criação do INSI contraria a Constituição Federal, já que transfere a execução da saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS) para pessoa jurídica de direito privado, que não faz parte da administração pública. O grupo também considera que haveria prejuízos na representatividade do controle social da saúde indígena, já apenas três membros do conselho deliberativo do INSI (de um total de treze) seriam indicados pelas organizações indígenas.

Entre outras críticas, estão irregularidades relacionadas à contratação de profissionais (“que não prevê especificidade alguma para a prestação de serviços de saúde indígena”) e à contrariedade dos critérios da Convenção 169 da OIT, para a realização de consulta livre, prévia e informada dos índios, já que “são omitidos dados relevantes pertinentes tanto à criação do Insi quanto ao concurso público”, diz o documento. Diversas organizações

¹³ Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_pdfs/nota%20sobre%20INSI.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

indígenas divulgaram cartas ou notas públicas com conteúdos semelhantes. A APIB acusou o governo de transferir a responsabilidade da gestão da saúde indígena para o setor privado, como um modo de se livrar da pressão que exercem os povos indígenas:

Com esta medida, o governo, além de frustrar as expectativas dos povos, organizações e lideranças indígenas em relação às condições que poderiam melhorar o atendimento à saúde indígena, que envolve a autonomia política, administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), reivindicada há tantos anos, demonstra a sua incapacidade de lidar, senão o seu preconceito, com relação a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, acreditando que um novo arranjo institucional testado em espaços urbanos e com perfil privatizante irá pôr fim ao atual quadro de descaso e atendimento precário em que está a saúde dos povos indígenas. (APIB, 2014, *on-line*)¹⁴.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR)¹⁵ também se manifestou contrário à proposta, esclarecendo que, na prática, ela representa a privatização da saúde indígena no Brasil. A entidade criticou a falta de tempo para a discussão do projeto com as lideranças das comunidades. A nota traz ainda a informação de que a proposta nunca foi discutida com as organizações indígenas, nem no grupo de trabalho do Ministério da Saúde encarregado de promover a transição entre FUNASA e SESAI, durante as etapas da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em dezembro de 2013. Outros grupos e organizações indígenas também confirmaram sua rejeição à criação do INSI, como COIAB, ARPINSUL, APOIME, Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), além de grupos como os Xavante de Marãiwatsédé, a Comissão Guarani Yvyrupa e o Movimento de Povos Indígenas da Bahia, dentre outros¹⁶.

Todos estes embates e divergências sinalizam para o quão complexo é o campo de formulação, condução e avaliação de políticas públicas, sujeitas a uma série de atores e condicionantes que interferem direta ou indiretamente no seu encaminhamento – seja na esfera política, seja na esfera administrativa. São muitas interseções entre contextos e disputas de sentidos, onde a visibilidade de cada um dos atores, argumentos e históricos será

¹⁴ Nota divulgada em 15 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2014/08/15/nota-publica-sobre-o-novo-modelo-institucional-proposto-pelo-governo-para-o-atendimento-a-saude-dos-povos-indigenas/>>. Acesso em: 16 set. 2014.

¹⁵ Nota divulgada em 18 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7662>>. Acesso em: 16 set. 2014.

¹⁶ As notas públicas estão compiladas no blog da APIB. Disponível em: <<http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2014/09/05/confira-aqui-as-notas-de-repudio-ja-publicadas-contra-o-novo-modelo-que-privatiza-a-saude-indigena/>>. Acesso em: 16 set. 2014.

preponderante para a concretização de propostas e ideias em ações concretas e políticas públicas. Trataremos um pouco destas disputas no tópico a seguir.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA, CONVERGÊNCIA DE VISIBILIDADES E SENTIDOS

A formulação, implementação e condução do próprio SUS exemplificam bem como uma política de saúde resulta da convergência de interesses, da mediação de conflitos e da interseção destes resultados com um contexto favorável. Como resultado de uma série de fatores que se impuseram naquele momento histórico, impôs-se uma visão de mundo – como já vimos, baseada na solidariedade e na igualdade – que até hoje orienta (pelo menos, teoricamente) programas, sistemas, rotinas e práticas. Não sem ajustes e embates, é claro. A natureza dinâmica da política de saúde, consequência do “Estado em ação”, tem que dar resposta às novas necessidades e se ajustar às conquistas da população, bem como enfrentar as críticas e as tentativas de desqualificação promovidas por setores contrários às suas determinações e aos valores que defende¹⁷.

Estes conflitos acontecem desde que começaram os movimentos de unificação do sistema de saúde, na segunda metade da década de 1980, época em que o país vivia a efervescência da redemocratização política e os ideais da Reforma Sanitária¹⁸ voltavam à cena, guiando um grupo atuante de políticos, gestores, sanitaristas e ativistas. Vale resgatar parte destes contexto:

O termo “Reforma Sanitária” foi usado pela primeira vez no país em função da reforma sanitária italiana. A expressão ficou esquecida por um tempo até ser recuperada nos debates prévios à 8ª Conferência Nacional de Saúde, quando foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor saúde, introduzindo uma nova ideia na qual o resultado final era entendido como a

¹⁷ Especialistas consideram que um dos problemas mais graves enfrentados pelo SUS é a sua invisibilidade, dada a falta de reconhecimento de sua extensão e alcance. A discussão (“O SUS que não se vê”) foi pauta da edição 104 da revista Radis (ENSP/FIOCRUZ) em abril de 2011. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/104/radis-104.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.

¹⁸ Nas palavras de Sergio Arouca a Reforma Sanitária se constituía num “projeto civilizatório”, que prevê a transformação da situação sanitária através de mudanças no próprio país. Jairnilson Paim entende-a como uma “reforma social”, que se organiza pela democratização da saúde, do Estado e da sociedade. Inúmeros livros e artigos resgatam suas origens e influências na construção do SUS. Para se aprofundar no tema, consultar Escorel (2012) e Cohn (1989); e no verbete “Reforma Sanitária” em BVS Sérgio Arouca. Disponível em: <<http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

melhoria das condições de vida da população. (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE SERGIO AROUCA, 2014)¹⁹.

Sem querer ter a pretensão de contar a história do SUS, já muito resgatada de forma brilhante por sanitaristas e historiadores, é importante perceber que ele se afirmou como proposta viável de sistema de saúde a partir dos ideais da Reforma Sanitária; havia, naquele momento, um contexto favorável (fim da Ditadura Militar e da censura, defesa ampla da cidadania, reorganização dos movimentos sociais) que permitiu que a sua filosofia e a sua estrutura fizessem sentido e pudessem se desenvolver. Uma convergência entre pessoas e discursos, momento histórico e movimento político, necessidades e desejos, que se mostrou forte o suficiente para derrotar projetos concorrentes e se materializar como política pública.

O Sistema Único de Saúde (SUS) conforma o modelo público de ações e serviços de saúde no Brasil. Orientado por um conjunto de princípios e diretrizes válidos para todo o território nacional, parte de uma concepção ampla do direito à saúde e do papel do Estado na garantia desse direito, incorporando, em sua estrutura político-institucional, espaços e instrumentos para democratização e compartilhamento do processo decisório e da gestão do sistema de saúde. (NORONHA; LIMA; MACHADO, 2012, p. 365).

Esta corrente de forças, unida em torno de sentidos convergentes sobre o que se queria para o país e o que se projetava para o setor Saúde, definiu os rumos da política, estruturando seus marcos institucionais e norteando seus princípios. O sistema se configurou a partir da ideia de Seguridade Social²⁰, instituída pelo artigo 194 da Constituição de 1988, e começou a ser implantado no início da década de 1990, após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, complementada pela lei nº 8.142, de 28 de setembro de 1990). Foi este marco legal que definiu seus princípios doutrinários e norteadores de funcionamento, a saber: universalidade de acesso em todos os níveis de assistência; igualdade na assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; integralidade da assistência; participação da comunidade; e descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.

É interessante perceber como as disputas a que assistimos hoje, em torno da condução da PNASPI e o gerenciamento do subsistema ainda estão ancoradas nestes princípios – seja para combatê-los, seja para concretizá-los. Se, por um lado, há a necessidade

¹⁹ Disponível em: <<http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>>. Acesso em: 16 set. 2014.

²⁰ Modalidade de intervenção específica do Estado na área social adotada em vários países desenvolvidos, principalmente no pós-guerra, caracterizada pela distribuição de benefícios, ações e serviços a todos os cidadãos de uma nação, abrangendo previdência, saúde, assistência social, educação e outros direitos sociais. Para saber mais, consultar: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_195_.shtm>. Acesso em: 7 ago. 2014.

alegada de “modernização” da gestão – através da opção por um modelo privado de administração de recursos e pessoas, amplamente defendido por setores neoliberais da sociedade -, por outro há a defesa de direitos conquistados a partir de ideais políticos que amplifica e sofisticada o exercício da democracia brasileira – representado, na saúde, pela autonomia e contribuição do controle social.

No caso da disputa por “emplacar” sentidos relacionados a uma política que se propõe oferecer atenção diferenciada para uma população com necessidades de saúde específicas, como é o caso dos índios, espera-se ainda muita discussão sobre o assunto, em especial em ano de eleições para cargos majoritários, no Executivo e representantes federais, no Legislativo. Estas discussões serão travadas tanto no interior do SUS quanto em outros setores da sociedade, mas certamente estarão cada vez mais ancoradas nas ferramentas promotoras de visibilidade, já que para se legitimarem como viáveis necessitam fazer ver, fazer crer e fazer-se imagem.

Comunicação e equidade no SUS

Para compreender como se dá a disputa por sentidos e visibilidade na configuração e condução das políticas públicas de saúde é preciso situar, em primeiro lugar, qual o lugar que a comunicação ocupa dentro do SUS, bem como compreender como o uso de determinados modelos comunicativos podem promover avanços e também se constituir como obstáculos para o entendimento e para a participação da sociedade na condução do sistema. Na oportuna e necessária aproximação que promoveram entre a comunicação e os princípios do SUS, Araújo e Cardoso (2007, p. 61) contextualizam como seria esse encontro ideal, pautado pela democracia:

No campo da saúde, a comunicação não se dissocia da noção de direito, é dirigida a “cidadãos”, objetiva o aperfeiçoamento de um sistema público de saúde em todas suas dimensões e a participação efetiva das pessoas na construção dessa possibilidade. Em consequência, não pode se limitar a ter a persuasão como estratégia, nem trabalhar com a ideia de divulgação: o objetivo deve ser, minimamente, estabelecer um debate público sobre temas de interesse e garantir às pessoas informações suficientes para a ampliação de sua participação cidadã nas políticas de saúde.

A partir desta definição, as autoras propõem uma comunicação que também atenda às expectativas criadas pelos princípios do sistema. Em primeiro lugar, para ser universal, a

comunicação não deve estar restrita à simples emissão de uma mensagem de um sujeito para outro – ou de um setor para outro. Esse modelo linear, limitado e unidirecional, infelizmente é o que orienta a maioria das práticas de comunicação na saúde, seja na sua comunicação interna, seja na comunicação que promove para seus usuários. De um lado o detentor do saber e/ou do poder (geralmente o técnico ou o gestor) que transfere conhecimento e prescreve comportamentos; de outro, o receptor ideal, passivo (cai bem aí a denominação “paciente”), que segue as recomendações e não as contesta. A lógica é quase a mesma nas rotinas internas, em que o profissional de saúde ocupa o lugar do usuário como “destinatário” de procedimentos e repete as condutas que lhe são determinadas.

O que se propõe para o SUS, ao contrário, é uma comunicação verdadeiramente universal e integral, que inclua no processo os sujeitos (e seus contextos) como interlocutores reais e ativos, com direitos à voz e à escuta respeitados. Por isso mesmo, uma comunicação em rede (porque inclusiva), multipolar (já que admite e leva em consideração o compartilhamento de saberes e experiências), multidirecional (já que supõe resposta e contradição) e descentrada (emissão e recepção substituídas por troca). O que se espera dessa “circulação de vozes” é fazer aflorar os sentidos da saúde, dizem as autoras. Ao invés de “ensinar” fórmulas e significados mágicos, deve promover o compartilhamento de experiências, e informações que “façam sentido” no cotidiano e na realidade dos indivíduos.

Ora, mas os indivíduos são diferentes, vivem contextos diversos e têm necessidades e desejos tão complexos! “[...] a capacidade de comunicar é a capacidade de contextualizar” (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 61), lembram oportunamente, para frisar que a comunicação também deve promover a equidade, ou seja, tem que levar em consideração contextos e diferenças entre os sujeitos. Este ponto é crucial para o trabalho que apresentamos, na medida em que é a equidade o princípio que justifica a existência de subsistemas e programas no SUS, incluindo-se o de atenção à saúde dos indígenas. Isso significa dizer que a comunicação não pode desconsiderar o histórico e a subjetividades dos interlocutores – e nem prescindir de sua capacidade de se fazer visíveis ou invisíveis. Dizem as pesquisadoras que, para a comunicação atender às expectativas da equidade...

[...] exige perceber que as pessoas se relacionam num espaço que traz um certo número de pré-construídos, que definem em parte o modo como elas participarão da comunicação. Estes pré-construídos trazem para a cena relações de poder, condições de vida, expectativas (moldadas por experiências anteriores, palavra autorizada por legitimidade ou legalidade, conceitos de saúde), saberes e redes de pertencimento que, associados aos contextos situacionais, definem as possibilidades de circulação compreensão

e apropriação, básicas para qualquer estratégia comunicativa. (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 65).

Ignorar estes contextos ou naturalizá-los (quando a interlocução é substituída pela simples adequação aos códigos linguísticos ao perfil que se acredita terem os “destinatários”) é comprometer a circulação e a apropriação dos conteúdos e produtos da comunicação. “Quem, na saúde, consegue fazer circular sua voz e ser ouvido?”, questionam, apontando que é na circulação onde as vozes são ampliadas ou abafadas, as desigualdades se afirmam. É a capacidade de fazer circular sentidos e discursos que estabelece a posição do indivíduo na cena comunicativa, o seu *lugar de interlocução*²¹ – ou mais ao centro, ou mais à periferia – que vai ser determinado pelos seus variados contextos (textuais, intertextuais, existenciais e situacionais).

Imagens e silêncios na saúde indígena

Verifica-se que a equidade é um dos pontos nevrálgicos da comunicação que se opera no Sistema Único de Saúde, com reflexos no órgão gestor do Subsistema de Saúde Indígena. Além da incapacidade de promover canais eficazes e eficientes de fala e de escuta para aqueles que estão envolvidos em sua condução e consolidação, e também para aqueles que fazem uso de seus serviços, há uma valorização excessiva na construção da imagem institucional dos órgãos gestores, postura que concorre diretamente com os canais de interlocução com a sociedade. Um episódio narrado por De Paula e Vianna (2011) exemplifica bem como a opção por um modelo de comunicação que privilegia a divulgação ao invés do diálogo, e que se reflete em outras áreas da gestão. Eles analisam uma nota de esclarecimento que a SESAI publicou em seu site, respondendo denúncias feitas na imprensa sobre a situação dos índios Xavante, em Capinópolis (MT), em 2011. No texto, a secretaria desqualifica a fala do presidente do CONDISI local, informa medidas que pretende tomar sobre o assunto e afirma que está empenhada em reorganizar o controle social. Os pesquisadores questionam: “[...] parece que o que a Sesai chama de ‘controle social’ é algo que a legitima a tomar suas medidas, sob o argumento de que elas são submetidas a instâncias

²¹ O *lugar de interlocução* referencia o lugar que cada interlocutor ocupa no momento da comunicação – ou no centro ou na periferia da cena discursiva; é móvel e determinado pelos contextos. Detalharemos melhor o conceito no capítulo que trata de *Negociação, afeto e visibilidade*.

em que há participação da sociedade (e não apenas do Estado), mas que permenece, isto sim, sob seu próprio controle” (DE PAULA; VIANNA, 2011, p. 70).

A postura se reflete também nas práticas de comunicação adotadas pela SESAI em relação ao público em geral e à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa privilegia a cobertura de rotinas administrativas e visitas técnicas, como se pode observar no site e na página que mantém na rede social Facebook; o protagonismo é quase exclusivo de técnicos e gestores, e a imagem que se veicula dos indígenas é, muitas vezes, carregada do sentido ilustrativo. A opção ficou clara durante a Mobilização Nacional Indígena de 2014²², quando o setor de comunicação da secretaria ignorou as manifestações, prisões e embates com a Polícia Militar de Brasília, publicando, em seu lugar, postagens sobre a viagem de gestores da FUNAI e da SESAI a aldeias indígenas. Em clima festivo, as imagens contrastavam com as bombas de gás lacrimogêneo e os confrontos que estampavam as manchetes dos jornais e televisões naqueles dias.

Um outro aspecto importante, gerador de silêncio e de invisibilidade relacionado à gestão da saúde indígena, diz respeito à inconstância e à falta de credibilidade das informações sobre as situações de saúde destes povos no país. Coimbra e Santos (2000) já abordaram o assunto, apontando que a coleta e a análise das informações epidemiológicas e demográficas ainda são bastante deficientes. Os autores argumentam que o estabelecimento de um sistema de estatísticas contínuas e confiáveis, integrado aos sistemas nacionais de informação e saúde é um passo importante para a busca da equidade, já que evidenciaria os contrastes e as desigualdades da situação dos indígenas em relação a outros segmentos da sociedade nacional.

Desde 2000, o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), previsto pela PNASPI, foi implementado com o objetivo de coletar, processar e analisar informações para o acompanhamento da saúde das comunidades indígenas, abrangendo óbitos, nascimentos, morbidade, imunização, produção de serviços, recursos humanos e infraestrutura. Cardoso et al. (2012) informam que os relatórios provenientes do sistema são incapazes de fornecer informações consistentes e que os dados ali compilados são pouco confiáveis; além disso, apontam, “as restrições ao acesso público do Siasi, desde sua implantação, agravaram o problema da crônica falta de dados e inviabilizaram análises que pudessem identificar inconsistências e pontos a serem melhorados, frustrando o papel

²² A Mobilização Nacional Indígena de 2014 é objeto de análise no capítulo que trata da *Visibilidade em movimento (ou o diário da mobilização)*.

esperado de fornecer informações confiáveis para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações da saúde (SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007).

Além disso, também se detecta a não integração do SIASI aos demais Sistemas Nacionais de Informação em Saúde (SINASC, SIM, SINAN, etc.), o que limita comparações com os dados de outros grupos de raça/cor (CARDOSO, 2010). O autor indica que:

A divergência, o subregistro e problemas quanto à qualidade dos dados acarretam uma “invisibilidade” da situação de saúde indígena, que tem implicações sobre o aperfeiçoamento de Política de Saúde Indígena, bem como para o planejamento, a definição de orçamentos e a avaliação de programas e de serviços de saúde, que contribuiriam para a melhora do acesso. (COIMBRA JÚNIOR.; GARNELO, 2004 apud CARDOSO, 2010, p. 12).

Apesar das limitações nas informações, os resultados de alguns estudos apontam para desigualdades raciais/étnicas em saúde e para piores condições de acesso aos serviços e de qualidade prestada aos povos indígenas brasileiros, que talvez seriam melhores caso o sistema de informações fosse confiável. Cardoso aponta que o enfoque étnico permitiria definir melhor os problemas e suas soluções, bem como a aplicação de recursos na lógica da equidade, “apoiando a reconstrução da identidade étnica e o reforço da capacidade dos próprios grupos para superar a vulnerabilidade. Para essa análise, faz-se necessária disponibilidade de informações confiáveis acerca das condições de saúde dos grupos em questão. Sem informação não há visibilidade, o que dificulta e até inviabiliza a gestão.

3 NEGOCIAÇÃO, AFETO E VISIBILIDADE

É muito comum, quando se fala teoricamente de comunicação, que o interlocutor imagine, de imediato, um esquema mental onde figuram dois indivíduos – um emissor e um receptor – uma mensagem a ser transmitida e um canal por onde esta informação flui de um para o outro, preferencialmente sem nenhuma interferência para que seja plenamente recebida. Qualquer interferência no caminho se configura em “ruído”, obstáculo para sua concretização. Este esquema, amplamente difundido e repetido, inclusive por estudiosos de outras áreas do conhecimento, deriva da teoria matemática de comunicação, conformada no final dos anos 1940, e que tem como base a informação – vista como dado calculável e possível de se transmitir.

Criado no contexto do Pós-Guerra, o Sistema Geral de Informação, proposto pelo americano Claude Shannon (que era matemático e engenheiro elétrico), em 1948, parte da premissa de que o problema da comunicação é “reproduzir em um ponto dado, de maneira exata ou aproximativa, uma mensagem selecionada em outro ponto” (MATTELART; MATTELART, 2011, p. 58). O modelo, que privilegia a transmissão linear da informação, foi tomado de empréstimo por estudiosos das ciências humanas para explicar a comunicação entre pessoas, sem levar em consideração o que há de mais imponderável e subjetivo no processo: o elemento humano.

Com esse modelo, transferiu-se, nas ciências humanas que o adotaram, o pressuposto da neutralidade das instâncias “emissora” e “receptora”. A fonte, o ponto de partida da comunicação, dá forma à mensagem que, transformada em “informação” pelo emissor que a codifica, é recebida no outro extremo da cadeia. O que retém a atenção do matemático é a lógica do mecanismo. Sua teoria absolutamente não leva em conta a significação dos sinais, ou seja, o sentido que lhe atribui o destinatário e a intenção que preside à sua emissão (MATTELART; MATTELART, 2011, p. 60).

Este é o modelo que ancora a maior parte dos projetos e planos de ação de comunicação e saúde no país e que justifica práticas da saúde coletiva que visam a transmissão de informações, a transferência de conteúdos, a prescrição de condutas e de comportamentos; uma abordagem vertical da comunicação, que legitima relações autoritárias de poder, nas quais o emissor/especialista é detentor do saber (a informação), enquanto o destinatário é destituído de conteúdos e contextos. Quem protagoniza o modelo é a informação e não os sujeitos; o que está em jogo é a transmissão precisa dos dados – tudo que foge disso é considerado obstáculo para uma imaginada comunicação ideal.

O modelo, embora muito difundido e ainda muito aplicado, recebe críticas não somente por priorizar a informação ou verticalizar as relações comunicativas, mas também por se mostrar instrumental e funcional (na medida em que resume a comunicação a um instrumento a serviço de algo ou de alguém), limitado (já que restringe a comunicação à transmissão de informações) e linear (já que não inclui a possibilidade de outros fluxos (em rede). Mesmo assim, é possível perceber seus desdobramentos no campo das políticas públicas de saúde, nas relações institucionais e também nas rotinas e condutas nas quais o usuário está implicado nas estruturas – seja no Sistema Único de Saúde, seja na saúde privada.

A descrição do encontro agendado entre médico e paciente é um bom exemplo do que aqui se descreve. Um especialista, detentor do saber e do poder (seja da informação, seja dos mecanismos de cura), faz-se aguardar por um usuário esvaziado de saber e de poder (de informação e dos mecanismos de cura), que deve pacientemente se submeter a uma rotina estabelecida de espera, escrutínio informativo e imagético (quando disponível), diagnóstico e prescrição. A relação comunicativa se resume à pretensa objetividade científica, se inicia com a identificação e termina na prescrição. Muitas vezes, se resume ao último destes dois passos. Do paciente, espera-se a responsabilidade de seguir corretamente as recomendações, sob a pena de não ser iluminado com a cura desejada. Na comunicação que se estabelece, não há interlocução. O emissor sabe exatamente o que é melhor para o receptor. E irá cobrar dele este melhor.

Por mais duras e consistentes que sejam as críticas ao modelo, é esta a realidade que se experimenta no exercício da Saúde no país, seja no âmbito do SUS, seja na rede privada. Uma realidade que não pode ser ignorada e que se repete nas instâncias superiores aquelas onde ficam consultórios, ambulatórios e salas de cirurgia. Reflete-se na gestão dos estabelecimentos, nas relações profissionais e administrativas, na conformação de campanhas, programas e projetos e, também, na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas que são arquitetadas para dar suporte ao campo.

No entanto, é possível vislumbrar propostas de comunicação que caminham em outra direção e que oferecem melhor sustentação para a consolidação de um projeto de saúde mais democrático, que se legitime como realmente universal, equânime e integral. Isso é possível e não desqualifica (e nem concorre com) a formação intelectual e especializada dos profissionais de saúde e nem desrespeita a hierarquia técnica proposta pelas rotinas preventivas ou curativas. Não limitar a saúde a estas rotinas parece ser uma escolha; incluir nas práticas a possibilidade e a realidade do encontro pode ser uma proposta. Vejamos uma definição de comunicação inspiradora, para começar:

A comunicação é um enigma porque o estar juntos, condição existencial para que se dê a possibilidade de qualquer estrutura dialógica do discurso, parece uma forma de transgredir ou superar a solidão de cada ser humano. Por solidão me refiro ao que é experimentado por uma pessoa e não pode ser transferido integralmente a alguém. Minha experiência não pode converter-se diretamente na tua experiência. Um acontecimento que pertence a um fluir do pensamento não pode ser transferido como tal a outro fluir do pensamento. Ainda assim, algo passa de mim para ti. Algo é transferido de uma esfera de vida a outra. Este algo não é a experiência tal como é experimentada, mas sim seu significado (RICOEUR, 1976, p. 30).

A tese que aqui se lavra considera a proposta de Ricoeur (1976), quando vislumbra a comunicação que se origina tanto dos encontros como dos desencontros, mas vai além, ao defender que encontros e desencontros sugerem, necessariamente conflitos. Apesar de não descartar a importância da informação, o protagonismo desta perspectiva é o diálogo, a troca entre sujeitos. É, portanto, uma comunicação que se considera inclusiva, mas não consensual, já que permite a interlocução horizontal, democrática e plural entre pessoas, mas pressupõe disputas pela legitimação de uma visão de mundo. O que se busca é o promover a circulação de discursos, ideias, propostas, opiniões e saberes em favor do compartilhamento e da construção de sentidos.

Aprofundando-se neste caminho, vê-se a comunicação como um processo que vai além da mecânica de respostas e interpelações de um indivíduo ou grupo para outro, para se firmar como ação resultante do embate entre diferentes visões de mundo. Em nossa compreensão, esta é a comunicação que se vislumbra para a participação popular no Sistema Único de Saúde e para os núcleos formadores das políticas públicas que buscam encontrar na comunicação a expressão de uma política de inclusão social reflexiva e verdadeiramente democrática.

Esta proposta, que se estrutura preferencialmente em rede (já que pressupõe outros fluxos e sujeitos) e pressupõe a existência de democráticos canais e espaços de fala e de escuta também se aproxima do que fala Sodré (2006), quando ele alerta para a emergência de uma nova “rela o comunicativa”, que transcende a capacidade de transmitir informa es ou decodificar conteúdos sem a interferência de ruídos. O teórico traz   discussão o conceito do **afeto**, alertando que, numa rela o comunicativa, para além do que se d  a conhecer, ou seja, da mensagem que se comunica, há também a rela o entre duas subjetividades. Ao se comunicar, os indivíduos podem (ou não) “afetar” e “serem afetados” pelo outro. Entram em cena o que ele classificou como “estratégias sensíveis”, ou “os jogos de vincula o dos atos discursivos às rela es de localiza o e afeta o dos sujeitos no interior da linguagem”,

fundamentais na compreensão do momento atual, marcado pela valorização excessiva das imagens e interpenetração da vida pelos dispositivos técnicos e tecnológicos de comunicação:

É particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto. Nos fenômenos da simpatia, da antipatia, do amor, da paixão, das emoções, mas igualmente nas relações em que os índices predominam sobre os signos como valor semântico, algo passa, transmite-se, comunica-se, sem que nem sempre se saiba muito bem do que se trata (SODRÉ, 2006, p. 13).

Mas o conceito teórico que vai nortear o olhar que se dirige ao objeto empírico é a **negociação de sentidos**, que deriva da ideia de mercado simbólico, o modelo de comunicação proposto para políticas públicas por Araújo (2004). A autora estabelece uma analogia da comunicação com o funcionamento de um mercado, espaço onde as relações se estruturam de acordo com interesses (que são desiguais e negociados), e que por isso pressupõe confrontos e embates, mas também acordos, alianças e sinergias.

A comunicação opera ao modo de um mercado, onde os sentidos sociais – bens simbólicos – são produzidos, circulam e são consumidos. As pessoas e comunidades discursivas que participam desse mercado negociam sua mercadoria – seu próprio modo de perceber, classificar e intervir sobre o mundo e a sociedade – em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade. (ARAÚJO, 2004, p. 167).

Propor uma estratégia de comunicação se constitui, sob esta perspectiva, em interferir na produção destes sentidos sociais, ou seja, estabelecer uma visão de mundo que leve em conta que interlocutores detêm condições desiguais de participação. Para que se torne efetiva, neste sentido, é importante descobrir como se formam os sentidos sociais ou seja, como se formam as condições de percepção e ação das pessoas sobre o mundo.

O que se detalhará a seguir são estas e outras premissas teóricas que sustentam uma possível e desejável articulação entre visibilidade e saúde, sob a égide da equidade, no sentido de que esta articulação, promovida pela comunicação, é capaz de promover a redistribuição do poder de produzir e fazer circular ideias, de ser ouvido e de ser levado em consideração (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

3.1 SENTIDOS NEGOCIADOS, COMUNICAÇÃO GARANTIDA?

A representação de um modelo de comunicação aos moldes de um mercado se articula bem com a discussão que se propõe sobre visibilidade. Se tomarmos como ponto de partida a analogia de que a **negociação** é a atividade que move um mercado, e que indivíduos e grupos envolvidos nesta prática buscam melhores condições de negociação dos seus produtos, e que estes investirão na conquista dos melhores lugares para exposição, pode-se investir na premissa de que a visibilidade representa um ativo²³ comunicacional, na medida em que pode contribuir para a negociação de sentidos, seja por possibilitar que o sujeito se posicione num lugar onde melhor se destaque no espaço de trocas, seja por valorizar o produto que este apresenta, ou ainda por garantir que ele possa fazer a melhor oferta por aquilo que é de outro, se lhe interessa. Não haverá negociação sem que haja comunicação.

Vale, neste momento, trazer de volta o que coloca Gomes (2013) quando trata da espacialidade, condição fundamental para o fenômeno da visibilidade. Sua abordagem muito se aproxima da construção teórica do mercado simbólico. Diz ele:

A visibilidade, sua magnitude e seu alcance dependerão, segundo o ponto de vista defendido aqui, de três principais elementos. Primeiramente, dependerão, como foi dito, das leituras do sentido que emergem da associação entre o lugar e o evento, ou ainda, da significação que nasce da posição dentro de um contexto espacial no qual se inscreve o fenômeno. Em seguida, dependerão também da possibilidade da morfologia do espaço físico onde se mostra e que deve ser capaz de garantir uma convergência dos olhares e a desejada captura da atenção. Finalmente, o terceiro elemento é que esse lugar deve garantir a presença de observadores sensíveis aos novos sentidos nascidos da associação entre o lugar e o evento que se apresenta. Em termos mais simples, deve haver olhares concentrados em uma área, passíveis de serem atraídos para aquele ângulo ou ponto de vista – um público (GOMES, 2004, p. 37).

Ainda sobre o modelo da comunicação como mercado simbólico. Araújo (2002) situa, em sua gênese, a comunicação como o processo de produzir, fazer circular e consumir os sentidos sociais, que se manifestam por meio de discursos; esse processo se caracteriza nos moldes de um mercado, no interior do qual interlocutores e/ou comunidades discursivas²⁴ estão em permanente negociação. Verifica-se aí a primeira relação entre a visão de

²³ Na linguagem contábil, “ativo” representa os bens e direitos de uma empresa num determinado momento (que são a vertente positiva do seu patrimônio), enquanto no “passivo” estão representadas as suas obrigações ou dívidas nesse mesmo momento (que representam a vertente negativa do patrimônio).

²⁴ Comunidades discursivas são grupos de pessoas, organizados ou não de forma institucional, que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos (MAINGUENEAU, 1993; ARAÚJO, 2004).

comunicação e a de visibilidade. O ponto de vista dos interlocutores (resultado da interação de seus contextos), a composição (narrativa que se constrói a partir dos efeitos de sentido que a situação provoca) e a exposição (capacidade de ser percebido e “visto” neste contexto) são elementos que certamente não podem ser desconsiderados nesta negociação.

Se imaginarmos o campo de configurações das políticas de saúde – e mais especificamente aquele que dá contornos à Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASI) – podemos visualizar diferentes forças sociais (Governo, Legislativo, Judiciário, academia, meios de comunicação e representações diversas da sociedade civil) em constante disputa para que seus pontos de vista sejam considerados e investindo para que se tornem “vitoriosos” no processo de constituição, manutenção e contestação dos projetos, afim de que se tornem hegemônicos. A atual disputa pela verdade em torno da criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) é um bom exemplo disso. Cada um dos setores apresenta seu ponto de vista (favorável ou contrário), articula composições com outras forças sociais (circunstanciais, às vezes) para que se fortaleça sua argumentação, e investe na exposição pública de seus motivos (por variados instrumentos de visibilidade) para que sejam divulgados, comentados e aceitos. Cada força social investe para que sua opinião “faça sentido” para o maior número de pessoas – em especial aquelas que têm poder de decisão – e se legitime como hegemônica.

Neste embate comunicativo, fortalece-se o indivíduo (ou o grupo social) que for mais ágil e eficaz na articulação de propostas, projetos e a aproximação com outros setores – na medida em que conseguirem (ou não) produzir uma narrativa que afete outros interlocutores – e aumentem seu grau de exposição. Trabalhando sobre a noção de poder simbólico e dos embates por sua posse, Araújo e Cardoso (2007) afirmam que “os dispositivos de comunicação mobilizados nesse embate, em qualquer ordem de grandeza ou visibilidade, são um componente ativo do processo, podendo, inclusive, neutralizar componentes outros, como o capital econômico”. Explica-se, assim, o investimento que setores divergentes relacionados à condução de políticas públicas para as populações indígenas fazem na visibilidade, seja mobilizando profissionais de comunicação para que construam uma imagem pública positiva perante a sociedade, seja ocupando o espaço público para que se tornem mais visíveis as lutas que defendem através da repercussão midiática, seja a própria mídia, quando constrói narrativas que legitimam ou desqualificam posições e/ou argumentos.

Entra em cena aí mais um aspecto fundamental do mercado simbólico, que é o **lugar de interlocução**. Diz Araújo (2004, p. 167):

5. Cada interlocutor ocupa nesse mercado uma posição, que se localiza entre o centro e a periferia discursivos, posição que corresponde ao seu lugar de interlocução e lhe confere poder de barganha no mercado simbólico.
6. Cada interlocutor desenvolve estratégias de trânsito entre as posições, visando sempre uma maior aproximação com o Centro. Essas estratégias se apoiam em fatores de mediação, que são os fatores que favorecem ou dificultam o fluxo entre as posições.
7. Os fatores de mediação são de ordem pessoal, grupal, coletiva ou organizacional, material ou simbólica e ocorrem em contextos, cuja articulação determina o lugar de interlocução.

Se consideramos que a visibilidade com um fator de mediação capaz de interferir no capital simbólico daqueles que participam do mercado simbólico, exatamente por afetar diretamente a posição que cada interlocutor ocupa neste processo, ou seja, por interferir na legitimação do seu lugar de interlocução. Ao partir dos atuais contextos temporal, social e cultural de extrema valorização da visibilidade, que reconfiguram o mundo com o uso de disseminado de dispositivos tecnológicos e legitimam a realidade através das imagens, e concordar com a definição proposta por Araújo (2002, 2004, 2009) para lugar de interlocução, podemos afirmar que a visibilidade é um elemento central neste processo. Vejamos como a autora detalha o conceito:

As pessoas ocupam posições na topografia social que, em contato com seus interlocutores, também posicionados, determinam a legitimidade de sua fala e o grau inicial de poder a partir do qual ela desenvolve suas estratégias enunciativas. Uma pessoa pode ocupar diferentes posições, dependendo do contexto situacional. Em cada uma exerce um grau diferente de poder em relação ao seu interlocutor, *modificando-se a natureza do texto que será produzido e as regras discursivas que presidem o ato de interlocução*. A essas posições chamamos de *lugares de interlocução*. (ARAÚJO, 2009, p. 46, grifos meus).

Ainda sobre o exemplo já usado sobre a disputa por sentidos em torno da criação do novo instituto para a saúde indígena (INSI). Cada uma das instâncias sociais direta ou indiretamente ligadas à questão indígena (setores do governo, organizações da sociedade civil, representações indígenas e sindicais, além de setores do Judiciário) disputam quais informações fazer circular, que canais fazer uso para divulgá-las e a quem se pretende afetar, evidenciando que diferentes estratégias discursivas resultam de diferentes lugares de interlocução.

Nesta questão, é possível identificar algumas disputas por sentido: A Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena (SESAI), como gestora interessada na aprovação do instituto, faz circular informações através do Portal Brasil. Também governamental, o portal de notícias reproduziu quase na íntegra o documento “Perguntas e respostas sobre a proposta

de um novo modelo institucional para a execução de ações de saúde indígena para os povos indígenas no país”²⁵, produzido pela secretaria; Contrárias à implantação, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e outras entidades do movimento indígena – e também setores do Judiciário – lançaram diversas cartas de protesto e de repúdio (já comentadas no capítulo 3), que obtiveram grande repercussão em sites, blogs e redes sociais. A SESAI não respondeu diretamente às críticas, mas credenciou o Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) – ligado ao setor de controle social da secretaria – para rebater, em nota oficial²⁶, os pontos criticados e desqualificar a fala de representantes do CIMI e até de conselheiros de seus quadros que são contrários à criação.

Uma estratégia sutil de uso do lugar de interlocução que o Fórum ocupa (controle social legitimado) para confrontar posições contrárias. Como conselheiros distritais de saúde indígena, aqueles índios – e só aqueles – estavam autorizados a rebater as críticas e a afirmar a condição participativa da proposta. Apesar das declaradas divergências, o assunto obteve pouca repercussão que na mídia tradicional – em contraposição ao destaque que obteve nas redes sociais, sobretudo entre os perfis, grupos e páginas onde se articulam organizações e movimentos indígenas. A *Folha de São Paulo*²⁷ foi um dos poucos jornais que noticiou a proposta, conferindo destaque maior ao regime de contratação de servidores sem concurso e à fragilidade da fiscalização da destinação dos recursos, retomando, inclusive, denúncias de desvio de dinheiro presentes no histórico da saúde indígena. A matéria deu voz à SESAI, ao CIMI e a especialistas em legislação, mas ignorou movimentos sociais, representações indígenas, entidades sindicais e até o Judiciário, que haviam se pronunciado publicamente sobre o assunto.

O episódio também é ilustrativo para demonstrar como o lugar de interlocução é determinante para definir em que posição os envolvidos irão se situar nas relações comunicativas – se é no **centro** ou na **periferia discursiva** – já que se tratam de disputas de poder, disputas pelo *poder de fazer ver e fazer crer*, usando a expressão cunhada por Bourdieu (1989). Esse poder se exerce através da via discursiva, e como argumenta Araújo (2004) e

²⁵ O documento foi reproduzido no *site* da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), disponível em: <http://www.condsef.org.br/downloads_condsef/INSIPerguntaseRespostas.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014. Em setembro de 2014, o site da SESAI (como a maioria dos órgãos do Governo Federal) estava com boa parte dos conteúdos fora do ar, devido às exigências da Lei Eleitoral.

²⁶ A nota foi publicada no Portal da Saúde em 15/9/2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/noticias-sesai/14620-nota-do-forum-de-presidentes-de-condisi>>. Acesso em: 19 set. 2014.

²⁷ “Governo propõe novo instituto para saúde indígena, sem prever concursos”. FSP, 27/8/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1506669-governo-propoe-novo-instituto-para-saude-indigena-sem-previsao-de-concursos.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2014.

resulta da capacidade de mobilidade dos atores para ocupar lugares de interlocução mais favoráveis aos seus interesses. Neste caso, as instâncias governamentais estiveram no centro discursivo, enquanto as demais permaneceram na periferia. Vale salientar que a breve análise referida neste exemplo ilustra somente a cena comunicativa desenhada em relação à repercussão midiática, o que significa dizer que, em outros contextos, as instituições silenciadas pela matéria podem ter conquistado um lugar de interlocução mais favorável. Na rede social *Facebook*, por exemplo, as notas oficiais divulgadas pelas entidades ganharam muito mais visibilidade do que a divulgação oficial e a repercussão jornalística.

E qual a relação de todos estes conceitos com a visibilidade? Em cada relação comunicativa, os sujeitos disputam por um lugar de interlocução mais favorável (o centro discursivo), de maneira que seus pontos de vista se legitimem. Esta mobilidade é garantida graças à articulação de fatores diversos, rol que inclui a visibilidade. À cada embate, a capacidade que cada interlocutor tem de se fazer visível e de conferir atenção ao que postula é diretamente proporcional à sua aproximação do centro discursivo, quando adquire maior possibilidade de fazer hegemônica a sua visão do mundo. Mas, como em todo o mercado, para isso é preciso negociar. E negociações geram necessariamente conflitos e envolvem conflitos, pontos que serão detalhados a seguir.

3.2 CONFLITOS E AFETOS, MOTORES DA MOBILIZAÇÃO

Em uma perspectiva para além do modelo transmissional – que considera ideal a comunicação que resulta no pleno entendimento de mensagens – Sodré (2002, 2006) aposta no conflito como elemento essencial para a produção de comunicação. “Se não existisse mal-entendido, não precisaria haver comunicação”, declarou²⁸. Isso porque o autor define a comunicação como possibilidade de encontro das diferenças e de instauração daquilo que é comum entre os indivíduos. “O comum é a sintonia sensível das singularidades, capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso”.

Sodré (2006) situa sua análise na crítica que faz à nova ambiência que integra as instituições tradicionais com as redes digitais tecnológicas e articula a experiência humana à lógica do mercado, redimensionando a maneira como os indivíduos se relacionam e se

²⁸ Muniz Sodré, em palestra proferida na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), por ocasião dos 25 anos do Programa Radis, em 22/8/2007. O registro da conferência pode ser conferido na Revista Radis (edição 62), disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis_62.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

comunicam. Ele denominou este espaço como *bios midiático* (ou *bios virtual*), uma espécie “realidade imaginarizada”, onde as representações tradicionais do real são reinterpretadas pelos fluxos de imagens e de dígitos, e na qual a mídia tenta instalar “uma nova esfera existencial plenamente afinada com o capital, onde o desejo se imponha preferencialmente como desejo de mercado”.

Estes desejos são estimulados pelo compartilhamento daquilo que é comum, ou seja, daquilo que afetivamente se entende, daquilo que se consegue compreender. O uso dos verbos é proposital:

Compreender significa agarrar a coisa com as mãos, abarcar com os braços (do latim *cum-prehendere*), isto é, dela não se separar, como acontece no puro entendimento (do latim *in-tendere*, penetrar) intelectual, em que a razão penetra o objeto, mantendo-se à distância para explica-lo. No entendimento explicativo, um fenômeno particular fica subsumido a uma lei geral, enquanto na compreensão o fenômeno guarda a sua singularidade, isto é, a sua unicidade incomparável e irrepetível. O requisito essencial da compreensão é, assim, o *vínculo* com a coisa que se aborda, com o outro, com a pluralidade dos outros, com o mundo (SODRÉ, 2006, p. 29, grifos do autor).

O que o teórico coloca neste ponto, ao estabelecer a diferença semântica entre os conceitos de entendimento e compreensão é, na leitura que aqui se faz, ilustrativo do que se defende com a contraposição entre sentido e significado. A correlação das abordagens poderia ser resumida na separação dos aspectos *estabelecidos* de comunicação (significado e entendimento) daqueles que são *vinculativos* (sentido e compreensão). A descrição tátil de compreensão (“agarrar com as mãos”), por outro lado, remete à natureza sensorial que também dá sentido às palavras “sentido” e “afeto”; e também a “visibilidade”.

Se por um lado a concepção proposta pelo mercado simbólico destaca como essenciais os contextos, o *bios* midiático se fortalece ao considerar os vínculos. E vinculação, no nosso ponto de vista, nada mais é do que o resultado de compartilhamento de contextos. Procura-se situar a visibilidade neste *entremeio*. Não se trata aqui dos mecanismos ou efeitos publicitários de divulgação, mas sim das estratégias vinculativas do olhar, aquelas que aproximam, comunicativamente, diferentes lugares de interlocução. Sodré nos fornece pistas sobre esta compreensão entre sujeitos, comunidades e visões de mundo. Segue o que ele considera “comum” nestes polos comunicativos:

Quanto ao comum (instaurador de vínculo), é precisamente esse plural manifestado na totalidade das vinculações humanas, que não se deixa definir nem como uma unidade universal abstrata, nem como uma centrifugação de diferenças. Não se trata, portanto, de um mero estar-juntos, entendido como

aglomerado físico de individualidades (por exemplo, a comunidade enquanto massa gregária substancializada), e sim da condição de possibilidade de uma vinculação compreensiva. O comum é sintonia sensível das singularidades, capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso. (SODRÉ, 2006, p. 38).

O que se procura apreender quando se discute visibilidade, portanto, não é aquilo que faz com que os determinados indivíduos ou grupos (no caso, os índios) sejam protagonistas de produtos midiáticos, mas sim o que há de comum na sua humanidade, no sentido de promover aproximação de suas demandas de outros indivíduos e grupos, de modo que essa vinculação possa lhes assegurar, através da solidariedade, apoio em suas lutas por bem estar, garantia de direitos e acesso a bens de cidadania, como a saúde. É daí que deriva a aposta no potencial mobilizador e transformador da visibilidade. Há de se considerar, no entanto, que estas estratégias sensíveis (como as qualifica Sodré) não são neutras, já que também são apropriadas pelo mercado; seu potencial está a serviço de um projeto político hegemônico cuja base é a própria sustentação do próprio mercado. É a tentativa de legitimá-lo como mediador das relações que cria condições para que os afetos sejam mobilizados na construção de uma realidade midiática, vista como inadiável e incontestável.

Cabe bem, neste contexto, a recomendação feita por Rancière (2005, p. 16): “O real precisa ser ficcionado para ser pensado”. São os apelos emotivos que regem a vida contemporânea que promovem a adesão a esta nova ordem comunicativa, que incentiva os sujeitos a se engajarem (e esquecerem, na mesma medida) temas políticos que são propostos pelos meios de comunicação – sustentados por ganchos jornalísticos e campanhas publicitárias: defesa do meio ambiente, investimento na sustentabilidade, enfretamento da violência, valorização de determinados padrões de beleza são algumas das “causas” que adquirem status de importância na medida em que são visíveis, na medida em que são alçadas ao centro discursivo. A visibilidade, tal como é “vendida” neste mercado simbólico midiático, é promessa de valorização do lugar de interlocução para indivíduos e grupos. Mesmo sem a garantia de que a exposição conquistada na rede renda dividendos simbólicos e concretos na vida real, as organizações sociais têm investido em estratégias de vinculação e mobilização afetiva de pessoas para suas demandas. Um exemplo recente ilustra bem o uso desta estratégia.

3.3 POTENCIAL VINCULATIVO DA VISIBILIDADE

Após receberem a notícia de que seriam expulsos de suas terras pela Justiça Federal, 170 indígenas que vivem à beira de um rio no município de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, ditaram uma carta ao conselho Aty Guasu (espécie de assembleia que representa a etnia), onde relatavam a decisão de permanecer no local e lutar pelo território até a morte. Diz um trecho da carta:

De fato, sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs e avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos nossos antepassados. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser morto e enterrado (*sic*) junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação/extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. (Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay – Iguatemi – MS para o Governo e Justiça do Brasil, 2012)²⁹.

A carta, divulgada pelo *Twitter* e pelo *Facebook*, gerou uma rede de solidariedade e de denúncia das violências enfrentadas pela etnia, envolvendo milhares de pessoas que se sentiram afetadas pela tragédia iminente; compartilhada em muitos perfis e páginas com a interpretação de que seria uma “carta suicídio”, a narrativa daquele povo foi, para muitos brasileiros, o primeiro contato que fizeram com a realidade atual destes índios, dos quais nunca haviam ouvido falar, mesmo que o processo de extermínio já estivesse em curso há muito, como já haviam denunciado pesquisadores e ativistas. Algum elemento discursivo presente no documento, no entanto, afetou pessoas de variadas idades, profissões e regiões geográficas do país, aproximando cidadãos urbanos de lideranças indígenas no espaço das redes sociais, que passaram a repercutir e compartilhar suas vozes. Uma diversificada rede de visibilidade se formou a partir daí. “Somos todos Guarani Kaiowa” virou slogan da campanha, com pessoas incluindo o nome da etnia em lugar de seus sobrenomes nos seus

²⁹ A íntegra da carta pode ser lida no blog “Combate racismo ambiental”, de Tânia Pacheco, disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2012/10/justica-brasileira-ordena-expulsao-de-indigenas-guarani-kaiowa/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

perfis, e aderindo ao uso de *hashtags* que faziam referência a assunto, como “#SouGuaraniKaiowa” ou “#SomosTodosGuaraniKaiowa”³⁰.

A partir dessa exposição na rede, a questão envolveu setores do Estado – Governo Federal, Congresso Nacional e setores do Judiciário³¹ – e pautou a imprensa, mobilizando repórteres e articulistas com os mais diversos pontos de vista. A repercussão nacional gerada pela carta intrigou a jornalista Eliane Brum, que repercutiu o assunto com algumas pessoas que aderiram à campanha nas redes sociais na coluna que assina no site da revista *Época*³². Para estas, ela indagou o que significava dizer “sou Guarani Kaiowa” – ou assumir o nome da etnia como seu sobrenome – e o que justificava aquele movimento tão forte e abrangente naquele momento. Alguns depoimentos são reveladores de como as estratégias se constituíram.

A antropóloga Luísa Molina considerou que o “estranhamento” causado pela “nova forma de ativismo” fugia do caráter “costumeiro” das manifestações populares e trazia consigo elementos que propunham a dissolução da ideia de que a reflexão sobre diversidade se reduz ao problema da identidade. “É preciso entender que, neste momento, não é a identidade que importa: os caiovás continuam se entendendo e querendo ser caiovás, e eu continuo sendo branca, sem pretensões de ‘virar índia’”, declarou, otimista quanto à potencialidade do uso da expressão “somos todos” no compartilhamento de lutas comuns a diferentes setores da sociedade e à possibilidade de que, através das redes sociais, vozes antes restritas a pequenos grupos circulem amplamente e alcancem outros sujeitos com os quais os indígenas possam dialogar e agir junto.

Na opinião de Eduardo Viveiros de Castro, também antropólogo e conhecido pesquisador das questões indígenas, a ação marcou uma forma de protesto, de identificação pública “com quem não está sendo publicado”. Ele revelou que a reação pública negativa diante da “violação sistemática dos direitos desses povos pelo Estado brasileiro e por seus

³⁰ *Hashtag* é um tipo de slogan usado para marcar uma posição compartilhada e replicada, indexada pelos mecanismos de busca e medida nos *trending topics* (frases mais publicadas) do *Twitter*. Sempre começa por “#” e não admite separação das palavras.

³¹ Entre os efeitos político da carta, podemos citar reuniões entre a presidente Dilma Rousseff, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e Luís Inácio Adams, advogado-geral da União, que resultaram em decisão favorável aos índios pelo Ministério Público, que reverteu a determinação inicial de expulsá-los da área em disputa. Na ocasião, um procurador da República que atua em Dourados (MS) revelou: “A mobilização das redes sociais foi definitiva para alcançar esse resultado. Provocou uma reação raramente vista por parte do governo quando se trata de direitos indígenas”, disse Marco Antonio Delfino de Almeida. O assunto foi tratado no texto “Uma carta e suas reverberações – a morte coletiva Guarani-Kaiowá, de Alessandra Traldi Simoni. Disponível em: <<http://etnico.wordpress.com/2012/11/23/uma-carta-e-suas-reverberacoes-a-morte-coletiva-guarani-kaiowa/>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

³² Sobrenome: “Guarani Kaiowa”. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/11/sobrenome-guarani-kaiowa.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

donos, as elites econômicas e sociais”, tem antecedentes históricos: em 1910, a indignação causada por um artigo do diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering, que pregava a extinção programada dos índios brasileiros contribuiu para que fosse criado o Serviço de Proteção aos Índios; em 1961, a criação do Parque Indígena do Xingu também contou com grande apoio popular. A diferença hoje, na opinião do pesquisador, é que não é mais no âmbito da Imprensa que se reverbera esta indignação – já que é nos meios de comunicação que se fortalece uma campanha negativa contra os indígenas. “O que temos hoje, portanto, é o poder das redes sociais: a tomada de novos canais de comunicação, ainda fora do controle imediato do sistema de poder nacional, pelas classes médias urbanas e por frações significativas das classes populares”.

Psicanalista, blogueira e trabalhadora da rede CAPS/SUS Saúde Mental, em Juiz de Fora, Minas Gerais, Rita de Cássia de Araújo Almeida foi a autora do depoimento mais “afetado” emocionalmente pela situação. Sem nenhum envolvimento direto com organizações ou questões indígenas, ela relatou que mudou seu sobrenome para Guarani Kaiowa após ficar muito comovida com a carta. Acostumada a lidar diariamente com o sofrimento das pessoas, ela informou, no entanto, que diante deste intenso sofrimento (a possibilidade de suicídio), o profissional de saúde se depara com “um enorme sentimento de impotência e desimportância”. Rita defendeu o ambiente virtual como “formas vivas e legítimas de interação e comunicação, modos de fazermos laço social (como dizemos em linguagem psicanalítica), e, assim como qualquer outra forma de laço, têm suas virtudes e também limitações e mal entendidos” e destacou que foi mobilizada exatamente pela possibilidade de compartilhar uma luta comum. Vale reproduzir o trecho final de seu depoimento:

A questão de incluir o sobrenome ‘guarani kaiowa’ não teve pra mim o sentido de identificação. Não sou uma índia, não sou uma guarani caiová, nem saberia ser. Obviamente, tenho consciência disso. Também sei que não sendo um deles não poderia me apropriar do discurso deles. Sendo assim, não me sinto autorizada a discursar *por eles, para eles* ou *sobre eles*, mas posso, sim, discursar *com eles*. Foi por isso que mudei meu nome, para participar da mobilização da maneira que pudesse participar, e porque entendi que, com este ato, poderia estar com eles de alguma maneira, compartilhando seu sofrimento e também sua luta por dias melhores. E afinal, essa também não é a luta de todos nós? Dias melhores?”. (Depoimento de Rita de Cássia de Araújo Almeida, grifos do original)³³.

³³ O depoimento está na coluna de Eliane Brum Sobrenome: “Guarani Kaiowa”, disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/11/sobrenome-guarani-kaiowa.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Ainda são muitas as divergências em relação ao potencial “democrático” da Internet, incensado por alguns estudiosos e, ao mesmo tempo, alvo de críticas de outros. Sodré (2002) adverte que as relações resultantes da interação entre o homem e o mundo virtual têm como premissa básica o consumo de informações, produtos e pertencimentos, operadas por disputas pelo engajamento do sujeito — simbólicas e comerciais — que marcam a legitimidade da rede, palco para o que há de mais avançado nas técnicas de publicidade e propaganda. A estratégia de adesão a propostas e posturas, segundo ele, é o que configura o caráter de realidade da rede. Posicionando-se neste mercado, o homem corre o risco de exercitar, sem aprofundamento, a sua participação em comunidades – cada vez mais afinadas aos nichos de mercado – e se integrar ao jogo social sob as regras e as limitações impostas pelo próprio meio.

Para mencionar outro exemplo recente, a repercussão gerada pela campanha “Somos todos macacos”, veiculada após o episódio de racismo envolvendo o brasileiro Daniel Alves, na Espanha. Durante uma partida entre seu time Barcelona e o oponente Vilareal, torcedores o xingaram de macaco e jogaram uma banana no gramado; Daniel revidou a agressão comendo a banana. Logo após a partida, Neymar, o mais conhecido atleta do futebol brasileiro, postou uma foto na rede social Instagram, onde posava com uma banana ao lado do filho – que segurava um boneco de pelúcia também em forma de banana. A foto estava acompanhada da *hashtag* “somos todos macacos”. Internautas compartilharam a campanha postando fotos similares, sem saber que esta havia sido articulada pela agência de publicidade Loducca. Dias depois, o apresentador de televisão Luciano Huck lançou à venda, na Internet, uma camiseta com a mesma *hashtag*. A atitude foi bastante criticada como oportunista na imprensa e nas redes sociais. “Está todo mundo querendo tirar lasquinha da banana do Daniel Alves”, publicou Flávio Ricco, colunista do Portal Uol.

Como se percebe, técnica publicitária e mobilização de afetos são acionados na confecção de uma rede afetiva de comunicação, o que provoca reações diversas diante da repercussão que alcança, da validade de seus efeitos e, também, dos lucros que gera. De um lado, há aqueles que enxergam a Internet como um binômio criativo, formado pela comunicação humana e pela operacionalidade da técnica, mobilizando a discussão de assuntos relevantes; de outro, os que temem a descaracterização do homem diante de uma nova cultura baseada no efêmero e no que é apenas superficialmente visível.

Ainda é cedo para se dizer se são os sujeitos que definem a rede ou se é esta que define o que é a coletiva dimensão do homem. Em ambas as visões, há de se considerar que a absorção da Internet e de suas práticas trouxe em seu seio uma nova maneira de se posicionar

na vida social, agora marcada por dimensões não opostas, complementares e sobrepostas: real e virtual. Embora uma pareça mimetizar a outra, as duas faces da moeda interagem, se misturam, confundem-se e lançam um desafio para teóricos e usuários sobre a validação dos efeitos desta visibilidade para o avanço de lutas por direitos e construção da cidadania. Neste cenário, assim como é possível reconhecer que a cultura da visibilidade extrema reflete a ingerência no mercado das relações humanas, faz sentido imaginar qual será o espaço social, político e econômico reservado aos que não se encaixam nos padrões rentáveis de circulação, aqueles que não dispõem e não são destinatários das tecnologias, os que são os invisíveis desconectados do mundo virtual (DE LAVOR, 2012).

De todo modo, faz-se, aqui, uma aposta no potencial criativo e mobilizador da visibilidade, que se localiza na interseção entre os sentidos potencializados pelo afeto e aqueles afetos que são verdadeiramente consentidos. O dicionário define consentimento como uma livre vontade, de forma que seja tomada uma atitude para que um fim seja alcançado. “É uma maneira de concordar e conceder aprovação a alguém. Supõe a existência do assentimento (consentimento voluntário), que consiste no conhecimento intelectual do objetivo que se pretende alcançar. Também contempla a vontade prática em relação aos meios usados para alcançar esse mesmo objetivo”³⁴. Usa-se aqui o termo “consentir” no sentido de “sentir com”, “afetar-se por” e “sensibilizar-se para”, na expectativa de que a visibilidade funcione como um gatilho que possibilite sujeitos e coletividades partirem da mobilização afetiva proposta pelas ações de comunicação para a ação prática que se espera na esfera política. Se os significados são propostos como somas exatas, os sentidos são revolucionários quando incluem variáveis tão diversas quanto forem os contextos daqueles que se envolvem em uma prática comunicativa. São incertos como os versos que dizem “tudo em volta está deserto, tudo certo. Tudo certo como dois e dois são cinco”.

Visibilidades não são sentenças; visibilidades são vestígios, marcas de pegadas discursivas que podem levar um sujeito em direção ao outro, mesmo que caminhem em sentidos diferentes – mas que também podem imobilizá-los no vislumbre de seus próprios pés. Comunicar-se é fazer sentido, sentido com o outro, a partir do outro – e com o outro. Por este motivo, visibilidades são fatores de orientação que possibilitam a aproximação entre sujeitos e conformam a experiência comunicativa humana. É aquilo que faz com que se olhe para os lados, antes de atravessar em direção ao vazio desconhecido, e descobrir que está ali um interlocutor, com o qual se pode cruzar ou ignorar, colidir ou desviar, concordar ou

³⁴ Disponível em: <<http://www.significados.com.br/consentimento/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

enfrentar, aproximar ou afastar, competir ou conviver. Enxergar, neste sentido, nunca será suficiente. Compartilhar aquilo que se vê, no entanto, essencial.

A princípio, pode-se considerar incompatíveis duas propostas que descrevem de modo tão diverso as relações de comunicação. Uma delas, a do mercado simbólico condiciona estrutura, elementos e práticas comunicativas às disputas pelo estabelecimento de sentidos sociais, ou seja, aos conflitos concernentes à defesa de uma visão de mundo; a outra, chama atenção para o aspecto vinculativo daquilo que é comum aos interlocutores, não necessariamente considerando como comum o que é consensual. Aqui se entende que aquilo que aproxima as duas visões é a natureza conflituosa que ambas as concepções destacam. O afeto, neste sentido, é considerado como um fator de mediação importantíssimo no estabelecimento e nos efeitos da visibilidade, em especial quando se leva em consideração a emergência de novos meios e novas formas de comunicar, descritos no bios midiático.

O que se propõe, em relação à condução das políticas públicas é que, mesmo que estas sejam fruto de uma visão de mundo tornada hegemônica, estão sujeitas à possibilidade de negociação. Esta negociação, de sua parte, será travada entre interlocutores situados em contextos diversos, sob condições desiguais de poder simbólico. A aposta que se faz aqui é no potencial mobilizatório da visibilidade como um dos fatores de negociação preponderantes no cenário comunicativo de interação das novas tecnologias com a vida social. E, ainda que, em se tratando dos índios, esta visibilidade está fortemente ligada à capacidade de produzir afetos, mesmo que estes sejam negativos.

4 OS SENTIDOS DA VISIBILIDADE

“O que faz andar o barco não é a vela enfunada, mas o vento que não se vê.”

Platão (427 – 347 a.C.)

*“O essencial é saber ver,
Saber ver sem estar a pensar,
Saber ver quando se vê,
Nem ver quando se pensa.*

*Mas isso (tristes de nós que trazemos a alma vestida!),
Isso exige de nós um estudo profundo,
Uma aprendizagem de desaprender.”*

Fernando Pessoa (“O guardador de rebanhos”, XIV, 1914)

Visibilidade é a questão central deste trabalho. Característica essencial da sociedade que vivemos (comumente chamada de sociedade midiaticizada ou das imagens, como veremos mais adiante), é também um dos mecanismos responsáveis pelo seu funcionamento, seja através do uso indiscriminado de dispositivos técnicos de informação e de comunicação, promotores da capacidade (e necessidade) humanas de se fazer visível, seja por regular um mercado cada vez mais rentável de bens e necessidades voltadas para o consumo – posturas, imagens, ferramentas, dispositivos e publicações que mantêm redes de comunicação, de reconhecimento e também de vigilância.

Fazer-se visível, hoje, gera lucro para indivíduos e empresas que exploram a operação e a manutenção destes aparatos tecnológicos e suas redes, mas também promete dividendos simbólicos nas relações humanas, já que legitima uma nova maneira de o homem se posicionar no mundo, de se comunicar e de cuidar da sua saúde. Fora do espectro da visibilidade, pessoas e/ou grupos sociais colocam em risco a sua existência em sociedade, de não serem levados em consideração em suas singularidades e/ou necessidades, e de não conquistarem legitimidade (ou pelo menos relevância) para sua presença no espaço público; assegurar lugar à fala e à escuta pública, ter e exercer direitos e participar ativamente da vida política depende, cada vez mais, da capacidade de os indivíduos serem vistos, nomeados e registrados.

No mundo em que a garantia da boa imagem é requisito quase obrigatório da conquista da cidadania, adquirem valor mercantil as “formas de agenciamento sobre aquilo que é visível, o que é esquecível e ainda o que (e quem) se tornará memorável” (ARAÚJO; DE LAVOR; AGUIAR, 2013, p. 4). Garantir um padrão “rentável” de visibilidade, no entanto, é tarefa árdua, visto que a linha de que marca a sua chegada é tênue e implacável,

tanto com aqueles que não a alcançam, como também com aqueles que a ultrapassam. Se por um lado a invisibilidade pode ser excludente, a superexposição também pode ofuscar. Os regimes e padrões que determinam o que será iluminado e o que será esquecível são mutáveis e estão comprometidos com variadas instâncias de poder. Ver e ser visto não dependem exclusivamente do olhar.

A repercussão deste novo padrão de existência é inquestionável na condução das políticas públicas. Indivíduos e grupos que não são brindados com o halo da visibilidade – minorias étnicas, sociais ou religiosas, por exemplo – certamente encontram mais dificuldades para garantir que sejam formuladas, implementadas e executadas políticas públicas adequadas às suas realidades nos mais variados setores – educação, saúde, segurança pública, direitos humanos, entre outros. Por outro lado, além da exposição pública também funcionar como um instrumento de controle utilizado pelo Estado e pela sociedade, quando esta é “negativa” também pode gerar consequências ser desastrosas para indivíduos e grupos.

Não é de hoje, no entanto, que se discute visibilidade. A curiosidade humana em relação aos fenômenos que cercam aquilo que se vê e aquilo que se considera visível (ou invisível), além das maneiras como se constroem a visão, as imagens e o mundo que nos cercam sempre esteve na pauta de artistas, filósofos e cientistas. Como enxergamos o que existe ao redor? O que vemos é realmente o que existe? Como funciona a nossa visão? Existe algo além do que se vê? Perguntas instigantes como estas há muito são objetos da curiosidade de “visionários” da filosofia e da ciência. É por elas que começaremos a descrever trechos de uma genealogia da visibilidade, histórico que será útil para que possamos entender de onde partiram, como se desenvolveram, que elementos contribuíram e como chegamos a este ponto, onde estar visível é praticamente sinônimo de existir.

4.1 VEJO, LOGO EXISTO?

Aquilo que vemos corresponde à realidade ou representa as circunstâncias e condições sob as quais se encontra o nosso olhar? “Os olhos podem ser perturbados de duas maneiras e por duas causas opostas: pela passagem da luz à escuridão e pela da escuridão à luz”, adverte Platão (427 a.C.- 347 a.C.), na Alegoria da Caverna (2005). Já na antiguidade, quando imaginou a situação fictícia de homens que viviam desde a infância presos, obrigados a contemplar apenas sombras projetadas no fundo de uma caverna, e imaginá-las como sendo a realidade, o filósofo grego, discípulo de Sócrates, já falava sobre visibilidade.

Platão acreditava que o mundo sensível – representado pelas imagens e sombras projetadas no fundo da caverna – era mera cópia do mundo inteligível – o das ideias e da filosofia; até hoje alegoria lança pertinentes questionamentos sobre o status de verdade: o que vemos corresponde ao que é real? O que dizer, então, das imagens impressas em jornais e revistas ou divulgadas pelas emissoras de televisão e em tantos espaços virtuais criados pela internet? São fragmentos de realidade, sua interpretação ou apenas zonas de sombra projetadas pelos meios? O cartunista brasileiro Maurício de Souza atualizou bem a crítica feita pela Alegoria da Caverna para o mundo dos quadrinhos:

Figura 1 – História em quadrinhos de Maurício de Souza



Fonte: Site da Turma da Mônica, disponível em: <<http://turmadamonica.uol.com.br/>>. Acesso em: 29 maio 2014.

Figura 1 – História em quadrinhos de Maurício de Souza (continuação)



Fonte: Site da Turma da Mônica, disponível em: <<http://turmadamonica.uol.com.br/>>. Acesso em: 29 maio 2014.

Naquela época, na Grécia Antiga, quando se acreditava que os objetos emanavam ondas que os tornavam visíveis, a existência estava ligada à ideia de visibilidade que, no caso dos homens, também era sinônimo de participação na vida pública. Os invisíveis – mulheres, estrangeiros, escravos – não tinham direito à voz nem ao voto. Serra (2002) recorreu à narrativa mitológica de Édipo para enfatizar a importância que se conferia, naquele tempo, à visibilidade de uns perante os outros na definição da condição humana.

Na tragédia escrita por Sófocles, Édipo descobre ter sido responsável pela morte de seu pai; contrariando a punição oficial, o parricida decide furar os próprios olhos, por não mais conseguir encarar, “olhos nos olhos”, nem seus filhos e concidadãos, nem seus pais no reino de Hades, onde habitavam os mortos. Diz o autor: “A cegueira que Édipo inflige a si próprio representa, assim, mais do que a óbvia recusa de ver, a recusa de se ver a ser visto: o exílio voluntário, em si próprio, na Cidade que outrora o aclamou como herói e à visão da qual ele não quer, de forma alguma, eximir-se através da morte.” (SERRA, 2002, p. 21). A

autopunição de Édipo dá ideia da importância que se dava à visão, naqueles tempos. Um espírito que poderia ser resumido na ideia “vejo e sou visto, logo existo” – tomando a liberdade de parafrasear, aqui, a máxima que seria cunhada, séculos depois, pelo também filósofo René Descartes (1596-1650), “Penso, logo existo”.

De fato, é possível afirmar que aquilo que define a existência humana esteve e está associado às experiências sensoriais, especialmente às ligadas ao sentido da visão e, portanto, ao que se experimenta como visibilidade. Para Barros Filho e Meucci (2013), a afirmação faz sentido. A partir da análise dos diversos pontos de vista da filosofia sobre a “boa vida”, eles explicam que, segundo o filósofo ateniense Epicuro (341-270 a.C), a realidade é constituída de átomos e vazio, onde estes se movimentam. “Nesta perspectiva, o real – todo ele atômico – só existe para nós a partir de informações que nos proporcionam os cinco sentidos. Ou seja: o mundo é o que vejo, o que ouço, o que cheiro, o que sinto etc.” (p. 69).

A tradição cristã contribuiu para a valorização da visibilidade no mundo ocidental, desta vez associando aquilo que se vê (ou que está sob o efeito da luz) à verdade e à superioridade, bem como aquilo que não se enxerga (ou que está à sombra) à inferioridade ou à inexistência. A expressão “Fiat lux”³⁵ descreve o momento criador do próprio Deus, na gênese do mundo: “E a luz se fez. Deus viu que a luz era boa. Deus separou a luz das trevas”, narra a escritura. (Gênesis, 1:3); é conhecida na doutrina cristã a passagem em que o apóstolo Tomé duvida da ressurreição de Cristo – por não tê-lo visto, no momento em que apareceu aos seus discípulos, o que reforça o sentido que se dá, hoje, a expressões como “ver para crer” e “à luz da verdade”. Para esta tradição, luz é sinônimo de verdade, a “boa nova” que o próprio Jesus Cristo trouxe à Terra.

Sobre este assunto, porém, não há unanimidade. Apesar da consolidada associação entre claridade, virtudes, trabalho e amor puro, de um lado; e escuridão, vícios, ignorância e devassidão de outro, há quem questione a validade inquestionável de tais ligações. Na crítica que faz à superioridade da luz às trevas, Aubert (2012, *on-line*) lembra que, seja a origem da crença religiosa, seja enraizada no iluminismo, a unanimidade acaba quando se trata de decidir o que é luz e o que é treva:

Conforme o grupo e a crença, os sentidos são, às vezes, o exato oposto. Às vezes a luz é Deus, outras vezes ela é a razão. E, conforme torça os argumentos aqui e ali, você pode transformar qualquer coisa em luz e qualquer coisa em treva. Seja qual for o significado atribuído à luz, os usos e os abusos da palavra aconteceram na mesma proporção. Já se matou (muito) em nome da luz e da razão e já se usou (muito) o argumento de “tirar alguém

³⁵ Expressão latina que significa “Faça-se a luz” ou “Haja a luz”.

das trevas” para conquistar, destruir e escravizar. Luz demais, poderíamos dizer, leva à cegueira.

Esta discussão possivelmente inspirou o trabalho conjunto dos artistas Arnaldo Antunes, Fernando Laszlo e Walter Silveira, que produziram a exposição “Luzescrita”³⁶, onde 39 obras, distribuídas em duas salas – A *Sala Clara*, branca e iluminada, reunia as fotografias, enquanto a *Sala Escura*, preta e escurecida, abrigava os objetos de luz, uma instalação e os vídeos – mostrava os contrastes possíveis entre materiais, caligrafias, enquanto discutiam o papel da luz. Neste contexto, destacava-se o poema-objeto de Antunes e Laszlo, onde se lia: “Muita luz cega”.

Foto 1 – Poema-objeto de Antunes e Laszlo



Fonte: Arquivo do autor.

Polêmicas à parte, é possível afirmar que, pelo menos nas sociedades ocidentais que descendem da tradição iluminista, é consenso atribuir à visão importante parcela na construção da experiência vivida, tanto na compreensão do mundo que se desenha ao redor, como na percepção do espaço que se ocupa e na relação que se estabelece com aqueles com

³⁶ A exposição “Luzescrita” esteve em cartaz na Caixa Cultural Rio de Janeiro entre 4 de setembro e 27 de outubro de 2013.

quem se relaciona³⁷. É neste contexto que se extrai a afirmação de que o olho é uma das primeiras ferramentas de comunicação experimentadas pelo ser humano:

O olho além de possibilitar a análise do ambiente à distância, permite discriminar os objetos quanto a suas formas, se estão perto ou longe, se estão em movimento e dependendo da espécie, se são coloridos. Além da construção visual sobre o ambiente onde se encontram, as imagens são utilizadas como elementos de comunicação (NISHIDA, 2012, p. 85).

No século XX, o filósofo Merleau-Ponty (1984, p. 88) também se debruçou sobre o tema, relacionando a visão à experiência da corporeidade. O corpo é “um entrelaçado de visão e de movimento”, escreveu. Para ele, a visão não se reduz ao olhar estático, congelado em um único espaço de tempo; há de se considerar que ela inclui passado, presente e futuro: a visão é, sobretudo, envolvida pelo movimento, como descreveu uma de suas analistas:

Pela movimentação da pupila alcanço o que é visto, o olhar caminha pelos detalhes do que está visível no mundo. Distante ou próximo do olhar, da localização espacial do corpo observador, a visão ilumina as coisas, juntando aquele que vê com o que é visto. (ALVES, 2011, p. 1).

Segundo Merleau-Ponty (1984, p. 109) a visão é o encontro de todos os aspectos do ser, na medida em que entrelaça corpo, consciência, percepções e sentidos. Na sua perspectiva, é através do olhar que o homem compreende o mundo e se torna parte dele. A visibilidade como requisito básico de existência política é retomada no trabalho de Hannah Arendt. Em “A condição humana”, em 1958, a filósofa defende que a aparência é constitutiva da própria realidade, mas que para esta ser efetiva, pressupõe a existência de um “espaço público”. Para ela, mais que um espaço físico, literal, este espaço é virtual e simbólico, criado mediante a ação (*práxis*) e o discurso (*legein*). Ou seja, um espaço onde o homem experimenta, vivencia e compartilha seus contextos, construídos em grande parte pela possibilidade de olhar. Como participar e contribuir com as mudanças que se articulam ao redor, sem a possibilidade de ver e ser visto?

³⁷ Trata-se, aqui, de uma concepção de “visão” genérica e não literal, aceitando-se que as outras formas de experimentação do mundo – incluindo-se os outros sentidos humanos (tato, audição, paladar e olfato) – também podem conferir ao ser humano a “capacidade de ver”; a perspectiva inclui, portanto, pessoas com deficiência visual, capazes de exercitá-la através dos outros sentidos e/ou mecanismos.

Máquinas de ver, equipamentos do olhar

Ao mesmo tempo em que avançavam discussões existenciais, sociais e políticas sobre a visibilidade, cientistas buscavam desvendar os fenômenos relacionados à propagação da luz e também compreender os processos orgânicos que possibilitam a visão humana. Estas “inquietações” promoveram verdadeiras revoluções científicas – como a mudança do paradigma geocêntrico, proposto por Aristóteles, para heliocêntrico, defendido por Copérnico – mudanças que acompanharam (e se fortaleceram) com a invenção de artefatos que aprimoraram o olhar humano. Máquinas que ajudaram a ampliar o alcance da visão, fosse definindo contornos do que se encontrava longe demais para se enxergar, ou desvendando detalhes daquilo que era imperceptível a olho nu; equipamentos que passaram a registrar e interferir na realidade e na maneira como a enxergamos, e que são aprimorados até hoje.

Zilio (2009) considera que a primeira grande evolução da Óptica – ramo da Física que estuda a propagação da luz e sua interação com a matéria – ocorreu durante o século XVII, quando foram introduzidos os primeiros sistemas que combinavam duas lentes (o telescópio e o microscópio) e houve um desenvolvimento significativo da matemática, possibilitando a explicação de fenômenos que até então eram apenas observados, como a propagação dos raios luminosos. Os dois instrumentos representam a inauguração de uma “nova visão” do mundo, literalmente.

O telescópio permitiu a observação de distantes corpos celestes e derrubou a teoria de que o planeta Terra era o centro do universo, impulsionando trabalhos de gênios da Ciência, como Galileu Galilei e Copérnico. Foi Descartes quem afirmou, em 1637, que o instrumento colocava o sentido da visão muito além do reino da imaginação dos antepassados, abrindo caminho para um mais profundo e mais perfeito conhecimento da natureza (BETTANIN, 2011).

Ao mesmo tempo, o uso do microscópio impulsionou estudos sobre a natureza de micro-organismos e do próprio corpo humano, revelando estruturas antes invisíveis e abrindo caminho para a constituição da teoria celular, importantíssima para o desenvolvimento da biologia e da medicina. “E tudo aquilo que se encontrava invisível aos olhos tornou-se visível o suficiente para que fosse pesquisado”, lê-se na biografia de Antony von Leeuwenhoek,

considerado o inventor do aparelho³⁸. A visão humana também despertou o interesse dos cientistas, que descobriram que a base da explicação para o fenômeno também se encontrava na relação entre o corpo humano e a luz, deixando de lado a ideia antiga de que os objetos emanavam visibilidade:

A refração da luz é uma propriedade essencial para a formação da imagem. O olho é, por excelência, um órgão dedicado para detecção e análise das fontes de luz visível. Além da luz visível ser utilizada para a percepção visual, é também utilizada para organizar os ritmos biológicos, particularmente aqueles associados a duração do fotoperíodo como o ciclo claro-escuro (como o ciclo sono-vigília) (NISHIDA, 2012, *on-line*).

A mudança de perspectiva é grande, comparável àquela proposta pelos estudos astronômicos e da microscopia. Entender que a Terra não é o centro do universo e gira ao redor do sol é bastante diferente de imaginar-se no centro do mundo; do mesmo modo, as explicações possibilitadas pelo uso do microscópio também ampliaram a capacidade humana de enxergar além da visão, percebendo que havia mundos inexplorados para além do que se via a olho nu.

O mesmo se pode dizer da diferença que faz admitir que aquilo que se vê é resultado da refração (fenômeno que ocorre quando o feixe de luz, vindo do ambiente externo, atravessa o globo ocular para formar a visão na retina) e que as cores são percebidas pelos olhos graças à reflexão que os objetos fazem da luz, como propôs Sir Isaac Newton³⁹. É interessante refletir – o uso do verbo, neste caso, é proposital – para que possamos compreender a importância destas mudanças, pois elas exemplificam como os contextos são essenciais para a concepção dos regimes de visibilidade, assunto que trataremos mais adiante.

Mas, é preciso ressaltar, a tecnologia sozinha não é responsável pela mudança no estatuto do olhar. Tudo faz parte de um contexto mais amplo, alerta Crary (2012). Em seu trabalho sobre a visão e a modernidade, o autor considera a câmara escura paradigmática para entender o estatuto do observador nos séculos XVII e XVIII, e o estereoscópio⁴⁰ como meio

³⁸ Para maiores referências da invenção do microscópio, ler artigo do “Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial” (v. 45, n. 2, abr. 2009). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442009000200001>. Acesso em: 17 mar. 2014.

³⁹ Sobre este assunto trabalhou Arthur Schopenhauer (2005) em “Sobre a Visão e as Cores”, tratado em que concilia a teoria newtoniana com a interpretação fisiológica da cor provinda de Goethe. As cores, para ele, são representações determinadas pelos sentidos e pela razão.

⁴⁰ O estereoscópio é um instrumento destinado ao exame de pares de fotografias ou imagens vistas de pontos diferentes resultando numa impressão mental de uma visão tridimensional. Na sua construção são utilizados espelhos, lentes e prismas. Foi inventado em 1838 pelo físico Sir Charles Wheatstone.

útil para entender as transformações ocorridas no século XIX. Para ele, no entanto, estes instrumentos (como outros) sempre estão associados a outros fatores:

Tais dispositivos, de maneira significativa, são pontos de interseção nos quais os discursos filosóficos, científicos e estéticos imbricam-se a técnicas mecânicas, exigências institucionais e forças socioeconômicas. Mais do que objeto material ou parte integrante de uma história da tecnologia, cada um deles pode ser entendido pela maneira como está inserido em uma montagem muito maior de acontecimentos e poderes. Isso contraria muitas influentes explicações da história da fotografia e do cinema, caracterizadas por um determinismo tecnológico latente ou explícito, no qual uma dinâmica independente de invenção, modificação e aperfeiçoamento mecânicos impõe-se em um campo social, transformando-o a partir de fora. Ao contrário, a tecnologia é sempre uma parte concomitante ou subordinada a outras forças (CRARY, 2012, p. 17).

Um outro fator determinante para a configuração do olhar e da visibilidade é a sua localização espacial, como bem trabalhou Gomes (2012). Se as diferentes gramáticas do olhar modificam a maneira como o homem percebe a realidade na qual está inserido, também este homem está sujeito às interferências propostas pela disposição espacial em que a realidade se coloca – e onde ele se coloca, interagindo com ela. E isso vale para a organização das cidades, a contemplação das paisagens, a disposição de produtos nas gôndolas dos supermercados e, quem sabe, até a construção de uma “visão de mundo”. A organização do espaço participa das estratégias que oferecem ou ampliam a visibilidade de coisas, fenômenos ou pessoas, esclarece o autor, ponto que discutiremos a seguir.

De onde ver, para onde olhar

Há uma relação direta entre observador e aquilo que está sendo observado, aponta o geógrafo, chamando atenção para a importância da localização na definição daquilo que se vê e na construção que resulta desta observação. “Essa relação que se estabelece por um jogo de posições, é a situação espacial que permite ao observador ver algo que de outro lugar não seria visível para ela da mesma forma. O ponto de vista é um dispositivo espacial (posicional) que nos consente ver certas coisas”. (GOMES, 2013, p. 19).

Sob esta perspectiva, pode-se aferir: todo olhar é situado em um contexto, ou seja, está localizado; tudo aquilo que se vê (e como se vê) depende de onde se situa (e para onde se dirige) o olhar; o que se vê e como se vê se constrói e se constitui depende da relação que estabelece com as outras coisas que estão dispostas no mesmo campo de visão; e, ainda: a

ordem espacial cria condições que conferem visibilidade a certas coisas e tornam outras invisíveis.

Gomes (2013) relaciona ainda a composição e a exposição como outros elementos formadores da espacialidade. Ele define composição como resultado de uma combinação de elementos que, juntos, produzem algo novo; um conjunto que apresenta estrutura e ordem entre seus elementos (proporção, distância, situação). Já a exposição, como o próprio termo indica, tem relação à posição de exterioridade. É ela que delimita o que deve e o que não deve ser visto. Lugares de exposição são lugares de grande e legítima visibilidade, indica o autor, relacionando o conceito com a vida contemporânea: “O atributo da visibilidade é central na vida social moderna e se ativa e se exerce pela existência dos diferentes espaços públicos”. (p. 23).

Para Paulo César da Costa Gomes (2013), ponto de vista, composição e exposição devem ser levados em consideração quando diferenciamos o que se olha e o que se vê. “Vemos somente aquilo que retiramos do fluxo contínuo do olhar” (p. 31), argumenta, lembrando que o ato de olhar está relacionado apenas com a direção do foco e os ângulos de visão, sendo, portanto, pouco criterioso, homogêneo, desinteressado, geral, amplo. Já o ato de ver implica diferenciação. Ver, segundo ele, é extrair da homogeneidade do olhar, é conferir atenção, notar, perceber, individualizar. O olhar é disperso; a visão é dirigida e parcial.

Vale incluir aqui o que diz a escritora e jornalista Eliane Brum (2011), quando descreve “a melhor profissão do mundo” – para ela, a prática da reportagem. Ela defende que o ato de ver equivale ao olhar insubordinado, aquele que enxerga coisas, sujeitos e situações que ninguém vê. “Vemos o que todos veem e vemos o que nos programaram para ver”, diz a jornalista-escritora, propondo um novo paradigma do olhar: “Esse olhar que olha para ver, que se recusa a ser enganado pela banalidade e que desconfia do óbvio é o primeiro instrumento de trabalho do repórter”. (BRUM, 2011, p. 190).

Neste sentido, surge a pergunta: o que torna algo visível? Para Gomes (2013), destacar-se com sua singularidade depende de três fatores: a inserção em uma narrativa; a posição de exterioridade e a apresentação ao público. “A visibilidade depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque” (p. 38). Este processo faz parte de um regime que define aquilo que é ordinário (e está ao alcance do olhar) e o que é extraordinário (e se diferencia e se torna visível), um protocolo que estabelece aquilo que deve ser visto, as condições e os valores que devem ser julgados. O autor adverte, ainda: “Os regimes de visibilidade ditam mais do que somente o que é visto e o que é mantido

à sombra. Eles ditam também o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, suas continuidades e rupturas” (GOMES, 2013, p. 52).

No artigo em que defende a visibilidade como um campo de estudos das Ciências Sociais, Brighenti (2007) fornece um exemplo – também relacionado com o espaço – que nos permite observar como um regime de visibilidade pode orientar o olhar dos que vivem sob a sua égide. Segundo o autor, uma das principais distinções na cultura sociopolítica ocidental moderna é a dicotomia entre o espaço público, associado à visibilidade, e o espaço privado, associado à invisibilidade. No mundo contemporâneo, aponta ele, esta distinção não é mais tão clara, uma vez que espaços privados (como os meios de comunicação e os *shoppings centers*) tornam-se, em grande parte, mais visíveis do que os públicos, ao mesmo tempo em que os públicos (como os parlamentos) caminham para a invisibilidade, para o interdito do olhar. Entender o funcionamento do regime de visibilidade a que está submetida uma sociedade é essencial para que se compreenda três aspectos bastante trabalhados do fenômeno da visibilidade: a sua dimensão de vigilância e de controle, o seu aspecto de reconhecimento social e a sua intrínseca ligação com os meios de comunicação.

Brighenti (2007) propõe dividir o tema nestes três aspectos: A visibilidade social, que estaria ligada ao reconhecimento – quando não proporciona distorção; a visibilidade midiática, que muitas vezes se confunde com o primeiro tipo, mas que, por ser dotada de lógica e regras próprias, isola os sujeitos de seu contexto original e os projeta em um cenário diferente; e, finalmente, a visibilidade de controle, transformada em recurso estratégico para a regulação, a seletividade e/ou a estratificação social.

É preciso considerar, no entanto, que é quase impossível isolar ou analisar, separadamente, cada um dos sentidos que adquire o fenômeno da visibilidade, de tão ligados que estão em suas origens e desdobramentos. O reconhecimento é, muitas vezes, resultado de um registro midiático, por exemplo; em outros casos, é o registro que é consequência de exposição gerada por uma ação que promove reconhecimento; também é possível que o mesmo registro possibilite a garantia de direitos e, ao mesmo tempo justifique uma ação de controle; a mesma exposição midiática que empodera determinado grupo social poderá ser nociva, no caso de sustentar ou incitar ações negativas e preconceitos.

De todo modo, não há como negar que a experiência do autorreconhecimento e a conquista do seu respeito se dão também através de mecanismos de visibilidade, e que atualmente o cenário mais propício – ou pelo menos mais visível – de seu acontecimento seja as instâncias do mundo midiático, ou seja, nas interfaces dos meios de comunicação e nas chamadas redes sociais digitais. É em sua faceta midiática que a visibilidade encontra sua

maior força, requer maiores aparatos técnicos e traz maiores consequências nas áreas de comunicação e de saúde. Reconhecimento, exposição e controle: São estas as três dimensões da visibilidade que serão discutidos a seguir.

4.2 GESTÃO DE IMAGEM E RECONHECIMENTO

A dimensão de reconhecimento da visibilidade talvez seja a mais comumente abordada por teóricos do campo das Ciências Sociais, cujos trabalhos se debruçaram sobre a negação da visibilidade, ou seja, nos efeitos adversos da invisibilidade. O tema tem despertado o interesse de pesquisadores e a imaginação de escritores das mais variadas áreas e das mais diversas épocas. A definição dada pelos físicos do fenômeno – a capacidade hipotética de determinados objetos não absorverem nem refletirem a luz visível – tem sido usada como metáfora para a situação de indivíduos e grupos que não têm suas singularidades e demandas consideradas e estariam à sombra dos direitos assegurados pela cidadania.

H. G. Wells (2011), visionário escritor de ficção científica, talvez tenha sido o primeiro escritor a registrar uma situação de invisibilidade neste sentido. Em “O homem invisível”, lançado em 1897, ele narrou a euforia e as desventuras de doutor Griffin, cientista que consegue a proeza de se tornar, fisicamente, invisível. “Senti-me como um homem dotado de visão se sentiria se pudesse cruzar, com roupas e sapatos silenciosos, uma cidade de cegos” (p. 145), diz a personagem principal, que logo se vê obrigada a se cobrir por inteiro para escapar do estigma da invisibilidade – associada à monstruosidade e à incapacidade de viver em sociedade.

Mas foi outro escritor americano, Ralph Ellison, o primeiro a associar diretamente a condição de invisibilidade à inferioridade social. Ele também escreveu um livro chamado “Homem invisível”⁴¹, em 1952. Considerado um clássico da literatura americana, o livro traça paralelos entre a condição do negro na sociedade escravocrata daquele país e a invisibilidade, ao narrar a trajetória de um jovem anônimo, desde uma universidade para negros no Sul racista dos Estados Unidos até o Harlem, em Nova York: “Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver... .. Quem se aproxima de mim vê

⁴¹ Em “Pensando a invisibilidade através da diferença”, Soares Pereira (2010) faz um estudo crítico da obra, a partir dos temas dos Estudos Culturais. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/4700/4867>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu”. (ELLISON, 1990, p. 7).

A metáfora é retrabalhada por Gonçalves Filho, quando trata da “invisibilidade pública” (COSTA, 2004), fenômeno que traz em sua essência a humilhação social e a angústia através do desaparecimento do sujeito. Para o autor, a condição invisível representaria para indivíduos impeditivo para que pudessem agir e se manifestar publicamente, serem considerados sujeitos singulares, não exclusivamente tipos ou exemplares de uma espécie. A visibilidade, por outro lado, estaria associada à capacidade de se enxergar e enxergar-se no outro – um reconhecimento da alteridade, fortemente associada às condições contextuais do sujeito e de seu(s) interlocutores.

Costa (2004) parte desta definição para conduzir seu estudo sobre os trabalhadores da limpeza pública em São Paulo, quando se “disfarçou” de gari e atuou, por quase dois anos, como um dos contratados pela Universidade de São Paulo (USP), onde estudava – momento em que não foi reconhecido nem por seus pares. Ele definiu a experiência como “desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens”, e observou que o fenômeno é comum entre aqueles que “se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político” (COSTA, 2004, p. 57), o que causaria uma “percepção social neutralizada” na sociedade e traria como consequências a humilhação social e a reificação⁴².

Costa associa humilhação social à desigualdade política, ao interdito da participação do indivíduo no âmbito público da iniciativa e da palavra, bem como da ação fundadora, do diálogo, do governo da cidade e do trabalho, e da construção de sua cidadania; e define reificação como processo através do qual homens e relações sociais são considerados a partir de seu valor econômico e mercantil. Indivíduos e suas ações passam a existir apenas como mercadorias, segundo a sua perspectiva. Valem o que aparecem, digamos assim.

Para o autor, a partir do momento em que o indivíduo não aparece como alguém que age e fala, reconhece o mundo, reflete e opina sobre ele, deixa de aparecer como cidadão. Neste sentido, tais grupos invisíveis, não considerados em sua capacidade cidadã, migram para regiões de sombra, enquanto emergem para a luz suas funções ou atribuições visíveis. Assim, o indivíduo/cidadão desaparece para aparecer apenas como integrante de um grupo

⁴² A organização norte-americana New York City Rescue Mission mostrou, através de um experimento social, que pessoas que vivem na rua se tornam tão invisíveis até para as pessoas mais próximas. A campanha, chamada *Have the Homeless Become Invisible?* (“Os moradores de rua se tornaram invisíveis?”), vestiu e maquiou pessoas como se fossem mendigos e as posicionou em uma rua. Ao mesmo tempo, câmeras escondidas foram posicionadas para filmar o momento em que seus parentes passavam. Até mães e esposas passaram despercebidas. A campanha está disponível em: <<http://www.makethemvisible.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

social estereotipado e/ou marginalizado, “a comunidade dos que publicamente desaparecem” (COSTA, 2004, p. 118).

São vítimas de “cegueira social”, seja pela indiferença ou pelo preconceito. Tornam-se socialmente invisíveis, seja por sua condição econômica ou por sua origem social, racial ou étnica, seja por sua orientação sexual ou faixa etária, dentre outras categorias de exclusão. Para este homem que desaparece, assinala o autor, restam a vulnerabilidade, a perda de sua autonomia e de sua humanidade.

[...] há algo que assinala nossa humanidade quando, diante dos outros, nossa aparição é revelação e é segredo – os humanos desejam aparecer, desejam luz, e desejam furtar-se à iluminação excessiva, ressecante, objetivante, desejam sombra (COSTA, 2004, p. 157).

Análise similar aparece no trabalho conduzido por Soares (2005), que trata o fenômeno como “invisibilidade social”, responsável por uma “cegueira seletiva”. Para ele, tornar alguém invisível é projetar sobre ele (ou ela) um estigma, um preconceito, ou ainda a indiferença e a negligência.

Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos (SOARES, 2005, p. 175).

O autor adverte, no entanto, que nem toda visibilidade é positiva. Ele marca a diferença que há entre preconceito e indiferença – duas consequências da invisibilidade. Nos dois casos, explica, há a anulação da pessoa, embora por meios opostos. A indiferença corresponde à total invisibilidade, que negligencia a presença de alguém; o preconceito, a uma hipervisibilidade, que ilumina uma imagem artificial e pré-construída, obscurecendo a individualidade da pessoa, mantida na penumbra.

“O reconhecimento é uma forma de visibilidade social, com consequências importantes sobre a relação entre grupos minoritários e o *mainstream*”, analisa Brighenti (2007, p. 329). O autor reforça o alerta de Soares, indicando que a visibilidade não está ligada ao reconhecimento de forma linear e direta – o que significa que poderá ser positiva ou negativa. Para ele, há diferentes graus no que ele considera “visibilidade satisfatória”: no limite inferior, estão os socialmente excluídos (ele cita como exemplo os imigrantes ilegais e aqueles que vivem “formas invisíveis de pobreza” criadas pelo neoliberalismo, como os que vivem nas favelas).

No limite oposto, estão aqueles que vivem na zona de hipervisibilidade, ponto “onde tudo que você faz se torna gigantesco ao ponto de paralisar”. Enquadram-se, neste grupo, as representações midiáticas dos mesmos imigrantes ilegais – retratados como criminosos – e aqueles atores que são integrantes das “minorias morais” e, portanto, alvo do “pânico moral” da sociedade. Os dois casos, explica Brighenti, indicam o cuidado que indivíduos e grupos devem ter ao requerer a visibilidade, já que sua conquista implica em gerenciamento de imagem – ação que, mal conduzida, também pode produzir negação do reconhecimento social. Mesmo admitindo haver uma assimetria nos atos de ver e ser visto, Brighenti adverte que a conquista da visibilidade se dá em via de mão dupla, não estando sua concretização no exterior de quem a postula. Para o autor, se há visibilidade, esta depende de quem olha, mas também – e na mesma medida – daquele que é observado:

[...] não devemos cair no erro de acreditar que ser observado é um comportamento passivo. Porque o olhar é sempre, em certa medida, um processo de duas vias; ver e ser visto afetam, simultaneamente o observado e o observador. Atrevo-me a dizer que não só existe uma forma de ver, mas também uma forma de ser visto. Se ver é uma atividade articulada, ser visto não o é menos (BRIGHENTI, 2007, p. 331, tradução minha)⁴³.

A advertência de Brighenti (2007) nos faz, também, considerar indivíduos e/ou grupos sociais que investem na invisibilidade para enfrentar suas adversidades cotidianas. O geógrafo Igor Robaina (2011) apresenta o exemplo das populações que vivem em situação de rua, na cidade do Rio de Janeiro, e que adotam a invisibilidade como estratégia de sobrevivência. Sem a proteção de uma casa e rotulados como indesejáveis no espaço público, estes indivíduos se utilizam de elementos que compõem a paisagem para se confundir com o espaço, uma estratégia que o autor denomina de “mimetismo social”:

Esta condição de (in)visibilidade se apresenta como um verdadeiro jogo daquele que busca produzir uma imagem específica de não-revelação da sua própria presença, mas, ao mesmo tempo, defendendo a sua permanência no espaço. Assim, passar despercebido ou indistinguível na paisagem, como parte integrante das cores e formas do espaço, é o objetivo final destes sujeitos (ROBAINA, 2011, p. 170).

Robaina também chama atenção para a escolha que o grupo faz por ocupar os espaços da sombra para obterem segurança e privacidade – uma escolha paradoxalmente

⁴³ Texto original: “[...] we should not be misled into believing that being watched is a passive behavior. Because the glance is always, to a certain extent, a two-way process, seeing and being seen simultaneously affect the observed and the beholder. I would venture to say that not only is there a form of seeing, but also a form of being seen. If seeing is an articulated activity, being seen is no less so.”

oposta a dos grupos que buscam os holofotes para afirmarem sua identidade e seu reconhecimento. Esta estratégia de segurança nas sombras visa evitar a abordagem das forças do Estado, como também protegê-los dos ataques (espancamentos e queimaduras têm sido freqüentes no cotidiano destas populações)⁴⁴.

O enquadramento da visibilidade proposto por Robaina encontra eco nas narrativas que tratam das estratégias (também de sobrevivência) utilizadas pelos chamados “índios isolados” brasileiros, em algumas regiões da Amazônia. Com o intuito de se defenderem de ataques de madeireiros, fazendeiros e serigueiros, mantêm-se à margem das cidades e das propriedades rurais que avançam para as terras indígenas. Reel (2011) narra a epopeia para salvar um índio que sobreviveu ao massacre de sua etnia e que cavava buracos para se esconder e evitar qualquer contato com o “homem branco”.

Apesar de suas seguidas tentativas de fuga empreendidas por ele após qualquer tentativa de contato, uma equipe de indigenistas brasileiros precisava localizá-lo e registrar sua presença para que a área onde ele vivia fosse interditada pela Justiça e impedir novas invasões. Reel (2011) relata que aquele indivíduo (que ficou conhecido como “Índio do buraco”) não acreditava que sua existência ou identidade dependesse da convivência com outras pessoas. “Ele existia, mesmo que ninguém soubesse seu nome” (p. 179). Em oposição a sua fala, o antropólogo e documentarista Vincent Carelli (2009), autor das imagens do índio, afirma, no documentário que narra esta mesma história⁴⁵: “O índio só passará a existir legalmente se conseguirmos registrar uma imagem dele; índio que ninguém viu é boato”.

Seja pela conquista da visibilidade, combate à hipervisibilidade ou pela manutenção da invisibilidade, o reconhecimento social está ligado intimamente às relações estabelecidas por indivíduos e grupos com o outro e com a sociedade. É o que defende Reel, que mesmo reconhecendo que, para o “índio do buraco”, a existência e a sobrevivência dispensavam a presença do outro, paradoxalmente descreve sua situação com as palavras do filósofo búlgaro Tzvetan Todorov (apud REEL, 2011, p. 172):

O homem vive talvez inicialmente em sua pele, mas começa a existir apenas a partir do olhar dos outros. Cada um de nós nasce duas vezes: na natureza e na sociedade, para a vida e para a existência; tanto uma como outra são frágeis, mas os perigos que as ameaçam não são os mesmos. O homem é um animal, mas não é somente isso.

⁴⁴ Em 1993, oito pessoas que dormiam nas calçadas do Centro do Rio de Janeiro morreram vítimas de tiros, episódio que ficou conhecido como “A chacina da Candelária”; em 1997, o índio Galdino Jesus dos Santos, líder da etnia pataxó-hã-hã-hãe que foi queimado vivo por cinco jovens da classe média alta de Brasília, enquanto dormia em um abrigo de um ponto de ônibus.

⁴⁵ Depoimento registrado no filme “Corumbiara” (2009), de Vincent Carelli. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=87>>. Acesso em: 20 set. 2014.

O argumento é compartilhado e complementado (mesmo que percorrendo caminho inverso) por Andrea França (2007), quando reflete sobre a representação do outro na produção do cinema documentário contemporâneo. Diz ela: “Quando olho sou visto, logo existo. Meu olhar testemunha minha visibilidade para o outro, que me devolve minha própria consistência, meu sentimento de existir”. (p. 47).

A pesquisadora desenvolve seu raciocínio a partir da afirmação *Esse est percipi* (ser é ser percebido), do filósofo irlandês Berkeley, propondo que existe uma mudança na relação entre os indivíduos e as imagens que são produzidas sobre eles. Para ela, de tão difundidos “o saber e o imaginário sobre ser filmado”, estes deixaram de ser espectadores coletivos de uma realidade retratada para se posicionarem como testemunhas individuais destas mesmas imagens.

A mudança reflete não somente na distinção que se fazia entre quem é sujeito (e participa) e quem é objeto (e seria apenas personagem) das filmagens em geral, mas também no modo como passam a ser construídas estas imagens, ou seja, como se organizam os novos modos de visibilidade e de dizibilidade. Para a autora, o que está em jogo é uma política de disputa pelo poder sobre a imagem, “uma ‘política da narratividade’ que luta pelo controle da representação, da comunicação, de modo a gerar uma cidadania que somente a mídia hoje pode garantir” (FRANÇA, 2007, p. 60).

Imagens em crise

Analista da mobilidade das relações e da existência humana nos espaços do mundo contemporâneo, Augé (2010, p. 47) advoga que “vivemos num mundo de imagens, onde é a imagem que sanciona e promove a realidade do real”. A realidade vertiginosa descrita pelo autor, onde paradoxalmente se extinguem e se exacerbam as fronteiras entre os indivíduos, encontra semelhanças em outras narrativas que apresentam estes tempos marcados por um processo de reconfiguração do capitalismo, conhecido como globalização.

Este mundo, atravessado por dispositivos tecnológicos, cenário de uma realidade construída e legitimada pelas imagens, se aproxima da ambiência proposta de um *bios midiático* (SODRÉ, 2002), da sociedade em vias de midiatização (FAUSTO NETO, 2007) e da cultura que impõe a imagem como força de realidade (THOMPSON, 1998). O cenário que

alguns teóricos descrevem como civilização da imagem⁴⁶ já é visível no cotidiano urbano dos indivíduos: Uma cultura de excessiva valorização da visibilidade, realidade compartilhada por boa parte da população mundial que tem condições de se inserir e acompanhar, conectada em tempo real – via satélites e demais tecnologias de compartilhamento de informações – mudanças significativas em contextos, condutas, fronteiras, processos, posturas, relações, políticas, registros, narrativas e até códigos que regulam a vida em sociedade.

O contexto descrito tem sido bastante explorado pelos trabalhos que analisam as características e as convergências entre comunicação, a visibilidade e poder, nos dias atuais. No estudo em que fez sobre a interseção entre imagem e superficialidade nos centros urbanos, Klein (2007) descreve, quando analisa os outdoors, as origens da cultura da imagem e da visibilidade, que em suas palavras, caracterizam a civilização contemporânea:

A intensificação da visão com o surgimento das mídias visuais, a sofisticação dos dispositivos do olhar, a colonização do espírito humano pela cultura de massa através da TV, o cinema e fotografia renderam à imagem, no século XX, o lugar mais honroso na comunicação social, a partir do qual se estabelece quase a totalidade das relações humanas, situação ainda marcante na entrada do século XXI, com a digitalização de nossas vidas (p. 81).

Ele avalia que, em razão desta honraria dedicada às imagens, há uma verdadeira corrida pela visibilidade, “na medida em que os modelos de conduta para o ser humano são deslocados pela pulsão de visibilidade midiática”, o que acarreta numa propagação exacerbada de imagens. No caso das cidades, por exemplo, o grande número de outdoors, ao mesmo tempo em que mediatiza informações, promove uma degradação visual do espaço público. Para o autor, este fenômeno contribui para a existência de uma crise na mediação das próprias imagens veiculadas, já que a oferta excessiva as tornam invisíveis ao olhar “sedado” dos transeuntes.

No ensaio que escreveu sobre fotografia, muito antes da corrida pela visibilidade proposta por Klein (2007), Susan Sontag (2013, p. 13) defende que a convivência íntima do homem com a fotografia – “praticamente tudo foi fotografado”, diz – reeducou o seu olhar: “Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o

⁴⁶ Alguns teóricos são críticos em relação a esta definição. O francês Paul Virilio utiliza as expressões “civilização da cegueira” (*blindness civilization*) e “civilização do apagão” (*blackout civilization*), por acreditar que existe um descompasso entre o tempo dos processos de comunicação humana (que seguem os ritmos do corpo) e aquele promovido pelos dispositivos tecnológicos, o que traria prejuízos à percepção do mundo graças ao excesso de ruídos visuais. Ver: Anceschi (1996).

que vale a pena olhar e sobre o que temos direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver”.

Ela lembra que, apesar das fotos oferecerem um testemunho e se apresentarem como fragmentos da realidade, sempre estarão no limbo existente entre a arte e a verdade. No ensaio publicado em 1977, muito antes de existirem os equipamentos móveis de telefonia e as redes sociais eletrônicas de compartilhamento de textos e imagens, a autora já alertava para o risco da compulsão pelo registro: Disse ela: “Por fim, ter uma experiência se torna idêntico a tirar dela uma foto e, participar de um evento público tende, cada vez mais, a equivaler a olhar para ele, em forma fotografada [...] Hoje, tudo existe para terminar numa foto”. (SONTAG, 2013, p. 35).

A relação humana com a proliferação de imagens também despertou o interesse de Ítalo Calvino, em 1984, quando elegeu a visibilidade como um dos valores literários que mereceriam ser preservados no novo milênio⁴⁷. “A mente do poeta, bem como o espírito do cientista em certos momentos decisivos, funcionam segundo um processo de associações de imagens que é o sistema mais rápido de coordenar e escolher entre as formas infinitas do possível e do impossível” (CALVINO, 1990, p. 107). O que interessa a Calvino (2012), neste contexto, é que futuro está reservado à imaginação, dentro do que ele chamou de “civilização da imagem”:

Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens a ponto de não podermos distinguir mais a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão. Em nossa memória se depositam, por estratos sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, onde é cada vez menos provável que uma delas adquira o relevo. Se incluí a *Visibilidade* em minha lista de valores a preservar foi para advertir que estamos correndo o perigo de perder uma faculdade humana fundamental: a capacidade de pôr em foco visões de olhos fechados, de fazer brotar cores e formas de um alinhamento de caracteres alfabéticos negros sobre uma página branca, de pensar por imagens (p. 107-108, grifo do autor).

O cenário previsto pelo autor se complexificou com a evolução de outros instrumentos/equipamentos produtores e veiculadores de imagem (cinema, televisão, dispositivos móveis de telefonia e de internet, entre outros), cada um a seu modo e em seus contextos também revolucionários no que diz respeito aos modos de ver e as maneiras de se tratar a visibilidade. Pode-se dizer que atualizam a experiência existencial, corporal, cognitiva

⁴⁷ Em 1984, Calvino foi convidado pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, para fazer as *Charles Eliot Norton Poetry Lectures*, um ciclo de seis conferências que aconteceriam ao longo do ano acadêmico de 1985-86. Ele preparou cinco palestras sobre leveza, rapidez, exatidão, visibilidade e multiplicidade, e preparava uma sexta, sobre consistência). As conferências nunca aconteceram, devido à morte súbita do autor, no ano seguinte.

e emocional de se conceber, conceituar e exercitar a visão humana, trazendo consigo novas conquistas, desafios e questões.

Anceschi (1996) sugere que a imensidão de informações visuais disponíveis provoca certa “cegueira”, já que a valorização excessiva de todas as imagens dificulta o destaque daquilo que é realmente importante, anulando os contrastes. Este efeito é ampliado com o alto grau de estímulos sensoriais misturados (sons, luzes e imagens), cada vez mais comuns nas grandes cidades. “Vivemos num mundo visual e ótico, mas que certamente não é visível” (p. 4), defende. Baitello (2011) também detecta esta crise, em decorrência da exacerbação do padrão imagético, o que para ele tem como consequências a perda da consciência crítica sobre o presente, a ausência de profundidade e, conseqüentemente, uma diminuição na capacidade (e na qualidade) de se comunicar. Ele sinaliza que o exagero em querer transformar tudo que é tridimensional em superfície imagética dificulta a percepção não somente daquilo que está sob as sombras, mas também, por saturação, aquilo que está bem iluminado. E argumenta:

Assim como toda visibilidade carrega consigo a invisibilidade correspondente, também a inflação e a exacerbação das imagens agrega um desvalor à própria imagem, enfraquecendo sua força apelativa e tornando os olhares cada vez mais indiferentes, progressivamente cegos, pela incapacidade da visão crepuscular e pela univocidade saturadora das imagens iluminadas e iluminadoras (BAITELLO, 2011, p. 2).

Um dos desdobramentos desta realidade, aponta o autor, é uma espécie de “iconofagia⁴⁸”, que inaugura um círculo vicioso: Quanto mais se vê, menos se vive; quanto menos se vive, mais se necessita de visibilidade; quanto mais visibilidade, tanto mais invisibilidade e tanto menos capacidade de olhar. “Assim, o primeiro sacrifício desse círculo vicioso termina por ser o próprio corpo, em sua complexidade multifacetada, tátil, olfativa, auditiva, performática e proprioceptiva” (p. 5), alerta.

As preocupações manifestadas por autores em diferentes espaços de tempo encontram reflexo nas críticas feitas em relação à qualidade do jornalismo praticado nos dias

⁴⁸ O termo “iconofagia” foi proposto por Baitello (2011, p. 4) para descrever “a devoração das imagens ou pelas imagens: corpos devorando imagens. Ou imagens que devoram corpos”. Para ele, vivemos a Era da Iconofagia, “um tempo em que nos alimentamos de imagens e as imagens se alimentam de nós, dos nossos corpos. Esse processo ocorre quando passamos a viver muito mais como uma imagem do que como um corpo. Viramos escravos das imagens: temos que ter um corpo que seja uma imagem perfeita, temos que levar uma vida vivida em função da imagem, temos que ter uma carreira que seja uma imagem perfeita. Com isso, de repente notamos que o corpo como entidade original da vida passou a ser uma imagem e, portanto, não ter mais vida própria”. Maiores detalhes em: <<http://www.conjecturas.com.br/edicao05/cerebrar/norval.htm>>. Acesso em: 20 set. 2014.

de hoje. Em artigo publicado na revista “Carta Capital”⁴⁹, o jornalista José Antonio Lima aponta para o perigo que representa o “jornalismo apressado”, mais baseado em imagens do que na apuração. Lima comentava a repercussão do episódio em que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e os primeiros-ministros David Cameron (Reino Unido) e Helle Thorning-Schmidt (Dinamarca) foram fotografados fazendo uma *selfie*⁵⁰ durante o funeral do líder sul-africano Nelson Mandela⁵¹. Para ele, as conclusões (erradas) a que jornalistas e público chegaram representam a contaminação do jornalismo pelo imediatismo da internet e das redes sociais, quando a reflexão perde espaço para a contagem de cliques, e contribuem para manter a sociedade superficial, exatamente como uma *selfie*⁵².

A valorização exagerada das imagens é alvo de críticas também nas plataformas virtuais de comunicação, onde ela se exacerba até a exaustão. Na página que mantém na rede social *Facebook*, o quadrinista André Dahmer apresenta, em um cartum dos “Malvados”, uma situação em que a personagem Terêncio Horto comenta: “Ontem nos divertimos verdadeiramente... Tão verdadeiramente... que ninguém tirou fotos”. A postagem (Figura 3), curtida por mais de sete mil pessoas e compartilhada mais de nove mil e quinhentas vezes, somente na página do artista⁵³ (apenas um destes compartilhamentos gerou mais sete mil outros compartilhamentos, que foi visto e “curtido” por quase 15 mil outros perfis) mostra que a crítica à compulsão pelos registros sociais reverbera inclusive nos espaços onde cresce exponencialmente a prática de exposição pessoal, cenário onde muitos de seus usuários são produtores das famosas “selfies”.

⁴⁹ “A ‘selfie’ de Obama e o jornalismo apressado”, artigo publicado na revista “Carta Capital”, disponível em: 11 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-selfie-de-obama-e-o-jornalismo-apressado-1861.html>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

⁵⁰ *Selfie*: fotografia que uma pessoa tirou de si própria, normalmente com um *smartphone* ou *webcam*, e que foi colocada numa rede social.

⁵¹ A partir de uma única foto, compartilhada por milhares de usuários das redes sociais e de meios de comunicação em todo mundo, os três chefes de Estado foram largamente criticados como insensíveis. A “interpretação” da imagem também assegurava que a primeira-dama norte-americana, Michelle Obama, teria ficado irritada ao ver o marido “flertar” com a colega dinamarquesa. 24 horas depois, o autor da foto, Roberto Schmidt, revelou no blog dos correspondentes da agência France Press que a imagem havia sido feita em um contexto de celebração à memória de Mandela e que o olhar da primeira-dama foi capturado por acaso.

⁵² Curiosamente, o assunto retornou à mídia em outro episódio fúnebre. No funeral do pernambucano Eduardo Campos, candidato à Presidência da República pelo PSB morto em acidente aéreo, muito destaque se deu à postura de políticos e populares que aproveitaram o evento público para produzir *selfies*. O jornalista Paulo Henrique Amorim comentou em seu blog: “Marina (candidata a vice, na chapa de Campos) faz *selfie* no funeral”. A postagem gerou muitos comentários críticos à postura de campanha da candidata. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/08/17/marina-faz-selfie-no-funeral/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

⁵³ Números referentes à visita feita em 28/4/2014, às 19h24min.

Figura 2 – Cartum de André Dahmer



Fonte: Facebook de André Dahmer – malvados, disponível em: <<https://www.facebook.com/malvadoshq>>. Acesso em: 25 set. 2014.

A discussão também inspira projetos fotográficos como “Photoland” (Terra da foto)⁵⁴, onde o fotógrafo carioca Fabio Seixo discute a necessidade de se vivenciar, por meio da foto, a experiência do presente; “Into The Light” (Venha para a luz), do alemão Wolfram Hahn⁵⁵, que explora a produção de uma “identidade digital” através da documentação dos bastidores da produção de *selfies* publicadas nas redes sociais – e que, segundo o autor, permitem que o indivíduo seja incluído dentro de uma comunidade ampla, mesmo trancado em casa; ou ainda o “Too Much Photography (*Muita fotografia*)⁵⁶, no qual o britânico Martin Parr desenvolve a teoria que o ato de fotografar (e ser fotografado) em locais turísticos garante segurança “de que somos parte do mundo reconhecível”. (PARR, 2012, *on-line*).

O que estes projetos têm em comum é propor uma reflexão sobre como o ato de fotografar compete (ou, como defendem alguns deles, se torna mais importante, até) com a vivência. Uma espécie de compulsão que encontra terreno fértil terreno nas esferas da tecnologia digital. Para Seixo, o fenômeno também é uma forma de narcisismo, na medida em que o ato de fotografar se torna mais importante do que estar no local fotografado, ou seja, o objetivo final do registro é apenas autorretrato. “O projeto esbarra na questão da visibilidade. Não basta ser um bom médico, um bom professor ou um bom jornalista se você não estiver referendado pelos dispositivos de visibilidade, como mídia e redes sociais”, analisa o fotógrafo⁵⁷. Ele reforça a crítica feita por Baitello (2011), ao afirmar que o excesso de cliques enfraquece a fotografia como ferramenta de memória, aproximando-a mais de um dispositivo de esquecimento. Ou seja, quanto maior o número de flashes, menor a possibilidade da fruição do momento presente, como também menores serão as chances de sua lembrança.

⁵⁴ Disponível em: <<http://vimeo.com/50550160>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.wolframhahn.de/projects/into-the-light/>>. Acesso em: 29 abr. 2014

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.martinparr.com/2012/too-much-photography/>>. Acesso em: 29 abr. 2014

⁵⁷ Declaração registrada por Marsílea Gombata no artigo “Clicar, em vez de viver, tornou-se norma”, publicado no site da revista Carta Capital, em 01/04/2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura/clicar-em-vez-de-viver-tornou-se-norma>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

Rodrigues (2006) adverte que o fascínio contemporâneo pelo visual e pela imagem reforça a crítica feita por Foucault, quando ele aponta que visibilidade e luminosidade nem sempre são libertadoras. Sua preocupação se dirige, principalmente, para a valorização extrema que se dá, na “sociedade da imagem”, às formas mecânicas, elétricas e eletrônicas de olhar. Para Rodrigues, nos tempos de hoje, os olhos é que fornecem o critério mais definitivo de verdade. O problema, segundo ele, é que a visão é o sentido da distância, da comunicação sem contato, da objetificação – característica que, em sua avaliação, estimula o individualismo.

A luz que descontextualiza

A cultura de supervalorização da imagem está baseada (e se retroalimenta) a partir das articulações e convergências possíveis com os meios de comunicação (e suas extensões no mundo da Internet), cenários onde a busca pela visibilidade não somente é possível, mas também estimulada. Em primeiro lugar, porque os próprios meios detêm mecanismos capazes de conferir visibilidade às pessoas e aos projetos que se associam à sua lógica; em segundo lugar, porque esta lógica se alimenta exatamente de sua fugacidade, baseada no culto às celebridades instantâneas, no lançamento contínuo de novidades e, conseqüentemente, no seu rápido consumo. “A publicidade constitui-se em um dos pilares da cultura da visibilidade”, lembra Klein (2007, p. 83).

Brighenti (2007) acredita que os 15 minutos de celebridade da *Era Warhol*⁵⁸ correspondem à notoriedade promovida pelos meios de comunicação. “A visibilidade é um *flash* e um halo; ambos são instantâneos e têm uma duração. O *flash* aponta para uma pessoa em determinado lugar, mas ao mesmo tempo enfraquece, ou até mesmo elimina, a percepção do contexto”, esclarece o autor (p. 332). Ele compara a visibilidade à experiência de “separação” promovida pelo turismo, cujas viagens e prazeres são projetados para ser temporários e romper com aquilo que é ordinário, ou seja, com o cotidiano. Os locais turísticos, em si (Cristo Redentor, Torre Eiffel, Estátua da Liberdade), diz o autor, exibem este tipo de visibilidade midiática, e são experimentados individualmente pelos visitantes em sua

⁵⁸ Brighenti (2007) se refere à frase atribuída ao artista norte-americano Andy Warhol, “In the future, everyone will be world-famous for 15 minutes” (No futuro, todo mundo será famoso por 15 minutos), que teria sido impressa em um folheto distribuído durante uma de suas exposições, na Suécia, em 1968.

“espetacularidade”, na medida em que, descontextualizados de seu entorno, confirmam o prazer antecipado por sua constante exibição midiática⁵⁹.

Foto 2 – O entorno do templo Taj Mahal, na Índia



Fonte: IMGUR, disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/mundo-viagem/indicacao/fotos-contrapoem-famosos-pontos-turisticos-pelo-mundo/ink>>. Acesso em: 2 maio 2014.

Na análise de Brighenti (2007), é exatamente a descontextualização da imagem, vivenciada individualmente, que possibilita a mobilização sincronizada da emoção dos espectadores. O autor se vale do conceito de “sinopticismo”, cunhado por Mathiesen (1998) para descrever “o dispositivo onde muitos assistem a poucos”⁶⁰. Estes poucos, observados como espetáculo, são mediados por representações. São elas que estão em jogo, diz ele; a questão não é somente ser representado, mas sim ter o controle da gestão do que se representa. Em suas palavras,

Visibilidade se sedimenta através das representações. Na ausência de mensagens dissonantes, as representações tendem a se estabelecer e se estabilizar. Esta é a razão porque o acesso aos lugares de visibilidade é uma questão política. Acessar estes lugares é condição prévia para se ter voz na produção de representações. Mais precisamente, não é apenas o ‘acesso’ que importa, mas a maneira e o modo de acesso. Não é verdade tão simples que se eu não tiver poder, ou for um outsider, então serei invisível. Em vez disso, o que acontece é que estarei acessando lugares de visibilidade que estão, em

⁵⁹ Recentemente, a revista eletrônica *Catraca Livre* propôs um outro ponto de vista sobre pontos turísticos famosos no mundo, contrastando suas conhecidas imagens com panorama real das intervenções sofridas com o tempo, urbanização e povoamento das regiões onde estão localizadas. Na foto, vê-se o poluído entorno do Templo Taj Mahal, na Índia, quase nunca objeto das lentes dos turistas. Disponível em: <<http://catracalivre.com.br/geral/mundo-viagem/indicacao/fotos-contrapoem-famosos-pontos-turisticos-pelo-mundo/>>. Acesso em: 2 maio 2014.

⁶⁰ Mathiesen propõe o sinóptico (dispositivo onde muitos assistem a poucos) em contraponto ao panóptico de Jeremy Bentham (onde poucos vigiam muitos), utilizado por Michel Foucault em “Vigiar e punir”. Para o autor, os dois processos nos situam em uma via de mão dupla no que chamou de “sociedade de espectador”. Ambos os fenômenos serão analisados mais adiante.

grande medida – ou completamente – fora do meu controle (BRIGHENTI, 2007, p. 333, tradução minha)⁶¹.

Brighenti (2007) cita a maneira como estão desconectados os sentimentos que despertam as representações (imagens e narrativas) dos grupos excluídos socialmente – piedade, raiva, etc. – e os sentimentos que estes grupos gostariam de ver representados a seu respeito. Em outras palavras, há um descompasso nas expectativas do que significa estar visível e, além disso, uma disputa pela gestão da imagem. Para o autor, visibilidade gera identificação e se alimenta dela. É aí que atua também a publicidade, não tanto estimulando a compra de produtos físicos, mas promovendo à esfera da alta visibilidade estilos de vida e sentimentos.

Para ser eficaz, diz o autor, esta estratégia deve ser capaz de produzir identificação individual imediata de uma figura em um contexto. Isso explica por qual razão a previsão de Warhol se confirma, tanto para os “modelos” quanto para os “monstros”: ambos são facilmente reconhecíveis (por se destacarem do ordinário) e perecíveis. Para Brighenti (2007), atendem a um conflito entre duas forças contraditórias: a necessidade de renovação das personagens que terão fama, por um lado, e o fato que a atenção do público se concentra nas pessoas mais facilmente reconhecíveis, por outro.

O autor chama atenção aí para um aspecto perigoso da visibilidade: a possibilidade de classificação e divisão das pessoas, a partir de modelos visíveis. Ainda se utilizando das categorias “modelo” e “monstro” – que equivalem à divisão daqueles que são considerados bons, aceitos, integrados, de um lado, e os que são taxados de nocivos, inadequados e marginais, de outro – ele lembra que estas categorias, quando naturalizadas em uma sociedade, são a raiz de práticas como o racismo e o racismo institucional. E o que é pior: por sua alta visibilidade, a própria prática de exclusão acaba se tornando invisível.

Visíveis são os registrados

A invisibilidade das práticas de exclusão sugere aprofundar outra dimensão da discussão sobre visibilidade, aquela relacionada às práticas de registro e aos cada vez mais

⁶¹ Texto original: “*Visibility curdles into representations. In the absence of dissonant messages, representations tend to settle down and stabilize themselves. That is why the issue of access to the places of visibility is a central political question. To access these places is the precondition for having a voice in the production of representations. More precisely, it is not simply ‘access’ that matters, but rather the styles and modes of access. It is not simply true that if I am disempowered or a society’s outsider, then I am invisible. Rather, what happens is that I access visibility places in ways that are largely or completely out of my control*”.

onipresentes dispositivos de vigilância e de controle. Neste setor, merece destaque, em primeiro lugar, a discussão que Michel Foucault lançou sobre enunciados, quando defendeu que estes têm a capacidade de “disparar eventos” e fazer com que indivíduos passem a ser levados em consideração a partir do momento em que se produzem informações a seu respeito.

Em “A vida dos homens infames”, Foucault (1977) se debruçou sobre o drama vivido por personagens comuns, anônimos, “sufocados” pelo regime de exclusão vigente. São descrições de excluídos e marginais, compiladas entre 1660 e 1760, que provêm de arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei e de cartas régias com ordens de prisão. A questão que lhe interessa, nestas narrativas, é o encontro destes desventurados com o poder, aquilo que os “arranca da noite” e garante a sua visibilidade. Foucault (1977) defendeu que o ponto mais intenso da vida destes sujeitos foi o momento em que foram registrados pelo poder. A materialidade do enunciado lhes deu vida e lhes garantiu um lugar na história.

Esta dimensão do registro, nem sempre tão explorada nas análises que investigam as relações entre poder e visibilidade, nos aponta como é intrínseca a ligação que existe entre a inexistência oficial de indivíduos com a ausência de registro sobre suas vidas. Aqueles que não estão nas bases de dados não são considerados, confirma o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, ao lado da Secretaria Especial de Direitos Humanos promove campanha de conscientização para que nenhum brasileiro adulto deixe de ser registrado. Na página da CNJ na Internet, informa-se que “a certidão de nascimento é o documento que oficializa a existência do indivíduo”, e que sem ela o cidadão não tem acesso a outros documentos e nem aos benefícios governamentais. “Sem o registro civil, a pessoa fica impedida, por exemplo, de receber as primeiras vacinas e matricular-se em escolas”⁶². A mesma recomendação se dá, em relação à carteira de identidade⁶³. Ou seja, sem documentos, o cidadão simplesmente não existe.

A repercussão e os efeitos adversos da invisibilidade têm chamado a atenção de profissionais que trabalham diretamente com populações cujo modo de vida é diferente daquele observado majoritariamente nos núcleos urbanos. No campo da saúde, por exemplo, esta é uma questão delicada para algumas comunidades indígenas, para pessoas que vivem em situação de rua ou para os ciganos – estes últimos até recentemente impedidos de receber o

⁶² Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/registro-civil-de-nascimento>>. Acesso em: 5 maio 2014.

⁶³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/10/emissao-da-carteira-de-identidade-RG-e-gratuita-em-todo-pais>>. Acesso em: 5 maio 2014.

cartão de atendimento do Sistema Único de Saúde (Cartão SUS) por não ter como apresentar o Código de Endereçamento Postal (CEP) – já que são nômades e não têm “moradia fixa”.

No “Guia de políticas públicas para povos ciganos”⁶⁴, publicado em 2013 pelas secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT), o Governo Federal assegura que já existe um cartão de atendimento diferenciado para “o cidadão em situação especial – ciganos, estrangeiros, índios, apenados e população de fronteira”. Mesmo assim, no mesmo documento há um capítulo dedicado à mobilização nacional pelo registro.

A situação de invisibilidade também se reflete no que (não) se produz de conhecimento científico sobre estes grupos; a consequência, quase sempre, é que a carência de dados justifique a ausência de ações do poder público dirigidas para este público. Coimbra Júnior e Santos (2000) classificam como danosa a “invisibilidade, demográfica e epidemiológica” que há em relação às minorias, dada a falta de estudos sobre as múltiplas interfaces dos efeitos da dimensão étnico-racial sobre a saúde. Para eles, a invisibilidade é responsável pela ausência de dados confiáveis que possam evidenciar, propor e colocar em marcha mudanças visando dirimir situações de desigualdade em saúde.

Quando se debruçam especificamente sobre a situação dos povos indígenas brasileiros, os autores identificam que a invisibilidade se reverte em situações de exclusão, marginalidade e discriminação, posição que os coloca em mais vulneráveis frente a uma série de agravos: Coeficientes de morbi-mortalidade mais altos do que os registrados em nível nacional; fome e desnutrição, riscos ocupacionais e violência social são apenas alguns dos múltiplos reflexos sobre a saúde decorrentes da persistência de desigualdades. Em outro texto, os dois pesquisadores avaliam que “não é possível traçar de forma satisfatória o perfil epidemiológico dos povos indígenas, dado que estão ausentes os elementos quantitativos necessários para embasar análises abrangentes e sofisticadas” (COIMBRA JÚNIOR; SANTOS, 2003).

Barros (2003) alerta que a situação de invisibilidade etnográfica em relação à saúde dos índios brasileiros é uma forma de “exclusão genocida”, já que prejudica a compreensão das categorias tradicionais indígenas acerca do processo saúde-doença, tornando o sistema de atenção à saúde pouco sensível às especificidades étnicas, sociais, ambientais e epidemiológicas. Para além da ausência de dados, a invisibilidade também dificulta a capacidade de fazer diagnóstico e aumenta a subnotificação. A pesquisadora identifica que

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos>>. Acesso em: 5 maio 2014.

populações indígenas compartilham com demais minorias com pouca ou nenhuma visibilidade os rótulos de “desiguais” e “diferentes”, carregadas de sentidos negativos que influenciam diretamente na determinação das condições de saúde e de doença.

Fraxe, Witkoski e Miguez (2009) também trataram do tema, incluindo no rol de vítimas da invisibilidade social e política caboclos, ribeirinhos e seringueiros; Mattos e Ferreira (2004) e Escorel (1999) trataram do assunto a partir da realidade das pessoas que vivem em condição de rua – invisíveis por um lado, e por outro extremamente visíveis para os mecanismos de rotulação ou estigmatização – situação interfere na organização de condutas e de comunicação; na difusão e na assimilação dos conhecimentos, e na definição das identidades pessoais e sociais. Leroy e Meireles (2014) chamam atenção como a invisibilidade pode ser prejudicial para as comunidades tradicionais na luta que enfrentam contra aqueles que, em nome do desenvolvimento, tentam se apossar de seus territórios. O trabalho é um dos resultados da análise dos primeiros dados coletados pelo Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil⁶⁵, cuja proposta também é conferir visibilidade aos grupos populacionais vulneráveis aos processos políticos, econômicos e culturais que geram discriminações e desigualdades relacionadas à distribuição de ônus e bônus da modernidade.

4.3 INVISIBILIDADE VIGILANTE

Para além da dimensão de registro, Foucault (2003, 2004b) também trabalha a visibilidade como oposição às estratégias de reconhecimento. Estar visível é uma armadilha, adverte o filósofo, na medida em que estar consciente do estado de visibilidade influencia efetivamente o comportamento de quem está sendo visto. Ele analisou o funcionamento das instituições de vigilância e de correção, cujo panóptico de Jeremy Bentham é seu principal símbolo:

O Panopticon era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma destas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>>. Acesso em: 20 set. 2014.

postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo (FOUCAULT, 2003, p. 87).

Foucault (2003) apresentava a penitenciária idealizada por Jeremy Bentham, em 1791, como exemplo ideal para a sociedade da disciplina, da vigilância e do exame⁶⁶. No panóptico, a atividade de vigilância deixava de ser o inquérito (a investigação sobre algo que aconteceu no passado) para se tornar em atenção permanente, ação que permite tanto o controle em tempo real dos indivíduos – onde poucos vigiam muitos – como também confere ao vigilante a possibilidade de constituir um saber a respeito daqueles que são vigiados.

É a visibilidade que registra a serviço da disciplina, da norma e de um futuro saber. Para ele, este saber gerado pelo panoptismo se legitima como poder e é ordenado em torno da definição da norma – e, portanto, da definição de “normal” (para quem a segue) e desviante (para quem a desafia); utilizando as categorias propostas por Brighenti, é este saber que legitima o poder que define quem são os modelos, quem são os monstros (visíveis), e também quem são os invisíveis. Outra característica apontada por Foucault sobre este “laboratório de poder” é que sua eficácia não está na força, mas sim na superfície de sua aplicação. Em suas palavras: “Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o príncipe de sua própria sujeição”. (FOUCAULT, 2004b, p. 168).

Quando se refere à “sociedade espectadora”, Thomas Mathiesen (1998) acrescenta na discussão um aspecto não previsto por Foucault, que é oposto e simultâneo ao panopticismo – o “sinopticismo”. A existência do panóptico, segundo o autor, não impede que haja situações onde muitos continuem a observar poucos, como acontecia antes, nas execuções públicas e espetáculos punitivos. Assim como a vigilância visual e os vários tipos de controle de dados permite que poucos vejam muitos, as tecnologias de informação e comunicação – principalmente a televisão – permitem que muitos assistam a poucos, assinala. Sobre o assunto, Lyon (2010, p. 125) analisa que:

Mathiesen reconhece o papel contínuo e presente do panóptico, cujo olhar normalizador produz sujeitos autocontroladores adequados à sociedade capitalista democrática. Ele observa que este olhar se estende para além das prisões para rastrear aqueles libertados desses lugares; que a vivência computadorizada utiliza categorias de suspeita para prever futuros atos criminosos; e que outras agências – como agências médicas, psiquiátricas ou

⁶⁶ A sociedade disciplinar, segundo Foucault, substituiu a sociedade do espetáculo onde o exercício do poder estava associado à manifestação pública de força e superioridade. Neste regime, a visibilidade de poucos era usada como meio de exercer poder sobre muitos – vide as execuções que aconteciam nas praças públicas.

educacionais – utilizam-se de técnicas classificatórias e de diagnóstico que são panópticas e carcerárias. Ao mesmo tempo ele se mostra surpreso por Foucault ter negligenciado totalmente a mídia de massas, e a televisão em particular.

Lyon (2010) advoga que panóptico e sinóptico são recíprocos e se reforçam nos dias atuais, quando se assiste a uma propagação crescente de práticas e processos de vigilância. Para ele, este fenômeno não é somente resultado do progresso de tecnologias de observação ou de padrões neoliberais de economia política, mas também em relação a tendências culturais que tornam a vigilância progressivamente mais comum, banal e até desejável – ele descreve que há uma certa tendência cultural à escopofilia (amor por observar e, também, por ser visto).

A análise de Lyon trabalha na transição entre a sociedade disciplinar (proposta por Foucault) e a sociedade de controle (proposta por Deleuze), um novo cenário onde as instituições fechadas de recuperação e sua lógica são substituídas por novas formações: a empresa substitui a fábrica; o indivíduo é substituído por um novo ser, chamado “divíduo”, e as senhas passam a ser as ferramentas centrais de controle. A vigilância não está interessada em assistir às pessoas, já que são os movimentos de rastreamento (não apenas de pessoas, mas de dinheiro, das escolhas e dos hábitos) que permitem que as agências de vigilância regulem o acesso e a negação de acesso a espaços e assuntos específicos. O processo deixa de ser focado em pessoas a passa ser focado em códigos.

Botello (2010) também trabalha nesta perspectiva, identificando que as tecnologias de vigilância têm papel importante na reprodução e na industrialização de certa lógica de exclusão social. Para ele, o privilégio de alguns se torna justificativa da falta de privacidade de muitos – aqueles que fogem à norma. Diz ele:

Essa lógica sinaliza quais grupos sociais específicos são considerados propensos a serem vistos como fatores de risco – em uma palavra, violentos – mas não menos pelas vantagens que estão concentradas em um grupo social específico que se beneficia por estarem protegidos pelas câmeras de vídeo – tráfego e detecção de deficiências nos serviços públicos (p. 30).

O autor propõe, em sua análise, uma “ética da vigilância” que, em primeiro lugar evite que os sistemas transformem tudo aquilo que está sendo filmado em mera informação que será traduzida em dados, despersonalizando os indivíduos e reforçando a distância social entre as pessoas; e, em segundo lugar, que aqueles que operam os sistemas de vigilância tenham a capacidade de manter os dados coletados sob controle, evitando que sejam utilizados para seus próprios interesses – sejam legais ou ilegais. Em suma, adverte que a

vigilância não é um processo neutro, nem garante a redução de riscos aos quais as pessoas estão expostas em seu cotidiano.

Quando descreve a era da mobilidade informacional, Lemos (2010) sinaliza para outro ponto concernente à vigilância. Trata-se da expansão das tecnologias e dos serviços baseados em localização, resultante da disseminação do uso de dispositivos móveis (telefones celulares, smartphones, GPS) e das redes telemáticas sem fio (Wi-Fi, Bluetooth, GPS). Pela primeira vez, alerta o autor, estes dispositivos reúnem localização, vigilância, mobilidade física e informacional (capacidade de consumir, produzir e distribuir informação).

Ele utiliza a terminologia “mídias locativas” para classificar estes dispositivos que, por um lado permitem maior liberdade informacional pelo espaço urbano, mas por outro uma maior exposição a formas sutis e invisíveis de controle, monitoramento e vigilância. Lemos considera a vigilância (ação que implica controle e monitoramento) uma ameaça à vida privada e ao anonimato, já que estas tecnologias locativas podem coletar dados pessoais e difundir outros já gerados sem o consentimento do usuário em ações de fiscalização (controle), acompanhamento e avaliação (monitoramento) e prevenção e zelo (vigilância).

Ele adverte: “O novo regime ‘invisível’ dos bancos de dados, de localização e cruzamento de informações, de monitoramento de perfis de consumo e dos movimentos pelo espaço urbano crescem na mesma medida que a liberdade de locomoção e de acesso/distribuição de informação”. (LEMOS, 2010, p. 64). O que está em jogo, aponta é o controle dos novos “territórios informacionais” (as zonas de interseção entre o espaço físico com o eletrônico), e também do poder de atribuir novas funções aos espaços públicos. O autor identifica que a nova vigilância da sociedade de controle está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum:

Diferente dos “internatos”, os atuais meios de vigilância não se dão mais em espaços fechados, mas nos “controlatos” dos perfis da Internet, nos bancos de dados em redes sociais interconectadas, nos deslocamentos com o telefone celular monitorando o “roaming” do usuário, na localização por GPS, nos rastros deixados pelo uso de cartões eletrônicos, nos *smartcards* dos transportes públicos, nos sinais emitidos e captados por redes *bluetooth*, nas etiquetas de radiofrequência que acompanham produtos e compradores... Certamente tudo está menos visível e mais difuso, tornando essa invisibilidade vigilante mais performativa e o controle dos movimentos mais efetivo. Não se trata mais de fechar e imobilizar para vigiar, mas de deixar fluir o movimento, monitorando, controlando e vigiando pessoas, objetos e informação para prever consequências e exercer o domínio sobre as “modulações” (LEMOS, 2010, p. 71-72).

Os autores aqui apresentados convergem para a constatação de que está em curso uma mudança nos regimes de visibilidade, o que implica uma reordenação nos modos de ver e ser visto, além de uma reorientação da experiência nos espaços públicos e privados, sempre intermediadas pelas tecnologias com as quais lidamos no cotidiano. Este regime também repercute quando avaliamos as disputas políticas, cada vez mais travadas nos espaços intermediados pelos meios e pelas tecnologias móveis de comunicação.

O poder e a (in)visibilidade

Até agora, trabalhamos variados aspectos da visibilidade: a importância do olhar na percepção e construção de visões do mundo e das relações entre as pessoas; o impacto das descobertas sobre o funcionamento da visão humana e do surgimento das ferramentas óticas na ciência, no pensamento e na comunicação entre indivíduos; a relevância da visão e da visibilidade na organização espacial de onde vivemos. Como já afirmamos anteriormente, a visibilidade é essencial para a construção da experiência vivida, tanto para a compreensão do mundo que se desenha ao redor, como para a percepção do espaço que se ocupa e para as relações que estabelecemos com aqueles com quem nos relacionamos.

Também relacionamos estudos teóricos que chamaram a atenção para a existência de regimes que determinam as características, os espaços, as personagens e os movimentos da visibilidade, assim como determinam a sua existência e a sua ausência; aprofundaram-se nos seus efeitos sobre o reconhecimento social e construção de identidades, investigaram seu impacto na relação que os indivíduos estabelecem com a mídia e o mundo das imagens, bem como identificaram sua presença determinante nos dispositivos de monitoramento, controle e vigilância em curso na sociedade.

Neste momento, passamos a discutir algumas das implicações decorrentes destes cenários descritos no exercício da atividade política e na tomada de decisões. Quais as interferências deste regime de visibilidade nos espaços e nas disputas pelo poder? Como os modos de “ver” e “ser visto” contribuem para as tomadas de decisão? É possível interferir, a partir da visibilidade, no mundo do poder? Ou a política se exercita nos bastidores? Rancière (2005, p. 17) nos fornece uma pista, ao afirmar que a política “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”.

Quem determina o que vemos e a maneira como vemos? Como funcionam os mecanismos que determinam quem tem o poder de falar sobre aquilo que é visto e pode eleger o que é visível e o que é invisível? Muitas interrogações e suposições partem do que disse o filósofo francês. Mas é preciso começar a análise de um ponto, e talvez seja mais seguro retornar mais uma vez no tempo, quando a mídia ainda não era presente e as relações de poder se travavam em outros espaços.

No capítulo que dedica à transformação da visibilidade, Thompson (1998) mostra que antes do desenvolvimento da mídia, os líderes políticos eram invisíveis para a maioria das pessoas para as quais governavam. Só apareciam em poucos eventos reservados aqueles próximos do poder – tempo em que as interações se davam face a face e não havia intermediários para as imagens. Era o tempo em que a publicidade se dava na interação face a face, entre pessoas que se encontravam no mesmo lugar. Antes de fazer considerações sobre visibilidade, Thompson delimita aquilo que considera “público” e “privado”. Sua escolha metodológica parte do discurso sociopolítico ocidental contemporâneo:

[...] “público” significa “aberto” ou “acessível ao público”. Público neste sentido é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam. Privado é, ao contrário, o que se esconde da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo ou entre um círculo restrito de pessoas. Neste sentido, a dicotomia tem a ver com *publicidade versus privacidade*, com *abertura versus segredo*, com *visibilidade versus invisibilidade*. Um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver; um ato privado é invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas (THOMPSON, 1998, p. 112, grifos do autor).

A partir desta delimitação conceitual, ele narra que, na Grécia Clássica, o exercício do poder era relativamente visível: as discussões eram abertas, podiam ser vistas e ouvidas por quem estivesse presente, e todos tinham o direito de se manifestar e ser escutado; no entanto, nas assembleias – onde as decisões eram realmente eram tomadas – era vedada a participação de mulheres, estrangeiros e escravos, entre outros excluídos.

Nos tradicionais estados monárquicos e início da Europa moderna, as decisões eram tomadas nos círculos fechados, embora houvesse exibição pública do poder. Quando reis, príncipes e lordes apareciam diante de seus súditos, eles o faziam apenas para afirmar seu poder publicamente (visivelmente), não para tornar públicas (visíveis) as razões de suas decisões, mas sim para afirmar o seu poder e a sua autoridade.

O caso do rei Luís XIV, da França, é emblemático neste sentido, e o processo de fabricação de sua imagem pública foi modelo para outros monarcas, como conta Burke

(2009). O monarca reinou entre 1643 a 1715 e ficou conhecido como “Rei Sol”. Desde que nasceu, sua imagem foi representada em pinturas, estátuas, tapeçarias, moedas, medalhas e brasões, entre outros suportes, e projetada através de discursos, poemas, peças teatrais, histórias, balés, óperas e rituais da corte, além de outras cerimônias. Suas aparições eram ritualizadas e resultado do trabalho de uma série de profissionais, que chegaram a integrar “o Departamento de Glória”. O objetivo era deixar visível e vender o “pacote de monarca”, no qual se reunia ideologia, propaganda e a manipulação da opinião pública.

A visibilidade dizia respeito, então, à exaltação do poder, e não ao seu exercício, que se dava nos cômodos privados dos palácios, sob a égide da doutrina do segredo de estado, conhecida como *arcana imperii*⁶⁷. Brighenti (2007) coloca que dispositivos como o diagrama disciplinar, as práticas de controle e o olhar vigilante do Estado descendem desta tradição, cuja premissa era que aquilo que realmente conta está nos bastidores, sob o domínio do segredo. As decisões não eram compartilhadas e nem questionadas, já que se conferia ao monarca um poder considerado sagrado.

Brighenti (2007) observa que mesmo hoje em dia, quando as agências tradicionais de vigilância e controle, como a polícia, divulgam resultados de suas ações, mantêm sob sigilo os trabalhos mais importantes de investigação ou de inteligência. “O segredo está no cerne do poder” (p. 339), resume, indicando que também nos estados democráticos, a visibilidade do poder se dá apenas nos efeitos (é, portanto, externa) e não na sua essência, que continua invisível. Ele considera, ainda, que o segredo não somente está no núcleo do poder, mas também no cerne das possibilidades de escapar ou de se opor a ele. Muitas das práticas de oposição (sigilo do voto), resistência (luta contra os regimes autoritários) ou de escape (fuga da prisão) do poder necessitam ser invisíveis a fim de que sejam eficazes. “Temos de admitir que o poder não repousa univocamente em ver ou ser visto. Ao contrário, é o modo como se vê e como se é visto que traz conseqüências mais importantes. O exercício do poder é sempre um exercício de ativação seletiva de (in)visibilidades”. (BRIGHENTI, 2007, p. 339).

Thompson reconhece que, apesar de a invisibilidade do poder ter diminuído no estado constitucional moderno, esta larga tendência não tem sido uniforme, já que os detentores do poder encontraram novas formas e novas razões para manterem seus segredos, com novas formas de poder invisível e de governo encoberto – os acordos políticos a portas fechadas são um bom exemplo. De todo modo, enxerga sensíveis mudanças nas relações entre o poder e a visibilidade, em especial por conta do desenvolvimento da mídia.

⁶⁷ A expressão *arcana imperii* significa literalmente os “segredos do poder” ou “princípios de poder” ou “segredo de estado”. Ele se encontra em duas etapas da obra de Tácito – “Historiae” (I, 4) e nos “Annales” (II, 36).

Ele credita parte da gênese desta mudança de paradigma sobre o que significa ver e ser visto com a aparição dos meios de comunicação – em especial a imprensa – durante o século XX, e o seu uso pelos ocupantes do poder. Em primeiro lugar, a imprensa aboliu a obrigatoriedade da copresença para que houvesse visibilidade dos atos do poder; o ato de tornar algo público passou a ser intermediado pelos recursos da palavra impressa. A “publicidade mediada” passa a substituir, gradualmente, o “ato público”, trazendo importantes consequências na sua percepção: o que antes era presenciado “face a face” passa a ser informado; o caráter dialógico do acontecimento é substituído por uma audiência “quase cega” do acontecido.

A televisão, por outro lado, amplia esta possibilidade de publicidade mediada, no momento em que se coloca como intermediária do acontecimento, não somente através de palavras, mas também com o uso de imagens e de sons. Essa capacidade de possibilitar a audição e a visão do que acontece é significativa na mudança de percepção – já que se reaproxima da capacidade de copresença – e se amplia, por permitir um maior alcance geográfico na audiência receptora da mensagem.

Além disso, a percepção do acontecimento através das câmeras também é outra: as imagens enquadram um contexto distante da realidade (e à revelia) de quem assiste. Não há controle do olhar, por parte do espectador. Ele é dirigido pelo enquadramento das imagens. E, por último, há assimetria na produção da visibilidade: quem aparece na tela da televisão pode ser visto; já o espectador, é sempre invisível. É o que Thompson chama de “direcionalidade” de visão.

Thompson (1998) avalia – sem analisar as tecnologias móveis de comunicação do século XXI – que todas estas mudanças trouxeram grandes mudanças nas condições sob as quais o poder político é exercido. Em primeiro lugar, ele considera que está em curso uma evolução do modelo do panóptico para um outro regime, onde muitos podem recolher informações sobre poucos e, ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer para muitos. Ele acredita que, graças à mídia, “aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido”. (p. 121).

Apesar de ainda trabalhar na perspectiva das mídias tradicionais, o autor reconhece, em trabalho mais recente, que a prática de gestão da imagem não é novidade, mas teve que se adaptar às contingências impostas pela realidade da era da visibilidade mediada. Segundo ele, a luta para ser visto e ouvido, e para fazer com que os outros vejam e ouçam, tornou-se parte inseparável dos conflitos sociais e políticos de nosso tempo:

Conquistar visibilidade pela mídia é conseguir um tipo de presença ou de reconhecimento no âmbito público que pode servir para chamar a atenção para a situação de uma pessoa ou para avançar a causa de alguém. Mas, da mesma forma, a inabilidade em conquistar a visibilidade através da mídia pode condenar uma pessoa à obscuridade – e, no pior dos casos, pode levar a um tipo de morte por desaparecimento. Assim, não é surpresa que a disputa por visibilidade assumiu tal importância em nossas sociedades hoje. A visibilidade mediada não é apenas um meio pelo qual aspectos da vida social e política são levados ao conhecimento dos outros: ela se tornou fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam (THOMPSON, 2008, p. 37).

Ver para crer

Neste cenário de extrema busca e valorização pela visibilidade, Weber (2006) identifica pactos e disputas cada vez mais acirrados entre os discursos midiático e o político. De um lado, o poder público da representação política e das utopias; de outro, o poder privado de visibilidade conferido aos meios de comunicação. Nesta disputa, há uma correlação de forças: a política dependendo das estratégias de propaganda e da ubiquidade dos meios, e a mídia dependendo dos interesses e investimentos da burocracia política e governamental.

Como os meios de comunicação são, por natureza, espaço constitutivos da cena pública, a natureza pública da política acaba sendo influenciada por interesses das empresas de comunicação, investimentos da publicidade e do marketing, e pela atividade jornalística – sustentada, mesmo que teoricamente, pelo princípio da verdade na apreensão e reprodução da realidade. O resultado destas complexas relações é que aqueles que fazem política e almejam estar (e permanecer) na cena pública necessitam se adaptar às novas linguagens, sociabilidades, tecnologias e posturas que são exigidas para obter visibilidade. Isso se dá, porque cada vez mais a visibilidade tem sido encarada como sinônimo de credibilidade – questão vital para a política.

Em busca desta credibilidade, o olhar do espectador (e eleitor) é disputado palmo a palmo pela argumentação política e pelas imagens que são veiculadas pelos meios de comunicação. A ideia é que não haja espaço para a dúvida, e por isso mesmo, são utilizadas estratégias de persuasivas para conformar o olhar de quem assiste. Para se fazer crível, o poder político depende da visibilidade promovida pelos meios, para que suas propostas sejam vistas, reconhecidas, defendidas, aplaudidas e votadas – mesmo correndo o risco de que estas ideias possam ser desqualificadas por meio de montagens, simulações ou manipulações, quando veiculadas.

Já os meios precisam parecer confiáveis em relação ao que veiculam, mostrando-se vigilantes e não partidários. A tarefa não é fácil, avalia Weber (2006), já que a visibilidade está no campo de poder dos meios, que trabalham essencialmente com os limites de enquadramento e agendamento. Assim, aquilo que é tornado visível pelos meios está mais próximo de um fragmento da realidade, adaptado aos códigos e normas próprios. A mídia “hibridiza imagens e parcializa a totalidade” (p. 120), alerta a autora, levantando um debate pertinente sobre verdade, realidade, visibilidade, credibilidade e ética.

Diante da complexidade do tema, Weber (2006) defende que a fabricação da imagem é condição necessária para que se associe visibilidade à credibilidade. Isso significa mobilizar profissionais para que ajustem a figura pública do indivíduo (ou da instituição) à rotina dos meios, conseguindo as melhores pautas, os melhores anúncios e as melhores aparições. Tudo isso porque é no espaço midiático (aqui considerado como espaço de reconhecimento público) que se conquista a credibilidade. Isso torna aqueles que buscam visibilidade e credibilidade “dependentes” de uma sofisticada máquina de produção informativa, promocional e de relações públicas, sustenta a autora. E, por último, há de se ter, também, o apelo pelo interesse público – para que aquilo que se torna visível obtenha repercussão pública:

Visíveis e invisíveis, os processos sociais, organizacionais e políticos são decodificados pelos espectadores, atraídos por informações que interferem na sua vida. A constituição da imagem pública é inerente ao exercício da política e diz respeito à ‘coisa pública’. A importância da sua veiculação e apreensão depende do lugar ocupado pelo sujeito ou instituição política e, portanto, do grau de responsabilidade social, conforme o resultado da seguinte equação: AÇÕES DE INSTITUIÇÕES E SUJEITOS PÚBLICOS = INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO = PARTICIPAÇÃO DA MÍDIA = REPERCUSSÃO PÚBLICA. (WEBER, 2006, p. 132).

Fazer ver, fazer pensar, fazer sentir

O caráter essencial da visibilidade no exercício da política também aparece na análise proposta por Gomes (2004). Ele também recorreu ao processo de fabricação da imagem do Rei Sol, entre os séculos XVII e XVIII, para indicar que o trabalho feito naquela época corresponde ao que hoje conhecemos como política de comunicação de Estado, um conjunto de iniciativas sistemáticas e controladas desde o centro da esfera política com o propósito explícito de prover e coordenar a informação na perspectiva de se estabelecer a opinião socialmente predominante sobre o rei – ou o governante. Uma prática que evoluiu e

se transformou em uma das arenas políticas mais importantes dos dias de hoje, assegura. Assim ele descreve:

[...] uma das várias arenas em que a disputa política se realiza hoje em dia é certamente a arena das lutas pela imposição da opinião publicamente dominante e pela conquista dos imaginários sociais. A competição política em geral depende cada vez mais da disputa por *fazer pensar e por fazer sentir*. Nesse caso, garantir que uma opinião que convém a um determinado grupo se torne a opinião prevalente comporta um conjunto de habilidades e ações voltadas para neutralizar a opinião contraposta, para impor opiniões negativas sobre os opositores, para corrigir a opinião sobre o seu grupo de acordo com as circunstâncias da luta e dos movimentos e iniciativas dos adversários. Porque uma parte relevante da atividade política se realiza na arena de disputa pela opinião pública – portanto, realiza-se como política de opinião – podemos dizer que esta última é, sobretudo, competição pelo *fazer ver, fazer pensar, fazer sentir*. (GOMES, 2004, p. 358, grifos meus).

Esta é outra pista que merece nossa atenção. Impossível deixar de considerar a visibilidade quando o que está em jogo é a competição por *fazer ver, fazer pensar, fazer sentir*. Não é possível ignorar a importância da visibilidade quando o contexto social, político e econômico é notadamente marcado por uma cultura de dependência dos dispositivos de informação e pela supervalorização das imagens. Mesmo as milhares de representações de Luís XIV não são páreo para quase 1 bilhão de imagens que temos armazenadas em todo o planeta, nos dias de hoje.

Só para se ter uma ideia da mudança de paradigma, o século XXI convive com um volume mil vezes maior de imagens do que o que existia no século XX. Até 2006, já havia no planeta um estoque de 900 bilhões de imagens; a cada ano, 122 bilhões de novas imagens são geradas em máquinas fotográficas e telefones celulares; em apenas um dia, as 31.750 emissoras de televisão espalhadas em todo o mundo veiculam 762 mil horas de programação; a cada segundo, cerca de 380 fotos e vídeos são transmitidos pelo sistema de mensagem multimídia dos telefones celulares (ROSA, 2006).

Esta supervalorização das imagens, sua interferência na vida cotidiana e na configuração do espaço público se inscrevem em um novo modo de existência – um *bios midiático* (SODRÉ, 2002), “sintaxe universal que feitichiza a realidade e reduz a complexidade das antigas diferenças ao *unum* do mercado” (p. 11). Sob a égide do consumo, indica o teórico, somos convidados, estimulados e por vezes conduzidos a enxergar este mundo através de olhos emprestados dos aparatos de comunicação, que interferem na construção de identidades e transformam a relação com o outro, com o tempo e com o espaço; redefinem comportamentos, cada vez mais ajustados às ações mediadas pelo uso de aparelhos

portáteis de experimentação do mundo; promovem novas formas de agenciamento sobre aquilo que é visível, o que é esquecível e ainda o que (e quem) se tornará inesquecível – pelo menos até o início da próxima temporada, já que os interesses se renovam como se fossem mercadorias.

4.4 (IN)VISIBILIDADE FAZ MAL À SAÚDE?

A investigação realizada até aqui reuniu subsídios para que tentar estabelecer relações possíveis entre visibilidade e saúde, ou mais especificamente, sobre o impacto que tem a visibilidade sobre a condução políticas públicas de saúde, desde o processo de sua formulação, passando pela execução e até na fiscalização de ações e programas. Após a descrição do contexto de extrema visibilidade e mobilidade informacional, indaga-se qual seria o futuro daqueles que estão à margem dos processos de interação tecnológica informacional, que não “aparecem” nos registros oficiais, estão fora do espectro do universo digital e que, não por coincidência, não são retratados pelos meios de comunicação – ou têm sua imagem deturpada, reduzida, enquadrada por eles.

A nossa primeira suspeita é que, no mundo destes invisíveis, falta reconhecimento, investe-se em vigilância e sobra negligência. Inclusive (e principalmente) com sua saúde. A invisibilidade repercute na saúde dos indivíduos, em primeiro lugar por inviabilizar a garantia dos princípios doutrinários que regem o próprio SUS – universalidade, equidade e integralidade. *A priori*, a existência de setores invisíveis na sociedade já contraria o direito assegurado pelo artigo 196 da Constituição de 1988, que determina que a saúde é direito de qualquer cidadão brasileiro, independente de raça, renda, escolaridade, religião ou qualquer outra forma de discriminação, e que sua garantia é dever do Estado⁶⁸. “Quem não é visto não é lembrado”, adverte o ditado popular.

A condição de invisíveis também faz com que indivíduos, grupos e doenças sejam negligenciados em suas necessidades e especificidades, já que são desconhecidos. A carência (ou total ausência) de estudos acadêmicos e registros epidemiológicos a respeito destas categorias resulta em dados incompletos e pouco confiáveis; por outro lado, as poucas informações que existem não seguem uma sistematização ou padronização, dificultando a sua inserção em sistemas de notificação do próprio sistema de saúde e gerando subnotificação de

⁶⁸ Sobre os princípios doutrinários do SUS, consultar o “Dicionário da Educação Profissional em Saúde” (PEREIRA; LIMA, 2009).

agravos e doenças que criam distorções em análises de situação, por exemplo. Acresce-se a isso, a dificuldade que gestores têm, dada a ausência de estatísticas, para justificar a alocação de profissionais, insumos e recursos públicos para o planejamento e para a promoção de ações de prevenção, assistência e vigilância à saúde destas populações.

Se os invisíveis não são conhecidos, tampouco podem ser reconhecidos em sua integralidade e com suas diferenças – o que gera distorções e inviabiliza a garantia da dos outros princípios doutrinários do SUS. Políticas equitativas constituem um meio para se alcançar a igualdade, o que na prática significa tratar os diferentes em sua diversidade. Quando apresenta o termo “equidade em saúde”, Escorel (2009, p. 204) explica que seu uso contemporâneo se ancora na associação entre igualdade e justiça – contrapondo-se, portanto a “iniquidade”, que associa desigualdade e injustiça – e “introduz a diferença no espaço público da cidadania, espaço por excelência da igualdade”.

O conceito contorna a contradição existente entre o pensamento jurídico clássico, que percebe a cidadania como sendo comum e indiferenciada, e a diversidade das sociedades modernas; a partir dele se estabelece um parâmetro heterogêneo de comparação entre os indivíduos, reconhecendo que as pessoas são diferentes e têm necessidades diversas. No campo da saúde, o conceito tem sido visto como um processo de adequação de políticas e práticas que se opera em duas dimensões: a primeira em relação às condições de saúde dos grupos populacionais; a segunda relacionada ao acesso e à utilização dos serviços de saúde por estes grupos. Trata, portanto, da distribuição dos riscos de adoecer e morrer – biológicos e socialmente determinados – entre estes grupos, mas também das diferentes possibilidades que têm de utilizar e participar da construção do sistema, levando-se em consideração suas especificidades.

A busca pela equidade em saúde tem recebido especial atenção por quem se interessa em entender os processos sociais relacionados às minorias, grupos não necessariamente em desvantagem numérica no conjunto da sociedade brasileira, mas que de alguma maneira são vítimas de iniquidades. Também comumente nomeados populações vulneráveis, grupos negligenciados, excluídos ou invisíveis, estes segmentos se caracterizam, principalmente, por não seguirem os padrões sociais vigentes e/ou demandarem do Estado brasileiro, incluindo-se do setor de Saúde, atenção especial para questões diferenciadas:

Numa sociedade global uma minoria é uma sociedade particular caracterizada por aspirar a um modo de viver próprio que a distingue do conjunto e que, de certo modo, a põe à parte. Uma minoria não está necessariamente afastada ou isolada da sociedade nacional. É por isso que nem sempre se identifica com um grupo marginal e não é necessariamente

objecto de segregação. Uma minoria constitui-se como colectividade ou comunidade particular na base da raça, da língua, da religião ou de um género de vida e de cultura muito diferentes do resto do país ou conjunto. Deste modo se criam ligações afectivas e afinidades que tendem a afastar este grupo do resto da população ainda que ele se encontre disperso (BIROU, 1982, p. 65).

No âmbito do SUS, as minorias encontram oportunidade e espaço de articulação política dentro das esferas do controle social – os conselhos e conferências de saúde – algumas com maior poder de voz e negociação, outras com menos capacidade de influenciar os processos decisórios que resultam em recomendações para a construção das políticas públicas de saúde – ainda que nem sempre estas sugestões sejam acatadas pelos gestores.

No Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde⁶⁹, que aconteceu entre novembro e dezembro de 2011, a diretriz 11 apresenta propostas que confirmam o compromisso que os formuladores do controle social também desejam firmar entre políticas nacionais de saúde e a equidade, relacionando reivindicações de saúde ao respeito às especificidades das minorias e ao enfrentamento das desigualdades. No documento, divulgado pelo Conselho Nacional de Saúde em fevereiro de 2012, os delegados expressam textualmente o seu desejo por equidade nas políticas e práticas de saúde, ao exigir:

[...] a definição de uma política equitativa de alocação de recursos, orientada por projetos para enfrentamento das desigualdades regionais em suas especificidades geográficas, socioeconômicas, culturais, entre estados e municípios para comunidades indígenas, quilombolas, negras, extrativistas, atividades sazonais e demais trabalhadores com baixo índice de desenvolvimento humano (Relatório final da 14ª CNS, 2012).

O texto reivindica garantia do respeito, em todo o âmbito do SUS, às diversidades étnico-raciais, sexuais, de gênero, geração, território, das limitações físicas, psíquicas e mentais, e requer a presença de profissionais capacitados para lidar com as necessidades específicas de cada um dos grupos e/ou territórios, com vistas à humanização da atenção. Neste sentido, os delegados cobram a implantação e a implementação – bem como a garantia de recursos financeiros para sua execução e manutenção – de políticas de saúde integral para grupos populacionais específicos (afrodescendentes, indígenas, ciganos, povos do campo e da floresta, ribeirinhos, quilombolas, mulheres, homens, população LGBT, idosos, adolescentes, pessoas com deficiência física, transtorno mental, anemia falciforme, albinismo e outras

69

Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2012/relatorio/26_jan_relatorio_final_site.pdf>. Acesso em: 28 maio 2012.

patologias, entre outros) em todas as unidades da federação, articulando-as com as demais políticas de saúde.

Tantas demandas específicas apontam para uma característica que é comum a estas minorias: a falta de visibilidade para suas questões e a conseqüente falta de consideração por suas reivindicações. Para além da falta de respeito dos gestores pelas determinações indicadas pelas conferências, as especificidades destes grupos populacionais e/ou territoriais em geral não são atendidas, gerando iniquidades em saúde.

Cuidado visível

A discussão encontra eco nas propostas que defendem integralidade em saúde. O princípio, que se destina a conjugar as ações direcionadas à materialização da saúde como direito e como serviço, informa Pinheiro (2009). Ela explica que o princípio se desdobra em três sentidos: o primeiro diz respeito à garantia de “resposta ao sofrimento do paciente que procura o serviço de saúde e em um cuidado para que esta resposta não seja a redução ao aparelho ou sistema biológico deste, pois tal redução cria silenciamentos” (p. 255).

O segundo sentido propõe “horizontalização” dos programas propostos pelo sistema de saúde e articulação entre atividades no interior de uma mesma unidade; e, por último, surge a necessidade de incorporar os novos atores da Saúde – incorporados ao processo graças a descentralização do SUS – possibilitando o aparecimento de ricas e diferentes experiências locais. Na prática, a experiência ganha mais força, na medida em que se apresenta como “uma ação social que resulta da interação democrática entre os atores no cotidiano de suas práticas, na oferta do cuidado de saúde, nos diferentes níveis de atenção do sistema”, resume Pinheiro (2009).

Como gerar e gerir esta experiência coletiva de promoção da Saúde sem incluir os destinatários das ações? Como concretizar esta rica experiência, que traduz integralidade, mas também participação e descentralização (dois princípios metodológicos do SUS) com a existência de grupos e/ou populações invisibilizados por sua condição social? É a integralidade que possibilita espaço para que o usuário possa agregar o seu saber (particular e histórico) e ser atendido em suas demandas e necessidades. “A integralidade é assim concebida como uma construção coletiva, que ganha forma e expressão no espaço do encontro dos diferentes sujeitos implicados na produção do cuidado em saúde”. (PINHEIRO, 2009, p. 262).

(In)visibilidade negligente

Se podemos afirmar que a visibilidade contribui para reconhecimento de necessidades de saúde, também é possível defender que a invisibilidade leva à negligência. Vejamos: diante do conhecimento e reconhecimento público de um determinado grupo social ou de um agravo por notícias divulgadas pelos meios de comunicação, por exemplo, é mais provável que se garanta que sejam incluídos nas bases de dados, que se transformem em objetos de pesquisas e “apareçam” nas estatísticas oficiais, que sejam registrados em taxonomias e documentos oficiais e motivem a discussão de políticas públicas sobre suas questões. São os tais registros que disparam eventos, como colocou Foucault.

Isso porque ser levado em consideração é ser reconhecido; é ouvir do outro algo sobre si mesmo, garantir a sua alteridade e resgatar sua humanidade. Este reconhecimento, que é o antídoto da “cegueira seletiva” apontada por Soares, é, ao mesmo tempo, construção e confluência de visibilidades, tarefa que não se esgota apenas com a “divulgação” de ideias positivas que favoreçam uma boa imagem daquele de quem se fala. A visibilidade que aqui nos referimos vai além da “construção” de imagem proposta por ações de marketing e/ou publicidade, sendo o resultado de um processo comunicativo dialógico, construído com a participação efetiva dos sujeitos, o mesmo que se exige para a sua conquista plena da saúde. É, portanto a necessidade de uma comunicação que possibilite os indivíduos acesso às informações, mas também seu lugar de fala, sua capacidade de interação, intervenção e autonomia nas ações que lhe dizem respeito.

Em contrapartida, não se pode ignorar que nem toda visibilidade é positiva. Há, certamente, certos tipos de visibilidade que geram (ou agravam) situações de negligência. Como já discutimos neste trabalho, a invisibilidade pode gerar a indiferença e a falta de reconhecimento, e a hipervisibilidade, por outro lado, pode contribuir para o preconceito em relação a determinados grupos e/ou enfermidades, graças a um reconhecimento parcial e enviesado. Indivíduos podem ser visibilizados por estigmas nada “saudáveis” – como aconteceu com os homossexuais em relação à infecção pelo HIV, graças à irresponsável associação feita por especialistas e mídia nos anos 1990 – o que tanto coloca o grupo em situação de vulnerabilidade quanto dificulta o combate à doença até os dias de hoje. O mesmo se pode dizer em relação à lógica perversa promovida neste momento por alguns meios de comunicação e especialistas, que associa diretamente pessoas que vivem em situação de rua, usuários de crack e situações de crime nas grandes cidades. A lógica, além de irresponsável

afirmação epidemiológica, também promove à ribalta negativa pessoas já vulnerabilizadas por suas condições de vida.

É por isso que defendemos que a negligência é constituinte da cultura de excessiva visibilidade que experimentamos; é constituída dentro de suas engrenagens; é reflexo e parte de um contexto que se legitima por permitir (e muitas vezes cultivar) a falta de cuidado com determinadas questões, situações e populações (DE LAVOR, 2012). A saída está indicada no dicionário de antônimos: cuidado é o contrário de negligência. Cuidado, questão central para saúde. Então, poderíamos perguntar: Como encontrar cuidado em uma sociedade baseada na notoriedade e no (re)conhecimento? Se eu não sou reconhecido, não existo para as políticas públicas, não me comunico nem se comunicam comigo, não apareço em lugar nenhum, não recebo cuidado. Eu sou negligenciado, eu adoço.

Comunicar, tornar visível o cuidado

A visibilidade é determinante na construção e manutenção do lugar de fala dos indivíduos no espaço público e no mercado simbólico (BOURDIEU, 1982; ARAÚJO, 2004) das práticas e políticas de saúde. Sem ela, portanto, não há participação. E, sem participação, não há controle social. Em relação à comunicação, a visibilidade também tem seus desdobramentos. Aqui postulamos que a condição de (in)visibilidade é elemento de mobilidade no processo comunicativo, na medida em que coloca o indivíduo no centro da cena comunicativa ou o desloca para as suas regiões periféricas, o que no entanto não garante a sua oportunidade discursiva. Melhor explicando: a visibilidade interfere no lugar de interlocução do indivíduo (ARAÚJO, 2004), ou seja, na sua capacidade de se posicionar e se relacionar com os contextos da cena comunicativa, mas não garante que ele seja levado em consideração no processo de comunicação.

Por outro lado, centro e periferia de visibilidade nem sempre coincidem com o centro e a periferia discursivos (ARAÚJO, 2004). Relembrando o caso de um índio guarani que foi alavancado à força da sede do STF e teve sua imagem estampada nas capas de jornal, ele foi posicionado no centro de visibilidade, mas com grande possibilidade de permanecer na periferia discursiva; ou seja, o indivíduo que é alçado à condição de hipervisibilidade pode não ter chance alguma de ser situado fora do contexto e desaparecer sob o holofote cruel da estigmatização e do preconceito. Prática comum dos meios de comunicação nestes tempos de midiaticização, as imagens exacerbam o superficial para esconder o essencial – “Eis, portanto,

finalmente a definição da imagem, de toda a imagem: a imagem é aquilo de que sou excluído” (BARTHES, 2004, p. 37).

Há, no entanto, quem acredite que a visibilidade resolverá todos os problemas – sejam de comunicação, sejam de outra ordem – o que é um perigo. Na análise que faz sobre a atual situação dos índios, Gomes (2012) aponta que muitos dos acontecimentos relevantes relacionados à defesa dos direitos desta população, se não aconteceram, pelo menos ganharam significação política graças à ação de jornalistas e suas coberturas nos meios de comunicação. Ele advoga que a ajuda dos comunicadores foi essencial na mudança de status da imagem do índio brasileiro. A observação faz sentido, mas limita o alcance que acreditamos ser possível a partir de a visibilidade. Gomes (2012) parece somente enxergar o caráter instrumental da visibilidade na conquista de um espaço de solidariedade nos meios de comunicação; como se a questão da visibilidade se restringisse ao poder conferido aos profissionais e empresas de comunicação como divulgadores da tragédia e mobilizadores de soluções.

O que se propõe, aqui, é a articulação entre os fatores positivos relacionados à visibilidade (reconhecimento, participação social, inclusão nas estatísticas que geram decisões políticas e públicas, autonomia e cidadania) com a defesa do direito à comunicação e à saúde. Esta articulação, acreditamos, é capaz que combater (ou pelo menos nos fazer compreender) como se opera a negligência em relação à saúde daqueles que não estão publicamente na cena. Se estamos imersos na cultura da visibilidade extrema, e esta reflete estratégias e ações reguladas pelo mercado, é preciso imaginar como garantir a atenção à saúde dos que não se encaixam nos padrões rentáveis de circulação, daqueles que não dispõem das tecnologias ou dos desconectados “desperfilados” do mundo virtual.

Neste trabalho, o foco será direcionado para as populações indígenas brasileiras, que se aproximam de grupos que já foram identificados como “refugos humanos do progresso econômico” e “sem-teto do mundo do capital virtual” (BAUMAN, 2004); grupos heterogêneos (inclusive internamente), homogeneizados por sua situação de exclusão. São clandestinos de uma realidade que acontece ao seu redor, mas que os coloca aquém das fronteiras do que é visto, registrado, lembrado e levado em consideração. Classificados sob o rótulo da “diversidade” (étnico-racial, sexual, de gênero, de geração, de território, das limitações físicas, psíquicas, mentais e situacionais), são invisíveis quando não representam valor de mercado ou sofrem com a construção de uma imagem deturpada, fruto de hipervisibilidade expositiva, que somente reforça estereótipos e preconceitos.

O que procuraremos compreender é como se constroem as operações de reconhecimento social e a as instâncias de construção política, bem como a relação de todas

estas instâncias com a conquista, a garantia e a manutenção de boas condições de saúde para as populações mais vulneráveis. Para isso, buscaremos também entender quais as condições e/ou mecanismos tornam possível e efetiva a manutenção da visibilidade destes grupos, no sentido de atuarem como sujeitos ativos no espaço público e interferirem nas políticas de saúde que lhes são destinadas. A ideia é centrar a atenção na compreensão de como repercutem as ações promotoras da visibilidade na condução de políticas públicas de saúde indígena, para depois relatar quais são as possíveis práticas de comunicação operadas por (e para) índios brasileiros são capazes de lhes garantir visibilidade e fortalecer seu lugar de protagonistas nas políticas de saúde.

5 VISIBILIDADE EM MOVIMENTO (OU DIÁRIO DA MOBILIZAÇÃO)

*“Salve o que vai perecer: o Efêmero sagrado, as energias desperdiçadas, a luta sem grandeza.
Entre o Sol e os cardos, entre a pedra e a Estrela, você caminha no Inconcebível”.*

Ariano Suassuna (A Pedra do Reino)

5.1 UM BOM PAR DE SAPATOS E UM CADERNO DE ANOTAÇÕES

Após a realização da primeira parte das entrevistas previstas para esta tese, em 2013, uma direção foi apontada pela maioria dos entrevistados: de que a presença dos índios em mobilizações, manifestações e atos se desenhava como uma das mais eficazes ferramentas de conquista da visibilidade midiática – e, conseqüentemente, de pressão sobre os poderes do Estado para que ouvissem suas reivindicações. Como já estava marcada a Mobilização Nacional Indígena para maio de 2014, a possibilidade de acompanhar o movimento, em Brasília, pareceu uma ótima oportunidade de trabalho de campo: buscar compreender, na prática, como se daria a construção de estratégias, a mobilização da imprensa, a repercussão dos atos, a atuação das personagens, as disputas por dar um sentido à luta que empreenderiam na capital federal.

Coincidência feliz, havia terminado recentemente a leitura de um livro inusitado, cujo título inspirou o deste tópico: “Um bom par de sapatos e um caderno de anotações – Como fazer uma reportagem”. Ao contrário do que se possa imaginar, a obra não traz nem conselhos de um experiente jornalista nem regras ditadas pela academia, mas sim as impressões de um jovem médico que ainda alimentava o sonho de ser um escritor de sucesso. O livro foi escrito pelo conhecido dramaturgo russo Anton Tchêkhov (1860/1904), que aos 30 anos empreendeu uma viagem a Sacalina, inexplorada ilha dos deportados no ponto extremo do império czarista. Inspirado em suas reflexões, armei-me de sapatos, mochila, caderno de anotações, canetas, gravador e câmera em direção a Brasília. Naquele momento, guiava-me o que ele escreveu, no início do livro, sobre reagir à indiferença: “Estudar coisas que ninguém estuda; ir ver pessoalmente injustiças que ninguém vê; elogio da experiência e dos conhecimentos de primeira mão”⁷⁰.

Como a reportagem é meu mister, observações, anotações, inquietações e impressões clamavam por um registro jornalístico, opção que me faz pedir licença ao rigor acadêmico

⁷⁰ Tchêkhov (2007, p. 24). As referências, neste capítulo, serão indicadas em notas de rodapé. A escolha se deu para garantir a fluidez da narrativa jornalística, utilizada neste trecho da tese.

para, apenas neste trecho, imprimi-lo em tom de diário de campo – ora descritivo, ora narrativo, ora dissertativo – e relatar o que vi, presenciei e também senti ao acompanhar ativistas, políticos, repórteres, cinegrafistas, fotógrafos, servidores públicos e também o cidadão comum nestes três dias. Na esperança de que o relato possa enriquecer esta tese, a narrativa será acompanhada, quando necessário, de observações teóricas que serão citadas à maneira jornalística, mas com a preocupação de que sejam registradas adequadamente para que, em caso de necessidade, o leitor/pesquisador possa recuperá-las.

5.2 PREÂMBULO: EM 2013

Para compreender as estratégias empreendidas pelos integrantes da Mobilização Nacional Indígena, em 2014, é preciso reavivar acontecimentos de um ano antes, quando rostos e corpos pintados, cocares, tacapes e flechas ocuparam as manchetes dos maiores jornais do país e promoveram o que alguns dos analistas do movimento político consideram como uma das mais eficientes estratégias recentes de visibilidade promovidas pelos índios: a ocupação do plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados, durante o Abril Indígena de 2013.

Como acontece quase todos os anos, em 2013 o Acampamento Terra Livre⁷¹ estava montado na Esplanada dos Ministérios. Na manhã do dia 16 de abril, cerca de 600 integrantes do movimento participaram, no plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, de uma reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. O objetivo era pressionar para que não fosse instalada uma comissão especial destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição 215, que transfere a competência das demarcações de terra da Fundação Nacional do Índio para o Congresso Nacional. Naquele dia, os líderes dos partidos indicariam os nomes que iriam compor esta comissão. Como queriam impedir a tramitação da proposta, os índios condicionaram sua saída do Congresso à presença do presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) na CCJ, com quem queriam negociar.

⁷¹ O Acampamento Terra Livre (ATL) é a instância superior da Articulação dos Povos Indígenas (APIB). Considerada a maior mobilização nacional indígena do país, reúne, todos os anos, na Esplanada dos Ministérios em Brasília (DF), lideranças de todas as regiões do país, sob coordenação dos dirigentes das organizações indígenas regionais que compõem APIB. O ATL permite o intercâmbio de realidades e experiências, a identificação dos problemas comuns, a definição das principais demandas e reivindicações e a deliberação sobre os eixos programáticos e ações prioritárias do movimento, informa o site da Associação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), entidade filiada à APIB. Site disponível em: <<http://apoinme.org.br/quem-somos/organizacoes-indigenas/>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

O fato repercutiu imediatamente na maioria dos sites, blogs e redes sociais no país, inclusive nas páginas dos grandes jornais. Henrique Eduardo Alves atendeu à solicitação e foi até a reunião, na CCJ. As imagens gravadas pelo cineasta indígena Kamikia Kĩsedje⁷² mostram o presidente da Câmara se comprometendo a negociar com os líderes dos partidos – para que só indicassem seus representantes no segundo semestre – e, sete horas depois, exibem o pronunciamento do deputado Sarney Filho (PV-MA),⁷³ quando informa que os líderes se comprometiam a encontrar uma solução para a questão em até 45 dias. Os manifestantes não ficaram satisfeitos: “Nós não estamos aqui para aguardar diálogo; nós estamos aqui para aguardar a revogação”, declarou Sonia Guajajara, integrante da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), à TV Câmara⁷⁴, naquele momento.

Já era noite quando a manifestação alcançou o nível máximo de visibilidade: parte do grupo conseguiu driblar a segurança e entrar no plenário principal da Câmara, sob o olhar incrédulo e temeroso dos parlamentares que participavam da sessão. O momento exato da ocupação (ou invasão, como consideraram diversos veículos de comunicação) foi noticiado *online* pela TV Câmara⁷⁵, cujas imagens foram retransmitidas por diversas emissoras⁷⁶. Naquela noite, o *Jornal da Globo* foi um dos noticiários televisivos que deu destaque ao assunto, informando que, após terem paralisado as atividades do Congresso por duas horas, os manifestantes haviam conseguido um acordo em que adiavam a discussão da PEC para o segundo semestre de 2013 e a instalação de um Grupo de Trabalho (GT) na Câmara, que trataria deste e de outros assuntos de interesse dos índios⁷⁷. Nas imagens, além do tumulto, o que mais chama atenção é a quantidade de fotógrafos e cinegrafistas tentando registrar o episódio. Dezenas de câmeras, cujos flashes iluminam, abrem caminho e escoltam os ruidosos manifestantes no caminho que fazem até o interior do plenário Ulysses Guimarães. Também é possível perceber a enorme quantidade de manifestantes que registram a ocupação com seus telefones celulares e câmeras fotográficas.

⁷² Disponíveis em: <<http://youtu.be/KKNYJRVzdSM>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

⁷³ O deputado Sarney Filho presidiu a Comissão Externa da Câmara dos Deputados que visitou o Mato Grosso do Sul, em 02 e 03 de dezembro de 2011, para investigar a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

⁷⁴ Depoimento dado ao programa *Câmara Hoje*, da TV Câmara, exibido em 16/4/2013. Disponível em: <<http://youtu.be/3B5hPZhdhm8>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

⁷⁵ As imagens da TV Câmara podem ser vistas em: <<http://youtu.be/-wSftfutY5s>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

⁷⁶ As imagens também foram registradas por Kamikia Kĩsedje

⁷⁷ *Jornal da Globo* de 16/4/2013. Disponível em: <<http://youtu.be/JLbyN7Hrk4o>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

Foto 3 – Índios ocupam o Plenário da Câmara, durante manifestação em 2013



Foto: Allan Marques/Folha de São Paulo.

Destaque nos noticiários daquela noite e bastante reverberada nas redes sociais, a imagem do plenário ocupado estava na primeira página dos principais jornais do país, no dia seguinte: “Tribo quer poder. Índios invadem o plenário da Câmara, em Brasília, em protesto contra a proposta que transfere da Funai ao Congresso as decisões de demarcações de terra”, dizia a legenda da foto de Allan Marques na capa da *Folha de São Paulo*. Sobre o assunto, o antropólogo Clovis Antonio Brighenti escreveu, dias depois: “O movimento indígena conseguiu se fazer ouvir. Pautou a imprensa, chamou a atenção da sociedade, firmou posição frente a seus perseguidores/detratores/adversários [...] Demonstraram que fazer uso de tecnologias não os torna menos indígenas e que invadir as portas do mundo da política é exigência para ser protagonista de sua história, participando e vigiando todas as instâncias de decisão sobre seus direitos.”⁷⁸

Presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas na Câmara Federal e da Comissão Especial que analisa o PL 1610/96 (que trata da exploração de recursos em terras indígenas), o deputado Padre Ton (PT/RO) relembrou o episódio, em entrevista que me concedeu em 15 de agosto de 2013. Ele acompanhou toda a mobilização daquele dia, classificando-a como “um dos maiores atos de visibilidade”. “Foi o primeiro ato de manifestação que chamou a atenção da Imprensa, antes mesmo das manifestações dos jovens

⁷⁸ O texto “O legado do Abril Indígena 2013”, foi publicado no *site Brasil de Fato*, em 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12799>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

de junho”, considerou. À frente do grupo que promoveu a manifestação, Sonia Guajajara também considerou válida a repercussão: “A gente conseguiu impedir a instalação da Comissão Especial pra dar o parecer sobre a PEC 215. Naquele momento, a gente conseguiu isso. A gente conseguiu estabelecer um GT aqui, instalar um GT paritário de indígenas e parlamentares; isso nunca aconteceu na história do país, um GT paritário dentro da Câmara. Então, isso eu acho que foi um ganho. De certa forma, a própria sociedade pôde perceber um pouco mais a presença indígena no país, que até então era aquela coisa, assim, só dos índios que existiram, não dos índios que existem”, declarou, em entrevista concedida em 14 de agosto de 2013.

Os resultados obtidos fizeram com que as lideranças e organizações parceiras do movimento indígena organizassem novas manifestações no Acampamento Terra Livre (ATL) no ano seguinte, 2014 – desta vez, não realizado em abril, mas sim em maio. O relato a seguir narra o que foi possível acompanhar destes dias em Brasília – com destaque para as estratégias de comunicação utilizadas, a postura de protagonistas e dos profissionais da imprensa, a repercussão obtida nos meios de comunicação, os desdobramentos de cada ato programado, assim como as impressões pessoais deste repórter, que há mais de duas décadas já rabiscou incontáveis cadernos de anotações apoiado em um bom número de sapatos.

5.3 TERÇA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2014

10 horas – Enquanto um pequeno grupo de integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) continuava sua vigília⁷⁹ em frente ao Palácio do Planalto, do outro lado da Praça dos Três Poderes já são vistos jornalistas e fotógrafos que vieram cobrir a primeira ação programada pela Mobilização Nacional Indígena de 2014, marcada para as 10 horas. Promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), com apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Instituto Socioambiental (ISA), Greenpeace, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), entre outras organizações indígenas e indigenistas, a mobilização reuniu em Brasília cerca de 500 indígenas, entre 26 e 29 de maio de 2014. O objetivo era realizar atos e manifestações em

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-faz-vig-lia-em-frente-ao-pal-cio-do-planalto-reivindicando-respostas-concretas-pauta>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

defesa dos direitos garantidos pela Constituição Federal, como informava o comitê de comunicação da mobilização, em blog da própria Apib⁸⁰.

Os ativistas definiam o cenário como desfavorável às suas reivindicações, e denunciavam, no chamado à mobilização, ataques generalizados aos direitos indígenas, em especial os direitos territoriais, da parte de vários setores do governo e de um conjunto de atores políticos e econômicos capitaneados pela bancada ruralista no Congresso Nacional⁸¹. Entre as reivindicações, as principais estavam relacionadas a pautas em tramitação no Congresso Nacional (Além da PEC 215, o PLP 227 e o PL 1.610, entre outros), mas também a não concordância com outras medidas que, na visão do movimento, pretendiam paralisar definitivamente os processos de demarcação, suspensos pelo governo federal naquele momento. O ATL também pressionava para que fosse acelerada a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), propostas segundo eles paralisada há anos no Legislativo.

Na segunda-feira, primeiro dia de mobilização, reunidos em assembleia no Centro de Formação Vicente Cañas (CFVC), em Luziânia (GO), onde estavam acampados – distante cerca de 60 quilômetros do plano piloto de Brasília – representantes de etnias de todo o país relataram situações de violência e violação de direitos sofridas em cada uma das regiões, e decidiram que na terça-feira iriam protocolar no Supremo Tribunal Federal (STF) uma queixa-crime⁸² contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS). Em novembro de 2013, durante audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara no município de Vicente Dutra (RS), os parlamentares fizeram declarações consideradas racistas, homofóbicas e de incitação ao ódio contra os povos indígenas⁸³. Não foi à toa que, como parte da mobilização, os ativistas relançaram o site chamado “A República dos Ruralistas”⁸⁴, onde estão listados os perfis de deputados federais e senadores que integram a bancada que representa os grandes proprietários do agronegócio no Congresso.

⁸⁰ O comitê foi formado por integrantes do CTI, Cimi, ISA, Greenpeace e IIEB, que atualizavam o conteúdo do blog e forneciam informações, imagens e apoio para os profissionais de imprensa durante toda a mobilização. O conteúdo ainda está disponível em: <<http://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

⁸¹ Diversas denúncias são listadas no blog oficial da Mobilização Nacional Indígena, um mês antes do movimento acontecer. Disponível em: <<http://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/2014/04/>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

⁸² A íntegra do texto da queixa-crime pode ser acessada em: <http://mobilizaconacionalindigena.files.wordpress.com/2014/05/queixacrime_apib.pdf>. Acesso em: 14 jul.

⁸³ Os pronunciamentos dos deputados da Frente Parlamentar Agropecuária podem ser vistos em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.republicadosruralistas.com.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

10h30min – O tempo nublado que cobria a Capital Federal naquela manhã não desanimou os primeiros apoiadores que chegavam à praça – na maioria, estudantes, ativistas e alguns indígenas que vivem em Brasília; com faixas e cartazes, eles logo eram atraídos para onde se concentram os manifestantes do MAB – ao contrário dos profissionais de imprensa que, pautados para cobrir a manifestação indígena, permaneciam na extremidade oposta, onde se localiza a sede do STF⁸⁵. Enquanto conversavam, fotógrafos da Agência France Press (AFP) e do jornal Folha de São Paulo se aproximam do prédio e estudam melhores ângulos para fotos – sob o olhar atento de três seguranças do tribunal, que se comunicam por rádios, posicionados à distância, do outro lado de uma barreira formada por grades de proteção.

Pelo telefone, a assessoria de imprensa do Cimi informa que o atraso dos ônibus que traziam as delegações da cidade-satélite de Luziânia até o Plano Piloto se deu por conta de um bloqueio feito pela Polícia Rodoviária Federal na BR-040, altura do município de Santa Maria, para contar a quantidade de indígenas em cada ônibus. Segundo as lideranças, o policiamento afirmou ter recebido ordens para informar quantas pessoas estavam se deslocando para a Esplanada dos Ministérios. Entre os repórteres, comentava-se que os ônibus haviam sido liberados após a interferência de “alguém” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) que, sabendo do bloqueio através de uma mensagem postada na rede social *Twitter*, teria intervisto junto a Polícia Federal.

Enquanto os manifestantes não chegavam, Oswaldo Braga de Souza, jornalista do Cimi em Brasília, distribuía release aos jornalistas e cumprimentava outros ativistas. “Os veículos de comunicação não estão preparados para entender a pauta indígena”, comentava. Ele se mostrava reticente em relação ao trabalho da imprensa, afirmando que a visão hegemônica impede que as questões indígenas recebam a atenção diferenciada que merecem. Citou como exemplo as matérias pontuais que informavam o alto índice de suicídios entre os guarani-kaiowá, no Mato Grosso do Sul, que apresentavam números pouco confiáveis e que não estabeleciam relação entre as mortes e as disputas por terras, questão sensível para aquela etnia. “Os jornalistas estão muito centrados nas mobilizações, mas não escrevem sobre o que estas mobilizações reivindicam, os dramas, as ansiedades”, dizia.

Oswaldo defende o uso das novas tecnologias de comunicação e de informação como meios de os índios “batalharem por seu espaço e usarem sua própria voz para amplificar sua

⁸⁵ Projeto urbanístico de Lúcio Costa, com edificações criadas por Oscar Niemeyer, a praça tem a forma de um triângulo equilátero, em cujos vértices estão as sedes dos três poderes da República: o Palácio do Planalto (Executivo), o Congresso Nacional (Legislativo) e o Supremo Tribunal Federal (Judiciário). Também abriga o Museu da Cidade, o Espaço Lúcio Costa, o Panteão da Pátria Tancredo Neves e um grande número de monumentos, esculturas e marcos. Maiores informações em: <<http://www.cultura.df.gov.br/praca-dos-tres-poderes.html>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

pauta para a sociedade”. Ele citou o uso da rede social *Facebook*, onde a postagem que convocava para a Mobilização Nacional Indígena⁸⁶ de 2014 havia recebido 100 mil visualizações e compartilhada por quase 2 mil perfis até o domingo anterior ao seu início. “É uma outra via que pode atingir a sociedade e gerar o debate”, sugeriu.

11 horas – Os ônibus chegam ao Eixo Monumental. Enquanto as delegações desembarcam e ocupam aleatoriamente o espaço da praça; já é maior o número de jornalistas. Pelos crachás e logotipos das empresas estampados em coletes e equipamentos, vê-se que estão presentes profissionais da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), das redes Record e Globo de televisão, além de alguns ativistas das chamadas mídias livres, com seus equipamentos de transmissão instalados em aparelhos de telefone celular e *smartphones*.

A rotina, a abordagem e a dinâmica que imprimem profissionais, manifestantes e apoiadores no uso dos equipamentos móveis de comunicação e de informação merecem aqui algumas observações. Em primeiro lugar, o episódio é ilustrativo no que diz respeito às especificidades e diferenças na rotina dos profissionais que trabalham com texto (com características particulares para cada tipo de veículos, se impressos, audiovisuais e eletrônicos), dos que trabalham com imagens (fotógrafos e cinegrafistas), além daqueles que atuam nas duas frentes (os ativistas das chamadas mídias livres, por exemplo, que captam e transmitem, sozinhos e ao vivo, vídeo e áudio ao mesmo tempo). Também é diferente o modo como usuários comuns operam seus equipamentos, quando registram e/ou geram visibilidade (celulares, *smartphones*, câmeras, gravadores, etc.).

Em relação aos profissionais, há de se considerar a lógica jornalística vigente (principalmente comercial, mas também seguida pela maioria dos veículos de comunicação oficiais) que prioriza a cobertura visual, principalmente quando se trata de uma manifestação popular em espaço público. Não foi à toa que quase todos os veículos enviaram para cobertura apenas fotógrafos ou cinegrafistas – ou o fato de eles terem sido os primeiros a chegar ao local. A despeito do cada vez menor número de profissionais de texto nas redações (que não é assunto para esta análise, mas que merece seu registro), é imperativo que estes profissionais garantam a imagem “da capa” (no caso dos impressos) ou da chamada principal do telejornal. As informações textuais podem ser recuperadas, ao contrário da imagem, que deve ser registrada “ao vivo”. Não é raro, portanto, que cinegrafistas e fotógrafos estejam na linha de

⁸⁶ A Mobilização também criou um canal na rede de compartilhamentos Youtube, onde foram postados cinco vídeos durante os três dias de manifestações. Eles estão disponíveis em: <<https://www.youtube.com/channel/UCpqxQm8o71prfW-Yet5iWOg>>. Acesso em 29 jul. 2014.

frente, ou que tentem “produzir” a imagem, antecipando, repetindo ou mesmo dirigindo cenas que serão veiculadas como retrato fiel daquilo que aconteceu.

Naquele primeiro momento, estes profissionais pareciam tentar organizar, visualmente, aquilo que era caótico por natureza e anárquico por organização. Enquanto centenas de índios, com indumentárias, sotaques, experiências e expectativas diversas, desciam dos ônibus fretados em um dos mais conhecidos cartões postais do país, os cliques disputavam os melhores ângulos, as melhores tomadas, os cortes mais precisos e mais plasticamente veiculáveis. Todo profissional de imprensa, por mais descomprometido que seja da causa que está cobrindo, almeja que sua matéria seja manchete, que sua foto renda a capa, que a imagem e/ou o depoimento que captou sejam exclusivos. O objetivo do trabalho terá sido melhor cumprido na medida em que a informação conquiste o máximo de visibilidade. É a visibilidade que dá repercussão à informação; e repercussão, muitas vezes é sinônimo de notoriedade e credibilidade, moedas de extremo valor no universo profissional de jornalistas e comunicadores.

Em busca deste objetivo, as estratégias são similares, mas com sensíveis diferenças. Fotógrafos enquadram, já com o olhar, a cena que irá ajudar a contar a história a que se assiste, congelam a imagem que convidará o leitor a mergulhar no texto que a segue. Para isso, na Praça dos Três Poderes, naquele momento, os profissionais disputavam melhores ângulos e poses; confrontavam a imagem de líderes reconhecidos, como Raoni Metuktire, com símbolos clássicos da paisagem da capital: As curvas de Niemeyer, os candangos de Bruno Giorgi, a representação da Justiça, de Alfredo Ceschiatti; buscavam perspectivas que contrastassem diferentes contextos de poder: de um lado, as estruturas monumentais em concreto e vidro, de outro, palavras reivindicatórias escritas à mão.

A dinâmica das imagens televisivas é outra. Para além do momento fotografado, a busca do profissional é pelo registro dos movimentos que irão “cobrir” o texto em *off* do repórter, é fornecer aos editores opções de imagens que possam construir uma narrativa que tenha começo, meio e fim; registrar cenas que, montadas como um quebra-cabeça, irão atender à conveniência do enquadramento desejado pela pauta e ocupar o espaço que se tem disponível na grade de programação. Imagens gerais, *close ups*, entrevistas individuais, além da passagem (momento em que o repórter aparece no vídeo e fornece informações adicionais, que não dispõem de imagens) fazem parte deste repertório imagético.

Na Praça dos Três Poderes, naquela terça-feira, os cinegrafistas procuravam “dirigir” a ação dos manifestantes, buscavam construir um sentido televisivo para aquilo que se apresentava como espontâneo, enquadravam no padrão dos noticiários ações que não foram

programadas para serem vistas como espetáculo – mas que intencionalmente se davam à visibilidade. Os indígenas se movimentavam em um grande círculo, entoando cânticos diferentes ao mesmo tempo, empunhavam cartazes e faixas, tocavam instrumentos e repetiam palavras de ordem; quem estava com a câmera tentava isolar grupos em determinados espaços, pedindo para repetir movimentos ou trechos de canções, retirava do contexto as lideranças para que dessem depoimentos, registravam os movimentos que atestavam aquilo que fugia do ordinário.

12 horas – Diante da informação que a seção de protocolo judicial do STF – onde os manifestantes dariam entrada na queixa-crime – só funcionaria à tarde, e da presença de tantas câmeras, a espera ganhou caráter de ritual, característica comum nos protestos protagonizados pelos índios. O grande círculo formado pelos grupos de diferentes povos garantia o trabalho da Imprensa e chamava a atenção de turistas, que visitavam naquele momento o eixo monumental de Brasília. Talvez a cena tenha passado despercebida para aqueles que moram na cidade – já tão acostumados a protestos; para os que não vivem ali, no entanto, algo inusitado, naquele contexto espacial, chamava atenção do olhar – o mesmo olhar que seria compartilhado pelos registros (fotos e imagens). Enquadradas pelas narrativas jornalísticas ou pelos discursos das redes sociais, as imagens ali registradas apresentavam contrastes e produziam uma narrativa – certamente, se veiculadas, não seriam invisíveis.

Os índios brasileiros já estão relativamente habituados à rotina de repórteres, câmeras e flashes, pelo menos os ativistas – e também os que acompanham de perto os passos do movimento indígena. Eles não estavam ali apenas como “personagens” da cobertura jornalística, mas também construindo sua própria narrativa sobre o protesto. Poucos eram os manifestantes que não tinham em mãos um celular, um *smartphone* ou uma câmera. Fotos e vídeos que posteriormente seriam compartilhados com seus parentes, em suas comunidades, mas também nas redes sociais.

Meses após a mobilização, *selfies*, depoimentos e outras espécies de registros ainda eram compartilhados na página de ativistas no *Facebook*. Naquela terça-feira, apenas uma comissão formada por indígenas e alguns apoiadores entraria nas dependências do STF; do lado de fora, centenas multiplicariam as imagens, que misturavam cenas de protesto com registros típicos de quem está descobrindo uma nova paisagem. O cenário da praça, emoldurada pelas edificações que representam o poder político brasileiro e símbolos que identificam facilmente a capital federal, só ajudava a compor a *memorabilia* da viagem e a comprovar a participação no protesto. O registro atestava a veracidade da presença de cada um deles – e se este viesse na forma de uma *selfie* ao lado de Raoni, melhor ainda.

Neste contexto, destacava-se o trabalho do cineasta indígena Kamikia Kĩsedje, um dos ativistas que registrava imagens para redes de transmissão ao vivo, como *LiveStream* e *TwitCasting*⁸⁷. Kamikia, ativista da etnia Kĩsedje, é nativo da Terra Indígena Wawi, no Parque do Xingú (Mato Grosso) e ex-aluno de oficinas do projeto Vídeo nas Aldeias⁸⁸. Hoje ele coordena a AIK Produções, produtora de vídeo formada exclusivamente por xinguanos, e mantém um canal no *TwitCasting*⁸⁹, através do qual transmitiu todas as ações da Mobilização Nacional Indígena de 2014.

Foto 4 – Sonia Guajajara lê o conteúdo da Queixa-crime, em frente ao STF



Fonte: Arquivo do autor

13 horas – Após a definição de quem entraria no STF, para protocolar a queixa-crime – a esta altura, o prédio estava completamente isolado por seguranças, que negociaram a entrada da comissão, Sonia Guajajara leu em voz alta o conteúdo do documento, enquanto outra cópia era assinada por demais lideranças do movimento. Neste momento, a ativista recebeu bastante atenção de cinegrafistas e fotógrafos. Seu rosto compenetrado na leitura, destacava-se na parede branca do Museu da Cidade, onde estão gravadas as palavras do ex-presidente Juscelino Kubitschek: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o

⁸⁷ LiveStream (<http://new.livestream.com/about>) e TwitCasting são redes sociais que permitem transmissões de vídeo gratuitas, em tempo real, a partir de um *smartphone*. Os perfis são chamados de “canais”.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

⁸⁹ O canal de Kamikia Kĩsedje pode ser acessado em: <<http://us.twitcasting.tv/f:100001796338452>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.

Alguns repórteres tomavam notas e gravavam depoimentos de manifestantes, enquanto a comissão formada por lideranças de todas as regiões do país, acompanhada de um advogado do Cimi, entrava no prédio para protocolar o documento, enquanto os demais ativistas permaneciam na praça. Lá dentro, enquanto eram recebidos na seção de atendimento judiciário, eles já planejavam os passos seguintes da mobilização: juntar-se a uma manifestação programada pelo Comitê Popular da Copa no Distrito Federal para aquela tarde, e preparar-se para uma solenidade com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, marcada para o dia seguinte. Os planos mudariam, como podemos conferir a seguir, mas as ações também renderiam boas doses de visibilidade.

15 horas – A movimentação de servidores e seguranças nas galerias do Congresso Nacional atestavam que algo fora do comum acontecia lá fora: no *zunzunzum* dos corredores, o que se comentava era que um grupo de índios havia escalado a cúpula do prédio. Na galeria que publicou sobre os “protestos dos índios” realizados naquele dia, o site do jornal *O Globo*⁹⁰ reuniu 17 fotografias que confirmam o enquadramento proposto pelos profissionais que cobriam a mobilização – e já comentado neste trabalho. Uma breve análise indica que as imagens são despersonalizadas, não estão em ordem cronológica, o que descontextualiza e mistura informações. Há fotos de manifestações, inclusive, onde não há índios retratados, mostrando outros manifestantes; as imagens são assinadas por diferentes profissionais, de diferentes agências de notícias, e foram descritas por legendas genéricas – “Manifestação de povos indígenas na Praça dos Três Poderes, em Brasília. As lideranças reivindicam demarcação de terras indígenas” – incorretas ou, pelo menos, incompletas – “The demonstration is aimed to attract the attention on the Amazonia situation in the framework of next FIFA World Cup” (“A manifestação tem como objetivo chamar a atenção sobre a situação da Amazônia no âmbito da próxima Copa do Mundo da FIFA”); a postura retratada dos manifestantes é notadamente agressiva: em pelo menos cinco das 17 fotografias são exibidas cenas em que os índios aparecem em posição de ataque, como se fossem atirar flechas em direção ao prédio do STF ou confrontar seguranças do Congresso ou policiais militares, como se vê na Foto 5. Diz a legenda desta imagem: “Índios, depois de tomar o teto do Congresso Nacional durante passeata e protesto pela esplanada dos ministérios, tentam tomar o rádio de um segurança que foge correndo.”

⁹⁰ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/veja-mais-fotos-do-protesto-dos-indios-em-brasilia-12619402>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

Foto 5 – Índios e seguranças na cúpula do Congresso



Fonte: Givaldo Barbosa – Agência O Globo.

Não foi possível descobrir se a ação foi planejada ou mera oportunidade, mas a ocupação da marquise do Congresso rendeu considerável espaço para os manifestantes nos meios de comunicação. Naquele momento, eles construíram, mesmo que intuitivamente, fatores determinantes para a visibilidade: espacialidade, exterioridade e produção de narrativa. Era um ponto de vista atípico, mesmo para aqueles que vivem o cotidiano de disputas de poder de Brasília. Centenas de índios deixando atônitos os seguranças do Congresso, que nada podiam fazer para impedir que se mantivessem ali, simbolicamente, acima da casa que é símbolo do poder do povo e da democracia brasileiros (Foto 6).

Inúmeras outras associações eram possíveis de se fazer diante daquela cena, que chamou atenção de quem passava e, ao mesmo tempo, foi compartilhada por sites, blogs e redes sociais. Era, por natureza, uma imagem que apresentava contrastes: forças dispostas em andares distintos (acima e abaixo), refletidas e invertidas pelo reflexo da água; aparentes insegurança e fragilidade representadas pela transparência dos vidros e ausência de pessoas no interior do prédio, em dissonância com a rusticidade e força dos gestos e palavras escritas em português e guarani. O poder heroico e ancestral do “índio selvagem” brasileiro – concreto, palpável, visível – estava ali em claro contraste com o poder político e protocolar do “branco civilizado” – abstrato, intangível, invisível. Uma disputa simbólica entre dois discursos antagônicos e já cristalizados sobre os índios também se refletiu no uso e na circulação que imagens como esta tiveram. E nos variados pontos de vista que se constituíram naqueles que as viram e sobre elas comentaram.

Foto 6 – Manifestantes ocupam a Cúpula do Congresso Nacional



Fonte: Givaldo Barbosa – Agência O Globo.

De um lado, os apoiadores das questões indígenas enaltecem a imagem romântica dos bons selvagens que enfrentaram o poder político. A coragem dos guerreiros *versus* as armas dos policiais, a fragilidade dos cartazes e faixas a desafiar o concreto e o aço das estruturas do poder, a bíblica disputa entre “Davis” indígenas e os Golias parlamentares, insensíveis às questões dos “verdadeiros donos da terra”. Em contrapartida, a mesma cena também sustentou discursos diametralmente opostos, sobre os “selvagens” que invadiram a marquise do Congresso Nacional, baderneiros incitados por partidos de esquerda que não respeitam os símbolos nacionais e ainda ameaçam os representantes da democracia. A civilização sendo atacada pela barbárie, o atraso atravancando o avanço do progresso da Nação. Para quem observava aquela tarde, fazia sentido a frase do geógrafo Paulo Cesar da Costa Gomes, quando fala na relação entre visibilidade e espaços públicos: “Espaços públicos são sempre espaços de exposição, variam em grau e alcance, mas garantem de qualquer maneira alguma visibilidade”⁹¹. A visibilidade foi conquistada, em pouco mais de meia hora de ocupação, mas variados sentidos foram construídos e compartilhados a partir dela. Esta realidade iria ganhar contornos bem mais polêmicos com os eventos que vieram a seguir.

17 horas – Era grande a movimentação no terminal rodoviário do Plano Piloto de Brasília. Mais de 500 indígenas atenderam ao chamado do Comitê Popular da Copa no Distrito Federal e se juntaram a outros movimentos e organizações sociais, coletivos e

⁹¹ Gomes (2013, p. 273).

ativistas na realização do “Julgamento Popular das Violações e Crimes da Copa, cometidos pela Fifa, pelos governos Federal e do Distrito Federal e pelos patrocinadores e empreiteiros contra a população brasileira”⁹².

“Ao invés do governo obedecer a Constituição Federal e concluir as demarcações de todas as terras indígenas, prioriza e investe bilhões de reais em um evento que dura somente um mês e ainda prejudica o povo. Para quem o governo brasileiro trabalha, afinal?”, questionou Lindomar Terena, da coordenação da Apib, no blog da mobilização nacional⁹³. Além da pauta comum, proposta pelo comitê, que o admitia como integrante do protesto, o movimento indígena também elencou demandas próprias que foram levadas ao julgamento, dentre elas a retomada imediata das demarcações de terras indígenas; a revogação de todas as portarias ou decretos que restrinjam seus direitos⁹⁴; o fim da criminalização de comunidades e lideranças e punição dos executores de violência contra povos indígenas, e a efetivação de políticas públicas específicas, efetivas e de qualidade, especialmente nas áreas da saúde e educação.

O julgamento parou o trânsito do Plano Piloto de Brasília e lotou a rodoviária, onde os manifestantes se concentraram. De lá, eles caminharam em direção ao Estádio Nacional Mané Garrincha (uma distância em linha reta, percorrida a pé em cerca de 10 minutos pelo Eixo Monumental), onde pretendiam fazer a entrega da “sentença” do julgamento à FIFA, a poucos metros do estádio. Naquela mesma terça-feira, acontecia mais um dia de visitação à taça Jules Rimet, da Copa do Mundo. Na entrevista coletiva que concederam no dia seguinte, os organizadores do protesto explicaram que haviam combinado com o comando da Polícia Militar do Distrito Federal o trajeto da manifestação, e que esta teria objetivos pacíficos. O previsto não aconteceu, o confronto se deu e o conflito gerou muita visibilidade, como veremos adiante.

17h30min – O confronto entre manifestantes e policiais rendeu muitos registros de violência na imprensa, naquele mesmo dia e nos que se seguiram, com ambos os lados justificando sua atuação e denunciando arbitrariedades de seu oponente. Como se assistiu, desde que começaram os protestos em todo o país, a partir de junho de 2013, o assunto pautou a imprensa e as redes sociais, onde uma outra batalha de construção de sentidos foi travada. Versões, fotos, depoimentos, vídeos e comentários em disputa pela afirmação e legitimação

⁹² Dados divulgados pelo Comitê de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena no *blog* da APIB, disponível em: <<http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2014/05/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

⁹³ Idem.

⁹⁴ As pautas e reivindicações relacionadas a questões indígenas em tramitação no Congresso Nacional estão listadas no próximo capítulo desta tese.

da verdade. Voltemos aos fatos: antes de chegarem ao estádio, onde a visita à taça já havia sido interrompida, sob a alegação de falta de segurança, os manifestantes foram impedidos de se aproximar por um grupo de policiais em seus cavalos.

O confronto resultou em tumulto: policiais e manifestantes feridos, pessoas detidas e presas e muita repercussão. São muitas as versões que tentaram explicar o que realmente aconteceu. Alguns dizem que os cavalos teriam se assustado com a aproximação dos manifestantes; outros dizem que deliberadamente os policiais iniciaram o confronto, lançando bombas de gás; há quem jure que os manifestantes forçaram a passagem para além do limite que havia sido combinado; há, também, aqueles que dizem ter provas de que o protesto não chegou nem perto da área previamente acertada. Para além a busca da verdade dos fatos, que não é objetivo desta análise, restaram os registros feitos por manifestantes, ativistas e imprensa, material que nos dá clara indicação sobre a disputa que existe pelo gerenciamento da visibilidade – de pessoas, de situações e de visões de mundo. São textos, fotos e vídeos que suscitaram inúmeras questões relativas à discussão teórica sobre visibilidade proposta nesta tese, e que também fornecem pistas valiosas sobre os protagonistas do trabalho de campo.

Começaremos pelas imagens. Muitas delas repercutiram e geraram discussões acaloradas na internet. Uma delas, veiculada pelo canal noticioso *GloboNews* e compartilhada nas redes sociais, levantou um debate interessante não tanto pelo que mostrava, mas sim por aquilo que descrevia. Explica-se: Os canais de televisão especializados em notícia alternam, em sua grade de programação, jornais e demais programas jornalísticos, com a flexibilidade exibir ao vivo de fatos relevantes que acontecem no mundo. Quando isso acontece, é comum que apresentadores e/ou comentaristas no estúdio comentem as imagens geradas ao vivo, ao mesmo tempo em que estas são identificadas por legendas em caracteres, na borda inferior da tela. Naquele começo de noite, enquanto se narrava o que acontecia nas proximidades do estádio de futebol, a tela exibia o trânsito no Eixo Monumental, e uma legenda onde se lia: “Uma pessoa foi presa e um índio apreendido durante manifestação contra a Copa do Mundo em Brasília”. (Foto 7).

Foto 7 – Reprodução da tela de televisão sintonizada na GloboNews



Fonte: Facebook de Aruan Drako, disponível em: <<https://www.facebook.com/aruan.drako?fref=ts>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

O registro da tela da TV foi postado por vários usuários da rede social *Facebook*, poucos minutos depois de sua exibição na *GloboNews*. Somente no perfil de Aruan Drako, ativista dos Direitos Humanos de São Paulo, a imagem gerou mais de uma centena de comentários e foi compartilhada por 1279 outros perfis⁹⁵. Deduzindo que quem escreveu a legenda estava diferenciando a situação dos índios diante da Justiça,⁹⁶ o ativista chamou atenção para o fato de que não basta que o indivíduo se identifique pessoalmente e culturalmente como índio para que se torne inimputável, e declarou não acreditar que a distinção entre “pessoa” e “índio” tenha sido ocasional: “Quem aposta no ‘sem querer’ quando o caso é de discriminação é quem já escolheu o lado de quem discrimina”, acentuou. Outros aspectos motivaram dezenas de críticas, como o uso do verbo “apreender” (usualmente utilizado na relação com objetos, e não pessoas) ao invés de “deter”.

No mesmo espaço, muitas pessoas discordaram do internauta, defendendo que ali não havia discriminação; apresentaram exemplos similares, ofereceram explicações técnicas, descreveram experiências pessoais relacionadas aos índios, associaram o assunto às disputas políticas entre partidos aliados ao governo e oposição. Sem entrar no mérito semântico ou jornalístico daquilo que diz (ou quis dizer) a legenda, a discussão é ilustrativa do número infinito de questões, argumentos, associações, interpretações, significados e sentidos que podem ser acionados a partir de uma única imagem e/ou uma única frase.

⁹⁵ Contagem feita até o dia 16 jul. 2014 às 15h58min.

⁹⁶ Os índios são considerados inimputáveis e não podem ser presos.

Em cada comentário publicado, é possível encontrar pistas que levam aos diversos contextos vividos por seus autores – confirmando o caráter polissêmico e polifônico das arenas de comunicação virtual – o que por si já representam a complexidade que gira em torno de qualquer tentativa de gerenciamento da visibilidade. Naquele caso específico, não havia nenhuma personagem retratada na imagem: mesmo assim, os índios se tornaram o epicentro visível da mobilização, por razões que tentaremos compreender.

Segundo números divulgados pela Polícia Militar naquele dia, a manifestação reuniu cerca de 2500 pessoas; destes, 300 eram indígenas, informou *O Globo*⁹⁷. No grupo, havia dezenas de outros movimentos sociais representados, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), diretamente afetado pelas obras da Copa do Mundo, que causaram remoções de pessoas de suas em todo o país. Mesmo assim, quem mais aparece em notícias e imagens são os índios. Por qual motivo? Algumas condições contextuais e outras estratégicas contribuíram para que isso acontecesse.

Foto 8 – Momento do suposto ataque de um índio a um policial militar a cavalo



Fonte: Polícia Militar do Distrito Federal/Reprodução/TV Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/05/protesto-contracopa-termina-em-confronto-com-policia-no-df.html>>. Acesso em 22 jul. 2014.

⁹⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/05/protesto-contracopa-termina-em-confronto-com-policia-no-df.html>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

A primeira delas tem relação com a condição de produção da notícia, já comentada: os jornalistas procuravam, na cobertura de mais uma manifestação, algo que fosse além das já habituais consequências de um protesto – interrupção no trânsito, a paralisação da visita ao troféu ou mesmo a relevância (ou não) das reivindicações. Um fato que alavancasse o fato à primeira página do jornal ou à chamada de abertura do noticiário. O confronto, em si, não justificava tanto espaço, mas a imagem de um policial atingido por uma flecha, sim. O efeito de visibilidade do “ataque” foi muito maior do que seu potencial bélico: nem o policial sofreu ferimento grave, nem o índio foi detido.

Mas, mesmo com baixa qualidade gráfica, a foto foi parar na capa de alguns jornais (Foto 9), possibilitando, mais uma vez, uma série de leituras – muitas delas antagônicas. De um lado, enxergou-se o desafio à autoridade e ameaça à ordem; de outro, viu-se a truculência do Estado que se impõe pela força militar. Para além das inúmeras leituras e sentidos que a imagem pode despertar, a disputa pelo olhar do leitor estava declarada: houve publicações que optaram por não usar a reprodução da imagem da *TV Globo* e utilizaram material fotográfico produzido por seus próprios profissionais e, também distribuído pela Polícia Militar. Deste material, outras imagens também merecem atenção por trazerem à tona questões pertinentes à visibilidade.

Foto 9 – Índio atira flecha em direção a policiais militares



Fonte: Sérgio Lima/Folhapress. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461253-estrangeiros-devem-se-sentir-seguros-diz-cardozo-apos-protesto-de-indios.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

Figura 3 – Caboclos ou índios civilizados (Debret)



Fonte: Reprodução.

Com menor circulação, a foto de um índio em posição de ataque, sentado no gramado como se estivesse prestes a atacar o contingente policial que se aproxima (com crédito atribuído à Polícia Militar), complementava a informação que a reprodução da tela de TV fornecia. As matérias não mencionam se teria sido ele o autor do ataque que feriu o policial, mas a posição confirma o discurso de ataque. O que nos interessa nesta foto, no entanto, é ilustrar o caráter plástico da edição dos jornais, que cada vez mais investem em projetos gráficos ancorados em boas imagens. Este é um instante que confere atratividade estética ao produto jornalístico, e apela para os sentidos inclusive por fazer referência a uma obra de arte. Intencional ou não, é grande a semelhança de enquadramento com a prancha nº 5 do pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848), quando descreveu “Caboclos ou índios civilizados” de São Lourenço (Figura 3), primeira aldeia missionária estabelecida no Rio de Janeiro (1568-1866)⁹⁸. Quantos sentidos podem ser acionados a partir desta associação de imagens? Além do apuro estético, o uso de uma referência que remete ao “civilizado” índio do período colonial não é à toa, mesmo que a intenção consciente tenha sido somente gráfica.

Curioso perceber que, já no século XIX, Debret – que fora contratado pela Corte Portuguesa para integrar a missão encarregada de criar uma Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro – retratasse o índio “civilizado” (ou “caboclo”, como escreveu) ainda nu, com arco e flecha. Na análise que faz do aspecto classificatório destas pinturas, a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida chama atenção para o aparente contraste entre o título da obra e

⁹⁸ A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida tem aprofundada análise desta e de outras pinturas de Debret, e da relação destas com as “relações étnicas e mestiçagens” no artigo: “Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret: reflexões sobre as relações interétnicas e mestiçagens” (*Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 85-106, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a05.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014).

o que ela retrata (nudez, uso de armas, ausência do colonizador). Ela questiona: são selvagens ou civilizados? Mestiços ou índios?

Vale reproduzir o trecho em que a pesquisadora defende que, na verdade, não há contradição na explicação do pintor, mas sim, reflexos do pensamento daquela época: “Convém destacar que as muitas imprecisões e contradições dos registros quanto às classificações étnicas de índios, negros e mestiços, incluindo a imensa variedade de nomes para designar esses últimos não são exclusivas dos relatos de viajantes. Tais contradições estão presentes nos mais variados tipos de fontes e têm sido objeto de reflexão dos pesquisadores nas últimas décadas. Instigantes questões têm sido levantadas sobre as razões dos aparentes equívocos, considerando os possíveis usos e apropriações dessas identificações que podem ser feitos por interesse tanto dos registradores quanto dos registrados. Na verdade, esses equívocos devem refletir a fluidez e pluralidade das próprias identidades que continuamente se reconstruíam nas sociedades coloniais e pós-coloniais. É o que se pode apreender também das pranchas e textos de Debret”⁹⁹.

Diante desta explicação sobre a fluidez das identidades, o que chama atenção não é a similaridade da representação ambígua do índio – usada convenientemente pelos que defendem e pelos que criticam as causas indígenas – mas sim a majoritária opção pela sua apresentação despersonalizada pelos meios de comunicação. Mesmo que em algumas das matérias tenham sido ouvidas lideranças indígenas, as imagens veiculadas pelos meios de comunicação quase sempre retrataram o índio genérico, de preferência caracterizado com pinturas e cocares, despersonalizado, desterritorializado e, muitas vezes, com aparência de “aculturado”.

Estas imagens abriram espaço para críticas de políticos de direita e até de personalidades ligadas aos partidos de esquerda, na maioria mais “sensíveis” às causas das minorias. Em sua conta no Twitter, o ator José de Abreu, conhecido por defender o PT nas redes sociais, postou, no dia seguinte à manifestação, uma foto¹⁰⁰ que causou polêmica: a imagem mostrava um índio que participava do protesto vestindo uma calça jeans e um par de tênis e trazia a legenda: “Índio de nike zero protestando contra Copa, kkkk”. O comentário recebeu apoio de alguns internautas – que o definiram como “índio de boutique”, entre outros termos – mas também despertou reações contrárias. “@zehdeabreu veja os comentários que

⁹⁹ Almeida (2009, p. 88-89).

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://twitter.com/zehdeabreu/status/471594929631002624/photo/1>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

você provocou. Todos tão racistas quanto o seu. Usou a visibilidade da TV para promover o ódio racial”, comentou o jornalista Felipe Milanez.

No mesmo dia, o vereador Carlos Bolsonaro (PP/RJ) também ironizou a condição urbana dos índios nas redes sociais. Em seu perfil no *Facebook*, postou uma foto feita em 2012¹⁰¹, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que exibia um índio fazendo uma manobra em um skate, sobre a qual escreveu: “Você conhece o ‘índio’ esquerdista? Possui *smartphone*; usa roupas de marca; loiro e de olhos azuis; se perde na mata; tem sky HD em casa; não caça tartaruga porque dá trabalho; vota no PSOL; tem medo de bicho; sustentado pelos pais (pai e mãe) trabalhadores... mas na hora de discutir demarcações de terras e benefícios do governo, bota Guarani Kaiowa em seu nome do facebook e se diz nativo e protetor de sua cultura” (sic). A postagem¹⁰² foi vista e “curtida” por 820 pessoas, obteve 611 compartilhamentos em outros perfis e ainda repercutiu em blogs e sites de notícias. O blog *Diário do Poder*¹⁰³ chegou a afirmar que a foto teria sido feita durante o protesto, quando o índio teria sido “flagrado andando de skate com destreza na cidade”, e a destacar comentários irônicos dos seguidores do parlamentar na rede social.

Os dois exemplos só reforçavam a relação estabelecida entre a visibilidade e o reconhecimento defendida por teóricos como o psicólogo Fernando Braga da Costa, autor do estudo sobre homens invisíveis. Ele observou que o uso dos uniformes contribui para que os garis desapareçam do olhar público – vê-se o trabalhador, não se enxerga o indivíduo – os índios são uniformizados pela generalização superficial de sua representação nos produtos midiáticos. O índio *standard*, representado pela mídia, é fácil de se identificar: a exposição da pele, as pinturas corporais, os cocares de pena, os artefatos rudimentares religiosos ou bélicos são sinais identificadores totalizantes, que justificam a ignorância das características individuais, singulares e, portanto humanas daquele indivíduo.

Construiu-se, ao longo do tempo, uma gramática do olhar que acostumou o espectador a assistir à aparição daquela figura genérica, cuja individualidade está ausente e que não dispõe de repertório ou discurso próprios. Um ser quase estrangeiro, cuja alteridade é congelada pelos estereótipos e pelos preconceitos que a definem como categoria e não como pessoa. O que é a *estrangeiridade* senão a sensação de não pertencer aquele lugar, sentimento

¹⁰¹ A foto foi originalmente publicada pela Revista de História, da Biblioteca Nacional, em 2012, como uma das ilustrações de um artigo que discutia a condição do índio na sociedade atual. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/questionando-valores>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

¹⁰² Postagem disponível em: <<https://www.facebook.com/cbolsonaro/photos/a.510966975618753.1073741829.509607359088048/657618034286979/?type=1>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.diariodopoder.com.br/noticias/filho-de-bolsonaro-critica-indios-que-foram-as-ruas/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

de não estar ali, suspeita de não existir. O que é a *estrangeiridade* senão a convicção de que estamos sós ainda que no meio de muitos, a certeza de que não nos ouvem, a realidade de que não nos vêem”, questiona Costa.

As frases do autor encontram eco no estranhamento declarado daqueles que reclamam uma “indianidade” pura, congelada no tempo, condição a que se nega o direito de se atualizar, se modificar e se comunicar. A fluidez das identidades é, diante deste olhar embaçado, um falseamento do que é natural, daquilo que está cristalizado como natural, legitimado. Talvez esta defesa intransigente da imagem romântica do índio explique a opção pelo retrato anônimo – aquele que não fala, não interage e não envelhece, tal qual o Dorian Gray de Oscar Wilde. Dar voz ao objeto seria admitir sua humanidade e considerar legítimo o seu papel de interlocutor. Daí a recusa pela personagem singular, contextualizada, que legitimaria como sujeito aquele que se imagina como incapaz, atrasado e selvagem – ou, por outros olhos, esperto demais para fingir que é índio, mesmo não mais o sendo de verdade.

Este fenômeno também encontra paralelo nas estratégias de visibilidade propostas pelos próprios índios, que aprenderam, após anos de exposição involuntária, a trabalhar com esta perspectiva que, apesar de caricata, atrai para si os olhos de quem faz e consome notícias. Não é por acaso que se comportam como “parentes” sendo nativos de etnias e regiões diferentes do país, que partilham dos mesmos códigos de resistência e que se reúnem como categoria. Em uma mobilização como esta, de caráter nacional, cuja visibilidade é aguardada (e quase garantida) eles driblam a pouca atenção conferida às jovens lideranças (que estão à frente das negociações nas instâncias de poder do Legislativo, do Executivo e do Judiciário) atraindo os olhares para o prestígio já consagrado às lideranças tradicionais, como o líder pataxó Raoni Metuktire. Outra imagem que obteve boa repercussão na cobertura do protesto daquela terça-feira ilustra a situação (Foto 10).

Assinada por Maíra Irigaray, da ONG *Amazon Watch*, a fotografia traz a mais conhecida liderança indígena brasileira em primeiro plano, usando uma camiseta com a estampa de uma mão vermelha e os dizeres “Stop Belo Monte”, se afastando do fogo cruzado do confronto; também na cena, policiais militares e manifestantes são vistos em meio à fumaça – talvez resultado de bombas de gás lacrimogêneo – com o estádio Mané Garrincha ao fundo. Raoni é uma das poucas lideranças identificadas nominalmente pela imprensa e reconhecidas pela maioria dos brasileiros, graças ao destaque que recebeu por sua luta pelos direitos indígenas, desde o fim do século XX. Durante os dias de protesto em Brasília, ficou claro reconhecimento também é grande dentro do movimento indígena. Em diversos momentos, em todo o dia, muitos jovens indígenas o abordaram em busca de um registro ao

seu lado; muitas “selfies” foram feitas à sua revelia; quase todos os profissionais de imagem captaram alguma imagem sua. Mesmo com sua avançada idade e notória popularidade, ele se manteve altivo e presente em todas as manifestações – da manhã no STF ao fim do dia, em frente ao Mané Garrincha.

O registro de sua presença personifica o movimento, reforçando a legitimidade de suas reivindicações. Com sua luta reconhecida em todo o mundo, sua imagem ajudou a repercutir – principalmente no Exterior – as atuais lutas que motivavam os índios naqueles dias de mobilização. Mais uma vez, as palavras de Fernando Braga da Costa ajudam a descrever a força desta presença: “Uma fotografia é sempre uma maneira de ir além da fotografia. A pessoa que ali está – imagem impressa, figura estática, quase objeto (mas nunca objeto) – é como se novamente tomasse a vida a partir do instante em que sobre ela debruçamos nosso olhar”.

A Foto 10 foi publicada no blog da Mobilização Nacional Indígena, onde a APIB informava que seis indígenas, um fotógrafo da agência Reuters e um padre haviam sido feridos e três pessoas teriam sido presas. A entidade divulgou ainda um manifesto, onde repudiou “a violenta e despropositada ação da Polícia Militar do Distrito Federal, que reprimiu ato pacífico em que participavam cerca de 600 lideranças indígenas de todo o país”. Segundo as lideranças, o ato foi interrompido quando manifestantes “foram surpreendidos pela cavalaria com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, spray de pimenta e tiros de bala de borracha”, contrariando o acordo feito anteriormente que assegurava a chegada do protesto pacífico ao Estádio Nacional Mané Garrincha. O documento exigia “a apuração imediata dos abusos cometidos pela polícia”, considerados parte de uma estratégia de criminalização dos movimentos sociais e dos povos indígenas.

Foto 10 – O líder Raoni foge das bombas de gás, durante a manifestação



Fonte: Maíra Irigaray/Amazon Watch. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/en/node/3274>>. Acesso em 23 jul. 2014.

5.4 QUARTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2014

10 horas – A aparente tranquilidade na porta do anexo III da Câmara dos Deputados e o vazio encontrado no Auditório Nereu Ramos denunciavam uma mudança de planos na agenda da mobilização. Após a negativa repercussão dos confrontos entre manifestantes e Polícia Militar no dia anterior, foi cancelada a audiência pública que aconteceria naquela manhã, quando os índios se reuniriam com integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) daquela casa. A informação foi divulgada por telefone por Patrícia Bonilha, jornalista do CIMI e integrante do Comitê de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena. No gabinete do deputado Assis do Couto (PT/PR), presidente da CDHM, sua assessoria de imprensa explicou que os líderes do movimento estiveram reunidos até as 21 horas com o deputado, quando decidiram solicitar uma audiência com o presidente da Câmara, ainda naquela tarde. Enquanto aguardavam a decisão de Henrique Eduardo Alves, os índios decidiram participar de uma entrevista coletiva agendada pelos movimentos sociais que participaram do protesto, no dia anterior, para o começo da tarde na sede do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

13h45min – O auditório da ANDES, localizado na sede da entidade, no Setor Comercial Sul de Brasília, estava preparado nos moldes tradicionais de como acontecem as entrevistas coletivas. Uma mesa grande para os entrevistados, cadeiras dispostas em um meio círculo, de frente para a mesa, profissionais de imagem posicionados logo atrás de onde sentariam os repórteres. Enquanto chegavam mais profissionais, cinegrafistas e fotógrafos já captavam imagens em plano fechado dos entrevistados, numa “coreografia” semelhante a que se viu na Praça dos Três Poderes, no dia anterior.

Repórteres faziam suas primeiras anotações; integrantes do Comitê de Comunicação da Mobilização distribuíam informações; militantes dos movimentos sociais começavam a ocupar a mesa – alguns deles exibindo hematomas e curativos, marcas visíveis da “batalha” do dia anterior, incluídos dois índios, não identificados. Enquanto as câmeras faziam o escrutínio das “chagas”, sob a direção dos profissionais que as carregavam – solicitando que os “feridos” levantassem a roupa e girassem em torno de seus próprios calcanhares para obter a melhor imagem – era difícil não lembrar do sociólogo Ervin Goffman, quando disse “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano”¹⁰⁴. A maneira como posicionavam os corpos, sem perguntar-lhes o nome, corteses e frios como técnicos de radiologia, indicava uma relação desigual, onde a câmera desempenhava o papel do olho do poder (e sua possibilidade de tornar alguém ou algo visível) e o índio estigmatizado aquele que clama por atenção e reconhecimento – mesmo que através de suas chagas.

A cena de registro dos ferimentos provocados por estilhaços de bombas de gás e efeito moral e balas de borracha, com as câmeras apontadas para aqueles dois homens anônimos, ilustrava bem a passagem em que o teórico coloca: “Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de *normais*”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Goffman (1988, p. 14).

¹⁰⁵ Ibidem.

Foto 11 – Índio tem suas marcas registradas por fotógrafos e cinegrafistas



Fonte: Arquivo do autor.

Foto 12 – Índio mostra suas marcas durante coletiva de imprensa



Fonte: Oswaldo Braga de Souza/ISA. Disponível em:
<<http://www.mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

O procedimento dos jornalistas, com câmeras, celulares, gravadores e outros equipamentos nas mãos, também poderia facilmente ilustrar trechos da narrativa escrita pelo filósofo francês Michel Foucault sobre a disciplina como técnica de poder. Ele escreveu: “A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e

resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o *exame* como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, *classificatória*, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo”¹⁰⁶.

Assistia-se à prática do registro a serviço do acúmulo de saber e, indiretamente, da legitimação do poder, o poder da imagem (ou de quem gerencia a imagem). Curioso perceber que também havia entre os feridos ativistas de outros movimentos sociais¹⁰⁷. As imagens em *close*, no entanto, foram feitas apenas dos dois índios que estavam ali. Se antes à medicina e ao médico estava confiada a tarefa de definir o que era normal, pode-se arriscar que hoje esta tarefa de “normalização” é, pelo menos em parte, contribuição do trabalho, conhecimento acumulado e poder arregimentados pelos profissionais e instrumentos de mídia.

E não é de hoje que os índios são submetidos a este tipo de “análise” descritiva. No artigo que escreveu para a coletânea “Memória do SPI”, o cineasta Marcos de Souza Mendes descreve o procedimento do *Setor de Documentação* do Serviço de Proteção aos Índios, nos anos 1940, quando era comandado pelo cineasta alemão Heinz Förthmann. Nos planos de trabalho para 1942, ele dá orientações de como registrar o cotidiano dos índios: [...] *fotografias um por um, apresentando de frente, de trás e de perfil, inteiros e somente a cabeça [...]. Grupos de índios típicos caminhando, sentados, em palestra, no trabalho, pescando, caçando, dançando, lutando, [...]. Fotografias só das mãos, dos pés, dos rostos, modo de sentar e de andar, nadar etc...* (Grifos do autor)¹⁰⁸.

14h30min – A estratégia dos movimentos sociais em convocar a coletiva foi acertada. Havia um número considerável de repórteres presentes, entre eles profissionais de televisão (Rede Globo, SBT, Record, Band e TV Brasil), de grandes jornais brasileiros (*O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*) e um estrangeiro (o japonês *Asahi Shimbun*), de rádios (CBN) e de partidos políticos, além de ativistas de mídia livre, pesquisadores e sindicalistas. A participação dos índios não se resumiu à exibição das marcas corporais resultantes dos confrontos com a Polícia. Estavam representando a APIB o cacique Marcos Xukuru, de Pernambuco, e Kretã Kaingang, do Paraná, acompanhados de integrantes do comitê de comunicação da mobilização nacional, ativistas de mídias livres e pesquisadores que acompanhavam as atividades do ATL.

¹⁰⁶ Foucault (2004a).

¹⁰⁷ Estavam presentes representantes de Comitê Popular da Copa do DF, MTST, APIB, CIMI, Greenpeace, CSP-Conlutas, Juntos!, Rua Juventude Anticapitalista, Movimento Inversão, Movimento Honestinas, Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política do DF, Coletivo Baderna, Movimento Passe Livre, Coletivo Rodamoinho, Mídia Ninja, Conselho Regional de Psicologia do DF, ISA e CTI.

¹⁰⁸ Mendes (2011).

Kretã reafirmou a intenção pacífica da participação dos índios nos protestos do dia anterior, destacando que os confrontos são reflexo do que os índios enfrentam em seus territórios. Ele criticou os meios de comunicação que os acusaram de vandalismo – “Em momento nenhum foi nós (*sic*) que procuramos o confronto [...]. A gente veio aqui para garantir o nosso direito” – e sugeriu que o dinheiro gasto com a realização da Copa do Mundo poderia ser empregado para indenizar agricultores que ocupam Terras Indígenas. Ele comparou o momento atual à época da ditadura militar, afirmando que muitas lideranças estariam presas injustamente, apenas por se manifestarem em favor de seus direitos. Ele argumentou: “Para nós não existe democracia. Existe só retirada de direitos da Constituição de 88, onde nossos pais e nossos avós participaram pra garantir para nós, pelo menos dentro deste Estado brasileiro, que nós não seja invisível” (*sic*).

Ele considerou que há “um crime organizado” no Congresso Nacional, responsável por propostas que visam “mexer na Constituição” (fazendo uma referência à PEC 215) e reclamou que os indígenas ainda são vistos como selvagens. Para Kretã, o conflito reflete o que acontece nas terras indígenas quando as forças policiais utilizam bombas para expulsar os índios. “É uma guerra. Eu quero que vocês assistam uma reintegração de posse para ver o que acontece quando a Polícia Federal vai com todo o seu efetivo. O que aconteceu aqui não foi nada, não teve helicóptero nem cachorro”, descreveu. Ele responsabilizou a bancada ruralista por incentivar os conflitos entre índios e pequenos agricultores.

Marcos Xukuru iniciou sua fala explicando que a mobilização nacional acontece anualmente, em Brasília, quando os indígenas levam suas reivindicações com vistas a “pautar o Estado brasileiro”. Descreveu as ações organizadas até ali – o protocolamento da queixa-crime e a participação na caminhada – e lembrou as manifestações que aconteciam no país desde junho de 2013; citou os artigos da Constituição (231 e 232) que garantem os direitos indígenas, denunciando a campanha de criminalização das lideranças indígenas articulada por latifundiários, que “cria um clima de insegurança nas Terras Indígenas” ao incentivar a violência contra quem lá vive. “O Estado brasileiro não respeita nossos direitos”, afirmou.

Interessante observar a postura das duas lideranças frente a um grande número de repórteres, alguns deles representando exatamente as empresas que receberam críticas dos indígenas – o que foi motivo de algumas brincadeiras entre os profissionais. Kretã, Xukuru e os demais índios que estavam lá, no entanto, permaneceram extremamente concentrados na entrevista, aproveitando cada pergunta feita para divulgar a pauta de reivindicações e as atividades previstas. Durante todo o tempo que durou o encontro, todos ocuparam a mesa – inclusive os que nada falaram – numa clara demonstração de boa ocupação do espaço visível.

Também vale registrar como ficou visível o caráter “horizontal” (ou ausência de hierarquia formal) da organização da APIB: nenhum dos índios que ali estavam se apresentou textualmente como “líder”. Todos eles se colocaram como integrantes “da coordenação”, permitindo assim que todos falassem, e garantindo o mesmo grau de importância à fala de cada um, inclusive daqueles que não se identificaram. Essa aparente horizontalidade também permitiu que a articulação atuasse em mais de uma frente de luta no mesmo espaço de tempo. Enquanto terminava a entrevista, na sede da ANDES-SN, outro grupo já se mobilizava no Congresso Nacional, onde aguardava ser recebido pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN).

15 horas – Apesar da repercussão não muito positiva do primeiro dia de mobilização, o saldo até aquele momento era positivo para os indígenas. Enquanto uma comissão da APIB aguardava para ser atendida pela presidência da Câmara, centenas de manifestantes ocupavam o gramado à frente do prédio do Congresso Nacional, separados por um lago de um batalhão de seguranças que temia nova investida do grupo rumo à marquise. Mas o protesto seguiu tranquilo até a noite, sem registros de incidentes. Divididos em grupos aleatórios, eles literalmente ocupavam o espaço – alguns cantando e dançando, outros apenas sentados, segurando faixas. Uma equipe de reportagem de TV fazia imagens no local e uma equipe colhia ao vivo depoimentos de indígenas para a página do *Greenpeace* na rede Livestream¹⁰⁹.

15h30min – Quem estava do lado de fora do Congresso recebeu apoio do cantor Toni Garrido (vocalista da banda Cidade Negra) e da atriz e apresentadora Maria Paula (conhecida pelo seu trabalho no humorístico “Casseta e Planeta”, da TV Globo). Os dois, apoiadores da campanha de apoio aos indígenas Tamuaté-aki, organizada pelo movimento *Uma Gota no Oceano*¹¹⁰, eram esperados na entrevista coletiva, onde não apareceram; Em sua página na Internet, o movimento *Greenpeace* divulgou que Maria Paula acompanharia a comitiva e transmitiria a reunião, realizando entrevistas. As imagens feitas pela atriz não foram localizadas. Pelo telefone, a assessora de comunicação Nathália Clark informou, posteriormente, que as imagens foram divulgadas na conta que a ONG mantém no *Twitter*; no *Facebook*, o cineasta Kamikia Kisedje publicou fotos (Foto 13) em que lideranças posam com os dois artistas, postagem que foi “curtida” por 110 pessoas e compartilhada por 111 perfis¹¹¹. A presença dos dois artistas, no entanto, não rendeu – em termos de visibilidade, mais do que

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.livestream.com/greenpeacebr/video?clipId=pla_c6b4d152-7cc1-4268-97c2-4a3a4d2cd264>. Acesso em: 25 jul. 2014.

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.umagotanooceano.org/tamuateaki>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

¹¹¹ Números contabilizados até 25 jul. 2014, às 12h39min.

algumas notas em publicações sites e revistas especializados na cobertura do cotidiano de celebridades ou apoiadores da causa indígena.

Foto 13 – Maria Paula e Toni Garrido apoiam a manifestação em frente ao Congresso



Fonte: Kamakia Kisedje.

Contudo, do lado de dentro do Congresso, a pressão deu resultado: A comitiva de lideranças indígenas e mais 17 deputados federais foram recebidos pelo presidente da Casa, após articulação do deputado Assis do Couto (PT/PR), presidente da CDHM, assim informou matéria de Patrícia Soransso publicada na página da comissão, no site da Câmara dos Deputados¹¹². O texto – ilustrado pela Foto 14, que mostrava um número bem maior de parlamentares do que de lideranças indígenas – colocava o protagonismo de todas as ações nos deputados Assis do Couto e Henrique Eduardo Alves, ignorando qualquer declaração das lideranças presentes; de qualquer maneira, informava que o presidente havia se comprometido a colocar em votação a PEC 215 apenas se houvesse consenso entre as lideranças partidárias.

Mais uma vez – como ocorreu no episódio em que os índios ocuparam o plenário principal da casa – o presidente da Casa adotou um tom conciliatório, deixando evidente a sua preocupação com a manutenção da ordem. “Este é o caminho para chegarmos a um entendimento. Esta é uma casa democrática. É a casa do diálogo. Não é a casa do confronto.

¹¹² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/comissao-de-direitos-humanos-promove-reuniao-entre-liderancas-indigenas-e-presidente-da-camara>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Aqui ninguém vai ganhar nada no grito. Mas vai ganhar pelo debate e pelo diálogo”, disse Henrique Eduardo Alves. Ainda segundo o texto, após a reunião a comitiva também foi recebida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), que também teria se comprometido em não colocar em pauta a votação da PEC 215.

Foto 14 – Comissão de indígenas é recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados



Fonte: Patrícia Soransso/Câmara dos Deputados.

No site da mobilização, onde as atividades vinham sendo informadas com boa frequência, mesmo antes de os índios chegarem a Brasília, a notícia também foi publicada¹¹³, com ênfase no compromisso firmado por Alves: “Posso afirmar que enquanto eu estiver presidente só terá chance de ir à votação se tiver o consenso dessa casa. Precisa ser unanimidade”, registrou o texto. A matéria aprofunda melhor as questões levantadas e dá mais espaço para a voz das lideranças, construindo um diálogo mais equilibrado de fontes. Além do registro do encontro, o texto traz informações sobre o contexto da mobilização – incluindo-se uma a apresentação de um relatório que justificava a inconstitucionalidade da PEC 215.

A narrativa da APIB também cita o encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), com quem a comissão também discutiu o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 038, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, e os projetos de lei 1610 e 3571¹¹⁴. De acordo com o texto, o senador enfatizou seu compromisso em impedir que

¹¹³ Disponível em: <<http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2014/05/28/pec-215-nao-ira-a-votacao-sem-consenso-diz-presidente-da-camara/>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

¹¹⁴ Os projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam de questões indígenas estão listados em outra seção desta tese.

fossem aprovadas medidas que prejudicassem o grupo: “Não passarão”, teria afirmado. “[...] mais forte numericamente que possa ser a bancada (ruralista), eu digo a vocês que com a responsabilidade que eu tenho não posso ser instrumento de uma proposta que fere as nações indígenas”, teria dito Calheiros, informando que solicitaria informações mais detalhadas ao deputado federal Padre Ton (PT/RO), presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas.

Foi interessante observar esta disputa pela narração de um fato – a reunião entre lideranças e parlamentares. De um lado, a narrativa oficial, destacando o protagonismo do Legislativo – o texto informa que o encontro foi promovido pela CDHM, as fotos dão maior destaque aos parlamentares e nenhuma liderança indígena é ouvida; de outro, o relato dos indígenas, enfatizando os compromissos firmados, dando voz a lideranças – mais uma vez percebe-se alternância nos nomes, aparecendo falas de Sonia Guajajara, Lindomar Terena, Maurício Guarani e Raoni Metuktire – e deixando clara certa desconfiança quanto aos “bons propósitos” de seus interlocutores: Diz o texto: “Seja para arrefecer a verve dos povos indígenas em busca de seu direito constitucional às vésperas da Copa do Mundo e das eleições, ou seja para fechar um acordo honesto com eles, os presidentes das casas legislativas deram a palavra, selaram uma promessa”. Segue-se o comentário de Lindomar Terena: “Com um pé atrás vamos acompanhar”.

Uma disputa que pode ser observada durante todos os dias da mobilização, e ilustra algumas premissas que nortearam esta investigação. A primeira delas é que a comunicação, longe de ser uma mera operação de destinação (ou disseminação) de mensagens, configura-se mais como *conflito* – no sentido de que decorre do encontro de diferentes visões de mundo, como preconiza Muniz Sodré – e como *negociação de sentidos* pela legitimação do direito pela prevalência do seu modo de perceber e planejar a sociedade, como coloca Inesita Araújo. Cada um dos núcleos envolvidos – direta ou indiretamente, favoráveis ou não – com as questões levantadas pela mobilização (movimento indígena organizado, lideranças tradicionais, instituições parceiras, mídia, artistas, parlamentares, servidores e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e até a população em geral, quando mobilizada para os temas) disputaram, discursivamente, pelo poder de defender a sua verdade.

Isso ficou claro não somente nos produtos midiáticos que conferiram visibilidade aos acontecimentos daqueles dias em Brasília (nos meios de comunicação tradicionais e em seus espaços convergentes nas mídias eletrônicas), mas também nas postagens eletrônicas assinadas por instituições e pessoas que foram “afetadas” pelas discussões propostas pelos temas apresentados, nas conversas e nos sentimentos despertados a partir da presença física

dos índios na cidade. Não se usa aqui “afeto” à toa. Emprega-se no sentido de efeito emocional que uma causa possa despertar nos indivíduos. Sodré explica melhor: “*Emoção* deriva do latim *emovere*, *emotus* – donde *commuovere*. Infinito e passado verbais referem-se a um ‘movimento’ energético ou espiritual desde um ponto zero ou um ponto originário na direção de um outro, como consequência de uma certa tensão, capaz de afetar organicamente o corpo humano. ‘Emotus’ significa abalado, sacudido, posto em movimento”¹¹⁵.

Os discursos produzidos nos três dias refletiam os contextos que cada indivíduo e/ou instituição estavam inseridos – inclusive dentro da própria organização da mobilização. Dependendo de quem falava, em que momento e para quem estava falando, determinados aspectos eram iluminados e outros, silenciados; dependendo dos interesses e/ou comprometimentos envolvidos, determinadas vozes se faziam ouvir e outras eram silenciadas. A convergência de reivindicações não correspondia à uniformidade de discursos: o protagonismo pela cena – em especial a midiática, mas havia outras – era disputado a todo momento. A horizontalidade que se via na representação do movimento indígena, por exemplo, não encontrava correspondência exata na composição do comitê responsável pela comunicação, por exemplo.

O poder sobre a informação (em suas instâncias de produção, protagonismo, distribuição e circulação) era disputado e atribuído de acordo com as conveniências e proximidades de cada um dos assessores e de cada uma das instituições. Competência discursiva muitas vezes autoatribuída e justificada pela proximidade com as lideranças, intimidade com o tema, colocação institucional e competência profissional. À frente da tarefa de “intermediar” a relação das lideranças com a imprensa e demais órgãos e instituições, alguns destes profissionais/ativistas por vezes se portavam como proprietários das informações, mostrando-se desconfiados – e até incomodados – quando alguém “de fora” do círculo de conhecidos (pesquisadores que não trabalham diretamente com alguma etnia indígena, por exemplo, ou mesmo repórteres de veículos considerados “não simpáticos” à causa) ensaiava uma aproximação por conta própria com líderes ou ativistas indígenas.

Um minuto de silêncio! – Cabe aqui um parêntese: O silêncio também reflete posição em relação a algo, o lugar que se ocupa em determinada disputa. Não se pronunciar ou simplesmente ignorar uma mobilização que insere, no cotidiano da cidade e na pauta dos meios de comunicação centenas de índios, também reflete uma posição política, “diz” muito sobre quem cala, principalmente se o silêncio é protagonizado por pessoas ou instituições

¹¹⁵ Sodré (2006, p. 29).

diretamente ligadas às questões levantadas. Até aquele momento, segundo dia de atividades, não se viu qualquer pronunciamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Enquanto os índios apresentavam aos parlamentares suas demandas, a página da FUNAI no *Facebook* mostrava fotos da então presidenta da instituição, Maria Augusta Assirati¹¹⁶, do Secretário Antônio Alves (da SESAI) e do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, reunidos com indígenas na Terra Indígena Xingu, para tratar de questões relativas ao povo Kayabi. Isso se torna relevante na medida em que índios e policiais haviam se enfrentado em pleno Eixo Monumental de Brasília, com feridos de ambos os lados, e que lideranças legitimadas do movimento indígena estavam sendo recebidas pelas maiores autoridades do Legislativo brasileiro.

Não teriam sido afetadas as autoridades que representam uma fundação pública, cuja missão é “proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil”¹¹⁷? Sabendo-se que a Mobilização Nacional Indígena havia sido marcada com meses de antecedência, parece no mínimo negligente a postura da assessoria de comunicação da instituição, que publicava, no mesmo momento, uma foto onde a presidenta (Foto 15) aparece, sorridente, participando de uma dança ritual, a quilômetros de distância – na mesma cena também está o gestor da SESAI.

¹¹⁶ Maria Augusta Assirati Bolitreau pediu exoneração da presidência da FUNAI em setembro de 2014. De acordo com notícias veiculadas na Imprensa, ela deixou a pasta para se dedicar a um projeto de doutorado, em Portugal. Até 1º de outubro de 2014 a fundação não havia se pronunciado sobre quem a substituiria no cargo.

¹¹⁷ Missão institucional da FUNAI, conforme se vê em sua página institucional. Entre as atribuições, lê-se ainda: “Compete também ao órgão a estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas”. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

Foto 15 – A então presidenta da FUNAI e o coordenador da SESAI, em uma aldeia indígena



Fonte: Mário Vilela/Página da FUNAI no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Funaioficial/photos/pcb.301834633312549/301834466645899/?type=1&theater>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

Como colocou o antropólogo David Le Breton¹¹⁸, “o silêncio não é apenas uma certa modalidade de som, é principalmente uma certa modalidade de sentido”. Acompanhando o raciocínio do autor, a postura silenciosa é sempre ambígua, já que “seu conteúdo desenha, no fio do discurso, figuras carregadas de sentido: fecho, abertura, interrogação, expectativa, cumplicidade, admiração, espanto, dissidência, desprezo, submissão, tristeza etc. É imediatamente no limite dos assuntos a que se refere, uma forma de discurso para além da palavra”. Breton argumenta que, dando lugar a todas estas possibilidades, o silêncio coloca o homem na indecisão ou no mal-entendido. Naquela situação de crise, mais parecia que o silêncio era uma forma de oposição, de resistência organizada à mobilização. “Protesto passivo, mas poderoso, na medida em que nega qualquer reciprocidade com o outro, mata a linguagem na origem, recusando o seu reconhecimento pleno como parceiro no intercâmbio”, define o estudioso.

O silêncio também foi percebido no evento “Diálogos: Democracia e Comunicação sem Racismo, por um Brasil afirmativo”, que aconteceu no dia seguinte (29) em Brasília. O seminário, promovido pela Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República, tinha como objetivo “debater o quadro atual da Comunicação

¹¹⁸ Le Breton (1997, p. 12).

Social no Brasil no que diz respeito a diversidade e combate ao racismo, e discutir medidas que contribuam para que o país alcance uma comunicação mais plural e democrática, por meio do fortalecimento das mídias negras”, como divulgaram seus organizadores na página criada no Facebook. A programação, no entanto, restringiu as discussões às questões relacionadas às pessoas negras, sem qualquer menção aos índios – mesmo quando citadas as “populações tradicionais”, de acordo com informações fornecidas por uma pesquisadora que não quis se identificar. O silêncio aí – inclusive ante à cobertura dada pela mídia local e nacional dada aos acontecimentos – partindo de uma secretaria que tem como uma de suas finalidades a “formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos”¹¹⁹, se reverte de, pelo menos, indiferença.

5.5 QUINTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2014

10 horas – Já era grande a movimentação na sede do Ministério da Justiça, que desde as 8 da manhã havia sido tomado, no seu entorno, por manifestantes. Pelo blog, a mobilização divulgou, no início do dia, que mais de 500 pessoas cercavam o prédio, localizado no Eixo Monumental, bem próximo ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto. O objetivo do ato era solicitar uma audiência com o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, para que desse prosseguimento aos procedimentos de demarcação de Terras Indígenas paralisados em todo o país, assinando as 12 portarias que declaram a posse permanente dos grupos sobre áreas já identificadas pela Funai.

Segundo os manifestantes divulgaram naquela data, 37 terras indígenas se encontravam em situação pendente: além das 12 que dependiam apenas da assinatura da portaria declaratória, mais seis aguardavam assinatura de relatório circunstanciado na Funai, e outras 7 esperavam homologação da presidente da República¹²⁰. Também na pauta de reivindicações estava a rejeição do movimento à proposta do MJ em promover mesas de diálogo entre indígenas e agricultores que, na visão das lideranças, seriam estratégias para “ajustar” direitos constitucionais com os interesses do agronegócio.

¹¹⁹ Sobre a criação da SEPP/PR. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

¹²⁰ A lista detalhada com a situação de cada uma das 37 Terras Indígenas está disponível em: <<http://mobilizacaonacionalindigena.files.wordpress.com/2014/05/processo-de-terras-indc3adgenas.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

Naquela manhã, sob o sol impiedoso de Brasília, todas as entradas e saídas do ministério estavam bloqueadas por manifestantes. Lideranças se alternavam no uso do microfone ligado a um carro de som, estacionado em frente ao prédio, enquanto funcionários observavam a manifestação das janelas dos andares superiores; uma das faixas da avenida estava bloqueada, e um cordão de policiais se postava diante do prédio; à sua frente, um grupo de jovens índios se perfilava de mãos dadas; o clima, no entanto, era de tranquilidade, apesar do barulho ensurdecedor promovido pela mistura dos ruídos do trânsito com a amplificação em alto volume das palavras de ordem e dos cantos entoados em várias línguas indígenas.

A movimentação maior era na entrada principal do prédio, guardado por um grupo que dançava e cantava, mas os acessos laterais também estavam impedidos por manifestantes, assim com a entrada dos fundos – bloqueada por uma faixa onde se lia “Assina logo, Cardozo!” – e as saídas do estacionamento. O receio era que o ministro deixasse o prédio sem atender o pedido de encontro. José Roger Capello Duarte, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e Terezinha Maglia, assessora técnica do MJ, apareceram para negociar. Um acordo foi firmado, garantindo que o ministro receberia, às 15 horas, uma comissão com 20 representantes indígenas.

12 horas – Cerca de 300 integrantes do movimento quilombola que vinham em passeata do Palácio do Planalto se juntaram ao protesto dos indígenas, aumentando o número de pessoas em frente ao Ministério. Enquanto um grupo de guaranis cantava em uma das entradas laterais do prédio, seguranças conversavam com lideranças na outra e lideranças quilombolas declaravam seu apoio às reivindicações indígenas no microfone. Mais uma vez, o barulho era grande – funcionários observavam pelas janelas, alguns deles já saíam para almoçar. Integrantes do comitê de comunicação conversavam com repórteres, que aguardavam o desenrolar dos fatos; fotógrafos registravam a chegada de novos manifestantes. Naquele momento, manifestantes divulgavam uma nova coletiva de imprensa para as 16h30min, em frente ao Supremo Tribunal Federal, logo após a reunião com o ministro. Quilombolas também participariam da reunião.

16 horas – “Índios protestam e se acorrentam em frente ao Ministério da Justiça”, publicou na internet a *Folha de São Paulo*¹²¹; “Índios se acorrentam no Ministério da Justiça para cobrar demarcação de terras”, divulgou o portal de notícias Uol¹²²; “Cinco índios se

¹²¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461944-indios-protestam-e-se-acorrentam-em-frente-ao-ministerio-da-justica.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

¹²² Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/29/indios-se-acorrentam-no-ministerio-da-justica-para-cobrar-demarcacao-de-terras.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

acorrentam em frente ao Ministério da Justiça em Brasília”, informou o site da CBN¹²³. A ação que trouxe maior repercussão à mobilização, naquela quinta-feira, foi mais um instrumento de pressão, no momento em que o ministro tentava diminuir a comitiva para 12 pessoas, ao invés de 20. Os cinco índios se acorrentaram ao mastro da bandeira do Brasil e arriaram o pavilhão nacional a “meio-pau”, “para simbolizar o assassinato de várias lideranças indígenas nos últimos anos e o desprezo do governo pelos direitos indígenas”, diziam no blog da mobilização. Os manifestantes também exibiam faixas e cartazes – em uma delas se lia “Ministério da Injustiça”. As estratégias não passaram despercebidas pela imprensa, como registrou em fotografias Oswaldo Braga (Foto 16), assessor do CIMI.

Foto 16 – Índios se acorrentam em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília



Fonte: Oswaldo Braga/CIMI. Disponível em: <<http://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

16h30min – Após o impasse de quantas pessoas participariam da reunião, chegou-se ao consenso que 18 manifestantes seriam recebidos pelo ministro José Eduardo Cardozo, que recebeu das mãos da comitiva uma carta¹²⁴ com as reivindicações da mobilização. No documento, eles alegam que o governo Dilma “amarga o pior desempenho em demarcação de terras indígenas desde a Constituinte”, e exigem: a imediata publicação de todas as portarias

¹²³ Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2014/05/29/CINCO-INDIOS-SE-ACORRENTAM-EM-FRENTE-AO-MINISTERIO-DA-JUSTICA-EM-BRASILIA.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

¹²⁴ Disponível em: <http://mobilizaconacionalindigena.files.wordpress.com/2014/05/cartamj_mni.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2014.

declaratórias, despachos de identificação e delimitação, e decretos de homologação que se encontram paralisados; o fim da criminalização das lideranças e a imediata liberação de lideranças presas; a punição dos assassinos de lideranças indígenas financiados pelo agronegócio e de parlamentares que incitam ódio contra os povos originários, além da “desistência de todas as medidas genocidas que paralisam a demarcação das nossas terras”.

No último relato publicado naquele dia¹²⁵, o blog da mobilização informou que Cardoso se manteve inflexível diante das reivindicações apresentadas, e que seguiria implantando “mesas de diálogo” locais, envolvendo governos e produtores rurais, para discutir demarcações e que insistirá em alterar procedimentos demarcatórios. No texto, o movimento classificava a atitude do ministro como “eleitoreira” e registrava sua insatisfação com o resultado do encontro: “A reunião foi péssima porque o ministro não demonstrou que tem interesse em resolver nosso problema. Ele não quer se prejudicar com os ruralistas”, avaliou Sônia Guajajara, da coordenação da APIB, pelo telefone. Em nota, o ministro se limitou a afirmar que a “sua pasta está empenhada em encontrar soluções para as questões apresentadas por meio da mediação”.

20 horas – “Após reunião, índios declaram 'guerra' a ministro da Justiça”, publicou o site da *Folha de São Paulo*¹²⁶. Na matéria, lia-se que “frustrados, os índios que estavam acorrentados em um mastro com a bandeira do Brasil foram soltos e pintaram parte da bandeira com tinta vermelha, declarando ‘guerra’ ao ministro. ‘Por culpa dele, muitos fazendeiros vão morrer’, disse um dos indígenas”; *O Estado de São Paulo*¹²⁷ também investiu no tom belicoso ao repercutir a matéria: “Reunião de índios com ministro da Justiça fracassa em Brasília”, dizia o título. No texto, o repórter registrou o depoimento de Kretã Kaingang que teria “disparado” a seguinte frase “contra” o ministro: “Ele (Cardozo) é um mentiroso, não vamos aceitar quietos que retirem nossos direitos e passem por cima de nós. A partir de agora vai haver guerra civil no país”. A ideia de confronto e falta de diálogo é reforçada por uma galeria de oito fotos, onde manifestantes não identificados aparecem em postura agressiva (com correntes, apontando flechas para um carro) em claro contraste com a posição do ministro e da presidenta da Funai, sentados à mesa de negociação.

As notícias acima foram publicadas poucas horas após os representantes indígenas terem se recusado a continuar a reunião com o ministro, “detalhe” não informado por quase

¹²⁵ “Ministro indica que manterá suspensas demarcações de terras indígenas e insiste em mudar procedimentos”. Disponível em: <<http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2014/05/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

¹²⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1462213-apos-reuniao-indios-declaram-guerra-a-ministro-da-justica.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

¹²⁷ Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,reuniao-de-indios-com-ministro-da-justica-fracassa-em-brasilia,1173674>>. Acesso em 29 jul. 2014.

nenhuma das matérias que saíram na grande imprensa, embora relatado pelas lideranças na coletiva que se seguiu à retirada da reunião. Em seu perfil no *Facebook*, Uilton Tuxá, liderança da APOINME, comentou: “O sonho que virou pesadelo...” Ele informou na rede sociais que, após a fala das lideranças de cada região do país e o ministro ter se posicionado contrariamente às expectativas do movimento, a comitiva teria decidido deixar a reunião. Ele publicou: “Nós, lideranças representando a Mobilização Indígena Nacional, nos levantamos, pedimos licença ao ministro e saímos do auditório”. E concluiu: “Confesso que fiquei arrasado com o desdobramento da audiência, mas não podemos nos abater com isso, pois agora temos certeza de que o governo está de joelhos perante o agronegócio junto com a bancada ruralista, precisamos converter essa decepção em força e coragem para continuar lutando para avançar na luta, avante guerreiros e guerreiras”.(sic)

Outro minuto de silêncio – Merece aqui o registro de mais um momento de silêncio. Nenhuma das matérias que foram publicadas pela imprensa, nem posts gerados pela mobilização ou comentários nas redes sociais cita a FUNAI ou registrou qualquer declaração de algum servidor ou da sua presidência. Em contato posterior à mobilização, a líder Sonia Guajajara explicou que a presidenta Maria Augusta Assirati não chegou a se pronunciar durante a reunião que houve durante a mobilização – “Ela não teve nem tempo” – já que os líderes indígenas abandonaram o encontro antes que ela falasse qualquer coisa, e disse acreditar que o silêncio da instituição já era esperado: “A FUNAI não está com força para nada”, sentenciou. O silêncio, refletiu, é uma estratégia do MJ em esvaziar o poder da fundação.

5.6 REPERCUSSÃO

Em conversa telefônica posterior, a ativista Sonia Guajajara definiu o encontro com o ministro como “péssimo”, mas avaliou como positiva a mobilização. Para ela, os atos em Brasília geraram também respostas favoráveis ao movimento, no sentido de “atrasar” certos processos e diminuir a força de medidas que são ameaças à garantia dos direitos indígenas: “Conseguimos dar visibilidade às nossas questões”, salientou, lembrando que os compromissos firmados pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, frearam o avanço da PEC 215 (na Câmara), do PEC 038 (no Senado), além da Portaria 303, na AGU. Sonia também considerou positiva a repercussão que o movimento

recebeu da mídia, em geral. “Coisas negativas sempre vão ter. O importante é que conseguimos visibilidade”, reforçou.

A opinião de Sonia se torna relevante na medida em que se pode afirmar que ela foi uma das lideranças que mais recebeu atenção midiática durante os dias da mobilização. Se, na cobertura da mobilização, o cacique Raoni Metuktire foi o rosto mais identificado entre as lideranças tradicionais, Sonia foi a voz mais escutada entre os líderes do movimento. Foi a personagem mais midiática, na medida em que ocupou, nestes dias, um lugar de interlocução qualificado, no centro da arena discursiva. Presente em todos os momentos, era a liderança mais divulgada pela assessoria de comunicação do movimento, e também a mais requisitada a prestar declarações e fornecer informações pela própria imprensa. Ela foi quase sempre a personagem principal das coletivas, seu perfil na rede social *Facebook* se tornou polo de convergência de informações sobre a mobilização e, passados os protestos, foi considerada pela BBC Brasil “uma das maiores líderes do movimento indígena nacional”.

Na entrevista que concedeu¹²⁸, ainda durante a mobilização ao site da seção brasileira do canal de notícias do Reino Unido (mas somente publicada no mês de junho), Sonia fez duras críticas à gestão das questões indígenas pelo governo brasileiro, assim como alertou para o aumento do preconceito contra os índios no país. Criticou ainda o modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado e disse desconfiar do incensado “avanço” das políticas sociais. “Queremos indígenas nos espaços de decisão, mas com autonomia”, declarou, denunciando que os políticos desconhecem quem é o índio brasileiro.

Não se pode negar, no entanto, a força icônica da figura de Raoni¹²⁹, uma das poucas (se não a única) lideranças identificadas por nome e sobrenome entre aquelas que foram retratadas por matérias jornalísticas sobre a mobilização. Aos 84 anos, o líder da etnia caiapó, do Mato Grosso, é conhecido internacionalmente por sua luta pela preservação da Amazônia e dos povos indígenas. É um homem de porte altivo, que chama atenção pelo olhar incisivo e pelos adereços que viraram sua marca registrada: um cocar de penas amarelas, brincos e colares caiapós e o botoque (tradicional disco de madeira que mantém desde a adolescência no lábio inferior). Apesar de ter aprendido a língua portuguesa com os irmãos Villas-Bôas, quase sempre faz discursos enfáticos em sua língua materna, traduzidos pelo sobrinho Megaron.

¹²⁸

Disponível

em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140607_copa_indios_protestos_entrevista_rb.shtml>.

Acesso em: 29 jul. 2014.

¹²⁹ Para maiores informações sobre o líder indígena Raoni, consultar o *site* disponível em: <<http://raoni.com/atualidade.php>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

Líder reconhecido no país a partir da defesa da Amazônia nos anos 1980, Raoni alcançou notoriedade internacional em 1987, quando encontrou o cantor britânico Sting no Parque Indígena do Xingu. O cacique empreendia uma luta em favor da demarcação dos territórios caiapós, que estavam sendo ameaçados por invasões de terras de colonos, e era um dos maiores opositores ao projeto da barragem de Kararaô (mais tarde retomada com o nome de Belo Monte). Em 1989, acompanhou o músico em uma turnê por 17 países. Tornou-se a maior referência brasileira no exterior na luta de preservação da Amazônia e defesa das populações nativas, recebendo apoio de líderes internacionais como os presidentes franceses François Mitterrand e Jacques Chirac, além do rei Juan Carlos, da Espanha, o príncipe Charles, da Inglaterra e o papa João Paulo II, dentre outros. Sua vida foi tema de um documentário americano e de uma biografia, lançada na França em 2010.

Durante a Copa do Mundo no Brasil – data que coincide com o 25º aniversário de seu chamado a favor da proteção da floresta amazônica, lançado em 1989, ao lado de Sting – realizou, a convite da ONG Planeta Amazônia, mais um giro pela Europa (Paris, Bruxelas, Londres, Mônaco e Oslo) para chamar atenção para a proteção da Amazônia. Só na França, ele recebeu o título de cidadão honorário de Paris, foi comparado a Nelson Mandela e recebido com todas as honras na Assembleia Nacional, além de ter sido recepcionado pelo presidente François Hollande, e pelo atual presidente da Comissão Europeia, João Manuel Barroso. Denominada “Amazônia em Risco” a campanha empreendida pelo líder indígena conseguiu arrecadar quase 18 mil euros – cerca de 48 mil reais, que serão usados para construir uma aldeia caiapó na fronteira entre o Mato Grosso e o Pará, de acordo com informações publicadas pela rádio francesa RFI, em seu site em língua portuguesa¹³⁰.

Observar a repercussão que obtiveram, na mobilização nacional de maio, Raoni e Sonia Guajajara confirma a análise feita pela antropóloga Carla Teixeira, professora da Universidade de Brasília e integrante da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI) no Conselho Nacional de Saúde (CNS). Entrevistada para esta pesquisa, ela defendeu que a visibilidade dos índios aumenta na medida em que eles conseguem articular diferentes estratégias de atuação política, a saber: a participação das instâncias do controle social, a articulação nacional dos movimentos indígenas regionais, a atuação das lideranças tradicionais indígenas e a ocupação de espaços – mesmo que “ilegalmente”, na perspectiva do Estado.

¹³⁰ A cobertura completa da viagem de Raoni pode ser vista em: <http://www.portugues.rfi.fr/search/sinequa_search/RAONI%20Europa>. Acesso em: 29 jul. 2014.

Ao fim de três dias de mobilização em Brasília, os índios protagonizaram conflitos que os fizeram visíveis, produzindo sentidos diversos nos habitantes da cidade e em todos aqueles que foram/se sentiram “afetados” por sua presença. Ocuparam espaços, negociaram demandas e articularam politicamente em favor de suas reivindicações. Nas ruas, indicaram que interferir nas decisões políticas é algo que depende da *presença* – física e/ou virtual – dos indivíduos, da capacidade de transformar esta presença em visibilidade, e da possibilidade de utilizar esta visibilidade como instrumento de mobilização afetiva. Nestes tempos em que a valorização das imagens concorre diretamente com a razão, o *potencial criativo da visibilidade* deve ser observado e utilizado por todos os movimentos que se desejam protagonistas de sua própria história. Se mobilizar é articular pessoas, instituições e objetivos em nome de uma causa comum, é também afetá-las para que considerem com suas as lutas e as demandas que estão apresentadas. Mais forte que a racionalidade da justiça e do mérito é o chamado sensível do compartilhamento. Mobilizar é reunir, negociar, construir e compartilhar o sentimento de comunidade. E como articular tudo isso, se não pelo afeto?

6 ANÁLISE DE RESULTADOS

Ao procurar estabelecer as relações entre visibilidade e políticas públicas de saúde, tomando como referência as práticas e as políticas públicas referentes à saúde das populações indígenas, nesta tese optei por procedimentos metodológicos variados que possibilitaram a obtenção de resultados de distintas naturezas. Estes resultados são frutos do aprofundamento de questões teóricas relacionadas às áreas da Comunicação, da Informação e da Saúde, em suas interfaces, bem como advieram do acompanhamento de estratégias, procedimentos, práticas e efeitos do trabalho das organizações indígenas, entidades e instituições da sociedade civil, no que diz respeito à condução de políticas públicas para a população indígena.

Também integram este escopo elementos oriundos da análise da performance e da repercussão que algumas destas estratégias/ações/práticas obtiveram nos meios de comunicação, bem como as impressões obtidas na observação ativa destes atores (indivíduos, grupos, organizações indígenas) no espaço da Internet (sites, blogs e redes sociais) e no campo de intervenções sociais. Ainda como fonte de informações, deve-se creditar a valiosa contribuição dos depoimentos colhidos nas 15 entrevistas realizadas com políticos, gestores, técnicos, pesquisadores, ativistas e operadores do direito; a participação, como observador, de reuniões do controle social, de grupos de trabalho, seminários e congressos acadêmicos; a pesquisa ativa por documentos, relatórios e registros em bibliotecas, bancos de dados, sistemas de informação e comissões do Legislativo. De todas estas fontes emergiu significativo material empírico e teórico que ajudou a construir os resultados que serão apresentados a partir de agora e que também embasaram a discussão que lhe é subjacente.

Aproximação conceitual

Antes de passar aos dados, é preciso ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, os resultados partiram da concepção de algumas aproximações conceituais entre as formas de visibilidade e os campos teóricos com os quais se buscava relacionar. Deste exercício, relacionamos elementos, termos e conceitos que derivam dos mais variados tipos de visibilidade. Mais do que um exercício teórico, esta compilação serviu como ponto de partida para que o objeto empírico fosse melhor contextualizado. Parti da premissa de que discursos são práticas de intervenção social, donde se avaliou que forneceriam preciosas pistas para se

conseguir o que se buscava. Os diferentes tipos de visibilidade estão relacionados no Quadro 1, com suas respectivas redes semânticas.

Quadro 1 – Tipos de visibilidade

<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade físico-química – Visão, olhar, imagem, refração, difusão, reflexo, transparência/opacidade, translucidez, (des)aparecimento, luz, sombra, escuridão, ótica, lente, foco, miopia, cegueira, cores, prisma, incidência, (a)cromatismo, arco-íris, nitidez, difração, espectro, espelho, miragem, luminescência; distorção, invisibilidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Espacial – Ponto de vista, enquadramento, localização, registro, deslocamento, exposição, composição, disposição, aparecimento, desaparecimento, destaque, quadro, paisagem.
<ul style="list-style-type: none"> • Pública – Imagem, reconhecimento, relevância, proteção e fuga, anonimato, privacidade, camuflagem, disfarce, fantasia, exposição, preconceito, discriminação, estigma.
<ul style="list-style-type: none"> • Social – Identidade, pertencimento, participação, inclusão, compartilhamento, memória, registro.
<ul style="list-style-type: none"> • Processual – Acompanhamento, controle, eficiência, eficácia, economia, registro.
<ul style="list-style-type: none"> • Informacional – Números, dados, estatísticas, inquéritos, pesquisas, <i>surveys</i>, políticas públicas.
<ul style="list-style-type: none"> • Midiática – Repercussão, opinião, divulgação, exposição, imagem, público, privado, manchete, chamada, destaque, publicidade, propaganda, anúncio.
<ul style="list-style-type: none"> • Vigilância – Observação, diagnóstico, exame, tratamento, monitoramento, privacidade, controle, poder.

Fonte: Elaboração própria.

Das práticas indígenas de visibilidade

Os termos derivados de alguns dos tipos/formas de visibilidade foram essenciais para que eu conseguisse descrever e me aproximar das práticas de mobilização e comunicação articuladas por indivíduos e grupos sociais indígenas (incluindo aquelas assinadas por parceiros políticos) que produzissem a aquisição, a articulação e/ou a manutenção da visibilidade. Desta compilação, estruturada aos moldes de um sumário, resultou o esquema teórico que reúne cenários, estratégias e instrumentos utilizados pelos índios na gestão das visibilidades, que está demonstrado no esquema teórico elaborado no Quadro 2.

Quadro 2 – Estratégias e/ou instrumentos utilizados pelos índios na gestão das visibilidades

Manifestações organizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Atos • Vigílias • Ocupações/invasões • Acampamentos • Intervenções em eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Obstruções de vias públicas • Sequestros/prisão de dirigentes • Greves/greves de fome • Encontros com autoridades • Passeatas, marchas, caminhadas
Campanhas e documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Virtuais • Publicitárias • Abaixo assinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartas e documentos • Queixas crime
Publicações	<ul style="list-style-type: none"> • Jornais e Revistas • Livros • Panfletos 	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais educativos • Pesquisas/inquéritos • Trabalhos acadêmicos
Citações jornalísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncias • Reportagens • Notícias • Charges 	<ul style="list-style-type: none"> • Efemérides • Perfis e biografias • Artigos/editoriais
Manifestações identitárias/étnicas/culturais/artísticas/religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Rituais • Pinturas • Culinária • Indumentária • Comércio de artefatos 	<ul style="list-style-type: none"> • Processos terapêuticos • Danças Missas/Romarias/Migrações • Linguagem (topônimos e demais termos indígenas inseridos à língua portuguesa)
Representações audiovisuais	<ul style="list-style-type: none"> • Exposições • Filmes e vídeos • Documentários • Mostras fotográficas 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em programas de entretenimento (TV) • Comercialização da imagem
Controle social e participação política	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão • Denúncias • Conselhos • Assembleias • Conferências • Reivindicação • Cobrança • Entidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação • Formulação • Fiscalização • Acompanhamento • Negociação/Lobby • Congressos, seminários, colóquios • Atividades eleitorais e partidárias • Gestões junto aos poderes públicos

Fonte: Elaboração própria.

Antes de apresentar se há impactos gerados por estas práticas de produção de visibilidade para as populações indígenas na condução das políticas destinadas à garantia da sua saúde – com atenção especial para a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e à condução do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, apresentaremos algumas considerações sobre comunicação e gerenciamento de visibilidade dos povos indígenas, a partir da fala dos entrevistados selecionados.

Elementos promotores da visibilidade

Diversos elementos, ações e situações diversos foram relatados pelos entrevistados como preponderantes para a produção de visibilidade para os povos indígenas, mas é preciso que se esclareça que estes variaram de acordo com seus contextos de fala e de onde situaram essa visibilidade. A grande maioria das pessoas escutadas – e a estimativa se confirmou, durante o trabalho no campo de pesquisa – associou diretamente a palavra “visibilidade” à divulgação de imagem positiva nos meios de comunicação tradicionais – impressos e televisivos – mesmo que, durante sua fala, tenham relatado e situado a visibilidade em outros contextos, como a cena política ou as instâncias do controle social, por exemplo.

Em relação aos meios de comunicação tradicionais, observou-se que a visibilidade indígena é conquistada através da veiculação de imagens que mostram características consideradas “identitárias” ou “étnicas” – traços físicos, a indumentária, aspectos culturais e seu caráter “exótico”. O Quarup, ritual de homenagem aos mortos ilustres celebrado pelos povos indígenas da região do Xingu, por exemplo, foi citado como um evento que exerce grande apelo imagético, e por isso mesmo reúne, todo ano, repórteres e cinegrafistas que vão ali em busca de belas imagens. A presença de líderes tradicionais como o caiapó Raoni Metuktire também foi lembrada como garantia de atenção por parte da imprensa e do público em geral, graças à força de sua imagem tradicional (o que também podemos verificar no trabalho de campo).

A produção de imagens de boa qualidade técnica, contendo esses elementos, é considerada estratégica na conquista de espaço nos meios de comunicação, inclusive quando estas não ilustram informações relevantes do ponto de vista jornalístico, indicou, com bastante ênfase, um técnico da Funai, responsável pelo departamento dos índios isolados – setor da instituição que mais recebe a abordagem de profissionais da mídia. O ineditismo e a exclusividade tornam essas imagens ainda mais valiosas, precisou, indicando que o interesse maior é justamente por imagens quem mostrem aqueles índios que menos aparecem. Disse ele:

É, na verdade, a grande mídia, ela está sempre atrás de grandes imagens e de imagens inéditas. [...] Sempre. É uma característica, pelo menos da forma como a gente identifica a mídia, sim. O jornalista, ele gosta... Qualquer editor, editor do Jornal Hoje, editor do Fantástico, os editores são os caras que mandam. O que eles vão estar perguntando pros seus repórteres? “Você tem uma imagem boa?”; tem uma imagem boa; “Ela é exclusiva?”, ela é exclusiva; “Ela é de índios isolados?”, é de índios isolados. “Olha o que saiu

aqui, deu essa repercussão... então é nossa. Com isso aí, tenta exclusividade, tenta não sei o que...” [...] É garantido. Você pode falar a pior baboseira [...] Pode falar “Esse aqui é o índio do pinto azul, entendeu?! Vai sair aquela porra, porque a imagem é exclusiva e porque é de índios isolados [...] É imagem exclusiva, nunca foi mostrada pra ninguém, pronto! (Carlos Travassos, Coordenador geral de índios isolados e de recente contato da FUNAI, Brasília, 2013).

Mesmo com a reconhecida força crescente das redes sociais, a mídia tradicional ainda se constitui no foro privilegiado da produção e instalação da visibilidade, na visão da maioria dos entrevistados. Isso se amplifica quando profissionais reconhecidos do grande público (principalmente os que atuam na televisão), não militantes das causas indígenas, se aproximam da temática. A série de reportagens que a jornalista Mirian Leitão fez, em parceria com o fotógrafo Sebastião Salgado, para o jornal carioca O Globo, sobre a situação dos índios Awá, no Maranhão, também foi lembrada como um exemplo que trouxe boa repercussão para as demandas indígenas. As belíssimas imagens *inéditas* de Salgado emoldurando o *inédito* encontro da jornalista-celebridade com os índios isolados. Tudo *exclusivo*. Visibilidade garantida.

Um outro aspecto bastante comentado pelos entrevistados como responsável por obtenção de visibilidade midiática dos índios foram as situações que demonstram as vulnerabilidades destas populações para a sociedade, ou quando estas são expostas a conflitos (principalmente aqueles que ultrapassam as questões locais e atingem outros setores da sociedade); também quando há denúncias relativas a corrupção e/ou desvios de verbas destinadas às políticas públicas. Índices de saúde e de educação precários, situações de exposição à violência, disputas por terra, embates com ruralistas e críticas aos grandes empreendimentos foram temas identificados como mobilizadores, no sentido de que despertam interesse e geram pautas jornalísticas, envolvendo outros setores sociais; os altos índices de suicídios entre índios, a presença de trabalho escravo indígena e, de forma mais contundente, a divulgação da situação dos Guarani Kaiowa (os três exemplos, no Mato Grosso do Sul) foram temas lembrados como exemplos, nos comentários.

A articulação dos índios com comunicadores, canais e ferramentas com as chamadas “mídias alternativas” (denominação utilizada pelos entrevistados para se referir a diferentes espaços, veículos e narrativas não classificadas como tradicionais, como a atuação nas redes sociais, blogs e sites, a cobertura feita pelos militantes que atuam no sistema de *LiveStream* – também conhecido como Mídia Ninja) também foi identificada como elemento que favorece a produção de visibilidade para populações indígenas e demais grupos considerados “minorias”. Disse o representante da SESAI: “Os mais jovens, essa liderança mais jovem, hoje estão

usando com muita força a comunicação nas redes sociais como um elemento de assegurar um reforço à sua visibilidade. Eu percebo que a tendência é: eles vêm se preparando pra isso, vêm buscando seus espaços”. (Antônio Alves, gestor da SESAI, Brasília, 2013).

A ativista Sonia Guajajara também citou a parceria que há entre movimento indígena e a militância da informação (a maioria é de jovens, que transmitem horas de manifestação, em tempo real, por meio de câmeras e telefones celulares, sem formação acadêmica em jornalismo), ressaltando os laços de confiança que os unem:

Hoje a gente pode contar, assim, um pouco mais com as mídias alternativas, eu acho. As redes sociais têm contribuído muito pra questão indígena, mas a mídia mesmo formal, a mídia aí oficial não ajuda. Não ajuda. Eles sempre tentam colocar, assim, a inversão dos fatores. Sempre eles tentam colocar de forma negativa pra gente. A gente não pode... confiar muito não. (Sonia Guajajara, coordenadora da APIB, Brasília, 2013).

A antropóloga Carla Teixeira também se referiu à capacidade de articulação dos índios com seus possíveis parceiros e aliados políticos. Para ela, eles já compreenderam a lógica que produz visibilidade e utilizam muito bem seus mecanismos para atrair os holofotes em sua direção.

Eu diria o seguinte: eu acho que eles, ao longo desses 25 anos de Constituição, e eles tiveram uma atuação importante com seus aliados na Constituinte, vários antropólogos, vários sanitaristas, históricos e tudo, eles vieram, ao longo dessas décadas, aprendendo a conhecer o que nós consideramos legítimo — nós, sociedade abrangente, não indígenas — num indígena. O que é que nos sensibiliza numa apresentação, no modo de falar, no tipo de discurso, que argumentos [...] Eu tenho acompanhado a participação desde 2006 e eu te digo: eu vi o quanto que eles cresceram na força argumentativa e nos esforços políticos, e nesse aprendizado, eu acho que eles conseguiram crescer também na apresentação de si. Eles sabem se apresentar. Então, por exemplo, eles sabem quando usar as indumentárias tradicionais, quando que isso tem impacto, quando portar um arco e flecha, quando colocar uma borduna na mão e quando colocar um terno, um sapato social, uma calça de tergal, o quanto que isso é importante, se apresentar como alguém que domina os nossos códigos e quando se apresentar como alguém que tem códigos próprios e que, enfim, exige respeito a esses códigos. Então, nesse sentido, eu acho que eles aprenderam muito a saber se apresentar... A gente tem uma expressão na sociologia que é a *self presentation*, que é muito mais do que a apresentação de si como sujeito moral de um contexto político. Eu acho que isso eles sabem fazer, sim [...] Eles filmam a si, eles se veem, eles aprendem a construir roteiros [...] Isso tudo vai nos dando elementos de retórica, de postura corporal, né? Essa ideia do estrategista, aquele que antecipa o resultado de suas ações, “vamos fazer isso porque isso tem potencial de gerar aquilo”. Claro, erram eventualmente, como todos os atores políticos estão sujeitos a esse risco, mas eu acho que cada vez eles se arriscam menos nessas ações (Carla Teixeira, Brasília, 2014).

Identificou-se a quase unanimidade de que as ocupações territoriais (seja no ambiente agrário, seja no contexto urbano), de espaços e prédios públicos, temporárias ou permanentes, são a estratégia que mais mobiliza a atenção da sociedade em relação às questões indígenas, já que pauta os meios de comunicação e, também, amplia as possibilidades de escuta por parte das instâncias de poder. Tal ideia foi confirmada nas investigações do campo, na pesquisa documental e no acompanhamento informal que fiz da mídia, nos últimos quatro anos. Com a voz, a presidente da APIB:

É [...] Acho que durante muito tempo a gente tentou discutir ou conseguir apoio, ou conquistas, por meio de documentos, de conversa, e tudo. Mas, ao longo de toda a história, a gente tem percebido que se somente documentar e pedir por meio oficial, não tem resolvido muito. Então, acho que a forma mais comum que a gente sempre adotou foi a questão mesmo das manifestações, das pressões por meio de interdições, seja de estrada, seja de ferrovia, ou mesmo das ocupações. (Sonia Bone Guajajara, ativista, coordenadora da APIB, Brasília, 2013).

A maneira singular como os índios ocupam estes espaços públicos se constitui, também, em estratégia de atrair a atenção para suas demandas, observaram alguns entrevistados. A indumentária que particulariza a imagem, a postura que assumem ao participar de reuniões com protocolos estabelecidos (ora acatando, ora se impondo diante de convenções comportamentais) tudo contribui para marcar sua presença e estabelecer a diferença. Um parlamentar classificou como positiva a estratégia.

Agora a forma como o índio também se manifesta, ele faz a mobilização. Fizeram a mobilização aqui, ocuparam o Plenário e não quebraram nada. Por exemplo, fazem, usam [...] Você vê, eu fiquei lembrando [...] Quando alguém falava que os índios...que agradavam a eles, eles faziam um barulho assim. O índio não bate palmas, ele usa algo para balançar e faz um barulho e grita, usa a voz e usa algo que estão balançando. Eles chamam a atenção pela sua mobilização, eles entram e ocupam, ficam até o final numa audiência pública. Não saem [...] A forma dele se manifestar, eles chamam atenção, acho que por ser diferentes, por não vestir roupas como nós. Eles sempre se pintam, usam penas, o seu jeito de ser acaba chamando a atenção, porque é algo diferente (Deputado Padre Ton, presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas da Câmara Federal, Brasília, 2013).

Um relato específico chama atenção neste aspecto. Atualmente coordenador da Rede Povos da Floresta, que reúne comunidades indígenas em torno das novas tecnologias da informação, Ailton Krenak participou ativamente da elaboração da Constituição de 1988. Em 1987, ele integrava a Coordenação Nacional da União das Nações Indígenas e participava da Assembleia Nacional Constituinte, quando foi escolhido para fazer uma fala de 10 minutos

quando defenderia o “Capítulo dos Índios”, que trata dos direitos dos índios na Constituição. O relato empolgado que Krenak fez do episódio vale a pena ser reproduzido, pelo impacto que causou naquele momento e por resgatar historicamente um momento em que a voz de um indígena foi determinante na condução dos trabalhos que resultaram na Constituição de 1988:

“[...] Me botaram a gravata, me fantasiaram todo, eu todo descabelado, e “não, arruma esse cabelo, cara! Arruma esse cabelo, você não pode chegar lá com esse cabelo”. Aí, as meninas do gabinete do Fabio Feldman, “vem cá, vem cá, vem cá”, foram lá, tiraram os trecos delas, me arrumaram todo, me alinharam, me deixaram todo bacaninha, falaram “cara, você vai arrasar! Pode ir lá”. Eu peguei e falei assim: “escuta, o que é que vocês usam para pintar, pintar olho?”, aí elas “que cor?”, eu falei “preto, tinta preta”, aí elas “o que você quer fazer”, eu falei “não, eu não quero me pintar agora, eu quero que vocês me deem um potinho com alguma coisa, com uma quantidade dessa tinta que vocês usam”. Fuçaram lá, as meninas mexeram lá e acharam, rapaz, nas bolsas delas — umas três secretárias tiveram que se juntar —, e pegaram um bastão que se chama kajal. Você já viu? Se você apertar ele assim [...] Ele é um bastão, mas se você fizer isso aqui, ele vira uma pasta. Aí, elas pegaram esse kajal delas e juntaram [...] Olha que generosidade! Porque as meninas, para liberar o kajal, só com muita consideração. Pegaram o kajal delas, pegaram um potinho de creme, despejaram os bastõezinhos todos de kajal naquilo e falaram “o que você vai fazer com isso?”. Eu falei “me aguardem!”. Aí, tampei aquele treco e botei no bolso do paletó, cara, e entrei, já estavam chamando, “é a sua vez”, e tal. Desse jeito que eu estou contando para você, eu falei “eu não sei se eu vou poder usar isso, mas se eles vacilarem, eu vou mandar essa”, entendeu? Porque o meu emocional já estava tão confrontado por aquela situação, que eu dizia o seguinte: “nós não temos chance nenhuma”, entendeu? Igual aquela “minorias não são ouvidas”¹³¹. E eu sentia o que estava rolando ali, eu falei “esses caras não vão nem me ouvir. Dez minutos? O que é que eu vou falar com dez minutos?”, tudo isso na minha cabeça. Aí, eu chego lá, senti a cena, vi aquela bagunça ali, a hora que eles disseram que “o representante das minorias, da comissão das minorias, dos negros, dos portadores de deficiência, e tal, tal, tal, da comissão X, e tal, terão agora dez minutos para fazer a defesa da sua proposta aqui”, eu subi no púlpito, subi o palanque, lá em cima tem o púlpito, a mesa do presidente da casa aqui assim, ele deu uma chamada no microfone para ver se todo mundo ouvia e fez um gesto para mim. Ele fez um gesto para mim e eu falei “boa tarde” para os senhores. Ninguém ouviu, eles continuaram na maior balburdia, só alguns fotógrafos e cinegrafistas que estavam ali embaixo estavam meio que prestando atenção no que eu estava fazendo. Aí eu fiz a... Agora você me deu a excelente oportunidade de mostrar que eu fiz essa fala inteira sem ninguém me ouvir¹³². A hora que eu cheguei aqui, nesses três últimos parágrafos, eu falei “eles não vão me ouvir mesmo”, eu enfiei a mão no bolso, tirei aquela coisinha de tinta preta, enfiei a mão nela assim e passei no meu rosto. A hora que eu fiz isso, todas as câmeras que estavam lá embaixo, os fotógrafos todos fotografando, os caras que estavam fazendo bagunça pararam... Porque

¹³¹ Quando fala “Minorias não são ouvidas”, Krenak se refere a uma matéria publicada no Jornal do Brasil, dias antes do discurso, cujo título era “Minorias não atraem público”.

¹³² No momento da entrevista, era a primeira vez que Krenak lia a transcrição do discurso histórico que fez, 25 anos antes, e se emocionou ao perceber que só foi realmente escutado nos últimos três parágrafos. A íntegra do discurso está nos anexos desta tese.

eles são assim: câmera e flash é para autoridade, tipo chegou Ulysses Guimarães, chegou o presidente, chegou alguma figuraça. A hora que eles escutaram aqueles flashes todos, eles olharam quem era a figuraça que estava chegando. Já estava lá, era eu mesmo, pintando a minha cara de preto. Continuei. Radicalizei no gesto. Em vez de eu fazer só isso, eu fiquei esfregando aquela tinta preta na cara. Fui falando, quando eu terminei dizendo aqui... “Palmas prolongadas”, entendeu? [risos] “O orador é cumprimentado” e o escambau, daqui para frente foi show! Aí, quando eu terminei dizendo assim, ó: “o povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de hectares do Brasil. Vossas excelências são testemunhas disso.” A hora que eu terminei isso, cara, a casa inteira (imita o ruído de uma plateia), a maior algazarra do mundo. Aí, o resto da sessão foi aquele assunto. (Ailton Krenak, Belo Horizonte, 2014).

A repercussão do gesto de Krenak ultrapassou as páginas da imprensa brasileira e ganhou notoriedade internacional. Contou ele:

[...] no dia seguinte, todos os jornais deram manchete com foto minha. Eu virei capa do Jornal do Brasil, capa da Folha, nas bancas, eu passava e via minha cara nas bancas de revista que, aliás, é uma sensação muito esquisita da primeira vez. Acho que depois você fica cínico, né? Eu acho que as pessoas ficam cínicas depois e nem prestam atenção [risos]. A primeira vez que você vê isso, cara, dá uma coisa na gente! Foi incrível, cara, a repercussão internacional! Eu acho que até 1995, 1996 eu continuava dando entrevista para tudo quanto é correspondente sobre aquilo, e nós também inspiramos a Constituinte do México depois, da Colômbia, do Equador, onde o movimento indígena de lá e os parlamentos de lá tomaram o Brasil como... Imagina! O debate no Brasil repercutiu na política para povos indígenas na América Latina, inclusive do México. Vi gente que estava fazendo mestrado, doutorado no Brasil para pesquisar o que é que tinha acontecido no Brasil. O que é interessante é que se o Brasil fez essa parábola de final do século, depois o Brasil não continuou fazendo o que a Venezuela, o que a Bolívia, o que o Equador fizeram, que é de avançar para o estado de reconhecimento de que são Estados plurinacionais. (Ailton Krenak, Belo Horizonte, 2014).

Difícil precisar, hoje, qual foi o verdadeiro impacto da fala de Krenak na construção da Constituição Cidadã, que dedica um capítulo inteiro aos povos indígenas. O episódio, no entanto, estabelece um bom nível de comparação para as ações mais recentes protagonizadas pela Mobilização Nacional Indígena, em 2013, que também movimentaram o Congresso Nacional, renderam boas capas de jornal, foram tema de documentário e alavancaram discussões importantes no cenário político nacional. O episódio histórico também é ilustrativo para que não percamos de vista a importância que adquirem os contextos (pessoais, institucionais, situacionais, históricos e políticos, entre outros) que conformam a narrativa de cada um dos entrevistados, situando e enquadrando sua opinião nos limites do que lhes é permitido ver – e, muitas vezes – falar. Promover visibilidade é editar contextos.

Gestão das visibilidades

Ter em mentes estes contextos é imprescindível para entender as declarações que foram dadas em relação aos aspectos positivos e negativos da visibilidade. Quando os holofotes são favoráveis para os índios e quando não o são? Ficou claro, diante da posição manifestada pelos entrevistados, que isso depende do lugar de interlocução de quem se sente afetado pela situação e, também, das condições de produção desta visibilidade. Vejamos alguns relatos de parlamentares e gestores:

Eu acho que, é claro, ela é positiva quando se reconhece os direitos daquela população, e ela é negativa quando se criminaliza aquele povo. Um exemplo, uma manifestação dos índios... Por exemplo, vão fechar uma estrada porque vai entrar aí um grande projeto e a entrada daquele projeto pode trazer complicações para aquela comunidade indígena. Então, se os índios fazem uma manifestação, depende muito da forma como essa notícia passa. Você pode passar notícia dizendo que os índios estão lutando pelos direitos deles, aí você passa uma visão positiva, de organização, como você pode passar uma notícia dizendo que os índios estão atravancando, atrapalhando, e aí passa uma visão negativa da atuação deles. Então, depende muito da forma como isso é mostrado (Senadora Ana Rita, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado, Brasília, 2014).

Eu acredito que ela acaba se tornando positiva porque é sempre de denúncia. É negativa pro governo brasileiro, mas é sempre uma imagem de denúncia. Quando ela abre o espaço, abre o espaço de denúncia, de apoiar a luta dos povos indígenas. Eu até acho que muito mais do que o próprio governo [...] Sim, é negativa, por exemplo, quando a imprensa foi levada pelos ruralistas pra Roraima. Eles fizeram uma propaganda negativa e a imprensa foi paga (passagens, estadia). Fez uma propaganda negativa, de que os índios não conseguem viver sobre a terra, que demarcaram aquela terra... A propaganda negativa é aquela os índios estão na cidade, estão nas favelas, que não produzem. Essa propaganda é negativa porque é um mau entendimento. Há propaganda negativa também quando não entende que a terra é de todos nós, não é só dos índios, né? Não entende que o índio tem direito ao usufruto, à caça, à pesca, e que o índio [...] Nós temos índios nômades, há propaganda negativa quando dizem que os índios são estrangeiros, essa é a propaganda negativa, que tem índios que são paraguaios, bolivianos, venezuelanos e que não são brasileiros (Deputado Padre Ton, Brasília, 2013).

Até em função deste olhar discriminatório, dessa não compreensão da importância que tiveram – eram os primeiros habitantes da nação, muitos de nós temos vários, provavelmente, traços do nosso DNA que têm a ver com nossos... com eles, como esses primeiros habitantes –, em função deste processo, eles utilizam uma ação até buscando ampliar essa visibilidade, e isso acaba voltando contra eles próprios, que são... [pausa] Quando alguém não é enxergado, ele busca toda forma de se fazer visível, e uma das formas que eles usam são ou as ocupações dos prédios públicos, as obstruções das estradas, apreensão de determinados trabalhadores (que são os veículos

ligados à administração pública) que é uma forma de chamar atenção. Mas isso acaba voltando contra [por] que a população acaba vendo-os como baderneiros, como violentos, como... Então, é tipo uma faca de dois gumes: eu busco me mostrar, uso a metodologia que me faz aparecer, mas quando eu apareço em função dessa ação, eu recebo mais reação de discriminação do que de apoio. Então, é a forma que eu estou vendo esse processo. (Antonio Alves, gestor da SESAI, Brasília, 2014).

E das lideranças indígenas:

Olha, é... É bem... às vezes isso daí é uma faca de dois gumes pra gente, porque às vezes aparece, e quando a gente defende, por exemplo, agora, essa questão da defesa do direito, da defesa da Constituição Federal, essa questão da preservação ambiental, a gente consegue trazer outros apoiadores também pra nossa causa — porque a questão ambiental não é somente uma questão que diz respeito aos povos indígenas, mas tem também os ambientalistas que abraçam isso, não porque defende os indígenas, mas porque defende a questão ambiental. Mas a gente consegue agregar. Então, quando a gente consegue dar visibilidade pra uma questão que abrange outros setores, outros segmentos, aí a gente consegue um... assim, uma sensibilidade maior da sociedade, né? E muitas das vezes, a mídia age muito contra a gente também, porque mesmo quando a gente tá pautando direitos, mas as vezes a mídia tenta retroceder, aliás, inverter a história tentando colocar a sociedade contra a gente. Isso acontece muito. (Sonia Guajajara, Brasília, 2013).

Eu penso que essa visibilidade é sempre negativa, porque no que há de positivo não existe interesse da parte dessa sociedade colonialista. Qual é o colonizador que vai querer destacar o que é positivo no elemento que ele quer colonizar ou que ele precisa subjugar para justificar essas ações colonialistas, para justificar tudo o que se faça para remover o nosso povo como um empecilho? Então, eu, infelizmente, não consigo enxergar, até o momento, nada nesse sentido. Existem lá uma ou duas revistas ligadas na questão de movimentos da Igreja Católica, sobretudo, alguma coisa na Funai, mas ambos passam por um crivo ideológico desses dois órgãos. São positivas num certo sentido, mas em outro, sai mais ou menos aquilo com que esses órgãos concordam. (César Xakriabá, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) de Altamira/PA, Brasília, 2014).

Acho que, na minha visão, é quase toda negativa, né? A imagem é negativa, porque ele passa a aparecer sempre como um povo temido, um povo que desrespeita a lei, dificulta a vida dos... No momento que o não indígena se queixa dele, ou seja, reclama dos índios, “nossa, eles invadem e tal”... Só nesse momento ele aparece, só que palavra final fica com o não indígena de novo, “ah, os índios invadem, índio faz isso, índio está em Brasília”. Em qualquer lugar, aparece uma imagem, mas o desfecho sempre é que não é bom isso, então, sempre aparece como se fosse uma dificuldade, cria uma situação complicada para o país (Tonico Benites, pedagogo, mestre e doutor em Antropologia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014).

A partir dos relatos (e, também, das informações colhidas no campo), afere-se que não somente a valoração positiva ou negativa depende das condições textuais de sua produção

e circulação, como também das condições de análise do interlocutor. As entrevistas realizadas nesta investigação foram concedidas em contextos diversos (temporais, situacionais). Parte delas, em 2013, no período em que aconteceram reuniões do Grupo de Trabalho que discutia questões relacionadas à disputa de terras indígenas, na Câmara dos Deputados; destas, algumas conversas foram gravadas no próprio Congresso, outras na sede de instituições e até em hotéis de Brasília. As outras, realizadas em 2014, aconteceram em diversos momentos: durante a eleição para o novo presidente do Fórum de conselheiros de saúde indígena e por ocasião da Mobilização Nacional Indígena; foram gravadas em gabinetes de parlamentares, em reuniões de órgãos do Controle Social, universidades e até residências. É nítida a relação que se estabelece entre o contexto específico do momento da entrevista com a valoração que se dá à visibilidade, como se a memória, a vivência e o ambiente tomassem a palavra e falassem pelo entrevistado. Ou pelo menos com ele.

Também ficou claro que as situações de “entrevista” e de “pesquisa” interferiram sobre o que se disse, sobre como se disse e o que representava aquele discurso, naquele exato momento. Em muitos momentos de entrevista formal e também na observação do campo, o lugar de interlocução do pesquisador permitiu acesso a informações que seriam (ou foram) negadas a repórteres que estavam em campo, realizando seu trabalho. Mais de uma vez, entrevistados fizeram declarações *em off*, explicitando que aquela informação estava sendo compartilhada por se tratar de uma pesquisa acadêmica; em outras ocasiões, o lugar de interlocução do jornalista dificultava o entendimento de aquilo que se buscava não era a palavra oficial, o resultado de metas ou a justificativa para ações – ou ainda que não havia nenhuma intenção denunciatória na curiosidade que se demonstrava – mas sim uma reflexão sobre práticas, rotinas e condutas relacionadas à conquista, à gestão à manutenção e também à perda da visibilidade.

Dito isso, é possível concluir que a visibilidade não pode ser enquadrada, por essência, nas categorias “boa” ou “má”, mesmo quando parece claro que elas visibilizam situações desfavoráveis ou reforçam preconceitos, por um lado, ou destacam aspectos positivos das questões explicitadas. O que irá definir o seu valor – positivo ou negativo – é a interpretação que resultará do encontro que esta mesma visibilidade possibilita. Tomemos um exemplo hipotético para clarificar o que se propõe: a divulgação de números alarmantes de algum agravo à saúde pode trazer visibilidade negativa para a gestão do Subsistema, ao mesmo tempo em que pode fortalecer o próprio Subsistema (na medida em que os números são ótima justificativa para o aumento no investimento público no setor). Estes mesmos índices podem favorecer, imageticamente, iniciativas locais que combatam os tais problemas

relatados, mas também podem reforçar preconceitos sobre aqueles que são vítimas dos agravos. Uma semiose infinita de sentidos pode ser gerada a partir de uma única ação geradora de visibilidade. E de invisibilidade também.

Gestão de invisibilidades

Das situações que colocam os índios em situação de invisibilidade perante a sociedade e os poderes que constituem o Estado brasileiro, emergiu a percepção de que estas são desdobramentos, atualizados, de uma imagem estereotipada e contraditória do índio que permanece presente no imaginário coletivo, herança de duas vertentes: a do bom selvagem, moldada pela literatura que se produziu a partir do século XV – consagrada na obra de Rousseau, que mostra o índio “puro”, desprovido de maldade e heroico por existir; e a antropofágica, nascida das imagens de reação ao processo de colonização e que o apresenta como violento e sanguinário. Cada uma destas vertentes é acionada quando convém aos interesses sociais, políticos e econômicos vigentes legitimar teses amplamente difundidas pela mídia, como a de que os índios são aculturados, obstáculos para o desenvolvimento ou necessitam de tutela por parte do Estado. Esta visão ainda está arraigada nas relações, como advogou Marcos Terena:

[...] mas não existe esse índio, o bom selvagem, mas no imaginário do mundo ocidental, ele existe. Quando você chega na frente do Raoni, que é um simbolismo hoje, você percebe que, lá na aldeia, isso não tem valor nenhum. Lá, o espírito de liderança, o contexto de cada povo dessa diversidade é sua própria realidade. Lá não tem nada a ver com esse simbolismo do grande chefe. O grande chefe, por exemplo, não existe. Então, quem inventou isso aí? Foram as teses do mundo do branco, né? [...] Hoje, pra você virar índio, basta você pintar o teu corpo de urucum ou de jenipapo, ou de preto ou de vermelho, colocar um cocar e começar a, vamos dizer assim, a agredir o homem branco no todo. O Brasil nos trata ainda como inimigos. A mídia criou um conceito, nesses últimos dois anos, do índio [...] Voltou de novo aquele preconceito dos anos 70, do índio preguiçoso, que quer só moleza, o índio que invade, o índio agressivo [...] (Marcos Terena, liderança tradicional, Brasília, 2013).

A invisibilidade se dá – considerando-se aí a invisibilidade como impedimento da ação e da voz política – na medida em que os desqualifica para o exercício da iniciativa e da palavra e representa o interdito para o diálogo e para a autonomia – nos momentos, setores e movimentos em que estas imagens (herói, selvagem, violento e atrasado) se sobrepõem à singularidade e à subjetividade que possibilitariam a aproximação de índios, como sujeitos, de

não-índios. O diálogo é interrompido por narrativas fragmentadas, superficiais e metonímicas, que invalidam sua capacidade de agir como cidadãos e o acionamento de seus contextos particulares (sempre generalizados) e sedimentam ideias como a propalada “incapacidade” e inadequação de viverem em harmonia com o progresso, o desenvolvimento e a globalização. Daí a dificuldade em conviver com o índio que se apresenta com tênis de marca, que utiliza computadores e tecnologias móveis de comunicação. Índio bom, neste contexto, é apenas a personagem histórica ou ficcional, o objeto de estudo de antropólogos que pode ser examinado com a segurança dos antigos museus. É o índio-imagem.

Estas características de uma perspectiva congelada de identidade dos índios se exacerbam dentro do contexto histórico que marca o Brasil nesta segunda década dos anos 2000, em que as apostas nas políticas sociais se concentram em respostas econômicas oferecidas pelo mercado e que setores conservadores da sociedade (em particular os evangélicos neopentecostais e o agronegócio) assumem o controle de boa parte da economia e dos meios de comunicação, desenhando um cenário desproporcional e criminalizante para os grupos indígenas do país – e também para outros segmentos minoritários da população, que não coadunam com esta visão de mundo agrária e fundamentalista. Isso fica claro no posicionamento que assumiram alguns entrevistados:

[...] Isso é política econômica pura! É uma visão arraigada numa história política, econômica e social, que já esteve melhor. O momento da Constituinte foi um momento em que, com a abertura democrática, houve grande espaço, uma grande aceitação social para a postulação de direitos sociais, direitos de minorias que não existiam anteriormente. Eu acho que da Constituição para cá, a gente está vivendo um processo de perda da legitimidade, na sociedade maior, desses direitos. Parece que um elemento que foi muito forte no período da ditadura, que era ver os povos indígenas como obstáculo ao desenvolvimento nacional, algo a ser superado pelas rodovias, pela Transamazônica, por Carajás, projetos de hidrelétricas, Balbina, e tudo, com a Constituinte, esse discurso de que eles são um obstáculo refluuiu: “não, é a diversidade, o Brasil é um país plural, você tem que respeitar os povos indígenas, povos tradicionais, as comunidades, enfim”. Isso deu um recuo — eu te diria, assim, é uma leitura, por isso que eu acho que o quadro é muito complexo atualmente — porque com a aliança do Partido dos Trabalhadores com a agropecuária, que é quem está gerando recursos para todo esse projeto de distribuição de renda no Brasil? Quem é que sustenta o PIB? Da onde vem o dinheiro para se fazer Bolsa Família, para todos esses projetos sociais? Vem, com muita força, do agronegócio. Então, com isso, o agronegócio cresceu politicamente. Imagina, você, ver Katia Abreu, Ronaldo Caiado aliados da Dilma! Para nós que vivemos os anos 1970 e 1980, isso era inimaginável. Então, a gente está num quadro, um mosaico político muito difícil para os povos indígenas e para outras minorias, mas os povos indígenas têm essa questão. Não é à toa que a demarcação está recuando, que os grandes projetos estão avançando, é como se a gente estivesse vivendo uma nova era de desenvolvimentismo e de... O

Lula falou da perereca, o famoso “para tudo porque vamos verificar se esta perereca está ameaçada”. Olha, a gente poderia dizer isso dos povos indígenas. É como se aqueles povos, centenas de pessoas ali estivesse barrando o crescimento de um país inteiro. (Carla Teixeira, antropóloga (UnB), Brasília, 2014).

Eu diria que nós somos em parte invisíveis. [...] Na verdade, eu penso que a gente é uma ideia que existe na cabeça da sociedade, como um modo geral, e uma ideia que incomoda. Pelo nosso modo de vida diferente — diferente da sociedade como um todo e diferente entre nós mesmos —, por conta das nossas línguas, nossas culturas, da forma como nós nos relacionamos com o meio ambiente, como parte do meio ambiente, e não como meros exploradores do meio ambiente. Então, a gente acaba sendo essa ideia que incomoda... Que atrai alguns, obviamente, mas eu penso que, naquilo que talvez a gente pudesse contribuir mais com a sociedade de um modo geral, que é o nosso modo de vida, a nossa cultura, nós acabamos não tendo esse espaço para mostrar, porque não é de interesse dessa mídia como um aparelho ideológico do sistema capitalista (César Xakriabá, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) de Altamira/PA, Brasília, 2014).

Neste contexto, a mídia (o termo aqui substitui os meios de comunicação tradicional, como usaram a maioria dos entrevistados), suas narrativas e seus comprometimentos foram apontados como os grandes responsáveis por sustentar esta invisibilidade, já que é no âmbito de sua atuação que enxergam uma possibilidade de mudança. Muitas críticas foram feitas aos seus modos de fazer (superficialidade, parcialidade, deturpação, intolerância, negligência) e aos seus modos de se posicionar em relação às questões que demandam atenção pública. Interessante observar que, os meios de comunicação, vistos como promotores de visibilidade, são responsabilizados por aspectos invisíveis ao próprio Estado. Credita-se, quase que exclusivamente, a negligência e a falta resolubilidade de problemas pelos poderes e políticas públicas à incapacidade (ou à falta de interesse) dos meios de comunicação em divulgarem as demandas e necessidades. Vejamos o que disse um conselheiro de saúde sobre a região do Vale do Javari, na Amazônia:

Nós vivemos um problema muito sério lá de questão social por ser uma área de fronteira: lá nós temos problemas de invasão, lá nós temos problemas de narcotráfico, lá nós temos problemas de pescadores, lá nós temos problemas de educação, lá nós temos problemas de saúde, lá nós temos um problema muito grave mesmo de atuação do poder público. Isso é muito difícil de aparecer. Nós temos muitas dificuldades de apresentar isso, levar ao conhecimento pleno de todas as autoridades, né? Para a população como um todo. Então, lá a gente fica isolado de tudo. Lá nós não temos, nem nos municípios pequenos, nós não temos nem rádios comunitárias. Até para divulgar as coisas localmente, nós temos dificuldade! Nós não temos, por ser um município do interior, não temos TV local [...] Imagina a nível regional e a nível nacional para divulgar. (Jorge Marubo, presidente do CONDISI do

Vale do Javari (AM), então coordenador executivo do Fórum dos Presidentes do CONDISI, e conselheiro nacional de saúde, Brasília, 2014).

O depoimento mostra uma certa inversão de valores aí, sobre o papel que deveriam exercer o Estado e os meios de comunicação na resolução das questões sociais. A supervalorização do poder da mídia e de seus aparatos, integrada à massiva campanha de desqualificação das instâncias da política (incluindo-se as do controle social) e da ação do Estado, visto como ineficiente e ineficaz, são reflexos e condicionantes para que se considere a comunicação (e, em particular a comunicação instrumental e divulgacional) como panaceia para resolução de problemas que, a rigor, são de ordem estruturais ou gerenciais. É neste contexto que se inserem as narrativas de preconceito e de silenciamento dos modos tradicionais de vida indígena – e das demandas que daí decorrem – que não se encaixam nos padrões propostos pela mídia, notadamente hoje a principal articuladora de valores de interação social aceitos. Mais do que uma instância de divulgação, os meios se legitimaram como influentes atores sociais e políticos. Estas observações também se manifestaram na fala de Carla Teixeira:

[...] A imprensa atua num imaginário poderoso que é: ela é um meio de comunicação, que deveria ser neutro, imparcial ou plural, os nomes vão mudando. Só que ela é um ator social, a imprensa é um ator social, ela lê o mundo para a gente e tem que ler mesmo, porque não existe essa informação pura. Alguém lê para a gente. Eu não estou lá no Congresso, então alguém vai ao Congresso e faz uma leitura, entrevista algumas pessoas, cobre alguns eventos e lê para mim, é publicado ou sai nos meios audiovisuais. Isso tem que ser feito, mas se a imprensa disser que ela faz isso, ela vai ter que explicar a partir de que perspectiva ela faz essa leitura, e aí, ela se complica, né? Então, é mais produtivo comunicacionalmente, a meu ver, investir na ideia de que ela é um meio só, que nem sempre consegue ser neutra, plural, imparcial. Não, ela não consegue e não vai conseguir nunca, porque ela é um ator político. Por isso que eu quis dar esse contexto maior, porque as pessoas, as mais bem intencionadas possíveis — eu não estou julgando indivíduos com suas intencionalidades —, são presas nessas redes e nessas visões de mundo. Eu acredito mesmo, um jornalista que escreve contra os povos indígenas [...] Ele está sendo sincero, ele tem os seus argumentos para isso. Ótimo, o que ele tem é que apresentar outros argumentos também, porque eu não estou lá, então ele tem que me trazer leituras plurais e não tentar ser neutro, porque isso é impossível. (Carla Teixeira, antropóloga/UnB, Brasília, 2014).

Muitas outras falas e situações experimentadas durante a pesquisa de campo nos levaram a considerar que o quadro de invisibilidade é sustentado e reforçado por esta teia contextual “protecionista” que impede que se considere os índios como protagonistas da resolução de suas questões. Percebeu-se, nas entrelinhas de discursos, que o conceito de

“tutela” se impõe com tal força que inviabiliza a participação que ultrapassa o caráter consultivo¹³³. Marcos Terena se referiu a isso, de maneira muito explícita, ao questionar: “Quem é o conselheiro da presidência da república na questão do jovem? É um jovem. Do negro? É um negro. Da mulher? É uma mulher. E dos índios? É uma ONG ligada à Igreja Católica”. Esta ausência de representatividade se confirma com uma breve análise sobre o período eleitoral de 2014, quando se identifica que o número de candidatos indígenas a mandatos públicos não ultrapassa 0, 33% (totalizando apenas 85 candidatos em todo o país)¹³⁴.

Outro aspecto relevante observado foi o desaparecimento das questões específicas de saúde em favor das lutas mais gerais dos povos indígenas. Em meio às ameaças de retrocesso na política de demarcação de terras e à afirmação da identidade étnica e representação nos espaços decisórios, por exemplo, questões específicas como mortalidade infantil, segurança alimentar e demais desigualdades que se expressam através de indicadores percam a sua força de visibilidade. Some-se a isso a invisibilidade demográfica, etnográfica e epidemiológica que se caracteriza pela inconsistência de números confiáveis que indiquem a real situação destes povos. Em relação à saúde, entrevistados também relacionaram esta questão às dificuldades ainda enfrentadas no gerenciamento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI). Entre as carências relatadas estão o fato de o sistema não “conversar” com as informações gerais fornecidas pelo Departamento de Informática do SUS (DataSUS), à falta de regularidade na coleta de informações e de transparência na forma como os dados são processados, das aldeias à sistematização. Além disso, teceram críticas ao fato de o acesso aos dados do SIASI estarem restritos a pesquisadores e instituições públicas, o que faz com que os números só possam ser acessados após serem trabalhados e cruzados por quem têm este acesso, impedindo leituras “cruzadas” de informações.

¹³³ Mesmo este aspecto tem sido desconsiderado, visto que são frequentes as denúncias de desrespeito, por parte do Estado Brasileiro, da Convenção 169 da OIT, que assegura o direito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas em ações que lhes dizem respeito. O Brasil é signatário do documento, que pode ser acessado na íntegra em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 22 set. 2014.

¹³⁴ “Sem representatividade no Congresso, eleições têm 85 candidatos indígenas”. Último segundo, 30/8/2014. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-08-30/sem-representatividade-no-congresso-eleicoes-tem-85-candidatos-indigenas.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

Efeitos nas políticas públicas

Sobre a principal indagação proposta por esta investigação – se há relação entre a produção de visibilidade e a condução de políticas públicas, em particular aquela destinada a gerir ações de saúde destinadas à população indígena no país – verificou-se que há, sim, uma relação direta entre os dois campos pesquisados, no sentido de que se identifica a produção de visibilidade como elemento que interfere na conquista, elaboração, manutenção e avaliação das políticas públicas destinadas aos povos indígenas no país. Disse o deputado Sarney Filho:

Ela [a visibilidade] tem importância na elaboração de políticas públicas. Ela tem uma importância muito grande. No que diz respeito ao Parlamento, a visibilidade gera pressão social, e a pressão social tem resultado efetivo aqui dentro do Parlamento em votos. Então, uma votação em que... Por exemplo, nós tivemos aí a votação daquela PEC que retirava prerrogativas dos procuradores da república. Aquele movimento em junho, a pressão que teve, as faixas dizendo contra fizeram com que a tendência do Congresso, que era aprovar aquela Emenda Constitucional, se revertesse. Então, esse é um exemplo clássico de que a visibilidade gera pressão de opinião pública. É preciso que essa visibilidade tenha consequência, gere consequências na pressão. Se não tiver consequências, não influencia nas políticas públicas. Esse é o meu ponto de vista. (Deputado Sarney Filho, presidente da Comissão de Luta Externa dos Indígenas na Câmara dos Deputados, Brasília, 2014).

Esta relação foi identificada, primordialmente, no poder que se atribui aos meios de comunicação tradicionais, vistos como capazes, através da veiculação de imagens, de empoderar instituições públicas responsáveis por promover o bem estar e a proteção dos índios, com a FUNAI e a SESAI; de aproximar, sensibilizar e até pressionar setores decisórios dos poderes públicos para que tomem providências e acelerem processos administrativos diante de situações de desigualdade, ameaças e riscos iminente à saúde e à vidas deste povos e de mobilizar a opinião pública no sentido de promover apoio às políticas que apontem para uma maior compreensão da convivência com as diferenças, do respeito à diversidade étnica e às singularidades regionais e grupais, desfazendo (ou pelo menos minimizado) estereótipos e preconceitos. Sobre este respeito, o deputado Padre Ton foi enfático:

Eu acho que o papel principal da mídia é mostrar que, como qualquer grupo humano, os vários grupos indígenas — e eles não são uma totalidade, cada grupo tem sua própria identidade — sofrem os influxos das informações externas, eles se reinventam, têm uma cultura que é mutante, ela não se cristaliza no tempo e no espaço. Então esses grupos também, eles tiveram que, pra sobreviverem inclusive enquanto grupos, para manterem íntegra a sua própria identidade de pensar estratégias de reinvenção. Muitos deles não

têm os tais sinais, se vestem como nós, mas souberam conservar aquilo que era essencial para mantê-los unidos (Deputado Padre Ton, Brasília, 2013).

Alguns entrevistados defenderam que a mobilização promovida pela visibilidade se tornará mais eficaz e mais eficiente na medida em que as informações qualificadas se tornem acessíveis à população e que haja continuidade e monitoramento das situações informadas, de maneira que processos, problemas, disputas e conflitos sejam contextualizados em relação a suas origens e desdobramentos futuros; na medida em que tragam para o centro da cena discursiva aqueles atores que se encontram distantes dos centros de decisão (índios isolados, de recente contato ou ainda aqueles, já contatados, mas que vivem em regiões afastadas dos grandes centros urbanos), intermediando a cobrança que devem fazer de seus representantes parlamentares por posicionamentos e diligências favoráveis às suas demandas; que legitimem processos e determinações de controle social, equilibrando, inclusive, forças políticas e econômicas que atuam no Legislativo e pressionam a atuação do Executivo; e, também, favorecendo a comunicação dos movimentos indígenas com a sociedade, em vista da construção conjunta e do compartilhamento de suas demandas e lutas. Disse uma técnica da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI):

A partir dessa visibilidade, a sociedade, e aí eu falo como um todo, passa a se sentir mais responsável não só por lutar, mas por fazer com que o seu direito a uma saúde de qualidade seja realmente ampliado e seja realmente, concretamente, efetivado. Então, a partir do momento que tem uma visibilidade, seja ela qual for, ela vem sempre para dar, sempre para lembrar, dar uma sacudida nas várias esferas, nos vários poderes de que algo precisa ser melhorado. Então, a partir do momento que ela tem uma visibilidade, cada vez mais fortalece uma política pública, seja ela de saúde, seja ela de educação [...] A visibilidade é um elemento articulador, porque aquilo que não é visível, se mantém lá escondido e nenhuma busca de solução pode ser tomada por nenhuma esfera, ou de governo, nenhum poder, seja ele judiciário, legislativo ou executivo. A partir do momento que ele tem uma visibilidade, e dependendo da visibilidade, os três poderes se alinham e vão, cada um vai na sua alçada, né? (Bianca Moura, assessora do controle social da SESA, Brasília, 2014).

Também verificou-se que há uma grande aposta na força das chamadas mídias alternativas e atuação nas redes sociais para a consecução de objetivos de mobilização, como colocou a senadora Ana Rita:

[...] Então, eu vejo que os meios de comunicação, principalmente os meios de comunicação alternativa, que têm um papel fundamental, porque muitas vezes pode distorcer também uma determinada mobilização, dependendo dos interesses que permeiam determinados meios de comunicação e dependendo da demanda. Mas, de qualquer modo, dá visibilidade, promove um debate,

promove uma discussão [...] Eu acho que as novas mídias, as novas redes sociais são mais acessíveis às pessoas. Você não tem espaço, por exemplo, num canal de televisão, muita facilidade. Um cidadão comum ou mesmo uma pessoa com mais influência tem mais dificuldade de ter acesso para falar o que pensa. As redes sociais, não, elas são livres, as pessoas expressam aquilo que pensam. Então, eu vejo como um instrumento importante, altamente necessário para as pessoas poderem se expressar. Agora, é claro que, como é livre e democrático, as pessoas expressam tudo que pensam, então você tem aqueles que colocam coisas interessantes, boas, coisas que constroem, que ajudam a construir a democracia, que ajudam a construir um olhar mais solidário, uma visão mais justa das coisas, uma visão real das coisas, e aqueles que tentam... Têm um olhar mais distorcido, têm uma visão, eu diria, mais atrasada. A palavra atrasada, não, é... Conservadora, uma visão mais conservadora (Senadora Ana Rita, Brasília, 2014).

Verificou-se, também, como relevante, a visibilidade obtida, internamente, nos espaços de luta, ambientes decisórios e processos decisórios relacionados às políticas públicas. Parte das grandes decisões políticas são resultado de acordos travados longe das câmeras de televisão, das mídias alternativas e das redes sociais, momento em que a visibilidade se torna essencial; em relação ao movimento organizado indígena, isso se dá na legitimação do lugar de interlocução dos índios como atores políticos, seja capacitando-os como interlocutores nas instâncias do controle social (conselhos, assembleias e conferências), seja integrando-os internamente em torno de pautas comuns que visem a conquista de objetivos concretos, seja permitindo que façam alianças, consigam audiências públicas e tracem estratégias de acompanhamento das pautas que lhes são de interesse; assim também acontece no nível da gestão, não somente por costurar o apoio político que necessitam de usuários e de agentes dos três níveis de poder do Estado, mas também por permitir que, no âmbito administrativo, se acelerem processos e se sensibilizem técnicos e profissionais na execução concreta do que se planeja.

Eficácia e eficiência da visibilidade

No que diz respeito aos tipos de visibilidade que geram maior impacto na condução das políticas públicas de saúde, as estratégias consideradas mais eficazes e eficientes são aquelas que estão relacionadas à ocupação de espaços, sejam estes públicos ou virtuais. O exemplo recente da ocupação do plenário principal da Câmara dos Deputados, por ocasião do Acampamento Terra Livre, em 2013, foi citado por quase todos os entrevistados como iniciativa que conseguiu aglutinar visibilidade nas mídias (tradicional e alternativa) e também

visibilidade interna, resultando em processos que, se não conseguiram de imediato alcançar o objetivo que se buscava – o arquivamento da PEC 215, que propõe a transferência da responsabilidade de demarcação das terras indígenas da FUNAI para o Congresso Nacional – promoveram a criação de um Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados para discussão do tema (o primeiro criado na Casa criado especificamente para tratar de assuntos relacionados às questões indígenas) e adiou decisão desfavorável ao grupo que, naquele momento, se tornava iminente. O deputado Padre Ton lembrou o episódio, revelando detalhes que demonstram a preocupação em tornar a ocupação em algo visível:

[...] Eu estava presente. Nós escolhemos o maior Plenário, oh, a questão da visibilidade, nós não escolhemos o Nereu Ramos que é embaixo. Por quê? Porque escondia, né? Nós recebemos mais de cento e vinte povos naquele dia e nós escolhemos o maior plenário que é o 1 da Constituição e Justiça. Pra quê? Para dar visibilidade, para ficar na entrada, aí os repórteres... quem passava... Aí o presidente da Câmara foi lá entendeu? Foi chamado ali. Os índios ficaram o dia todo. Porque a manifestação dele era pelo arquivamento da PEC 215. Ai quando eu fui registrar a presença às 18 horas, os seguranças disseram “os índios estão vindo!” e foram me chamar. “Os índios estão vindo pra cá, nós não estamos conseguindo segurar!”. Os índios passaram o corredor e aí foram para o Salão Verde. Eu e alguns deputados tentamos segurar os índios naquela porta de vidro. Como é que você vai bater, também, em alguém que tá dançando e cantando? Os índios ficavam cantando e dançando, aí a segurança não podia bater nos índios! Foi uma estratégia importante. Aí, os índios ocuparam. Quando os índios ocuparam o Plenário, deu uma visibilidade nacional! Porque quem estava — foi num momento ali das oito da noite — quem tava assistindo o jornal... a televisão já transmitiu na mesma hora, paralisou a sessão, aí fomos nos reunir com o presidente da câmara e dali o presidente decidiu negociar. Ele disse “escolhe dez”, nós negociamos, os índios saíram de dentro do plenário. Escolheu dez, sentou e ele, no ato da mesa, suspendeu a instalação da comissão especial da PEC 215. Portanto, eu acho que foi um dos maiores atos de visibilidade e, como disse o deputado Chico Alencar, foi o primeiro ato antes junho, das manifestações dos jovens de junho. Foi o primeiro ato de manifestação que chamou a atenção foi a ocupação do plenário. (Deputado Padre Ton, Brasília, 2013).

A estratégia foi considerada como positiva por Sonia Guajajara:

[...] Olha aqui, por exemplo, a gente conseguiu impedir a instalação da Comissão Especial pra dar o parecer sobre a PEC 215. Naquele momento, a gente conseguiu isso. A gente conseguiu estabelecer um GT aqui, instalar um GT paritário de indígenas parlamentares, que isso é uma coisa que nunca aconteceu na história do país, um GT paritário dentro da Câmara. [...] E nós estamos aproveitando desse espaço pra tentar trazer outros deputados que não conhecem, que não são adeptos da causa indígena, mas pra conhecer. E aí, a gente conseguiu já alguns adeptos de deputados pra estar um pouco mais próximos aqui, discutindo e tentando conhecer mais a questão indígena. Então, isso eu acho que foi um ganho. E de certa forma, a própria sociedade pôde perceber um pouco mais a presença indígena no país, que até então era

aquela coisa, assim, só dos índios que existiram não... É dos índios que existem. Eu acho que, de certa forma, esse ano, a gente conseguiu [...] Não teve como a mídia esconder, porque nós fizemos uma coisa que a sociedade toda queria fazer: era estar aqui dentro do Plenário, era estar aqui no Congresso, né? Então, a gente fez o que todo mundo queria fazer, e, naquele momento, todo mundo se enxergou na gente, a gente fazendo uma coisa que as pessoas não... Tanto que depois, despertou, e a gente avalia que as manifestações de rua foram despertadas por nós no abril indígena aqui. A gente avalia isso. (Sonia Guajajara, Brasília, 2013).

O deputado Sarney Filho também citou o episódio como favorável aos índios:

No ano passado, mesmo quando houve aquela ocupação do Plenário, estava tudo certo, um acordo do presidente da casa com os ruralistas para que criasse a comissão especial naquele momento. E, graças àquela pressão, nós conseguimos criar uma outra comissão, com isso ganhamos tempo. É bem verdade que agora voltou a mesma comissão, mas nós ganhamos pelo menos um ano nessa discussão da PEC 215 (Deputado Sarney Filho, Brasília, 2014).

Ailton Krenak comparou a ocupação do plenário ao gesto que ele mesmo protagonizou, 25 anos antes, durante a Assembleia Nacional Constituinte. Para ele, os episódios são similares, embora tenha se mostrado em dúvida quanto à sua eficácia.

Se a gente considerar que o gesto do presidente da Câmara se reunir com as lideranças indígenas, se reunir com aquele grupo de trabalho interno, discutir a PEC e, finalmente, concordar de fazer aquele gesto simbólico de queimar o papel lá no gramado do Congresso com os índios, aquele gesto simbólico se equipara ao evento da nossa intervenção lá dentro da Constituinte, mas não com a mesma eficácia. [...] Porque o ano que vem, a PEC pode voltar. Aquele gesto do presidente da Câmara é um gesto simbólico, agora, a ação que nós fizemos dentro da Constituinte ficou cravada na Constituição brasileira, né? Então, essa comparação é uma maneira de a gente pensar o tema, que é a eficácia dessa visibilidade midiática e como a gente consegue discernir entre o lustro dessa... Lustro ou lustre? Lustro, o efeito, digamos... [pausa] Show, o efeito show de uma intervenção dessa e a consequência mesmo disso na vida das pessoas, naquilo que a gente chama de política pública. Eu acho que tem diferente inserção aquilo que foi feito, de ocupar o Congresso... Eu acho que ocupando o Congresso, o que o povo indígena estava mostrando é o seguinte: “olha, nós estamos muito mais ativos do que a gente estava quando a gente fez a Constituinte de 1988. Nós somos muito mais, estamos muito mais ativos, estamos espalhados em vários segmentos da vida nacional e vamos aprontar com vocês se você desrespeitarem a gente”. Eu acho que era isso que os índios estavam falando. Se em 1988 a gente estava dizendo para eles “olha, respeitem os nossos direitos”, agora eu acho que estavam dizendo assim, “olha, não vem não, hein!”, porque nós ocupamos de novo isso aqui. Eles não falaram? O movimento indígena falou “a gente para o país!”, não foi? Eu achei a maior ousadia o pessoal afirmar isso, “a gente para o país” [...].

A ocupação/invasão de espaços públicos não é novidade na história do movimento indígena. A estratégia, que vem se repetindo como instrumento de visibilidade e de pressão em dimensões menores (sedes locais de DSEIs e da FUNAI, bloqueio de estradas e ferrovias, acampamentos na Esplanada dos Ministérios, manifestações nas ruas, entre outras ações) tem se mostrado, se não eficaz na conquista das mudanças que reivindica, eficiente na garantia de atenção por parte de setores da sociedade capazes de minimizar os problemas que apresentam. Considerando-se como “eficiência” a capacidade de se obter bons resultados com a menor quantidade de recursos, e a eficácia como capacidade de fazer aquilo que é preciso, que é certo para se alcançar determinado objetivo, podemos indicar que a estratégia é positiva, já que faz avançar processos e projetos sobre os quais não se tem completa ingerência.

É bom que se frise que, apesar de a ocupação do plenário Ulysses Guimarães ter garantido aos índios uma visibilidade midiática que há muito não se conquistava – ou que se conquistava por motivações diferentes, consideradas sob o ponto de vista da divulgação como negativas – a ocupação, como estratégia de visibilidade, não depende apenas dos meios de comunicação para que seja considerada positiva. Os relatos sobre a ocupação graduam, com igual importância, o ganho de visibilidade interna, aquele que se verifica na conquista positiva de ganhos nos processos internos. É claro que o ganho simbólico e imagético angariado pelas capas de jornal, manchetes na televisão e milhares de compartilhamentos nas redes sociais promovem a discussão ao espaço público mais geral, sensibilizando a sociedade, fortalecendo a imagem política do grupo e possibilitando a formação de novas alianças, mas aquilo que não se vê, que se articula nos bastidores do poder também é computado como bônus.

Isso se comprova com a indicação, de alguns entrevistados, de que também são positivas as “ocupações” promovidas dentro dos espaços de negociação. Se colocados em uma balança, talvez a criação de um grupo de trabalho paritário no Congresso tenha tanta importância política quanto a conquista de cadeiras no Conselho Nacional de Saúde, que hoje destina assentos aos povos indígenas. A rentabilidade, em termos de imagem, é certamente desproporcional, dada a invisibilidade pública da qual são vítimas as próprias estruturas de controle social do SUS. Certamente. Mas em termos de viabilidade política, de espaço de negociação e de articulação, os ganhos talvez sejam comparáveis.

Na verdade, não há razão nem parâmetros para que se estabeleça uma comparação entre as duas iniciativas que são articuladas, acontecem e repercutem em esferas diferentes; o que se quer destacar aqui é que a visibilidade conquistada pela ocupação não se faz mais eficaz ou eficiente pelo tipo ou pela natureza do espaço que se ocupa, mas sim pela capacidade de possibilitar, pela presença física, a capacidade de interlocução. A visibilidade

midiática se mostra, na maioria das vezes fugidia e fugaz. A visibilidade física é concreta e tende a se fazer duradoura. É mister perceber que não será apenas o tipo de visibilidade que irá garantir a conquista de metas e objetivos, mas sim a capacidade de se articular com outras estratégias. Para isso, é preciso estar atento a sua natureza vinculativa e articulativa. Como já se colocou, aqui nesta tese, visibilidades são apenas um dos elementos que podem possibilitar a comunicação. Mas esta não se concretizará caso não haja o compartilhamento de sentidos e a convergência de afetos, mesmo que discordantes. Não há um elemento miraculoso na natureza visível das coisas, das pessoas ou dos processos. O que há, sim, é o manifesto desejo por fazer sentido e dar sentido ao mundo que se vive. Convivendo e compartilhando, esta tarefa, nos parece, será sobretudo mais fácil de se concretizar.

CONCLUSÃO

O principal objetivo desta tese era estabelecer as relações existentes entre comunicação, visibilidade, políticas públicas e saúde, a partir da análise de práticas e experiências relacionadas à Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Para cumprir tal tarefa, minha proposta foi aprofundar a discussão teórica sobre visibilidade e invisibilidade, tomando como referência conhecimentos do campo interdisciplinar formando por comunicação, informação e saúde; compreender e relacionar práticas comunicativas de mobilização articuladas por índios (indivíduos e grupos) capazes de produzir visibilidade para suas demandas, e identificar quais seriam os impactos reais destas intervenções promotoras de visibilidade (pública, social e midiática) em decisões que afetassem os rumos ou o gerenciamento da PNASPI. As perguntas que orientaram a definição dos meus objetivos foram, basicamente: A visibilidade de um grupo social produzida por ações de comunicação gera algum impacto na condução de uma política pública? Em caso afirmativo, qual o tipo de visibilidade é mais eficiente?

Para responder estas e outras questões e atingir as metas estabelecidas, eu procurei, em primeiro lugar, contextualizar a política nacional de saúde como política pública social, resultado de um momento histórico, social e político marcado pela redemocratização do país, cujos valores são orientados pela defesa da saúde pública, gratuita, universal e equânime. Também procurei demonstrar que esta política, determinada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada por leis complementares nos anos 1990, é, por sua vez, resultado da legitimação de um ponto de vista baseado na solidariedade, que se tornou hegemônico após o embate com outros tantos que existiam naquela época. Quis, assim, demonstrar que uma política pública nunca se legitima sem a existência de conflitos (e consequentes negociações) e que seu teor será sempre consonante com a visão de mundo que naquele momento tiver maior força política para se afirmar como verdadeira.

Também contextualizei a discussão no âmbito da comunicação, afirmando que meu olhar investigativo partiu da afinidade que compartilho com duas visões teóricas particulares e complementares: uma, que considera a comunicação resultado do compartilhamento de vínculos e da existência de conflitos, e outra que a localiza na disputa por sentidos sociais, onde indivíduos, grupos e comunidades negociam suas visões de mundo e suas estratégias de intervenção sobre a sociedade, num embate pelo poder de constituir a realidade.

Descritos estes cenários, argumentei que a visibilidade não pode ser desconsiderada quando se quer compreender o funcionamento destes campos teóricos e políticos (da comunicação e das políticas públicas), visto que se trata de um dos elementos amplamente utilizados por grupos nas disputas que travam por hegemonia. Nestes tempos marcados por grande valorização das imagens e de seu poder de verdade, defendi a visibilidade como fator a ser considerado na construção de uma política pública, já que se percebe uma articulação cada vez maior entre o funcionamento das instituições sociais e os dispositivos e tecnológicos de comunicação e informação.

A partir de uma genealogia dos modos de ver e de olhar, demonstrei como ao longo da história diferentes estatutos de visibilidade também determinaram, em outros contextos, o que ocupava a centralidade do mundo e, também, ao contrário, aquilo que estava destinado à obscuridade. Partindo deste ponto, estabeleci nexos entre gerenciamento de visibilidade e reconhecimento público dos sujeitos e grupos sociais no espaço público, chamei atenção para os riscos da exposição midiática que descontextualiza e despersonaliza indivíduos (abrindo espaço para a legitimação de estereótipos e preconceitos) e defendi ainda que a visibilidade, quando assegurada por dados e números confiáveis sobre os modos de vida de grupos específicos – como os índios – aumenta sua capacidade de disparar eventos, modificar rotinas e propor novos caminhos. Neste sentido, afirmei que a informação é crucial na garantia da visibilidade, já que amplia o alcance e a abrangência da comunicação ou, na sua insuficiência e ausência, emudece e deixa invisíveis sujeitos, práticas, projetos e políticas.

Por fim, procurei chamar atenção para o fato de que o uso da visibilidade (e também da invisibilidade) são estratégias amplamente utilizadas no exercício e nas disputas concernentes à conquista e manutenção do poder, afirmando-se como elemento de mobilidade no processo comunicativo, na medida em que coloca o indivíduo no centro da cena comunicativa ou o desloca para as suas regiões periféricas; no contexto específico da política pública de saúde, propus a articulação entre fatores positivos da visibilidade (reconhecimento, participação social, inclusão nas estatísticas, autonomia e cidadania) com a defesa do direito à comunicação e à saúde, por acreditar ser esta uma maneira de combater a negligência em relação à saúde daqueles que não estão publicamente na cena social. Neste campo, defendi que a invisibilidade traz danosas consequências à saúde de indivíduos e grupos, já que os priva do reconhecimento público de sua existência (com sua singularidade e suas necessidades) e, em contrapartida, os coloca sob a suspeita constante dos mecanismos de vigilância – já que passam a ser vistos como marginais, no sentido de estarem à margem da sociedade.

É dentro destes contextos e conceitos teóricos que apresento as conclusões a que cheguei após conhecer, conviver, analisar e avaliar as condutas e conquistas de grupos indígenas relacionadas à visibilidade e à interferência nas políticas públicas de saúde. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer algumas informações acerca da condição de visibilidade dos índios. Pode até parecer que este grupo social brasileiro não é invisível, se levarmos em consideração que vez por outra ocupam espaço nas manchetes e chamadas nos meios de comunicação.

O que concluí, no entanto, é que assim como acontece com outras minorias, os índios continuam invisíveis, mesmo quando sua imagem estampa uma manchete de jornal ou é veiculada com destaque na televisão. Sua aparição é calculada, quase sempre associada a situações negativas (denúncias, desvios de recursos, conflitos, etc) reforçando preconceitos e estereótipos e legitimando seu lugar de marginalidade no seio social. As consequências desta situação são danosas para estes indivíduos: quando não são esquecidos completamente, são visibilizados com exotismo, localizando-os como pessoas que estão fora do espaço público. Mesmo nos raros casos em que protagonizam histórias, as imagens divulgadas não são de cidadãos, mas sim de grupos de cidadãos de segunda classe, dependentes de tutela, controle e/ou piedade por parte da sociedade.

Por outro lado, é perceptível que há movimentos em sentido contrário e que vêm conseguindo a atenção da sociedade e dos representantes do Estado. Momentos de *flash* que iluminam cenas que são dignas de registro e de memória – inclusive dos meios de comunicação. A atual militância indígena (como integrante de uma rede de movimentos populares) vem sabendo como lidar com os mecanismos produtores de visibilidade, assim como demonstraram na articulação das ações articuladas no espaço público desde a que ocuparam o Plenário Ulysses Guimarães, o principal da Câmara dos Deputados, durante a Mobilização Nacional Indígena, em 2013. Pode-se dizer que este movimento é uma evolução de outras ações que começaram antes, naquele mesmo espaço, como a atuação de Ailton Krenak pintando o rosto durante o discurso na Assembleia Nacional Constituinte, ou a performance do deputado Mario Juruna (o primeiro indígena no país a ser eleito para o Legislativo), sempre acompanhado de seu gravador. Não é à toa que o gesto de Krenak está imortalizado na fotomontagem que celebra a Constituição Cidadã, no interior do Anexo IV da Câmara. Seu gesto alcançou extrema visibilidade.

Hoje, o uso de recursos de mídia, a convocação dos órgãos de imprensa, a profissionalização de assessorias de comunicação e a participação ativa nas redes sociais vêm dando prova de que os índios, assim como outros brasileiros, também são usuários de práticas,

dispositivos, produtos e espaços dedicados à visibilidade e também estão aprendendo a utiliza-los para veicular e divulgar demandas e questões políticas. Se hoje a imprensa comercial ainda deixa os índios longe dos holofotes ou apenas os focaliza em momentos de desqualificação e/ou legitimação de estereótipos, eles, por outro lado, investem em suas próprias narrativas, produções imagéticas e redes de circulação, divulgando informações e promovendo mobilizações.

E, quando o movimento organizado demanda atenção da mídia, hoje em dia, é quase sempre uma tarefa articulada e organizada. É por isso que vão às ruas. É por isso que ocupam espaços públicos. É por isso que se fazem vistos nas proximidades do poder. Se a imagem que os meios de comunicação fazem circular sobre os índios se localiza à margem da sociedade, eles, índios, se colocam propositalmente nas cercanias do poder. Há uma sutil diferença semântica entre os termos. Mesmo que sejam estratégias por vezes intuitivas, eles reconhecem os efeitos que terão com ocupações, invasões, interrupções de fluxos e bloqueios nos arredores daqueles que tomam as decisões. E não estão ali somente porque querem carona na visibilidade dos que detêm a visibilidade midiática, mas sim porque já entenderam que esta é apenas reflexo do reconhecimento que conquistam pelo próprio ato e não somente por sua repercussão.

Muitas das grandes conquistas dos últimos movimentos políticos indígenas se deram longe das câmeras, nos bastidores do poder, quando conseguiram ser vistos pelos interlocutores que lhes interessavam. Não faltam exemplos recentes: No mesmo momento em que os telespectadores brasileiros acompanhavam a imagem do cacique Raoni no meio do fogo cruzado entre policiais e manifestantes, às vésperas da Copa das Copas, em tempo real uma comissão de jovens ativistas se encontrava com a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, garantindo mais tempo hábil para negociar suas demandas nas casas legislativas. Do lado de fora, um grupo de centenas de ativistas cercava o prédio do Congresso, se comunicando através de telefones celulares, de onde tinham notícias da reunião e as publicavam diretamente nas redes sociais. A grande mídia não noticiou o encontro, mas ele trouxe dividendos para o movimento.

O que se quer demonstrar com isso, também, é o acerto que se fez em escolher os índios como sujeitos empíricos dessa pesquisa, através do estudo de suas estratégias de visibilidade. Assim como outros grupos e movimentos que sofrem as consequências da invisibilidade, eles tiveram que se adaptar a este momento de mediação da sociedade, atualizando práticas e conquistando parceiros para que se mantivessem ativos politicamente. Se o movimento LGBT, que representa as minorias sexuais, alcançou sua visibilidade

associando suas causas a produtos – divertidos, consumíveis, descartáveis – e conseguiu avançar em suas demandas políticas “surfando” na onda do mercado, arrisco afirmar que o movimento indígena tem conseguido avançar em suas questões articulando a visibilidade dos estereótipos (a imagem de “bom selvagem” e a de somente selvagem, também) com o acumulado conhecimento dos meandros da política tradicional. Longe das festas e celebrações que certamente renderiam visibilidade midiática ampla e imediata, eles optaram por um caminho paralelo, que os coloca visíveis nos centros de decisão política. São os primeiros a chegar em uma audiência e os últimos a sair. Acompanham pacientemente horas de sessões e discursos – muitas vezes em pé – e registram ao que assistem com celulares e câmeras. Para isso, tornaram-se hábeis articuladores, que sabem muito bem quando empunhar um terno e uma gravata e, também, quando se apresentar à moda tradicional, invocando ancestrais e bradando alto, com a borduna na mão.

Isso não significa que eles ignorem ou desprezem o trabalho de jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, blogueiros e demais profissionais da imprensa. Além de conhecerem as rotinas de coleta e registro de dados, se submeterem a procedimentos de captação e produção de imagens e atenderem com destreza aos pedidos dos profissionais, eles também se capacitaram como interlocutores capazes de responder às demandas e de produzir seus próprios conteúdos. Como consumidores destes produtos jornalísticos que os abordam, eles têm consciência do que mostrar e do que esconder e constroem sua própria narrativa. Neste sentido, a ocupação em grupo é uma importante ferramenta de construção de visibilidade; a presença concomitante de militantes caracterizados, ativistas bem articulados e lideranças tradicionais também; o contraste que oferecem com o espaço público e os símbolos do poder, *idem*. Um conjunto que se destaca e confere alta exposição pública.

Neste sentido, concluo que, dentro do rol de estratégias e/ou instrumentos utilizados pelos índios na gestão das visibilidades, a ocupação de espaços públicos (passeatas, marchas, caminhadas, vigílias, atos, encontros com autoridades, ocupações/invasões, obstruções de vias, interrupção de tráfego, acampamentos, entre outras) é aquela que tem mostrado mais eficiência na conquista de visibilidade, no sentido em que ela mobiliza, afetivamente, novos e antigos interlocutores. Nestes tempos de excessiva valorização das imagens, eles utilizam a visibilidade para fortalecer seu lugar de interlocução e negociar com interlocutores disponíveis. Neste contexto, destaca-se o apelo que exercem os elementos étnicos e tradicionais na construção de imagens, relevantes porque são capazes de afetar interlocutores e porque são plasticamente eficazes como elementos de construção dos produtos midiáticos, cada dia mais dependentes do ineditismo e da exclusividade. São elementos que dão força à

estratégia de construção da visibilidade física, responsável por pautar os meios de comunicação e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de escuta por parte das instâncias de poder.

No entanto, não é possível quantificar a valoração (positiva ou negativa) para os efeitos que terão estas manifestações no espaço público, que dependem do lugar que ocupam os interlocutores quando são afetados pela situação (ou por seu relato). Entram em cena os contextos existenciais, situacionais, pessoais e discursivos de quem interpreta as ações de visibilidade. Como já defendi na análise dos resultados, a visibilidade pode ser “boa” ou “má”, dependendo da interpretação que resultará do encontro que esta mesma visibilidade possibilita. Em muitos contextos, como já foi demonstrado, uma notícia que divulga desfavoráveis condições de vida podem resultar em ações que tragam mudanças favoráveis. Para chegar a um valor ou a uma gradação dos efeitos da visibilidade, creio ser necessário isolar cada uma das situações e analisa-las à luz dos seus objetivos.

Em termos gerais, há, sim, uma relação relevante entre produção de visibilidade e condução de política pública, já que a condição de estar visível é essencial na construção de qualquer estratégia de comunicação que vise pressionar agentes públicos no exercício de suas funções. Isto foi indicado por parlamentares, gestores, pesquisadores e ativistas entrevistados e demonstrado na prática, no exercício de observação do campo. Isso, em parte, porque estes agentes públicos ainda consideram os meios de comunicação tradicionais (rádios, jornais e revistas de grande circulação e alcance) os grandes formadores da opinião pública nacional e, por isso evitam se expor como contrários a medidas que imaginam serem consideradas impopulares – ou aproveitam a visibilidade conquistada por determinadas reivindicações e as apoiam, conquistando assim a simpatia popular. A visibilidade também é requerida por estes agentes, na medida em que têm em seus quadros profissionais de comunicação contratados para promovê-la; e a visibilidade também é exigida destes mesmos agentes, na medida em que o discurso da transparência os obriga a prestarem contas do cumprimento de suas atribuições.

Seguindo esta linha de raciocínio, seria um erro considerar que apenas aqueles que têm interesse em interferir na condução das políticas públicas (no caso desta tese, os índios) buscam ampliar as suas possibilidades de visibilidade para que se fortaleçam e possam negociar com maior habilidade e eficiência; também os agentes públicos, aqueles que são responsáveis por sua condução, são estimulados e impulsionados a trabalhar na mesma direção. É na confluência do desejo por visibilidade que pode ser divisado um espaço onde é possível haver negociação. Neste mercado (retomando aqui a referência de comunicação que me orienta) levará maior vantagem quem detiver melhores condições de negociação, ou seja,

quem tiver um lugar de interlocução tão fortalecido que o coloque no centro da negociação. Neste ponto, vale salientar que, assim como não acredito que a visibilidade *per se* seja capaz de interferir na orientação que irá seguir uma política pública, também concluo que não é somente a visibilidade promovida pelos meios de comunicação que seja capaz de motivar esta negociação. Há diferenças entre a visibilidade que obtém uma ação no interior de um processo político e aquela que conquista a sua repercussão. A primeira, em muitos momentos, é mais eficaz do que a segunda.

Em termos gerais, o que se conclui é que a visibilidade é um eficiente e eficaz elemento de negociação dos grupos sociais quando, articulado com outros fatores que fortalecem seu lugar de interlocução. É na capacidade de ver e ser visto que indivíduos e grupos se colocam como protagonistas de suas lutas e se tornam aptos a exercer sua cidadania e a defesa de seus direitos. São muitos os fatores que determinam este lugar de fala e certamente muitas outras questões influenciarão na conquista de seus objetivos. É neste sentido que repito e reforço o que já trouxe em outro momento da tese: visibilidades não são sentenças; visibilidades são vestígios, marcas de pegadas discursivas que podem levar um sujeito em direção ao outro, mesmo que caminhem em sentidos divergentes; isso porque comunicar-se é fazer sentido, sentido com o outro, a partir do outro – e com o outro. Por este motivo, visibilidades são fatores de orientação que possibilitam a aproximação entre sujeitos e conformam a experiência comunicativa humana.

Esta constatação faz todo sentido quando se observa o campo de disputas travadas pelo controle da saúde indígena, onde a complexidade dos vínculos e a singularidade dos sujeitos são determinantes na configuração de forças e no fortalecimento de propostas que se tornam hegemônicas. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que a luta pelo direito à saúde concorre – em termos de mobilização de esforços – com outras questões também relevantes para os povos indígenas como a garantia à terra e à autonomia, direitos constantemente ameaçados por interesses políticos e econômicos. Tais questões, determinantes para a conquista da saúde, são do ponto de vista político, mais urgentes; hoje, tramitam no Legislativo, projetos que ameaçam inclusive direitos assegurados pela Constituição de 1988, o que demanda dos índios uma mobilização mais atuante e vigilante nestes campos.

Já em relação à saúde indígena, mesmo que os índices não sejam considerados satisfatórios, não existe, para além das dificuldades administrativas ou gerenciais, relacionadas a manutenção de estruturas, financiamento de ações ou gerenciamento de recursos humanos, uma ameaça concreta (ou pelo menos pública) de desmonte do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. O que existem são dificuldades similares àquelas enfrentadas

pela gestão e legitimação do próprio Sistema Único de Saúde que se diluem diante da visibilidade maior que encontram as questões agrárias ou identitárias. No entanto, não se deve considerar que este cenário desfavorece a luta pela saúde, já que as questões estão estruturalmente ligadas. Para os povos indígenas, a afirmação de sua identidade e a ligação com o território são essenciais na construção de sua saúde.

Tal afirmação é feita, nesta conclusão, para alertar o grau de dificuldade em aferir os reais impactos da visibilidade na garantia da saúde, em nível estrito. Não há como precisar se tal ação ou determinada prática repercutem diretamente na mudança de cenários, na alteração de rotinas ou reversão de índices desfavoráveis; no entanto, se pensarmos em termos gerais, é possível assegurar que, na luta por questões que são determinantes para a saúde – protagonismo, autonomia e defesa do território, em especial – a visibilidade é ferramenta essencial para que se avance em direção da construção de cenários favoráveis para a legitimação da cidadania – condição precípua para a conquista da saúde.

Daí a centralidade que se deu, nesta análise, à estratégia de ocupação territorial protagonizada pelos índios em sua busca por visibilidade. Não somente por se mostrar a mais eficaz e a mais eficiente na conquista e na garantia da visibilidade, mas também por revelar que a saúde transcende a avaliação positiva de índices ou enfrentamento de doenças e agravos. Para os índios, saúde é sinônimo de defesa do território e garantia de cidadania. Por isso centralizam seu potencial de visibilidade na afirmação de sua presença física nos espaços que simbolizam o poder e abrigam aqueles que o detém, como se sua presença marcasse, em iguais condições de natureza e força, seu lugar de interlocução. No mercado simbólico da visibilidade, os índios investem na diferença existente entre aquilo que apenas se vê e aquilo que se destaca na multidão, porque já entenderam que quando há algo diante dos olhos é praticamente impossível não haver comunicação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret: reflexões sobre as relações interétnicas e mestiçagens. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 85-106, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a05.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

ALVES, Fabíola Cristina. Merleau-Ponty e a visão. *Revista eletrônica online de Filosofia, História, Literatura e Ciências Sociais (Tríás)*, n. 3, p. 1-4, 2011. Disponível em: <<http://revistatrias.pro.br/artigos/ed-3/merleau-ponty-e-a-visao.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ANCESCHI, Giovanni. Visibility in progress. *Design Issues*, v. 12, n. 3, p. 3-13, outono 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1511699?uid=2&uid=4&sid=21103995982987>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ARAÚJO, Inesita Soares de. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2000.

_____. *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder – um modelo de comunicação para políticas públicas*. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, v. 8, n. 14, p. 165-178, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832004000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____; CARDOSO, Janine. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. *RECIIS: R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 42-50, set. 2009. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/827/2/Araujo_Contextos,%20media%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

ARAÚJO, Inesita Soares de; DE LAVOR, Adriano; AGUIAR, Raquel. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada: apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS)*, Rio de Janeiro, v.6, n. 4 – Suplemento, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/738/1378>>. Acesso em: 5 maio 2014.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AUBERT, André Caramuru. A luz que cega. *Revista Trip*, versão on line, edição de 12/3/2012. Disponível em <http://revistatrip.uol.com.br/revista/208/colunas/a-luz-que-cega.html> Consulta em 28/4/2014, às 16h56

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. EdUfal/Unesp, Maceió, 2010

BAITELLO, Norval. *A visibilidade que gera invisibilidades*. Biblioteca virtual do Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC), 2011. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/index.php/pt/biblioteca/finish/7-baitello-junior-norval/9-o-olho-do-furacao-a-cultura-da-imagem-e-a-crise-da-visibilidade.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BARROS, Edir Pina de. Saúde indígena: a invisibilidade como forma de exclusão. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Maria Helena de Andréa. *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 223-238.

BARROS FILHO, Clóvis; MEUCCI, Arthur. *A vida que vale a pena ser vivida*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

BETTANIN, Andrea. *Desenvolvimento de espelhos e telescópios*. Aulas do Instituto de Física da UFRGS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~dpavani/FIS02008/AULAS/2011_1_ciclo2/telescopios_pp-Andrea-2.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE SERGIO AROUCA. *Reforma sanitária*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <<http://bvसारouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

BIROU, Alain. *Dicionário de ciências sociais*. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

BOTELLO, Nelson Arteaga. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (Orgs.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1982.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Funasa. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *14ª Conferência Nacional de Saúde: Relatório Final*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2012/relatorio/26_jan_relatorio_final_site.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.

BRIGHENTI, Andrea. Visibility: a category for the social sciences. *Current Sociology*, v. 55, n. 3, may 2007. Disponível em: <<http://csi.sagepub.com/content/55/3/323>>. Acesso em: 23 maio 2013.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. O legado do Abril Indígena 2013. *Brasil de Fato*, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12799>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

BRUM, Eliane. *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2011.

BURKE, Peter. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Tradução de Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CANELA, Guilherme (Org.). *Políticas públicas e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI)/Cortez Editora, 2008.

CARDOSO, Andrey M. *Doença respiratória aguda em indígenas Guarani no Sul e Sudeste do Brasil*. 2010. Tese (Doutorado) – Escola de Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2010.

_____ et al. Políticas públicas de saúde para os povos indígenas. In: GIOVANELLA, Lígia et al. (Orgs.) *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Políticas públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (Org.). *Políticas públicas e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI); Cortez Editora, 2008.

COHN, Amélia. Caminhos da Reforma Sanitária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, p. 123-140, nov. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n19/a09n19.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

COIMBRA JÚNIOR, Carlos Everaldo Álvares; SANTOS, Ricardo Ventura. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

_____; SANTOS, Ricardo Ventura. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: _____; _____; ESCOBAR, Ana Lúcia. *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Abrasco, 2003.

CORUMBIARA. Direção: Vincent Carelli. 2009. 117 min. son. color. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=87>>. Acesso em: 20 set. 2014.

COSTA, Fernando Braga. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Tradução Verrah Chamma. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DE LAVOR, Adriano. *Bem longe do cuidado: O G1 e a cobertura da saúde indígena*. 2012. Trabalho de conclusão (Curso de atualização Saúde e jornalismo: uma introdução aos modos de produzir e analisar) – PPGICS/ICICT/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

DE PAULA, Luís Roberto; VIANNA, Fernando de Luiz Brito. *Mapeando políticas públicas para povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011.

ELLISON, Ralph. *Homem invisível*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

_____. Equidade em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), 2009.

_____. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária. In: GIOVANELLA, Lígia et al. (Orgs.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma “analítica” da mediatização. *Revista MATRIZES*, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZES/article/view/5236/5260>>. Acesso em: 5 maio 2014.

FERREIRA, Luciane Ouriques. *Medicinas indígenas e as políticas de tradição: entre discursos e vozes indígenas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. (Coleção Saúde dos Povos Indígenas).

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis Mafort. Política de saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, Lígia et al. (Orgs.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *Le Cahiers du Chemin*, n. 29, jan. 1977.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 20. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra/Graal, 2004a.

_____. *Vigiar e punir*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.

FRANÇA, Andréa. Ser imagem para outro. In: MÉDOLA, Ana Silvia Lopes Davi; ARAÚJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Orgs.). *Imagem, visibilidade e cultura midiática*: livro da XV Compós. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O lugar do olhar*: elementos para a geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2012.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

KLEIN, Alberto. Cultura da visibilidade: entre a profundidade das imagens e a superfície dos corpos. In: MÉDOLA, Ana Silvia Lopes Davi; ARAÚJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Orgs.). *Imagem, visibilidade e cultura midiática*: livro da XV Compós. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

LE BRETON, David. *Do silêncio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LEMOS, André. Mídias locativas e vigilância: sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (Orgs.). *Vigilância e visibilidade*: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

LEROY, Jean Pierre; MEIRELLES, Jeovah. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (Orgs.). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

LEVCOVITZ, Sergio. *Kandire: o paraíso terreal – o suicídio entre índios guaranis no Brasil*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Espaço e Tempo/Té Corá Editora, 1998.

LYON, David. 11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (Orgs.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

MAINGUENEU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993.

MATHIESEN, Thomas. A sociedade espectadora: o panóptico de Michel Foucault revisitado. *Revista Margem*, n. 8, p. 77-95, 1998.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. 14. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são?: representações sobre as pessoas em situação de rua. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2>>. Acesso em: 6 maio 2014.

MENDES, Marcos de Souza. Heinz Förthmann: fotografia e cinema no SPI: 1942/1959. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios [1910-1967]*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. In: OS PENSADORES. Tradução Marilena de S. Chauí; Nelson Alfredo Aguilar; Pedro de S. Moraes. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NISHIDA, Silvia M. *Sentido da visão*. Apostila do Curso de Fisiologia - Departamento de Fisiologia, Instituto de Biociências (IB-Unesp), Botucatu, 2012. Disponível em http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Fisiologia/Neuro/08.sentido_visao.pdf Acesso em 10/03/2014 às 14h4min

NORONHA, J. C.; LIMA, L. D.; MACHADO, C. V. O Sistema Único de Saúde: SUS. In: GIOVANELLA, Lígia et al. (Orgs.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), 2009.

PEREIRA, Stefane Soares. Pensando a invisibilidade através da diferença. *Cadernos CESPUC: Série Ensaio*, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, p. 111-124, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/4700/4867>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

PINHEIRO, Integralidade em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), 2009.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Sapienza Editora, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

REEL, Monte. *O último da tribo: a epopeia para salvar um índio isolado na Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Rio de Janeiro: Editora 70, 1976. Versão digitalizada disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/159866182/Paul-Ricoeur-Teoria-da-Interpretacao>>. Acesso em: 20 set. 2014.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. A invisibilidade como estratégia espacial das populações de rua na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Espaço Aberto*, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ), v. 1, n. 2, p. 167-176, 2011. Disponível em: <http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/publicacoes/index.php?journal=2011_2>. Acesso em: 22 abr. 2014.

RODRIGUES, José Carlos. *Comunicação e significado: escritos indisciplinados*. Rio de Janeiro: Editoria PUC/Mauad X, 2006.

ROSA, Mário. *A reputação na velocidade do pensamento: imagem e ética na era digital*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

SANTOS, Ricardo Ventura et al. Saúde dos povos indígenas e políticas públicas no Brasil. In: GIOVANELLA, Lúcia et al. (Orgs.) *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning, 2012.

SERRA, Joaquim Paulo. *A internet e o mito da visibilidade universal*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Covilhã, Portugal, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-internet-mito-visibilidade-universal.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, M. V.; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

_____. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.

SONTAG, Susan. *Sobre a fotografia*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOUSA, Maria da Conceição; SCATENA, João Henrique G.; SANTOS, Ricardo Ventura. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI): criação, estrutura e funcionamento. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 853-861, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v23n4/12.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.

SUASSUNA, A. *Romance D'a Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-E-Volta*. 5. ed. São Paulo: José Olympio Editora, 2004.

TCHÉKHOV, Anton. *Um bom par de sapatos e um caderno de anotações: como fazer uma reportagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

_____. A nova visibilidade. Tradução de Andrea Limberto. *Revista MATRIZES*, n. 2, p. 15-38, abr. 2008. Disponível em:
<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZES/article/view/5230/5253>>. Acesso em: 8 maio 2014.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

WELLS, H. G. *O homem invisível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

ZILIO, Sérgio C. *Óptica moderna: fundamentos e aplicações*. São Carlos: Fotônica; Instituto de Física de São Carlos (IFSC-USP), 2009. Versão *on-line* disponível em:
<<http://www.fotonica.ifsc.usp.br/ebook/book1/Optica-Moderna.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

ANEXOS

ANEXO A
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Visibilidade, Comunicação, Políticas Públicas e Saúde:
ressonâncias e interrelações na saúde indígena

Identificação

- Nome
- Formação profissional
- Cargo/Função
- Órgão/Entidade/Instituição

Comunicação, Visibilidade e Imagem

- Considerando que estratégias, ações e instrumentos de comunicação promovem a visibilidade de grupos no espaço público, e tomando como referência sua prática profissional, que elementos você diria que aumentam a visibilidade dos povos indígenas no Brasil?
- Considerando que a visibilidade pode ser positiva ou negativa, e que visibilidade positiva é aquela que mobiliza a opinião pública e a sociedade em favor de uma causa e/ou de um grupo, que estratégias, ações e instrumentos de comunicação promovem visibilidade positiva para os povos indígenas?
- Considerando que a visibilidade pode ser positiva ou negativa, e que visibilidade negativa é aquela que mobiliza a opinião pública e a sociedade na direção contrária a aquela de uma causa e/ou de um grupo, quais destas estratégias, ações e instrumentos promovem visibilidade negativa para os povos indígenas?
- Em que situações os índios são invisíveis aos olhos dos governantes, dos poderes constituídos e da sociedade?
- Em que situações os índios têm tido sua imagem deturpada e/ou estereotipada?
- Como você avalia a visibilidade que é conferida pelos meios de comunicação aos povos indígenas no Brasil?
- Como você avalia a imagem que os índios promovem de si mesmos nos meios de comunicação no país?
- Você considera que os índios utilizam estratégias de comunicação para terem maior visibilidade e negociarem suas demandas de saúde em melhores condições?
- Quem são os responsáveis pela promoção da visibilidade dos índios no país? Quando e de que modo?

- Que contextos você considera que são mais favoráveis à manutenção de uma visibilidade positiva para os índios no país?

Políticas Públicas

- Que elementos interferem na condução da política de saúde indígena no Brasil? (formulação, implementação e/ou fiscalização)
- Você considera que a visibilidade é um destes elementos? Caso afirmativo, de que maneira a visibilidade impacta os rumos desta política?
- Estratégias, ações e instrumentos influenciam a ação dos atores sociais na formulação, execução e fiscalização desta política? Em que situações isto ocorre?
- Quais as estratégias, ações e instrumentos de visibilidade você considera que causam ou causaram impacto na condução destas políticas?
- Você conhece ou lembra de alguma situação em que a visibilidade dos índios (ou de estratégias feitas por/para eles) tenha resultado em algum impacto na situação de saúde de algum grupo ou comunidade indígena?
- Em relação a este episódio: a visibilidade foi positiva ou negativa? Por quê?
- Ainda em relação a este exemplo, fale mais da repercussão desta estratégia na situação de saúde deste grupo ou comunidade indígena...

ANEXO B**ÍTEGRA DO DISCURSO DE AILTON KRENAK**

(a partir dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte, p.559-560)

O SR. AILTON KRENAK: – Senhor presidente, senhores constituintes, eu, com a responsabilidade de, nesta ocasião, fazer a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembleia Nacional Constituinte, havia decidido, inicialmente, não fazer uso da palavra, mas de utilizar parte do tempo que me é garantido para defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com o significado de indignação – e que pode expressar também luto – pelas insistentes agressões que o povo indígena tem indiretamente sofrido pela falsa polêmica que se estabeleceu em torno dos direitos fundamentais do povo indígena e que, embora não estejam sendo colocados diretamente contra o povo indígena, visam atingir gravemente os direitos fundamentais de nosso povo.

Não estamos chegando agora a esta Casa. Tivemos a honra de, desde a instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, sermos convidados a participar dos trabalhos na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Essa Subcomissão teve a competência de tratar da questão indígena e, mais tarde, tivemos também a oportunidade de participar da instalação dos trabalhos da Comissão da Ordem Social. Ao longo desse período, a seriedade com que trabalhamos e a reciprocidade de muitos dos senhores constituintes permitiram a construção, a elaboração de um texto que provavelmente tenha sido o mais avançado que este país já produziu com relação aos direitos do povo indígena.

Esse texto procurou apontar para aquilo que é de mais essencial para garantir a vida do povo indígena. E muitas das pessoas que estiveram envolvidas nesse processo de discussão aqui, na Assembleia Nacional Constituinte, se sensibilizaram a ponto de levar além dos limites das paredes desta Casa o trabalho relativo aos direitos indígenas, como foi na visita à área dos índios Caiapó, no Gorotire. Ouvindo ali, e tirando a impressão dos índios que estavam na aldeia acerca do que sentem, do que desejam para si, das inquietações que nós, indígenas, colocamos no sentido de ter um futuro, no sentido de ter uma perspectiva.

Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às terras em que habitam – e atentem bem para o que digo: não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o habitat, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena.

Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante.

Os trabalhos que foram feitos até resultar no primeiro anteprojeto da Constituição significaram lançar uma luz na estupidez e no breu que tem sido a relação histórica do Estado

com as necessidades indígenas. Avançou no sentido de avançar a perspectiva de um futuro para o povo indígena.

E, neste momento, insisto; eu havia optado mesmo por estar aqui e à semelhança da manifestação de luto pela perda seja de um parente, seja da solidariedade, seja de um amigo e, sobretudo, pela perda de um respeito que o nosso trabalho aqui dentro construído, o respeito que para com esta Casa e que pudemos identificar também nas pessoas que se sensibilizaram com essa questão. Queremos manifestar a nossa indignação com os ataques que estamos sofrendo e alertar esta Casa de que ainda somos os interlocutores dos senhores, e que não confundam uma eventual campanha e possíveis agressões ao povo indígena, com polêmicas que são construídas à nossa revelia.

Os senhores sabem, vossas excelências sabem que o povo indígena está muito distante de poder influenciar a maneira que estão sugerindo os destinos do Brasil. Pelo contrário. Somos talvez a parcela mais frágil nesse processo de luta de interesse que se tem manifestado extremamente brutal, extremamente desrespeitosa, extremamente aética.

Espero não agredir, com a minha manifestação, o protocolo desta Casa. Mas acredito que os senhores não poderão ficar omissos. Os senhores não terão como ficar alheios a mais esta agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. [O senhor Krenak inicia processo de caracterização – pintura facial.]

O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocaram a existência, sequer, dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Creio que nenhum dos Senhores poderia jamais apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco, seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano neste País.

Hoje somos alvo de uma agressão que pretende atingir, na essência, a nossa fé, a nossa confiança. Ainda existe dignidade, ainda é possível construir uma sociedade que saiba respeitar os mais fracos, que saiba respeitar aqueles que não têm dinheiro, mas mesmo assim, mantêm uma campanha incessante de difamação. Um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser de forma nenhuma contra os interesses do Brasil ou que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros do Brasil. Vossas excelências são testemunhas disso.

Agradeço à Presidência, aos senhores constituintes, espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos presentes neste plenário. Obrigado.

(Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)